Construindo o Sindicalismo Rural

Lutas, Partidos, Projetos

Maria do Socorro de Abreu e Lima

Editora Universitária UFPE

Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos

Maria do Socorro de Abreu e Lima

Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos

2ª edição

Editora Universitária UFPE

Recife 2012

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibido a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às caracteristicas gráficas da obra e à sua editoração.

Capa: João Luiz Momesso

Projeto gráfico: Denise Simões

Revisão: a Autora

Impressão e acabamento: Editora Universitária/ UFPE

Editora associada à
ABEU
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Catalogação na fonte:
Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

L732c Lima, Maria do Socorro Abreu e, 1949-.
Construindo o sindicalismo rural : lutas, partidos, projetos / Maria do Socorro de Abreu e Lima. – 2.ed. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012.
269 p.

Inclui bibliografia e anexos.
ISBN 978-85-415-0142-2 (broch.)

1. Sindicatos – Trabalhadores rurais – Pernambuco. 2. Trabalhadores rurais – Pernambuco – Atividades políticas. 3. Desenvolvimento rural – Pernambuco. I. Titulo.

331.88098134 CDD (23.ed.) UFPE (BC2012-165)

Aos trabalhadores e
trabalhadoras rurais, que dedicaram parte de suas vidas
às lutas pela emancipação dos oprimidos e explorados,
e pela construção de um outro modelo de sociedade,
dedico este trabalho.

Prefácio

As lutas dos camponeses e suas organizações, ao mesmo tempo que preocupam os latifundiários e as classes dominantes, de forma geral, representam uma esperança para os que aspiram por mudanças. O latifúndio faz parte de nossa história e é um componente fundamental da desigualdade social. As lutas dos trabalhadores pelo direito ao uso da terra perpassam toda a trajetória do povo brasileiro. Inúmeras vezes marcadas pela violência. Em diferentes contextos, também gerou formas de organização que buscam responder às necessidades dessas lutas. Em Pernambuco, historicamente os movimentos camponeses chamaram a atenção. É um dos estados brasileiros onde as luta sociais no campo mais se destacaram, especialmente a partir das Ligas Camponesas, do sindicalismo rural e, agora, com a mobilização de trabalhadores sem terra.

A academia não está alheia a esta realidade. Ampliam-se as pesquisas relativas à situação do campo, em diferentes áreas do conhecimento. Inúmeros pesquisadores têm produzido trabalhos elucidativos sobre a situação dos camponeses, suas lutas, suas organizações, multiplicando-se a produção de publicações sobre a temática nas últimas décadas. O livro de Maria do Socorro de Abreu e Lima traz contribuições significativas para a elucidação, no campo da história, das lutas e organizações desses movimentos, proporcionando elementos para a compreensão do quadro que se coloca na atualidade.

A necessidade da realização da pesquisa que deu origem a este livro se evidenciou a partir de um estudo da história do movimento sindical rural de Pernambuco, realizado pela autora entre os anos de 1995 e 1996, destinado a dar fundamentação histórica a um projeto de pesquisa realizado na área de comunicação social. Com seu conhecimento acadêmico e com sua experiência de militante dos movimentos sociais, ela percebeu que nas pesquisas existentes não só havia lacunas como abordagens que davam margens a distorções, como o fato de as esquerdas quase não aparecerem nessa história no pós-64.

Com muito critério, persistência e método rigoroso, combinando a pesquisa de documentos escritos com memória oral, perseguindo cada fio da meada até quase a exaustão, reescreveu este período da história dos movimentos sociais no campo tornando presentes não só as grandes, mas também as pequenas lutas, levadas com tanta dificuldade principalmente

após a tomada do poder pelos militares em 1964; resgatando a presença dos partidos de esquerda, constantemente ausentes em estudos sobre o campo nesse período; apresentando os diferentes projetos em disputa no meio dos trabalhadores rurais; evidenciando, através de farta documentação e exposição quase didática, o processo através do qual começa a emergir a presença das mulheres num espaço antes tido como rigorosamente masculino.

Apesar das contribuições significativas amplamente fundamentadas, outro destaque do livro é a clareza de exposição, que possibilita uma leitura agradável e bastante acessível. Torna-se, assim, leitura obrigatória para os estudiosos do tema, além de recomendada para todos os que, por qualquer motivo, buscam compreender as lutas, organizações e aspirações dos trabalhadores rurais.

Nesta segunda edição revista e ampliada, a autora procurou acolher sugestões fornecendo maiores esclarecimentos sobre alguns episódios como também possibilitando, através dos anexos, que o leitor tenha um contato mais próximo com documentos que permitem verificar algumas afirmações assim como nos convida a vivenciar algo da atmosfera do período.

Luiz Momesso.

Agradecimentos

Este livro, que ora está sendo publicado com algumas mudanças e acréscimos em sua 2ª.edição, foi originalmente uma tese de doutorado em História apresentada à UFPE em 2003.

Apesar de redigida de forma individual, uma tese é resultado da colaboração de muitas pessoas, que, direta ou indiretamente, para ela contribuíram.

A Maria do Socorro Ferraz Barbosa, minha orientadora, agradeço pela confiança em mim depositada. Seus questionamentos e preocupações teóricas me fizeram avançar na elaboração deste trabalho. Aos membros da banca, Rosa Maria de Godoy Silveira, Maria de Fátima Guimarães, Zélia Pereira e Joaquim Correia Xavier de Andrade Neto (in memoriam) pelas observações argutas e sugestões valiosas. Também as professoras Ana Maria Barros a Maria das Graças Ataíde deram contribuições, em especial quanto à bibliografia.

Algumas pessoas, contudo, participaram de maneira específica, tornando acessível o material de pesquisa, facilitando os contatos, concedendo entrevistas. Sem elas, esta tese não teria se concretizado. Um agradecimento especial, portanto, a Antônio Carlos Leal de Campos, presidente da Associação Pernambucana de Anistiados Políticos – APAP e a Maria do Amparo Araújo, coordenadora do grupo Tortura Nunca Mais, que viabilizaram importantes entrevistas com pessoas ligadas aos partidos clandestinos.

No que diz respeito aos trabalhadores rurais, a contribuição de sindicalistas, assessores e funcionários da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, FETAPE, foi inestimável. Vale ressaltar, porém, a ajuda efetiva que Euclides Almeida, antigo presidente da Entidade e Rodrigo Cortez, que foi assessor de comunicação da Federação, dispensaram a este trabalho.

Os funcionários do Arquivo Público Jordão Emerenciano foram pacientes e prestativos. É muito difícil trabalhar a contento, em condições tão precárias.

Mariana, Carolina e João Luís Momesso deram, cada um a seu modo, contribuições importantes. A maior delas foi a compreensão em relação às dificuldades e limitações vivenciadas, no âmbito familiar, quando da elaboração de um trabalho acadêmico.

A Luiz Anastácio Momesso devo profunda gratidão pela presença constante ao longo da vida. Mas, particularmente, pela oportunidade de conhecer o meio rural e pela possibilidade de perceber a importância e a contribuição dos camponeses às lutas do nosso povo.

Um agradecimento especial a Christine Rufino Dabat, pelo apoio e incentivo à divulgação e publicação deste trabalho.

A Alexandre Grillo (in memoriam), o desenhista da capa, cuja falta é sentida, imensamente, por todos nós.

Esta tese contou com o apoio financeiro da CAPES.

Lista de abreviaturas e siglas[1]

ACR – Ação Católica Rural.

ALN – Aliança Libertadora Nacional, fundada em 1968 a partir de uma cisão do Partido Comunista Brasileiro de São Paulo: adota a luta armada e é dizimada em 1973.

ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural, posteriormente denominada EMATER.

AP – Ação Popular, organização de esquerda formada em 1962 a partir de dirigentes da Juventude Universitária Católica; em 1971 transformou-se em Ação Popular Marxista Leninista AP-ML; pouco depois, a maioria de sua militância integra-se ao PC do B.

CEAS – Centro de Estudos e Análises Sociais (ONG).

CEB – Comunidade Eclesial de Base.

CECOSNE – Centro de Comunicação Social do Nordeste.

CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, fundado em novembro de 1980.

CGT – Central Geral dos Trabalhadores.

CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras.

CONCLAT – Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras (Central Sindical).

CONSINTRA – Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco.

CONSIR – Conselho Nacional de Sindicalização Rural.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

---

1 Colocamos algumas referências sobre os partidos políticos clandestinos de esquerda, que tiveram atuação conhecida no campo, em Pernambuco, documentada no Arquivo do DOPS ou que foram citados neste livro. Para maiores esclarecimentos consultar GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987 assim como FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Revolução e democracia** (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CUT – Central Única dos trabalhadores.

DP - Diário de Pernambuco

DRT – Delegacia Regional do Trabalho.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, antiga ANCAR.

ET – Estatuto da Terra (lei 5.404, de 30 de novembro de 1964).

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural (lei 4.214, de 02 de março de 1963).

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (ONG).

FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, assim denominada a partir de janeiro de 1966.

FTRP (FETRAPE) – Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (primeira denominação da FETAPE), até 1965.

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural.

GERAN – Grupo Especial para a Racionalização da Agroindústria Açucareira do Nordeste.

IADESIL – Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre.

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, criado pelo Estatuto da Terra, em substituição à Superintendência para a Reforma Agrária.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado em 1969 em substituição ao IBRA e ao INDA.

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, voltado para a modernização agrícola.

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

JC - Jornal do Commércio

JAC – Juventude Agrária Católica.

JEC – Juventude Estudantil Católica.

JOC – Juventude Operária Católica.

JUC – Juventude Universitária Católica.

MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra – Rio Grande do Sul – pré-64.

MCL – Movimento de Comissões de Luta.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

MEB – Movimento de Educação de Base.

MER – Movimento de Evangelização Rural.

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro – formado a partir da dissidência do PCB no meio universitário da Guanabara, adota esse nome em 1969, quando começam suas ações armadas. Faz, posteriormente, uma mudança em sua linha política, em meados dos anos 70, defendendo as liberdades democráticas. No final desta década, realiza uma fusão com o PCR. Após seu III Congresso, parte significativa de sua liderança retorna ao PCB.

MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

ONG – Organização Não Governamental.

PCB – fundado em 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, passa, em 1961, a se denominar Partido Comunista Brasileiro. Contrário à adoção da luta armada, durante a ditadura prioriza a luta pelas liberdades democráticas. Parte de seus dirigentes e militantes saem deste partido nos anos 60 e formam outras agremiações políticas.

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, dissidência do PCB, fundado em 1968 a partir de uma cisão chamada 'Corrente', criada em 1966. Adota a luta armada como estratégia para derrotar a ditadura.

PC do B – sigla referente ao Partido Comunista do Brasil a partir de 1962, quando passa a existir dois partidos comunistas. Tanto seus militantes quanto os do PCB consideram-se herdeiros do partido criado em 1922. Teve duas cisões na década de 60, que deram origem ao PCR e a Ala Vermelha. Durante a ditadura, organizou a Guerrilha do Araguaia, dizimada pela repressão em 1974.

PCR – Partido Comunista Revolucionário, cisão do PC do B, criada no Nordeste em 1966, por considerar que aquele partido não estava investindo na luta armada.

POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, criada em 1961 a partir de estudantes e intelectuais socialistas críticos ao PCB. Em 1968, transformou-se no Partido Operário Comunista – POC – e, em 1970, na Organização de Combate Marxista-Leninista / Política Operária (OCML-PO).

POR-T – Partido Operário Revolucionário – Trotskista, fundado em 1953, filiado à IV Internacional, enfatizava a defesa do nacionalismo nos países do chamado Terceiro Mundo. Após o Golpe de 1964, prioriza a luta de massas e condena a luta armada, adotada por outros partidos. Nesse período sofre várias cisões.

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária.

PSB – Partido Socialista Brasileiro.

PST – Partido Social Trabalhista.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador rural.

PROTERRA – Programa de Distribuição de Terras – decreto-lei1.179, de 06/07/1971.

SAR – Serviço de Assistência Rural

SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste.

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária, criada no governo Goulart.

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

USAID – United States Agency for International Development (Agência Norte-americana de Desenvolvimento).

-

Introdução

A resistência e o confronto com os poderosos do campo fazem parte da história do povo brasileiro. Lutas de tribos indígenas, movimentos de escravos, litígios e reações de parcela das populações pobres foram uma constante ao longo de nossa formação.

No caso do movimento camponês do Brasil, este já se expressa de forma mais nítida no final do século XIX, com Canudos, na Bahia e, em Pernambuco, com o cangaço.[2]

De maneira mais expressiva, com vistas a resolver questões ligadas às condições de produção e trabalho, é a partir de 1945 que os camponeses vão se organizar, inicialmente, nas Ligas Camponesas e, posteriormente, em sindicatos rurais.

O trabalho aqui apresentado buscou reconstituir, na medida do possível, a trajetória e, particularmente, as lutas do sindicalismo rural em Pernambuco, do momento em que este começou a se organizar amplamente, no início dos anos 60, sendo o ano de 1962 um marco devido à fundação da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, até 1987. Neste ano, ampliou-se o processo de democratização da Federação[3]. Pela primeira vez, a diretoria foi eleita em congresso, o que implicou numa maior participação da base e maior representatividade dos eleitos. Além disso, realizou-se o 1º. Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, o que demonstra ser significativa a presença deste segmento nas atividades sindicais no campo. 1987 foi também, o ano da posse do governador Miguel Arraes, eleito para um segundo mandato, no ano anterior, e da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, importante referência no processo de democratização do país.

---

2 Andrade faz um breve histórico a respeito, desde os tempos coloniais, ressaltando a Guerra dos Bárbaros (levante de índios no sertão do RN, PB e PE), o Quilombo dos Palmares (AL e PE), a Guerra dos Cabanos (AL e PE), a Balaiada (MA e PI), a Revolução Praieira (PE), e, na segunda metade do século XIX, o Ronco da Abelha e o Quebra Quilos, chamando a atenção também para os movimentos ligados ao messianismo e ao banditismo, como Canudos, Caldeirão e o cangaço liderado por Antônio Silvino e Lampião, considerando estes últimos como revoltas populares e camponesas. Várias obras de Manoel Correia de Andrade foram consultadas, particularmente **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática. 1989 b, de onde foi retirada essa nota.

3 A Federação teve diferentes denominações. Neste livro, será usada a sigla atual, FETAPE, que significa Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco.

Durante este período, o sindicalismo rural foi criado e se afirmou ao longo de diferentes situações. Se, até 1964, a conjuntura mostrou-se favorável à participação e organização dos trabalhadores rurais, a partir do golpe de estado que colocou os militares no poder e, mais ainda, do Ato Institucional nº.5 de dezembro de 1968, as dificuldades econômicas e, principalmente, políticas, enfrentadas pelos trabalhadores, aumentaram. A participação democrática tornou-se extremamente restrita. A repressão, intensa.

Este quadro começa a mudar no final dos anos 70. Em 1979, ocorre não só a conquista da anistia que, embora limitada, representa um marco no avanço democrático do país como também, no âmbito das lutas sociais, as greves passam a fazer parte das manchetes dos jornais. Neste sentido, é expressiva a greve dos canavieiros de Pernambuco, cujo significado foi fundamental para todo o período posterior, com inegável repercussão no plano nacional.

Na primeira metade dos anos 80, é significativo o avanço do movimento sindical em geral. Em Pernambuco, o sindicalismo rural, mesmo que com limitações, coloca-se como referência para todo o país. Entender como se deu esse processo em que a Federação, fundada a partir da intervenção da Igreja Católica para se contrapor ao trabalho dos comunistas no campo e tendo um projeto de direita, foi se transformando a ponto de assumir posturas mais progressistas e ter o reconhecimento da própria esquerda é o grande objetivo desta tese.

A pesquisa feita procurou também registrar a atuação, mesmo que pequena, das forças de esquerda, presentes na zona da Mata através de partidos clandestinos no pós-64, como o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista Revolucionário, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e a Ação Popular durante a ditadura. Daí a necessidade de revisitar o campo. Antes do golpe, porém, a presença da esquerda era marcante,[4] com a atuação das Ligas, dos trotskistas, do PC do B e, principalmente, do PCB no meio rural.

Adotamos uma perspectiva que, reconhecendo a pertinência de várias críticas aos paradigmas assentados há longo tempo, por privilegiarem uma visão linear e evolutiva da história, a ideia de progresso como decorrência necessária da modernidade ou a predominância de um conhecimento e de um sujeito universais, abstratos e globalizantes, não comunga, contudo, com a visão de que a história apenas fornece versões ou que se deva absolutizar o micro, o específico, o fragmento.

---

4 Por esquerda, adoto o enfoque de Gorender (1987:7), para quem este termo representa *"o conceito referencial de movimentos e idéias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas."*

Nesta perspectiva, consideramos importante, ao buscar entender a história dos trabalhadores rurais, situá-la dentro de um contexto político e econômico mais amplo e geral, visto não como uma camisa de força que enquadra e limita inteiramente as ações desta classe, constituída de homens e mulheres, sujeitos/agentes do processo histórico, que interagem e transformam esse processo, mas como referência obrigatória dessa interação. Os diferentes aspectos da realidade se relacionam, não sendo possível entender uma questão específica abstraindo-a da situação mais geral, nem privilegiar um aspecto desligando-o dos outros. Ao tratar da questão econômica ou política deve-se levar em conta o social, o ideológico, o cultural.

Entender que a vida tem múltiplas dimensões, experiências e significados, não deve levar à impossibilidade de explicações em história. As ações humanas podem ter sentido e lógica diferenciadas, mas os têm. Sendo assim, buscar apreender e explicar a realidade, que é contraditória e múltipla, implica recorrer ao método dialético.

Como bem diz Silveira (1996:18)

> Os combates da História continuam. E nesse sentido, não deixemos de ter utopias, pois o repouso do tempo histórico só existe na cabeça de quantos queiram manter um status quo iníquo e de privilégios. Mas as armas de combate têm mudado e é preciso que, em nossa agenda de lutas como historiadores, tenhamos domínio desse novo momento da produção da ciência...

A história do movimento dos trabalhadores rurais aqui apresentada, foi construída com base em uma visão de classe tendo como pressuposto a teoria marxista. Como, a partir de uma situação de expropriação da terra ou exploração direta, como assalariado, este sujeito foi se constituindo, se conscientizando, resistindo e se organizando para enfrentar os latifundiários, os usineiros, os coronéis. Sendo assim, o conflito e as contradições de classe são vistos como centrais no desenvolvimento do processo social de formação dos trabalhadores rurais. Estes conflitos, mais visíveis no período democrático, continuaram durante a ditadura, embora com menor força e amplitude. As lutas são ampliadas a partir dos anos 80 num patamar organizativo superior. Foi, ao longo dessa experiência, que os trabalhadores rurais efetivamente foram se afirmando enquanto classe.

Nesse sentido, classe social é entendida com base na formulação de Thompson (1987:9), que a situa como presente no seu próprio fazer-se, constituindo-se num fenômeno histórico que se dá nas relações humanas efetivamente vividas e não como um objeto, estrutura ou categoria já dada. Esta classe que 'se faz' coloca-se não apenas em termos de relações de produção, mas também considera as questões culturais, ou seja, incorpora vivências, tradições, valores, ideias. No caso em questão, o peso da religiosidade, das relações escravistas coloniais, da visão sobre as atribuições dadas a mulheres e homens, entre outros, são elementos que não poderiam ser negligenciados; assim como a experiência de organização e luta do pré-64, a repressão mais intensa do período seguinte e o movimento mais recente dos anos 80.

Isso não ocorre de maneira mecânica nem uniforme. Sendo assim, as vivências e experiências das pessoas, que são sentidas de forma diferente, levam a posicionamentos diferenciados no seio de uma mesma classe social.

O trabalho aqui apresentado privilegia a ação sindical dos trabalhadores. Losovsky (1989:5) chama a atenção para o papel dos sindicatos, do ponto de vista marxista, na formação dos operários: o de centros organizadores onde se dá a primeira educação de classe, onde os assalariados podem atuar conjuntamente, desenvolvendo a união e a solidariedade, podendo mesmo funcionar como escolas do socialismo na medida em que essa participação possa proporcionar-lhes, por exemplo, a oportunidade de conhecer e refletir sobre as causas reais de sua exploração, as contradições do capitalismo, as possibilidades de uma transformação radical da sociedade. O que pode ocorrer num sindicato dirigido pelos comunistas, para quem a luta de classes é o motor da história e a revolução, uma perspectiva concreta.

Apesar de não atacarem as causas do capitalismo, mas apenas seus efeitos, os sindicatos funcionam *"como centros de resistência contra as usurpações do capital"* (MARX, 1978:98). No caso concreto que enfocamos, funcionaram também como caminho para garantir um mínimo de cidadania no meio rural pernambucano.

Porém, o fato de a sociedade capitalista se dividir em classes e de os trabalhadores estarem organizados em sindicatos não expressa toda a complexidade da realidade social. Além das relações capital x trabalho, existem outros tipos de relações sociais que são fundamentais. Partindo dessa perspectiva, o presente estudo considera que as relações de gênero, tais quais formuladas por Joan Scott (1991:14), permitiram apreender melhor a realidade estudada.

Em nossa sociedade, e na maioria delas, as relações entre os sexos implicam hierarquias de dominação, mesmo que isso não se dê de forma consciente e seja também reproduzido pelas próprias mulheres. Estas relações tradicionais submetem as mulheres ao poder dos homens, o mundo privado, tido como espaço da mulher, ao mundo público, o subjetivo ao objetivo, o emocional ao racional etc. Relações desse tipo, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que atribuem diferentes valores, símbolos e expectativas ao que é masculino e feminino, permeiam todos os espaços da sociedade e são muito comuns ao universo rural, bem como ao movimento sindical desde a sua formação.

Tentando reconstruir parte da história dos trabalhadores rurais de Pernambuco, a partir de uma perspectiva de gênero, especificando a atuação das mulheres e buscando tirá-las da invisibilidade, este trabalho espera contribuir para uma visão mais abrangente da História, que privilegie não apenas os espaços de poder tidos como masculinos (e a organização sindical é um deles), mas considere a multiplicidade e diversidade de atuações presentes em suas vidas e em suas lutas.

Algumas questões merecem ser retomadas nesta segunda edição.

A primeira diz respeito à expressão mais adequada para tratar do Golpe de 1964: militar ou civil-militar? René Dreifuss, fazendo uma análise sobre o período pré-64, demonstra como a burguesia estrangeira e parte da nacional, juntamente com as classes médias conservadoras, criaram o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, para promover campanhas com o intuito de desestabilizar o governo e atingir seus objetivos, articulados com a embaixada norteamericana e outros setores sociais. Os militares tinham na Escola Superior de Guerra um instrumento importante para influir e cimentar suas ligações com esses setores. Nesse sentido, a sociedade civil esteve presente através de iniciativas e apoio ao golpe de 64. (DREIFUSS, 1981). Porém, a expansão civil é muito geral. O mais importante é realçar que a ditadura foi empreendida e beneficiou claramente a burguesia dominante, pois o golpe foi feito claramente: *"contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reforma sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um golpe contra o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país"* (TOLEDO, 2004:68). Portanto, para impedir um projeto de mudanças profundas na sociedade

brasileira, mantendo os interesses das classes dominantes, que se beneficiaram do golpe, o incentivaram e apoiaram. Contudo, conforme chama a atenção Carlos Fico (2004:38):

> Porém, se a preparação do golpe foi de fato "civil-militar", no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. (...) As sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo, que pela primeira vez na história brasileira envolveria diretamente os militares na atividade de polícia política, também demonstra a feição do regime. Do mesmo modo, sucessivas levas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. (...) se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar.

Mesmo considerando que um acontecimento de tal porte não se explica de maneira simplista e privilegiando apenas uma ou outra dimensão, e, nesse sentido, concordando com Lucília Delgado (2004) em sua sistematização sobre as interpretações do golpe, será mantida a expressão golpe e ditadura militar ao longo deste trabalho.

Outro aspecto relevante diz respeito às lutas de resistência levadas particularmente pelos agrupamentos de esquerda no pós-64. Se é fato que os grupos de esquerda existentes no pré-64 tinham em seu horizonte mais imediato ou mais distante um projeto de construção do socialismo, e que, considerando a realidade histórica vivenciada por outros povos, essa conquista era feita a partir de revoluções, é também sabido que nenhuma ação revolucionária foi encetada efetivamente nesse sentido no período. Ao contrário, a maioria da esquerda liderada pelo PCB acreditava na possibilidade de avanços a partir de um projeto reformista. E foi contra ele que os setores de direita se colocaram, incentivando e apoiando o golpe militar,

Ora, o golpe só fez reforçar a ideia de que não havia outra forma de se transformar a dura realidade do Brasil. Utilizar-se dessa questão para dizer que as esquerdas não tinham compromisso com a democracia necessita, antes de tudo, qualificar de que democracia se fala. O entendimento da democracia para boa parte da burguesia e, particularmente, para os proprietários rurais, em especial em nossa região, passava muito longe de um compromisso mínimo com os direitos básicos da maioria. O que fazer, diante de tal situação?

Maria Paula Araújo procura situar *"a radicalidade como sintoma político das décadas de 1960 e 1970"* (ARAÚJO, 2008:248). Ao analisar as matrizes teóricas e políticas dessa violência, a autora aponta que as guerras anticoloniais, particularmente na Argélia e no Vietnã, possibilitaram a formação do conceito de "violência justa", violência de resposta" e "violência do oprimido contra o opressor", e, nesse sentido, era considerada como um ato libertador, instrumento legítimo da ação política. No caso da América Latina, onde persistiam as desigualdades e a injustiça social, setores da Igreja Católica adotaram essas ideias.[5] Porém, ressalta Araújo (2008:269):

> Como já foi apontado por outros historiadores (Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Denise Rollemberg) e reforçado aqui neste texto, a opção pela luta armada não foi uma resposta ao endurecimento do regime; ela já vinha sendo discutida pela esquerda brasileira (assim como pela esquerda latino-americana) desde o início dos anos 60. Mas é inegável que o AI-5 teve papel determinante na disseminação dessa opção entre os jovens estudantes e universitários, na medida em que tentava reprimir e bloquear as formidáveis energias surgidas ao longo de toda a década de 1960 e sobretudo de 1968. Coagida e limitada, a radicalidade experimentada por essa juventude canalizou-se para a ação armada.

Ainda sobre esse ponto fica a questão de que, apesar da ditadura buscar, desde o seu início, criar uma aparência de legalidade, mantendo eleições, mesmo que indiretas, ou impedindo a liberdade sindical basicamente recorrendo aos instrumentos que a Consolidação das Leis do Trabalho o permitiam, o uso da repressão foi constante. Há de se perguntar: afinal, quem usou de mecanismos ilegais para tomar o Estado? E sendo assim segundo Safatle (2010:245), contra um Estado ilegal, a violência não seria um caminho apontado exatamente pelos liberais desde o século XVII como justo?

Em que pese o fracasso das propostas de luta armada levadas pela maioria das esquerdas no Brasil, foi uma estratégia de resistência e uma resposta, mesmo que tardia, à tomada do poder pelos militares. Este processo constitui-se num marco fundamental para o entendimento da nossa história recente.

---

5 Na época, era comum a visão de que um dos maiores pecados era o da 'omissão' em relação a necessidade de um engajamento social e político dos cristãos.

Como já foi assinalado, a história é feita a partir da ação dos sujeitos, mas não podemos esquecer que este sujeito se situa historicamente, ou seja, está inserido numa formação social, numa época, num lugar. Os sujeitos fazem a história, mas não nas condições que eles escolhem. Se as classes sociais se constituem em sujeitos, e não apenas em reflexo de sua posição num modo de produção, os indivíduos também se constituem enquanto agentes de mudanças (ou permanências) a partir de sua visão de mundo e de suas atitudes concretas diante da realidade vivida. Numa abordagem dialética, aponta Eurelino Coelho (2010:11):

> A relação entre a ação que faz a história (e o sujeito que a pratica) e as circunstâncias que tornam possível e efetiva esta ação aparece, aqui, como a relação entre a singularidade e a totalidade, a parte e o todo. **A parte não existe, como tal, fora da relação com o todo**. (...) **A parte é a materialização concreta, embora parcial e fragmentária, do todo**, que por sua vez não pode existir senão *em* e *através* de cada parte. Destituído de suas partes, o todo deixaria de existir concretamente e assumiria uma forma ilusória.
>
> Trata-se, portanto, de uma relação necessária. (...) Todavia, uma vez que nos dispomos a conhecê-la, a relação é também contraditória: a parte revela e, ao mesmo tempo, esconde o todo. Lidando com as evidências documentais próprias de seu ofício, o historiador experiente sabe que elas possuem natureza fragmentária e que revela, do seu objeto, apenas aspectos parciais. O trabalho com as fontes faz com que apareçam *partes* e, de fato, somente elas aparecerão de modo evidente (...). A relação mais profunda daquele aspecto parcial com a totalidade, no entanto, não é necessariamente evidente na própria evidência documental. Ela permanece em geral oculta até que o historiador problematize a fonte. O todo não aparece, **como tal**, na parte.[6]

Essas observações nos remetem à questão das fontes. Se a história já há bastante tempo ampliou sua visão limitada quanto ao que constituía seus objetos, suas abordagens e suas fontes, e a história 'vista de baixo', conforme explica Burke (1992), faz parte desse reconhecimento, o material possível de ser pesquisado pelos historiadores, contudo, não é tão fácil de ser conseguido.

6 Grifos dp autor

Como tem sido comum a não preservação dos materiais produzidos pelos trabalhadores em suas entidades, devido à falta de consciência sobre sua importância, a falta de condições materiais para isso, pelo excesso de atividades ou simplesmente pela presença sempre possível da repressão, este tem sido um problema a mais para quem faz história social do trabalho. Sabe-se que muita coisa foi destruída no período da ditadura, no intuito de impedir o acesso à produção dos movimentos, ou mesmo pelos seus interessados, para não serem perseguidos por isso. Assim sendo, uma fonte importante para se recuperar parte da história dos trabalhadores tem sido o uso de jornais. Neste caso, o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano tem toda a coleção dos veículos da chamada grande imprensa, como o Jornal do Commercio e o Diario de Pernambuco, assim como dos jornais de uma linha editorial situada à esquerda, como o semanário A Hora e o diário Última Hora, que existiram no pré-64. Neste período, era comum esses veículos publicarem informações produzidas pelos sindicatos, como relatórios de encontros, pautas de reuniões, atas de eleições, discursos de diretores etc. O que significa o acesso a um material diretamente produzido pelos trabalhadores e suas entidades, muito rico e impossível de ser obtido de outra forma. Claro que nem tudo era publicado, e faz-se necessário ter presente esse dado.

Também através dos jornais podemos ter informações a respeito do que acontecia e a imprensa publicava, do contexto político do período. Neste caso é preciso ter bastante cuidado com aquilo que era publicado e com as análises feitas a respeito. A linha editorial de cada veículo, assim como seus interesses e posicionamentos são fatores que não podem ser negligenciados. A maneira como os acontecimentos eram noticiados, a busca de tornar a notícia chamativa, ideologizada, a questão de se apresentar os artigos relativos aos interesses das classes dominantes como fatos, e os da esquerda, muitas vezes, como versões, a tentativa de criar pânico e disseminar o medo veiculando notícia inverídicas ou tendenciosas, tudo isso merece bastante atenção.

Conforme Tania Regina de Luca (2006:132): ***"Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê"***[7] . [E verificar] *"**as funções sociais desses impressos**"*Outra fonte importante utilizada na elaboração deste livro foram os arquivos do DOPS, e aí a atenção tem que ser redobrada. Em primeiro lugar porque nunca se terá certeza do

7 Grifos da autora

que foi preservado e do que pode ter sido descartado. Depois, porque quem escreve os informes a respeito do acontecido, ou do que se foi averiguar, são os agentes, informantes, delegados da própria instituição, que no geral estavam ali para encontrar vestígios que incriminassem os vigiados, perseguidos, aprisionados. Por fim, porque era comum usar-se do expediente da pressão e da tortura no caso de pessoas perseguidas pela ditadura militar. Contudo, também aí é possível encontrar fontes que forneçam informações que dificilmente se conseguiriam de outra forma: documentos sobre atividades e partidos clandestinos, panfletos e jornais de partidos e movimentos, materiais produzidos por entidades e encaminhados ao próprio DOPS, como no caso da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, que ao longo dos anos 60 tinha certo acesso a militares da linha castelista.

Além da documentação relativa às eleições nos sindicatos rurais, alguns poucos materiais produzidos posteriormente a 1975 foram preservados na FETAPE, como jornais, cartazes, programas de rádio, textos relativos a cursos de formação, entre outros. Assim sendo, foi imprescindível a utilização de fontes orais, tanto no caso da Federação como em relação aos partidos clandestinos.

Becker (1996:28) chama a atenção para um problema relativo ao uso desse tipo de fonte. Diz ele:

> Ora, qualquer que seja a forma de arquivo provocado, ele tem sempre o mesmo inconveniente: foi sempre constituído depois do acontecimento e, portanto, é responsável por tudo o que foi dito e escrito *a posteriori;* ele pode resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função dos acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores. (...) [Mas] a experiência prova que o método traz grandes resultados. E deste ponto de vista, podemos dizer que a história oral ocupa um lugar especial...

Como todo procedimento em relação às fontes, cabe ao historiador a crítica também a esse tipo de documento, comparar com outras entrevistas ou outra documentação disponível, a verossimilhança do que é afirmado, tomar os fatos e suas representações simultaneamente, levar em conta a época do vivido e a época do relato.

Conforme alerta Chartier (1996:217), ao tratar da questão da memória: *"Ora, a história do tempo presente, mais do que todas as outras, mostra que há entre a ficção e a história uma diferença fundamental, que consiste na ambição da história de ser um discurso verdadeiro, de dizer o que realmente aconteceu."* E, nesse sentido, chama a atenção para aqueles que tentam manipular o conhecimento do passado, buscando deformar as memórias.

Este livro foi dividido em cinco capítulos.

O primeiro, além do contextualizar brevemente o período entre 1945 e 1964, faz um relato de algumas lutas levadas por camponeses e situa o aparecimento das Ligas Camponesas nos anos 50 do século XX. Ao longo de todos os capítulos, a questão da violência contra os trabalhadores rurais é retomada. Infelizmente, uma marca da força econômica, política e cultural dos proprietários de terra enquanto classe, desde o início da colonização e que perdura até hoje.

O segundo tem uma narrativa voltada para a formação dos sindicatos rurais em Pernambuco, destacando os diversos projetos que existiam no campo, as principais lutas, disputas e reivindicações. Um dado importante foi a comprovação de que houve, a partir da grande greve dos canavieiros de 1963 e da fundação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a formação no início de 1964 de uma federação de caráter unitário composta por diferentes forças políticas atuantes no campo mas que, com o golpe, não teve condições de consolidar-se. E que foi esquecida ao longo do tempo e dos lapsos da memória.

O terceiro capítulo trata da atuação das forças de esquerda no campo no pós-64. Após relatar como o golpe foi vivenciado no Estado e a intensa repressão que se abateu desde o início da ditadura, procura situar a presença de partidos clandestinos no campo, suas tentativas de articular um trabalho no meio rural, suas dificuldades e impasses. Vale assinalar que este era um dos objetivos da tese: identificar esta presença e problematizar suas ações, em que pese toda a repressão e o medo existentes no período.

O quarto capítulo procura situar a ação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE) no pós-64, mostrando algumas de suas dificuldades e, ao mesmo tempo, suas ligações com o governo instituído. Com o passar do tempo e as desilusões com relação aos governos da ditadura, a Federação foi modificando sua postura e, apesar de extremamente legalista,

conseguiu promover, em alguns casos, a defesa dos trabalhadores e organizar, em 1979, importante greve dos canavieiros, que teve repercussões nacionais. Outras lutas também são analisadas, inclusive no Agreste e no Sertão. Aqui, procurou-se trazer à tona esses momentos de resistência, que custou, em vários casos, a vida de lideranças do movimento de trabalhadores rurais.

O quinto capítulo procura fazer uma análise mais voltada ao funcionamento interno da entidade, a formação das diretorias, as pressões que enfrentavam por parte dos militares, as ameaças e a violência por parte do patronato, os limites de suas ações. Ao mesmo tempo, retoma o papel de outras organizações no campo, tanto partidos políticos (clandestinos) como aquelas ligadas à Igreja Católica progressista, preocupadas em impulsionar uma ação mais combativa na Federação e nos sindicatos de base. Assim como situa a ação do sindicalismo rural face à retomada da atuação político-partidária e a criação de novos partidos legais, além da proposta da construção de uma Central Sindical.

Por fim, faz considerações sobre a participação das mulheres no sindicalismo rural: sua presença bastante diminuta no começo, as dificuldades para conquistarem direitos e reconhecimento por parte do movimento e dos companheiros, os momentos de impasse e de superação de seus próprios limites e preconceitos, a persistência e dedicação de algumas assessoras e militantes para ter seu trabalho reconhecido, valorizado e assumido pelo conjunto das diretorias, em que pese algumas resistências individuais. Ou seja, também elas, ao longo dessa trajetória, foram se constituindo enquanto classe. Mas compreendendo e ampliando sua percepção de que vivem uma outra opressão, de gênero, que precisa ser assumida e questionada concretamente em suas vidas.

Os anexos trazem alguns documentos que possibilitam entender melhor certas afirmações, assim como ter contato com o material produzido no período. Ao tratar daquele assunto, será indicado a que figura corresponde, na parte final do livro.

Capítulo I - Trabalhadores rurais se organizando

"Resistir às balas, às porradas em campo aberto, até que não era tão difícil. Você leva uma paulada perdida, e de outras você se livra, pois os companheiros são fiéis, e não fogem da parada. Quer ver difícil é em casa. Cada um no seu mundo. Cada companheiro com seus problemas. É difícil o pai de família ver seus filhos passando fome. Sentir a doença, a nudez, a miséria invadir nossa casa e não poder fazer nada, pois, para isso, teria que resolver a fome de imediato. Essa briga é diferente, desigual. Nem todo mundo estava preparado para essa luta. Quem tinha roçado, ajudava àquele que não tinha. Trabalhávamos todos juntos. Era de doer, olhar tanta terra em desuso, tanta mata, tanta capoeira. E nós, com muita força, muita necessidade, e não podíamos usufruir da terra..."

José Eduardo de Lima Filho - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares antes do Golpe. Apud Menezes (1983:27)

Livrai-me do barracão, São Cosme, São Damião
Livrai-me do barracão, Santana Mãe de Maria
Nunca vi tanta sangria, no ponto, na medição
Nas tarefas, na cubagem, nos preços do barracão

Canto popular [8]

1.1 . O Brasil de 1945 a 1964

Após a Segunda Guerra Mundial, viveu-se um período de crescimento da economia mundial e de prosperidade para os trabalhadores, com o estabelecimento do Estado de bem-estar social nos países capitalistas desenvolvidos. Foram os "anos dourados" de que fala Hobsbawm (1995:253).

Particularmente no Brasil, essa expectativa de crescimento tinha um componente a mais: éramos um país continental com imensos recursos naturais, dando um salto em seu processo de industrialização, não só em nível de indústrias de base, mas dentro de uma política de substituição de importações de bens de consumo durável, impulsionada principalmente no governo Juscelino Kubitschek, utilizando-se, para isso, de capitais estatais, obtidos com o aumento de emissões, de capitais estrangeiros e de investimentos de empresas privadas.

Esse desenvolvimento, da forma como foi feito, levou a um aumento da penetração imperialista na economia brasileira, bem como a um crescente aumento da inflação.

A partir de então, foi se esboçando, de maneira mais clara, o padrão de desenvolvimento associado e dependente, consolidando-se um novo processo de acumulação, tendo como referência a burguesia nacional e estrangeira e a formação do capitalismo monopolista, concentrado na região Sudeste (JACCOUD, 1990).

Em termos políticos, apesar da derrota do nazi-fascismo, da queda de boa parte das ditaduras e da conquista de mais liberdades e direitos no final da II Guerra Mundial, a partir de 1947, com a Guerra Fria, [9] esse quadro

8 JC. 16.jun.1963.

9 A denominada Guerra Fria, isto é, o confronto político, ideológico, militar, diplomático etc. que envolveu as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética no pós guerra, foi muito forte neste período. Os EUA procuravam passar a ideia de que havia uma

sofreu um retrocesso de tal modo que, considerando-se o período entre 1945 e 1964 como democrático, em linhas gerais, pois existiam eleições, pluralidade partidária, liberdade de imprensa, foi ele, porém, marcado pelo autoritarismo, constantes ameaças de golpe e algumas restrições significativas ao pleno exercício da cidadania: os analfabetos não podiam votar, o PCB foi mantido na ilegalidade, a repressão era praticamente constante, quando não no plano federal, por parte de muitos governos estaduais. Era, portanto, uma democracia bastante limitada.

Esta democracia ficou conhecida como populista.

Nesse sentido, algumas questões se colocam em relação ao uso do conceito de populismo para o período compreendido entre 1945 e 1964. Celso Frederico, comentado sobre o Golpe de 64 – 40 anos depois, fala do populismo como um conceito vago. Diz ele: *"A ausência de rigor teórico gerou uma proliferação de teorias sobre "política populista", "governo populista", "sindicalismo populista" etc. Verdadeiro passaporte universal, tal teoria tudo incluía para tudo diluir numa generalização abusiva que tanto prejuízo trouxe às ciências sociais"* (FREDERICO, 2004:101). Vários autores também criticaram acidamente o uso do termo, algumas vezes partindo do debate de ideias, outras, de uma raivosa desqualificação. Em que pese toda essa discussão, e reconhecendo os problemas que a expressão acarreta, o termo na acepção de Weffort pode ser adequado quando indica que o movimento sindical populista é ligado a uma visão nacionalista e se volta para uma política de colaboração de classes. Ou seja, o populismo significou, em termos de classe, a tentativa da burguesia industrial de consolidar-se hegemonicamente no Estado, que, por outro lado, não poderia mais ignorar as demandas populares. Sendo assim, a classe trabalhadora, particularmente a urbana, passou a participar mais ativamente do jogo político institucional, embora o Estado procurasse mantê-la dentro de certos padrões de controle e limites.

Contudo, esse processo foi também contraditório, pois as classes trabalhadoras, na medida em que iam conseguindo se expressar, abriam espaços e perspectivas nem sempre desejadas pela burguesia e pelo Estado populista (WEFFORT, 1980). Ou seja, os trabalhadores são sujeitos de sua história. Se, de um lado, podem considerar sua situação de vida e procurar uma melhoria

---

constante ameaça ao mundo capitalista por parte da URSS, dos movimentos de esquerda e nacionalistas. Na América Latina, vista como área de influência dos EUA, eram comuns as perseguições por motivos políticos e ideológicos, e mesmo governos eleitos que não se ajustavam aos interesses norteamericanos eram perseguidos e/ou derrubados.

coletiva, sem questionar as estruturas da sociedade, podem, de outro, propor uma mudança mais radical. Em qualquer desses casos, as classes dominantes temiam a ação dos trabalhadores, e estes iam abrindo espaços para se expressar e exigir direitos de maneira mais autônoma e, muitas vezes independente.

Dessa forma, e apesar das dificuldades e limitações do avanço das forças democráticas e populares, se o sindicalismo, por exemplo, era condicionado pela existência do imposto sindical e pelo atrelamento ao Ministério do Trabalho, por outro lado, e a partir de conjunturas favoráveis, criou organizações paralelas, como foi o caso do Pacto de Unidade Intersindical – PUI, organizado a partir da greve de 1953, em São Paulo, e que chegou a aglutinar não só sindicatos mas federações de mulheres, associações de bairro, entidades estudantis e políticas durante anos. Também o Pacto de Unidade e Ação (PUA), de 1957, ou o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de 1962, deram certa autonomia e permitiram articular melhor as lideranças, imprimindo mais agilidade e vigor ao movimento e às lutas dos trabalhadores (ABREU E LIMA, 1995).

Nesse contexto, os movimentos sociais, apesar de se organizarem em função de reivindicações específicas e econômicas, de suas necessidades mais sentidas e dos direitos mais elementares vão, a partir da própria prática, entrando em contato com questões e situações mais gerais, que tendem a politizá-los. No dizer de Jaccoud (1990:22),

> se os movimentos sociais não se confundem com os partidos políticos e outros canais de luta pela hegemonia política eles, especialmente em determinados momentos da luta de classes e da luta política, avançam em seus clássicos limites de atuação e reivindicação. Passam a desenvolver expectativas ou propostas de mudanças sociais e a confrontar-se e mesmo incorporar projetos políticos elaborados externamente.

No caso, até o início dos anos 60, a presença política no campo era, fundamentalmente, do Partido Comunista do Brasil, cuja sigla era PCB.

A tendência nesse sentido foi clara, no que diz respeito aos trabalhadores rurais, e isto, em diversos momentos, propiciou um certo distanciamento entre as direções, mais politizadas e preocupadas em responder a questões mais políticas e gerais, e as bases, muitas vezes dando os primeiros passos em sua experiência de luta e organização em torno de reivindicações imediatas.

Quanto aos movimentos sociais no campo, esse caráter mais político se colocava até porque as contradições eram muito mais acirradas e radicalizadas, por parte mesmo dos proprietários. Reivindicações meramente econômicas eram consideradas, por estes, como questionamento ao seu poder secular e, nessa medida, essas lutas rapidamente assumiam um caráter também de reconhecimento de direitos e de construção da ideia de cidadania, inserindo-se no movimento mais geral de conquistas democráticas.

No mundo rural, onde a exclusão política e social dos trabalhadores foi sendo construída ao longo de séculos de escravidão e mantida, posteriormente, por conta de uma dominação não só econômica e política, mas também cultural, a violência, o medo e o conformismo dificultavam, por seu turno, a organização dos trabalhadores. Ser injustiçado e sentir-se revoltado não implicava, necessariamente, numa ação contrária imediata a esse estado de coisas. Porém, quando a conjuntura se tornava mais favorável, a tendência era de avanço. Entre 1945 e 1960, ocorreram várias greves no campo, particularmente em São Paulo (MEDEIROS, 1989:19). E, no início dos anos 60, o que se vê é o aumento das lutas e organização dos camponeses, agora também através do sindicalismo rural.

O trabalho feito na época com os camponeses [10] era organizado pelo PCB, cuja análise da sociedade brasileira falava da existência de restos feudais no campo, que deveriam ser eliminados para dar vez ao desenvolvimento do próprio capitalismo. Assim sendo, considerava-se que era de interesse não só dos camponeses, mas também da burguesia nacional, acabar com o latifúndio. Dentro dessa perspectiva, a revolução no Brasil seria democrático-burguesa e a reforma agrária teria um papel central nesse processo.

A organização dos camponeses, porém, dar-se-ia a partir de suas reivindicações mais sentidas e imediatas, mais fáceis de serem conquistadas, tais como a luta pela abolição de vales e do barracão, por um maior prazo nos arrendamentos, por crédito mais barato, entre outras.

Mesmo na ilegalidade, o PCB manteve algum trabalho no campo e, em 1954, na II Conferência Nacional de Lavradores, foi fundada a União dos

10 Andrade explicita o termo *camponês,* usado com sentido diferente na Europa e em outras regiões. No Brasil, pode ser entendido como aquele que foi expropriado da terra e dos utensílios de trabalho, vivendo exclusivamente da sua força de trabalho (assalariado), ou como o que ainda tem pequenas porções de terra na qualidade de proprietário, arrendatário ou meeiro, cultivando lavoura de subsistência e vendendo o excedente, complementando sua renda mediante trabalho para grandes e médios proprietários. A expressão camponês será aqui usada em termos mais gerais, referindo-se a quem vive e trabalha no campo.

Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, com a presença de 303 representantes de 16 estados, tendo-se discutido os seguintes temas: direito de organização em associações e sindicatos, direito de greve, reforma agrária, previdência social e reivindicações específicas das diversas categorias presentes, inclusive mulheres e trabalhadoras agrícolas. As reivindicações trabalhistas eram pela aplicação do salário mínimo, jornada de oito horas, férias etc. Embora a questão da reforma agrária figurasse na abertura do documento final, as questões trabalhistas tiveram um grande peso nesse evento (MEDEIROS:1989:31/32).

A partir de 1955, o movimento camponês tomou um grande impulso com a criação da Liga Camponesa do engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Apesar de criada, inicialmente, com finalidade assistencial, rapidamente passou a aglutinar parceiros e meeiros em torno de reivindicações específicas relativas ao pagamento do foro e ao direito de permanência na terra, utilizando-se, para isso, da legislação contida no Código Civil. Apesar desse aspecto jurídico, sua luta tinha um componente político muito forte, a ser melhor explicitado no ítem 1.3 deste trabalho.

Como as tensões no campo eram frequentes, vários conflitos ocorreram: em Goiás, posseiros ameaçados de despejo resistem e conquistam a terra (Trombas e Formoso, 1957/1961), como também no sudoeste do Paraná (Porecatu), região de expansão da fronteira agrícola, e na Baixada da Guanabara. Não foram, porém, vitoriosos, em Santa Fé do Sul, São Paulo.

Não era fácil, porém, manter a organização dos trabalhadores rurais, pois estes viviam dispersos, muitas vezes isolados, eram arredios e desconfiados e, portanto, mais sujeitos à influência e à pressão dos patrões e dos poderes públicos; o êxodo rural e as migrações eram constantes, além do que lhes faltava tradição e experiência para se organizarem de maneira independente, segundo o jornal Terra Livre nº. 88, de fevereiro de 1960, citado por Medeiros (1989:51).

Nos anos 60, o movimento camponês cresceu e as discussões sobre a questão fundiária ampliaram-se, atingindo outros setores da sociedade, inclusive a Igreja Católica, que passara a atuar no campo organizando um trabalho de sindicalização rural, temerosa principalmente do avanço das Ligas e do PCB.

Nesse contexto, alguns governos estaduais começaram a adotar medidas com vistas a enfrentar conflitos no campo (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul). Neste último, organiza-se o Movimento de Agricultores Sem Terra – MASTER, cujas lideranças eram ligadas ao então governador Leonel Brizola.

No plano federal, começaram a ser feitos estudos com vistas a um projeto de alteração da estrutura fundiária do país que, posteriormente, deu origem ao Estatuto da Terra. Em 1962, pela portaria 355 – A, de 20 de novembro, foi regulamentada a sindicalização rural, permitindo a criação de quatro diferentes sindicatos: o de trabalhadores na lavoura, de trabalhadores na pecuária e similares, de trabalhadores na produção extrativa rural e de produtores autônomos.[11] Nesse mesmo ano foi criada a Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA) e, em 1963, a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), visando promover a sindicalização em regiões específicas, podendo realizar um trabalho de educação e de aperfeiçoamento sindical. Ainda em 1963 foi aprovado pelo Congresso Nacional o Estatuto do Trabalhador Rural – ETR, sob a lei 4.214, de 02/03/63, garantindo aos assalariados rurais os direitos trabalhistas tais como salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, licença maternidade etc.

Essas conquistas, contudo, encontraram ferrenha resistência por parte dos proprietários de terra, fortemente organizados no Congresso Nacional principalmente no Partido Social Democrático (PSD) e na União Democrática Nacional (UDN) e que procuraram, ao longo do período, desenvolver um trabalho articulado e criar uma imagem positiva, como pessoas que trabalhavam sem receber incentivos do governo, reivindicando políticas especiais de crédito, de apoio à produção entre outras, com o que, segundo eles, seria também possível a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores.

Com a intensificação das lutas, porém, muitos proprietários agiam diretamente em defesa de seus interesses usando da violência, que sempre lhes parecera natural, ameaçando, expulsando e assassinando trabalhadores rurais. Foram muitos os casos, no Nordeste, particularmente em Pernambuco e na Paraíba, como o assassinato, neste Estado, de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas de Sapé.

Em dezembro de 1963, fundou-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG.

Por fim, em 13 de março de 1964, João Goulart assinou um decreto que desapropriava as terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, das ferrovias e dos açudes construídos pela União, para fins de reforma agrária.

11 Esta portaria foi modificada, após o Golpe, pela portaria nº 71, de 02/02/65, que determinava a existência de um único sindicato de trabalhadores rurais, representando estas diferentes categorias.

O avanço do movimento democrático, popular e sindical era grande. E o Estado foi tendo, cada vez mais, dificuldade em levar uma política de certa forma consensual entre as classes antagônicas da sociedade: à burguesia nacional e à estrangeira interessava o aumento da taxa de exploração do trabalho, enquanto os assalariados queriam aumentar os seus ganhos reais, corroídos, inclusive, pela inflação. Estes, sob influência do PCB, passaram a ter um projeto político que implicava no fortalecimento das reivindicações nacionalistas e reformistas, apontando para uma série de transformações sociais e econômicas conhecidas como reformas de base.

Apesar das dificuldades e debilidades das lutas populares, como a falta de maior participação dos trabalhadores em seus organismos de classe, ou a vinculação oficial destes ao Ministério do Trabalho, por exemplo, houve avanços em sua organização e em suas conquistas, que não se limitaram a questões econômicas, mas também políticas e ideológicas, o que pode ser constatado nas comissões de fábrica do ABC, conforme Negro (2004). Participar dos movimentos no campo significava uma atitude de enfrentamento a séculos de dominação e de dependência política. Apoiar a legalização do Partido Comunista significava uma compreensão mais ampla do que é democracia.

O tempo, porém, foi curto para consolidá-los de uma maneira mais profunda, particularmente no campo. A maioria da esquerda, sob a influência do PCB, colocou-se estreitamente ligada ao governo e, portanto, no campo da legalidade, sem se preparar para a necessidade de resistir a um possível endurecimento da direita.

Com o aguçamento da luta de classes, a burguesia procurou reformular o Estado a partir dos interesses do grande capital nacional, multinacional e associado. O Golpe de 64 foi, portanto, a opção feita pelas classes dominantes no intuito de garantir esse processo, procurando pôr um fim às mobilizações populares, estreitando o campo de participação democrática e popular e, consequentemente, recompondo seu poder, através da ditadura militar instaurada em 31 de março.

1.2 – A situação dos trabalhadores rurais em Pernambuco

A região mais importante do ponto de vista da agricultura, no estado de Pernambuco, foi, ao longo de séculos, a zona da Mata. Grande produtora de açúcar desde os tempos coloniais, ela é marcada por algumas diferenças, sendo a Mata Norte conhecida como seca, e a Mata Sul, como úmida.

No início do século XIX, era no sul que se localizava a área mais adequada à cultura canavieira e, portanto, os engenhos mais ricos, que dispunham de um grande número de escravos. No norte, o número destes era menor e encontravam-se índios, mulatos e negros livres, contratados como trabalhadores assalariados. Havia também terras de irmandades religiosas arrendadas a pequenos agricultores, que desenvolviam lavoura de subsistência (ANDRADE, s/d:93).

Os moradores que se estabeleciam nos engenhos, levantavam suas choupanas, faziam um pequeno roçado e trabalhavam dois ou três dias por semana para o senhor de engenho, gratuitamente ou por um preço muito baixo, constituindo-se nos moradores de condição.

Já na segunda metade daquele século, com as restrições ao tráfico e, posteriormente, as leis que culminaram com a abolição, boa parte da população escrava foi vendida para os cafezais do sul do país, aumentando o número de trabalhadores assalariados.

Em toda a zona da Mata, porém, os moradores, os trabalhadores rurais, ex-escravos ou seus descendentes recebiam, no início do século XX, salários irrisórios, ainda mais quando o preço da cana baixava.

Os fornecedores de cana, em suas disputas com os usineiros, transferiam seus prejuízos para os lavradores, que iam se proletarizando. Os que mais se prejudicavam eram os proletários rurais, que, muitas vezes, tinham seus salários reduzidos em mais de 60%, sob alegação de que dispunham de sítios, sua principal fonte de subsistência (ANDRADE, 1989a:66).

Quando os trabalhadores rurais começam a se organizar, nos anos 50 e 60, a quantidade de assalariados agrícolas já era considerável, embora houvesse um número expressivo de pequenas propriedades arrendadas em algumas regiões.

A situação de todos, porém, era bastante precária.

Como não podia produzir tudo o que consumia, e ganhava muito pouco como assalariado, o trabalhador se abastecia no barracão. Se ficava devendo

muito, tomava empréstimo ao patrão. Se o empréstimo ficava muito alto, o patrão o ameaçava de desconto no próprio salário. Sua única possibilidade, então, seria tentar sair e encontrar um outro proprietário que lhe desse um adiantamento para saldar o débito, "vendendo-se" ao novo proprietário. Caso isso não acontecesse, teria que tentar fugir. Se preso, ficava na propriedade do credor trabalhando durante o dia e preso à noite, sob vigilância (ANDRADE, s/d:118).

O Estatuto da Lavoura Canavieira, firmado na década de 30, em seu artigo 90, afirmava que os trabalhadores rurais tinham direito a um salário mínimo (ANDRADE, 1989a:79). Também a CLT, em seus artigos 76 e 129, concedia-lhes, além deste, o direito a férias desde 1943 (ANDRADE, s/d:118). Nada disso, porém, era efetivado. Dos proprietários, eles nada recebiam além de assistência médica, farmacêutica, dentária, no caso de extração de dentes, e social, o que tinha como intuito prendê-los à propriedade.

Este mesmo autor cita um proprietário que, durante o Estado Novo, procurou desenvolver uma política social assistencialista a partir dos princípios da encíclica *Rerum Novarum* *"atingindo a comercialização de alimentos em seus engenhos e organizando grupos de escoteiros para iniciar a formação de quadros para as indústrias"* (ANDRADE, 1989a:75/77). Ao mesmo tempo, para combater o comunismo, favoreceu a difusão do integralismo na usina Catende.

O fato de dar assistência ao trabalhador era um aspecto importante para definir quem era um bom patrão. Um dos entrevistados, falando de sua infância no engenho Nova Cintra, lembra que o proprietário era bem visto porque pagava corretamente, internava os doentes etc. Por outro lado, passando-se por seu protetor, imiscuía-se na vida particular dos trabalhadores, controlando-os:

> Quando a filha de um trabalhador 'se perdia', ele chamava o pai da moça e dizia: 'Olhe, mande sua filha prá casa de algum parente em outro lugar, que eu não quero mulher solteira aqui não.' Ele era muito taxativo, era tudo sob o regime dele, mas era um bom patrão. Quando veio o Golpe se soube que haviam duas pessoas que tinham carteirinha das Ligas Camponesas. Essas pessoas foram procurá-lo e ele sugeriu que jogassem as carteiras no mato. Esses dois trabalhadores se consideravam escravos, tinham consciência disso, se consideravam 'cassacos do eito' (cassaco é um tipo de rato feito um preazinho), mas na hora do perigo ainda foram

> pedir ao seu patrão. Já no engenho vizinho o proprietário não interferia em nada mas era considerado um mau patrão: pagava menos, e se um trabalhador falecia, mandava sua família embora, não se importando com a situação da viúva e dos filhos. Nesse engenho, quase todo mundo tirou a carteira das Ligas.
>
> João Francisco da Silva[12]

A situação geral da mulher no campo, como se percebe a partir deste relato, era de total dependência. Se casada, tinha muitos filhos e era sustentada pelo marido (o que, de resto, era norma mesmo para a mulher da cidade). Se viúva, podia ser expulsa do engenho com os filhos. De um lado, entende-se que o patrão deseje o imóvel desocupado para colocar nova família. De outro, considerando-se a preocupação em tirar do engenho a moça desvirginada, pode-se inferir sua visão sobre a mulher respeitável e, portanto, digna de viver em suas terras: aquela que não pudesse ter uma vida sexual autônoma fora dos quadros do matrimônio.

Embora agindo de maneira diferente na relação com seus trabalhadores, e estes também agiam diferentemente em relação aos patrões no que se refere às Ligas, no que diz respeito à questão das relações de gênero pode-se fazer uma certa aproximação entre esses dois patrões.

Quanto às mulheres, se não contassem com a solidariedade dos familiares, que provavelmente eram pobres e conservadores quanto a atributos tidos como indispensáveis à sua condição de mulher, por certo enfrentariam muitas dificuldades para sobreviver com dignidade.

Vale observar ainda que, apesar de a virgindade ser valorizada socialmente, na prática, muitas vezes, eram os proprietários, administradores ou responsáveis pelos engenhos que, utilizando-se de suas prerrogativas, defloravam moças que viviam em seus domínios, tradição que vinha dos tempos da escravidão.

A violência era comum nos engenhos e as injustiças, constantes. Camponeses eram expulsos sem nada receber e suas plantações eram destruídas. Trabalhadores eram espancados ante a acusação de terem chupado um pedaço de cana, chegando, às vezes, à morte, em decorrência das sevícias sofridas.

12 No final deste livro, da página 238 a 241, existe a relação de todos os entrevistados, situando brevemente sua relação com o sindicalismo rural.

Tomar posição contra esta situação era muito arriscado. Se isso acontecia, significava a perda do trabalho e expulsão do engenho. Dependendo do caso, o morador indignado tinha mesmo que fugir correndo, deixando tudo para trás, antes que violência maior o atingisse.

Muitos se acomodavam, temerosos diante da força dos poderosos; outros emudeciam e aceitavam os sofrimentos, na crença de que a humildade e a mansidão eram atributos importantes para se aproximarem de Deus.

E assim a dominação se dava, pelo uso da força e da pressão, respaldada por séculos de mandonismo dos barões do açúcar ou dos coroneis do interior que, donos da propriedade, exerciam o poder e controlavam as instituições políticas e sociais existentes.

Esse poder de mando, muitas vezes, era exercido diretamente pelo proprietário. Outras, por seus prepostos. Segundo Palmeira, em análise política feita para o PCR em 1966, a hierarquia de uma usina era formada por vários segmentos: no geral, após o dono, vinha o gerente de campo, responsável pelos bens, ocorrências e produtividade. Em seguida, vinha o capitão de campo ou fiscal, tendo sob sua responsabilidade, geralmente, cinco engenhos. Cada engenho tinha um administrador, a maior autoridade local: admitia, demitia, suspendia, multava, autorizava ou proibia festas no engenho, sendo ele, geralmente, quem castigava fisicamente os camponeses. Havia o barraqueiro, responsável pelo barracão e pelo pagamento dos camponeses; o cabo geral, que controlava o tirador de conta (limpador do mato); o cabo da palha, que controlava o cortador de cana e o cambiteiro, que trabalhava com os animais. O cabo quase sempre andava armado, era alfabetizado e preparava a folha de pagamento, juntamente com o barraqueiro. Por fim, havia o vigia, geralmente mal visto por todos os trabalhadores, já que sua função era reprimir. Era um poder articulado e praticamente compacto. Dificilmente um trabalhador se sentiria encorajado a desafiá-lo.

Todo esse sistema, contudo, podia também levar os assalariados a se posicionarem de outra forma.

Em algumas ocasiões, chegavam mesmo a reagir diretamente contra esse estado de coisas. Em agosto de 1961, dois trabalhadores da usina Salgado, em Ipojuca, foram acusados de assassinar o gerente da usina que, segundo o noticiário, "*...desrespeitando os contratos de trabalho, vinha tentando descontar dos minguados salários dos operários, aluguéis de casa, luz, água e lenha, com capangas invadindo lares, espancando pessoas, inclusive mulheres grávidas, numa atitude tipicamente latifundiária.*" [13]

13 A Hora. 19 a 25.ago.1961.

1.3. As Ligas Camponesas

Após a Segunda Guerra Mundial, houve uma aceleração do processo de penetração capitalista no campo, no Brasil, com a construção de grandes obras e expansão do crédito. No Nordeste, foram construídas as primeiras grandes represas do São Francisco, visando ao fornecimento de energia elétrica (ANDRADE, 1989b: 21). Foi um período no qual estavam ocorrendo muitas mudanças.

No setor agrícola, com a expansão da produção, houve uma maior valorização das terras. A região que mais se beneficiou nesse processo de modernização, que se iniciara no primeiro governo de Vargas, foi a região Sudeste, que deixou de se abastecer com o açúcar nordestino e passou a disputar as cotas de exportação de açúcar no mercado internacional. Em 1955, São Paulo ultrapassou a produção pernambucana (ANDRADE, 1989a: 81).

Até então, quando ocorria uma crise nos preços do açúcar, os proprietários reduziam suas atividades e seus trabalhadores enfrentavam a situação retomando ou ampliando a cultura de subsistência, o que os mantinha presos aos engenhos e disponíveis para voltar à produção canavieira quando esta se expandisse em conjunturas de preços favoráveis.

A intervenção do Estado levou a uma modernização conservadora, que solidificou o bloco dominante. No caso do açúcar em Pernambuco, manteve-se a concentração fundiária e acentuou-se o caráter monocultor da economia, bem como o baixo nível de renda da população, expropriando e proletarizando o produtor direto que foi perdendo, com a expansão da cana, os espaços ocupados pelas culturas de subsistência.

Nesse processo, foram duramente atingidos os foreiros, parceiros e pequenos proprietários, que viviam relações não especificamente capitalistas de trabalho. Como também o morador que, residindo no engenho, tinha o direito de cultivar a lavoura branca (milho, mandioca e feijão) e a obrigação de prestar dois ou três dias de serviço por semana (condição) ao proprietário, recebendo um pagamento menor que aquele dado aos assalariados rurais permanentes, que não moravam no engenho.

Através da expulsão do morador, da supressão do direito do cultivo do sítio, do aumento dos dias de cambão, que era o trabalho obrigatório feito no engenho durante 10 a 20 dias por ano sob responsabilidade do foreiro, foi sendo levada a efeito a proletarização no campo.

Na medida em que tais transformações foram ocorrendo, a relação entre o agregado e o proprietário foi se tornando mais clara, deixando de existir determinados mascaramentos que a encobriam. A ilusão a respeito de um "pretenso universo comunitário" (AZEVEDO, 1982:52), construído em cima de relações baseadas na troca de concessões e lealdade mútuas, foi sendo destruída a partir do momento em que os camponeses e moradores foram sendo levados a perder seus sítios e roçados, transformando-se, assim, em assalariados rurais.

Como reação a esse processo de expropriação, foi que se organizaram, em meados dos anos 50, as Ligas Camponesas.

Entidades com esse nome já haviam aparecido logo após a democratização de 1945. Até 1947, quando colocado na ilegalidade, o PCB organizou cerca de cem ligas, fechadas pela polícia e pelos latifundiários segundo informação de David Capistrano a Cavalcanti, (1985:124). Havia Ligas em Timbaúba, Jaboatão, Moreno, Cabo, Palmares, Goiana, Carpina e em outros municípios, bem como nos arredores do Recife, como a Liga de Iputinga, dirigida por José dos Prazeres, Amaro do Capim e Carlos Cavalcanti. Em 1946, Francisco Lima, presidente da Liga Camponesa de São Lourenço, foi assassinado por capangas da usina Tiúma (CAVALCANTI, 1985: 126).

A partir dessas associações civis, o PCB procurava desenvolver seu trabalho no campo no sentido de formar a aliança operário-camponesa, contrapondo-se, assim, ao latifúndio e ao imperialismo (AZEVEDO, 1982:55).

Nos anos 50, alguns comunistas ou ex-militantes tentaram recriar as Ligas com outros nomes. O que veio a se dar concretamente em 1955, com a formação da Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), fundada em Vitória de Santo Antão com fins basicamente assistenciais, ou seja, para fornecer assistência médica, jurídica, criar escolas e uma caixa funerária para os seus associados. Essa sociedade era orientada por José dos Prazeres, ex-militante do PCB, e teve como primeiro presidente Paulo Travassos, que era comunista.

O proprietário do engenho Galileia, apesar de concordar inicialmente, sendo, inclusive, presidente de honra da entidade, advertido por outros, resolveu não mais aceitar a associação. Os pequenos arrendatários que aí viviam, cerca de 140 famílias, recusaram-se a dissolver a SAPPP, a pagar o aumento do foro e passaram a resistir contra a ordem de despejo do proprietário.

Tendo que enfrentar a repressão feita por parte de destacamentos policiais, os foreiros procuraram apoio jurídico e político na capital e, a partir de então, começaram uma luta que os tirou do isolamento, colocando-os como uma força política importante, inclusive no cenário nacional.

A base social do movimento eram os pequenos arrendatários, parceiros, minifundistas e moradores dos engenhos, que reivindicavam, além do direito de permanecerem na terra, o pagamento das benfeitorias feitas por eles. E como essas questões eram tratadas pelo Código Civil, que regula a relação entre os contratos comerciais, o principal recurso adotado foi o jurídico, embora o apoio político também fosse fundamental. Nesse contexto, os conflitos no campo não estavam sendo resolvidos apenas na base da força. Antes era comum, para se conseguir a expropriação dos camponeses, usar expedientes tais como a destruição da lavoura branca, a expulsão dos foreiros e a demissão dos moradores; agora, o proprietário tinha que dar alguma satisfação à Justiça.

A repressão atribuiu o nome de *Ligas* à organização destes trabalhadores para caracterizá-los como comunistas, em alusão ao nome por estes utilizados para certas organizações populares. Os trabalhadores assumiram o nome e passaram a utilizá-lo para denominar as organizações e o movimento que surgia.

Neste primeiro momento, a ação das Ligas voltou-se principalmente para a assistência e organização dos camponeses em litígio, através de campanhas de denúncia e agitação, buscando transformar a questão agrária, normalmente tratada pela imprensa de então, nas páginas policiais, numa questão social e política.

Comprometendo setores progressistas e liberais do Recife, que denunciavam, na imprensa ou na Assembleia Legislativa, a repressão, os moradores do engenho Galileia contaram, na esfera jurídica, com a atuação de Francisco Julião, advogado e deputado estadual, que, a partir de então, tornou-se o grande dirigente das Ligas.

Fazendo várias mobilizações, locais ou na capital, participando de congressos, encontros e passeatas, eles conseguiram, em 1959, a desapropriação das terras do engenho Galileia. [14]

---

14 A contribuição das Ligas no Congresso de Salvação do Nordeste, em agosto de 1955, foi relevante, quando da discussão sobre os problemas da terra, sendo uma das moções mais importantes a que dizia respeito à necessidade da reforma agrária. Nesse mesmo ano, no mês seguinte, as Ligas organizaram o 1º. Congresso Camponês de Pernambuco, que contou com cerca de três mil camponeses e trabalhadores rurais.

Nessa época, as Ligas se organizavam em delegacias ou núcleos, por município, distritos ou fazendas. Em âmbito local, eram compostas só de camponeses; em termos mais amplos, porém, constituíam uma entidade estadual com sede na capital, regida por um estatuto único cuja direção principal era um conselho deliberativo, núcleo político e ideológico formado por treze membros, entre sócios efetivos, beneméritos e honorários, camponeses ou não. Além das principais lideranças camponesas, havia parlamentares, profissionais liberais, intelectuais e estudantes (AZEVEDO, 1982:76).

Apesar das dificuldades, os integrantes das Ligas faziam um trabalho persistente e criativo para divulgar suas propostas no meio rural. Segundo Francisco Julião, citado em Lins (1987:37)

> ... O trabalho de proselitismo da massa camponesa é feito com paciência e obstinação. Os caminhos são muitos. Da conversa de 'pé de pau', na casa de farinha, no meio do caminho, na feira, na missa, no terço, no enterro, na briga de galo, no eito, na palha da cana, no boletim escrito em linguagem singela, em tom evangélico, como o Guia, o ABC, o Recado, a Cartilha, a Carta de Alforria, tudo o que a experiência indica e a imaginação sugere é usado como meio para despertar, atrair, unir e organizar os camponeses em Ligas.

Embora a desapropriação tenha sido feita como um ato de exceção e sob o controle do governo,[15] para a grande imprensa, que representava os interesses e a visão da classe dominante mais atrasada, foi considerada como um precedente perigoso, e os camponeses, tratados como invasores comunistas e subversivos.

Esta conquista, apesar de parcial, até porque apenas 47 famílias receberam lotes no local (as outras cem seriam distribuídas por outros engenhos), facilitou enormemente a ampliação das Ligas.

Em 1961, as Ligas congregavam cerca de dez mil associados e quarenta delegacias no estado, tendo destaque as seguintes: na zona da Mata, Goiana, Igarassu, Paudalho, Paulista, São Lourenço da Mata, Olinda, Recife, Vitória de Santo Antão, Moreno, Jaboatão, Cabo, Escada, Cortês e Barra de Guarabira;

---

15 Na época, Cid Sampaio, eleito representando uma frente progressista de oposição, chamada Oposições Unidas, composta pela UDN, PTB, PSB e PCB, contra a oligarquia ligada ao PSD.

no Agreste e no Sertão, Limoeiro, Bom Jardim, Orobó, João Alfredo, Surubim, Gravatá, Bezerros, Caruaru, Belo Jardim, Pesqueira, Buíque, São Bento do Una e Bonito (LINS, 1987:55).

Esta expansão atingiu outros estados do Nordeste, particularmente a Paraíba, bem como outras regiões do país. *" Em qualquer estado do Nordeste, mesmo onde a Liga não (fora) fundada, (era) comum um camponês injustiçado dizer para o capataz ou para o patrão: 'Graças a Jesus Cristo, a Liga vai chegar. Será nossa liberdade"* (ANDRADE, s/d: 249).

No início dos anos 60, ocorreu uma virada política e ideológica nas Ligas, influenciada, inclusive, pela Revolução Cubana e tendo como pano de fundo a análise da sociedade brasileira e o caráter da revolução a ser organizada no país, o que as levou a um racha com o PCB que, até então, apoiava e atuava nas Ligas.

Após a visita de Julião a Cuba, as Ligas passaram a considerar possível alcançar, sem etapas, o socialismo, o que não era a visão do PCB (BRAYNER, 1989:72).

Para este partido, a sociedade brasileira possuía resquícios feudais e seu processo revolucionário dar-se-ia por etapas, sendo a primeira de conteúdo democrático-burguês, e a segunda, socialista. Esta análise implicava numa série de alianças de classe e na necessidade de priorizar algumas lutas. Sendo a contradição principal aquela entre os interesses democráticos-nacionais e o imperialismo, o objetivo maior, no imediato, era, portanto, a emancipação nacional e não as contradições específicas de classe.

A luta pela reforma agrária, nessa ótica, não podia ser priorizada na medida em que a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura poderia ser deixada para uma etapa posterior (AZEVEDO, 1982: 87). A revolução brasileira seria de caráter nacional-democrático, implicando na formação de uma frente única de composição muito ampla, englobando mesmo proprietários rurais que tivessem contradições com o imperialismo. O movimento social no campo, em vista disso, não poderia ser muito radical e deveria se encaixar dentro de uma certa hierarquização de lutas. O setor prioritário, para o PCB, era o dos assalariados rurais. Sendo assim, eram os sindicatos que deveriam ser fortalecidos, e as lutas salariais e por melhores condições de trabalho, priorizadas.

Além disso, na análise do PCB, o sindicato tinha um caráter mais amplo, pois englobava o conjunto da categoria, enquanto as Ligas só defendiam os

interesses daqueles que trabalhavam na terra como autônomos. O sindicato valoriza o aspecto trabalho, e não a propriedade, mesmo que pequena, como no caso das Ligas.

Este era outro ponto de forte divergência entre as duas principais lideranças de esquerda no campo. Para as Ligas, eram os pequenos proprietários e parceiros a principal força do movimento social no campo, até porque eram estes os setores com mais possibilidade de mobilização, pois não dependiam dos patrões. Logo, a principal reivindicação seria a reforma agrária.

Esta reforma, ao manter o direito de propriedade, não se constitui numa medida socializante. Contudo, ao se considerar o processo revolucionário por etapas, e a extrema concentração de terras existente no país, era uma medida indispensável, embora subordinada à contradição principal.

As Ligas não aceitavam a hierarquização tática das lutas e consideravam como parcial e tecnicista o conteúdo da reforma agrária definido pelo PCB, que consistia na desapropriação das terras do Estado e das grandes propriedades incultas; no loteamento de terras entre pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra, a preços módicos; isenções fiscais para as pequenas propriedades etc. Consideravam a reforma agrária radical como princípio estratégico da luta camponesa e foi com esta tese que saíram vencedores, apesar de minoritários, no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em Belo Horizonte em novembro de 1961, com a bandeira da 'Reforma Agrária na lei ou na marra.'[16]

Para o PCB, as Ligas subestimavam as lutas pelas pequenas reivindicações dos assalariados, superestimando o papel dos camponeses no processo da revolução brasileira, e, a partir desse Congresso, deu-se a ruptura definitiva entre os dois.

A ideia, porém, de que as Ligas eram mais radicais, nem sempre é isenta de questionamentos: seus encaminhamentos eram feitos com base no Código Civil, ou seja, utilizavam-se de um instrumento jurídico legal para obter suas reivindicações; e, apesar de falarem em revolução e criticarem os partidos, que eram considerados burgueses, participavam do processo político-eleitoral. A considerar esses elementos, as Ligas não poderiam ser chamadas de radicais. Medeiros (1989: 81) chama a atenção para o fato de que algumas ocupações,

16 Conta Julião a respeito: " Um brincalhão perguntou a um de seus fiéis, um camponês de Jaboatão: 'Não crês que a Reforma Agrária deve se fazer por etapas?'. E lhe explicou. Então o camponês, como bom soldado da Liga, respondeu de golpe: 'Não, companheiro, só a tapas." Francisco Julião . **Cambão, a cara oculta do Brasil.** Recife. mimeo. s/d).

como a de Trombas e Formoso, as da Baixada da Guanabara e a de Imbé, no município de Campos (esta última dirigida por José Pureza da Silva, tesoureiro da ULTAB), foram ocupações e ações armadas, todas dirigidas pelo PCB. No entanto, este partido era considerado, pelas Ligas, como reformista.

As Ligas se colocariam como radicais, contudo, na maneira de ver a tática usada no processo de revolução brasileira, que seria a luta armada.

Ao reelaborar suas concepções sobre a revolução brasileira, incorporando a experiência da revolução cubana e a teoria da guerra de guerrilhas, as Ligas procuraram criar uma organização camponesa que possibilitasse um enfrentamento armado quando isso se fizesse necessário. O Conselho Nacional das Ligas, composto por grupos de esquerda divergentes do PCB (o grupo que saíra ou fora expulso devido a seu apoio às teses das Ligas; o PC do B; a POLOP e grupos minoritários, inclusive os trotskistas), depois da invasão de Cuba, decidiu iniciar um treinamento de guerrilhas em Dianópolis, Goiás. Apesar de contar com a participação de camponeses, a maioria era formada por estudantes vindos de Pernambuco, sob o comando inicial de Joaquim Ferreira e, posteriormente, de Amaro Luiz de Carvalho, conhecido como Palmeira. Seu controle passou a ser exercido pelo PC do B (AZEVEDO, 1982:93).

A disputa interna intensificou-se; Julião foi perdendo o controle da organização e, em novembro, a área que servia de treinamento foi ocupada pelas Forças Armadas, o que enfraqueceu mais ainda as Ligas.

Buscando retomar sua expressão no movimento camponês em Pernambuco, procurando reorganizar seu trabalho de massas, agora não só no campo, mas abrindo-se para outros setores, foram fundadas, no início de 1964, Ligas de pescadores, de mulheres, de urbanos e de desempregados. Segundo entrevista de um dirigente das Ligas, Osias da Costa Ferreira, nessa época, foram novamente deslocadas para o Estado várias pessoas que daqui haviam saído: Luís Serafim atuava em Vitória de Santo Antão, outra equipe fora para Goiana e ele, Osias, para a Mata Sul.

A esta altura, porém, já era o movimento sindical rural quem dava a tônica no campo.

Capítulo II - Construindo o sindicalismo rural

"...As assembléias sindicais eram verdadeiras apoteoses. As vozes de protesto surgiam em cada boca. As denúncias contra os crimes dos senhores de engenho, dos fornecedores de cana e usineiros eram levadas às assembléias e às praças públicas. Os reacionários locais eram denunciados. Os policiais títeres eram apontados e surrados pelos camponeses. Os agentes secretos do exército, como aconteceu no engenho Oiteirão eram presos e desarmados. Os 'corte-jacas' e 'chaleiras' eram postos para fora dos sindicatos. Os administradores comprometidos, desarmados e presos eram trazidos até os sindicatos. Os vigias surrados e desarmados. Os camponeses medrosos foram filiados à força aos Sindicatos. Em cada cidade, os comerciantes tidos como 'tubarões' eram denunciados em assembléias sindicais. As delegacias de polícia foram abjuradas pelos camponeses. Todas as questões eram levadas ao sindicato, não mais à polícia, tamanho era o respeito que tinham pela organização. As autoridades constituídas, para os camponeses, não tinham nenhum valor, todo poder emanava do sindicato."

Palmeira (Amaro Luís de Carvalho), dirigente camponês comunista, em movimento camponês na zona canavieira de Pernambuco, (1966).

2.1 – A formação dos sindicatos rurais

Até o início dos anos sessenta, o sindicalismo rural era praticamente inexistente no país. Em 1955, apenas cinco sindicatos eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (ANDRADE, 1989b), sendo dois em São Paulo, um na Bahia, um no Rio de Janeiro e um em Pernambuco, o de Barreiros, fundado em 18 de junho de 1954 e reconhecido em 01 de março de 1956.

Muitas eram as dificuldades para esse tipo de organização: a legislação trabalhista fora feita para os trabalhadores urbanos, não considerando a especificidade do trabalho no campo, além do que quase não existiam Juntas de Conciliação e Julgamento em cidades do interior, o que seria necessário para que a lei fosse aplicada. O Código Civil, utilizado para o trabalho das Ligas, permitia a organização autônoma dos camponeses, mas não a formação de sindicatos rurais. Além disso, havia grande resistência, por parte dos proprietários rurais, em aceitarem qualquer tipo de organização vinda dos trabalhadores. A polícia era acionada sempre que preciso, de tal modo que 'a lei e a ordem' não corressem o risco de serem alteradas.

Assim é que, em maio de 1946, Manoel Miguel de Monte e Severino José de Moura, residentes em Jaboatão, foram presos sob alegação de, vez por outra, irem ao município do Cabo "*criar agitação no meio de trabalhadores de engenhos, colocando proprietários em dificuldades (...) e ainda mais, recebendo dos referidos trabalhadores a quantia de Cr$5,00 para o sindicato dos Camponeses de Pernambuco*", conforme ofício do delegado de polícia do município do Cabo ao secretário de Segurança Pública[17].

Essas pessoas eram, ainda, acusadas de terem hostilizado o proprietário do engenho Matapagipe e dado vivas ao comunismo.

A ação da polícia foi, como era de se esperar, em defesa do proprietário, embora, no mesmo ofício, o delegado informe que um dos indivíduos, que foi posteriormente preso, já havia, antes, ido à mesma delegacia solicitar garantias para ir aos engenhos receber as mensalidades do referido sindicato, no que, obviamente, não fora atendido.

Não se pode ter certeza de que os acusados tenham dado vivas ao comunismo, ou isto tenha sido um artifício usado para incriminá-los. Porém não se pode esquecer de que Jaboatão, na época, elegera o primeiro prefeito comunista do país, sendo a cidade conhecida por 'Moscouzinho'. E quem

17 Arquivo DOPS, pasta 7246-Sindicato Camponês de Pernambuco.

procurava ligar-se aos camponeses e promover um trabalho de sindicalização rural, era visto, comumente, como sendo comunista.[18]

Gregório Bezerra, dirigente do PCB de origem camponesa, afirma que, antes mesmo de 1945, existiram organizações no campo com objetivo reivindicativo. Estas entidades tinham quase sempre nomes de santos, de acordo com a preferência da massa e com o objetivo de evitar a reação do governo, do latifúndio e da própria Igreja, como Uniões Camponesas Santa Teresinha, Irmandade Camponesa Santa Madalena, Associação Camponesa São João (BEZERRA, 1979:225).

Dificuldades e perseguições foram comuns por toda a década de 50. Exemplo disso foi a tentativa de organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho, Carpina e São Lourenço, em 1956. Tendo sido fundado de acordo com o decreto-lei nº. 7038, de 10 de novembro de 1944, e organizado reuniões para debater questões como salário mínimo, férias e repouso semanal remunerado, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, dois anos depois, mandou fechá-lo, alegando falta de personalidade jurídica e solicitando aos órgãos policiais ações enérgicas nesse sentido[19].

A CLT, outorgada a 1º de maio de 1943, admitia *"aos assalariados rurais permanentes e com mais de um ano de serviços prestados ao mesmo empregador o direito ao salário mínimo, às férias, ao aviso prévio, à jornada de trabalho regulamentar e à proteção das normas genéricas relativas ao contrato de trabalho"* (COLETTI, 1998: 36).

Entretanto, essa norma era muito geral e não dava conta das especificidades do trabalho executado no campo, tendo sido simplesmente ignorada até o início dos anos sessenta.

Contudo, o decreto-lei 7.038, de 1944, falava sobre o direito de sindicalização no campo dentro dos mesmos preceitos mais gerais relativos ao sindicalismo urbano: reconhecido pelo Ministério do Trabalho, tendo como dever colaborar com o Estado, buscar a conciliação capital/trabalho etc. Era, contudo, uma regulamentação apenas formal, na medida em que as dificuldades burocráticas e políticas para se organizar e reconhecer um sindicato eram inúmeras.

A realização de Congressos Camponeses também era dificultada. Em outubro de 1949, houve uma tentativa, impedida com a prisão de membros da

18 Nos Anexos constam documentos a esse respeito, localizados no Arquivo do Dops.

19 Arquivo DOPS, pasta 1606-Sindicato de São Lourenço. ANEXOS 1-p.248 e 249.

comissão organizadora pertencentes à Liga Camponesa de Iputinga, da Liga da Boa Ideia e da Liga da Gameleira. Um Congresso Camponês em Palmares, porém, chegou a acontecer em 1950[20].

Mais uma vez, em agosto de 1954, organizou-se um Congresso Camponês, o I Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais, na cidade de Limoeiro. A repressão, novamente, tentou impedir sua realização, cercando o local do encontro. Porém, o sindicato de Goiana rapidamente mobilizou para Limoeiro centenas de camponeses portando suas foices e enxadas e, para evitar um confronto, a polícia recuou (LINS, 1987:44).

Ainda nesse mesmo ano, realizou-se a II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em São Paulo, sendo fundada a ULTAB, já referida, e iniciou-se a coleta de cinco milhões de assinaturas em defesa da Reforma Agrária.

O PCB no campo

Segundo Jaccoud (1990:33), o PCB retomou o trabalho no meio camponês a partir de 1952/53. Mas este era levado com dificuldades e incorreções. Cavalcanti (1980: 312), assim se expressa a respeito: *"o assistente para o trabalho no campo era um pernambucano criado em São Paulo que, falando com sotaque paulista, levava para o interior teses obreiristas da cidade, 'cagando regras' incompreensíveis à média do trabalhador rural"...*

Posteriormente, buscou-se solucionar pelo menos parte deste problema. Em meados da década, foi destacado para esse trabalho um operário, que assim se colocou:

> ... eu trabalhava na construção civil, era grande o peso dos trabalhadores da construção civil, era quase todas pessoas oriundas do interior, e eu tive uma convivência muito grande... O pessoal do Partido achou eu, até a linguagem dos companheiros eu sabia. Como eu era operário era mais fácil eu entrar na área do campo do que um intelectual, um estudante, um pequeno burguês... Naquela época não entrava pessoa estranha não, nos engenhos, nas usinas não, os vigia perguntava: -'ai, você vai fazer o que aqui?'... –'ah, eu tenho família aqui, sou sobrinho...
>
> Osias da Costa Ferreira

20 Arquivo DOPS, pasta 6362-Congresso Camponês de Palmares.

Este trabalho, contudo, foi interrompido, após a queda do Comitê Regional, em janeiro de 1956.

Com isso houve a prisão de 550 militantes para audiências, e a desarticulação de boa parte do trabalho do partido, construído após a decretação de sua ilegalidade. Este fato levou o PCB a se preocupar mais com a sua segurança e a adotar uma política de ampliar suas bases sociais, buscando formar alianças políticas que lhe possibilitassem um maior campo de ação legal (BRAYNER, 1989:64).

Como os limites de municípios nem sempre correspondiam aos das propriedades rurais e usinas, os sindicatos pioneiros dos anos 50, no geral, englobavam mais de um município. Em maio de 1956, deu-se a formação do sindicato de Catende, Maraial e Palmares, com sede em Catende[21]. O sindicato de Barreiros, por exemplo, era o mesmo de Serinhaém e Rio Formoso, e isso acontecia de acordo com as necessidades dos trabalhadores.

Essa tradição se manteve no início dos anos 60, pois a regulamentação dos sindicatos rurais, feita pelo Ministério do Trabalho em 20 de novembro de 1962 (portaria nº. 355 - A), apesar de definir que todos os sindicatos teriam base municipal, permitia que esta fosse ampliada ou reduzida, desde que os interessados assim o quisessem[22].

O Sindicato de Água Preta, por exemplo, organizado pelos comunistas, abrangia 21 municípios: Palmares, Gameleira, Joaquim Nabuco, Ribeirão, Bezerros, Gravatá, Camacituba, São Joaquim do Monte, Bonito, São Caetano, Angelim, Panelas, Cupira, Belém de Maria, Catende, Maraial, São Benedito, Quipapá, Cortês, e Barra de Guabiraba[23].

A origem deste sindicato é de 1957, quando foi fundada, em Água Preta, a segunda Liga Camponesa do Estado. Mas sua organização não foi fácil, os camponeses eram rudes e semi-alfabetizados, o que dificultava a formação de uma diretoria, segundo relato de José Eduardo, presidente da entidade nos anos 60. Os riscos de estar à frente de um trabalho como esse eram constantes, mas a sorte o favoreceu, pois, condenado à morte por alguns proprietários, os capangas mataram outro por engano (MENEZES, 1983:28).

O sindicato, originalmente de Água Preta, ficou conhecido como sendo de Palmares, que era a cidade mais importante da região. De acordo com Jaccoud, chegou a ter 45 mil sócios antes de março de 1964. Os sindicatos sob

21 Arquivo DOPS, pasta 28.877-Sindicato de Maraial.
22 JC. 22.nov.1962
23 DRT.

sua influência tinham como base a atuação do delegado sindical, a quem cabia levar as orientações e as palavras de ordem da entidade. Participavam das lutas específicas, localizadas, e também das lutas gerais, muito comuns nessa época, em que havia um clima de maior liberdade de expressão e um avanço no que diz respeito à organização e à politização dos trabalhadores. (JACCOUD, 1990: 44). Mas não era só com discursos e mobilizações que o trabalho crescia. Seus organizadores precisavam desenvolver iniciativas condizentes com a cultura dos camponeses, para chamar a atenção dos mesmos, como levar sanfoneiro para tocar, fazer leilão e coisas do gênero.

A partir dos anos 60, porém, não foi só o PCB que intensificou seu trabalho nos sindicatos. A Igreja Católica, o próprio Estado e mesmo as Ligas também procuraram atuar e /ou controlar as lutas sociais no campo através da sindicalização rural.

A Igreja Católica

Aliada histórica dos setores dominantes, a partir de 1945, com o avanço da industrialização e uma maior participação dos trabalhadores, a Igreja Católica sentiu a necessidade de mudar de estratégia com vistas a superar a crise que enfrentava devido ao enfraquecimento dos movimentos leigos e à influência de outras forças político-ideológicas no seio da população, particularmente a influência marxista através do PCB.

Buscando recompor seu poder político e, ao mesmo tempo, incentivar uma via reformista de desenvolvimento para o país, inclusive por conta da Revolução Cubana, à esquerda, e do fortalecimento do autoritarismo da República Dominicana, à direita, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), procurou concretizar as preocupações do Vaticano, organizando programas de ação de católicos leigos junto a setores específicos da sociedade, particularmente os operários, estudantes e camponeses (LESSA, 1985:17).

A preocupação da Igreja Católica com a questão social no capitalismo vinha do final do século XIX, quando o papa Leão XIII publicou a encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, reforçada por Pio XI, em 1931, com outra encíclica, a *Quadragesimo Anno*. Nesses documentos, a Igreja reafirmava a sua posição em relação às classes sociais, ressaltando a importância da harmonia e da colaboração entre elas. A partir de sua estruturação, em 1952, a CNBB procurou analisar e estabelecer um projeto para a sociedade brasileira com base em sua doutrina social (NOVAES, 1997:32). Como resultado dessa reflexão, procurou

atuar no sentido de apoiar propostas reformistas que pudessem ser efetivadas pelo governo, na tentativa de melhorar a vida das populações marginalizadas pelo sistema. Com o papa João XXIII, esta reflexão assumiu um outro patamar, com as encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963). A Igreja passa, então, a ter um posicionamento mais efetivo em favor das transformações sociais.

Neste processo, a atuação da Igreja inspirou várias iniciativas: o Movimento de Educação de Base – MEB, e, no caso da sindicalização rural no Estado, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco – SORPE.

O MEB, fundado em 1961, surgiu a partir das atividades de educação de adultos pelo rádio, feitas anteriormente nas dioceses de Natal e de Aracaju. Este movimento carreou para a Igreja recursos estatais para esta implantar uma rede de escolas radiofônicas, formar monitores e animadores, organizar encontros, reuniões e cursos no meio rural.

Seus quadros eram formados por leigos da Ação Católica, organização da Igreja autônoma em relação às paróquias, que se dedicava ao trabalho de evangelização e ação em setores específicos, como a JAC, - Juventude Agrária Católica e a JUC – Juventude Universitária Católica. Essas organizações quase sempre tinham uma postura reformista e engajada nos movimentos sociais.

Buscavam conscientizar a massa rural contrapondo-se à visão reacionária e conservadora da Igreja tradicional e dos setores dominantes mais retrógrados. Contudo, sua visão de mundo não permitia um aprofundamento maior nessa conscientização devido ao espírito de conciliação que presidia suas ações, assim como ao seu forte anticomunismo. Neste momento, portanto, esta tomada de consciência se dava no questionamento da situação vivenciada, na busca de melhorias diante dessa realidade, mas não no sentido de uma mudança radical da sociedade em termos de luta pelo socialismo, o que só veio a ser assumido mais tarde por setores da JUC que deram origem à organização de esquerda Ação Popular.

Já o SORPE, criado também em 1961, tinha por objetivo a organização dos trabalhadores rurais em torno de cooperativas e sindicatos, buscando diminuir a influência do PCB e das Ligas no campo e levar os trabalhadores rurais a uma ação que, embora questionasse o nível de sua exploração, fosse moderada. Sua atuação maior era na zona da Mata Norte. Seu trabalho era feito a partir das paróquias e, muitas vezes, foi o próprio salão paroquial que serviu como sede do sindicato.

A ideia inicial foi de sensibilizar os padres para que cada paróquia indicasse dois camponeses para a realização de um curso. De acordo com o padre Crespo[24], o primeiro curso contou com a ajuda de duas técnicas e um advogado da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, chamada, na época, de ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural. Neste curso discutiu-se sobre temas como liderança, os problemas da comunidade, para depois se chegar a tratar de sindicato. Ao término do encontro, cada pessoa fazia um plano de trabalho por quinzena, no qual colocava-se questões práticas tais como o dia de ir à feira conversar com os amigos sobre o sindicato, quando fazer uma reunião, entre outras. Depois de três meses, haveria um novo encontro para que as dificuldades pudessem ser avaliadas. Dos trinta camponeses que foram ao primeiro encontro, voltaram vinte e seis.

Nem sempre era fácil a aceitação do sindicato, mesmo entre os camponeses, como ilustra esse depoimento:

> ...Feito o curso, começa o trabalho de reuniões, indo diretamente aos engenhos, casa por casa, caderninho na mão, caneta, e conversando com as famílias o que era sindicato, ah, o povo ficava todo assombrado: -'Rapaz, olha, os mais velho disse que quando fosse o fim dos tempos aparecia a Besta Fera de porta em porta, não é essa história de sindicato não?' Eu digo: - Não. O problema, as Besta Fera estão aí, matando vocês trabalhadores escravizado aí, que as Besta Fera...
>
> Euclides Almeida[25]

O trabalho começara em junho de 1961, e em novembro já surgiram os primeiros sindicatos ligados ao SORPE nos municípios de Panelas, Timbaúba, Vitória de Santo Antão, Limoeiro, Nazaré da Mata e Jaboatão. Em Lajedo, a cidade foi tomada por dezenas de carros de bois, bandeiras, palanques, padres, bispos, sanfoneiros, trabalhadores rurais.

Ainda segundo Crespo, toda essa animação e apoio foi por pouco tempo, pois, dentro de uns seis meses, os proprietários de terra, os senhores de engenho e os usineiros começaram a perceber e dizer: *"o sindicato é uma desgraça pior do que as Ligas..."*.

---

24 Arquivo FUNDAJ/INDOC/CEHIBRA.

25 Entrevista concedida à autora em 08/07/1997.

Como o sindicato funcionava na sacristia da Igreja, começou a haver problemas, pois senhores de engenho iam lá tomar satisfações com o presidente, quando terminava a missa. Os sindicatos foram, então, alugando e, mais tarde, comprando as suas sedes.

Padre Melo era bastante citado nas colunas dos jornais e participava de muitos debates e palestras sobre a questão do campo. Este padre começou a ficar famoso quando a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO), tentou expulsar os trabalhadores que moravam nas terras que vendera à Companhia de Revenda e Colonização - CRC, no governo Cid Sampaio. Como a indenização oferecida aos trabalhadores era baixa, eles não a aceitaram, mas sofreram muitas violências e, nesse embate, foram auxiliados pelo padre Melo. Após muita mobilização, o governo cedeu e se comprometeu a instalá-los convenientemente (ANDRADE, s/d:255). Este padre foi assumindo posições cada vez mais à direita, sendo que sua casa, no município do Cabo, chegou mesmo a sediar o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD. Esta entidade, juntamente com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), recebia orientação e recursos financeiros da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), para, entre outras coisas, dificultar o desempenho do governo João Goulart, influir no processo eleitoral e nas decisões do Congresso, financiando uma série de candidatos comprometidos com o capital estrangeiro e contrários à reforma agrária (BANDEIRA,1978:60).

Nessa época, contudo, ele aparecia como defensor das reformas e da justiça social. Seu entendimento de justiça, porém, traduzia uma visão que atrelava os trabalhadores do campo aos proprietários, valorizando não só o congraçamento entre eles, mas relacionando a melhoria da situação daqueles à manutenção das vantagens desses, como se percebe nesse discurso:

> ...Então a solução (para as dificuldades dos camponeses) é muito simples: a luta não deverá parar. Com os sindicatos, os camponeses irão exigir dentro em breve e na hora oportuna o salário mínimo. Os fornecedores terão o direito e o dever de dizer assim: 'se eu pagar o salário mínimo eu preciso vender mais caro a minha cana.' Porque se ele não vender mais caro seu produto ele não poderá pagar o salário mínimo[26].

O problema da crise do açúcar nordestino vinha de longe. Com a política de preços mínimos e de garantia e fixação de cotas de produção para

26 JC. 22.fev.1963.

as diferentes regiões, desenvolvida pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, manteve-se a atividade açucareira do Nordeste voltada para a exportação. Suas características arcaicas, porém, continuaram: "*A imbricação senhor de engenho mais força de trabalho semicamponesa, ou, em outras palavras, semiproletárias selou definitivamente as possibilidades de melhoria da produtividade do trabalho num importante segmento da produção agrícola da agroindústria*" (OLIVEIRA, 1993:70).

A doutrina social da Igreja, apesar de crítica a um capitalismo considerado desumano, sempre buscou a conciliação do capital com o trabalho. A marca desse discurso do Padre Melo, porém, não é só o espírito de conciliação, mas de condicionamento da melhoria dos trabalhadores ao aumento do lucro dos patrões, como se a miséria daqueles não fosse fruto das ações destes. Além do que, aumentando o preço do açúcar, toda a sociedade seria penalizada para garantir o mesmo *quantum* de lucratividade ao setor agroindustrial e este, dessa forma, não contribuiria de fato com a melhoria da situação dos trabalhadores agrícolas.

Esta questão se constituía num artifício e esteve muito presente nas discussões sobre as reivindicações dos trabalhadores rurais. Embora a posição do padre Crespo fosse diferente, e a própria Federação procurasse desvincular as conquistas da categoria aos aumentos no preço do açúcar, no geral, o governo facilitava empréstimos ou majorava os preços quando havia concessões aos trabalhadores, a fim de que os usineiros e senhores de engenho não fossem penalizados.

Ao começar sua atuação no meio rural, o SORPE teve uma preocupação especial com a formação dos trabalhadores, o que continuou sendo feito, depois, pela própria FETAPE. Em novembro de 1962, reuniram-se representantes de cinco estados do Nordeste (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco) mais o Rio Grande do Sul, durante treze dias, para aprofundar a discussão sobre as doutrinas sindicais, pensar em uma ação conjunta em todo o país, visando a promoção do homem do campo, além de propor a formação de uma confederação. Neste encontro, foram discutidos temas como a realidade nordestina e a realidade agrária do Nordeste e do Brasil, técnicas de liderança, formação de grupos, doutrinas e técnicas sindicais, oratória etc.

O encontro encerrou-se com a elaboração de um manifesto e contou com a presença de nomes de destaque, como o delegado regional do Trabalho, Enoch Saraiva, pessoa de atuação bastante comprometida com os trabalhadores, e o cônsul dos Estados Unidos no Recife, Lowell Killday, demonstrando a

ligação do sindicalismo rural da Igreja com setores norteamericanos desde o seu início.

A opinião dos participantes do evento não era, porém, tão uniforme, o que se depreende de alguns depoimentos: *"... o problema do homem do campo poderá ser resolvido ordeiramente através de uma revolução pacífica"*, diz um representante do Rio Grande do Sul; já é outra a fala de um sindicalista do Piauí: *"...as soluções serão encontradas só com 'luta de cacete' – os patrões resistirão como puderem e como costumam ao movimento sindical"*. [27]

A esta altura, já havia sido fundada a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco – FETRAPE, em 06/06/62, a partir de cinco sindicatos: Caruaru, Lajedo, Timbaúba, Limoeiro e Vitória de Santo Antão, sendo reconhecida em 17/10/62. Sua fundação esteve ligada ao Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste do Brasil, realizado em maio de 1962, em Itabuna, Bahia, organizado pelos sindicatos católicos e que contou com a participação de cerca de dois mil camponeses, que defenderam, entre outras coisas, o sindicalismo rural, a reforma agrária e a criação de uma confederação de sindicatos rurais. Daí a urgência de formarem-se federações, mesmo que contando, inicialmente, com poucos sindicatos.

No início do ano seguinte, dezenove sindicatos já estavam filiados à Federação, representando cerca de oito mil trabalhadores. Havia, ainda, mais treze sindicatos rurais, inclusive quatro de pequenos proprietários agrícolas e camponeses, num total de 32 entidades, federadas ou não[28].

Ao longo de 1963, o número de sindicatos aumenta para 52, o que demonstra a rapidez do processo de formação dessas entidades. Os sindicatos das Ligas, porém, eram autônomos em relação à Federação, bem como os do PCB. No caso de Palmares, este funcionava, na prática, quase que como outra federação. Na grande greve dos canavieiros do final de 1963, porém, todos atuaram de maneira unificada.

27 JC. 18.nov.1962; 23 e 24.nov.1962 e 01.dez.1962.
28 JC. 05.fev.1963.

SINDICATOS RURAIS - PERNAMBUCO

ANO DE FUNDAÇÃO	MATA	AGRESTE	SERTÃO	TOTAL	TOTAL GERAL
1954	01	-	-	01	01
1961	04	02	-	06	07
1962	04	03	-	07	14
1963	18	27	07	52	66
Até Março/1964	05	-	-	05	71
Abril/1964 a 1969	07	03	-	10	81
1970 a 1979	01	20	22	43	124
1980 a 1988	03	04	05	12	136
TOTAL	43	59	34	136	

Fonte: Delegacia Regional do Trabalho – PE, fichas dos sindicatos. Elaboração da autora.

Por esta tabela, é possível perceber a grande quantidade de sindicatos rurais fundados no ano de 1963, tanto na zona da Mata quanto no Agreste. É importante ressaltar que, nesta última região, a presença das Ligas era relevante. Mesmo no Sertão, foi nesse ano que o movimento efetivamente começou. Depois de 1964, a fundação de sindicatos só foi realmente retomada na década de 70, principalmente no Agreste e no Sertão. Na Mata, poucos sindicatos foram fundados, até porque, praticamente, todos os municípios já tinham o seu.

Neste período, o próprio governo federal já procurava intensificar, através da Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA), a fundação dessas entidades, tendo em vista, inclusive, a iniciativa tomada pelos sindicatos ligados à Igreja de fundarem uma confederação.

A Ação Popular

A Ação Popular, organização, fundada em junho de 1962 congregando principalmente jovens vindos da JUC, buscava uma atuação mais livre de vinculações com a Igreja e mais comprometida com a transformação da sociedade brasileira. Fez uma opção pelo socialismo, porém, num primeiro momento, manteve-se fora da tradição marxista, baseando-se na visão humanista de pensadores católicos como Mounier, Teillard de Chardin, Jacques Maritain, Lebret (ARNS:1985).

Apesar de sua base maior ser no meio universitário e intelectual, procurou também se ligar aos operários e camponeses, tendo sido melhor sucedida com os últimos, chegando a ter nomes que foram referência no movimento camponês como José Gomes Novais, da Bahia, e Manoel da Conceição, do Maranhão.

A AP teve grande atuação no movimento de massas antes de 64. No Nordeste, seu ponto de apoio foi o Movimento de Educação de Base (MEB), fundado em 1961 e que procurava, através da metodologia de Paulo Freire e do uso de escolas radiofônicas, já referido, alfabetizar camponeses, ao mesmo tempo em que buscava conscientizá-los, conforme linguagem corrente na época, sobre seus direitos.

Quando da fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963, a AP tinha sob sua influência oito federações, tendo indicado alguns nomes para a direção a partir de uma aliança com o PCB, ocupando a secretaria geral (MEDEIROS, 1989:79). Em Pernambuco, procurou influenciar a FETAPE a partir de Manoel Gonçalo, seu presidente, que passou a ocupar a vice-presidência da Confederação.

As Ligas Camponesas no movimento sindical

As Ligas Camponesas também procuraram criar sindicatos para tratar da questão dos assalariados e ampliar seu espaço de atuação, que estava em declínio. Segundo Julião (Cambão, mimeo, s/d), a Liga era a mãe do sindicato, deveriam andar juntos e vencer juntos, partindo da ideia de que a ela caberia o papel de orientá-lo, " *ensinar-lhe a ver o bom caminho, ...aconselhá-lo, quando estiver equivocado, ...distanciá-lo do mau guia, que o leve à perdição. E o sindicato, que é bom filho, tem que estender-lhe a mão diariamente e dizer-lhe: Bença, Mãe.*" Para ele, a sindicalização saiu do papel após o Congresso de Belo Horizonte exatamente por conta do avanço do movimento camponês, visando diminuir a pressão pela terra e, ao mesmo tempo, organizar os assalariados sob o controle do Ministério do Trabalho e influência da Igreja. E, numa linguagem bastante carregada de significado, prossegue: ...*"O ministro (do Trabalho) pode ser o padrasto. E a Igreja a madrinha. O verdadeiro pai é o povo ...E a mãe, como já disse, é a Liga... O povo tem o dever de sustentar a Liga e defender o sindicato Rural*". (JULIÃO, s/d).

Embora, para ele, fosse necessário atuar nos sindicatos, o que se conseguia através deles eram migalhas, pois o problema do camponês só seria resolvido com a conquista da terra, através da reforma agrária radical.

Preocupado com a organização e direção dos sindicatos, chamava a atenção para alguns aspectos essenciais, entre os quais a formação moral da direção: " *o presidente deve ser honesto, leal, corajoso, ativo e fiel ao sindicato até a morte. Deve ser moderado no beber e inimigo do jogo. Principalmente no baralho e no bozó. Quem se embriaga, se desmoraliza e atinge a direção do sindicato*" (JULIÂO, s/d).

Essas observações demonstram, exatamente, alguns problemas enfrentados pelos sindicatos de massa. Enquanto os sindicatos da Igreja já escolhiam suas lideranças, considerando alguns pressupostos, o mesmo não acontecia com os outros, mais democráticos e abertos à participação, o que, por certo, trazia dificuldades, bem como uma necessidade maior no acompanhamento do trabalho. Isto era mais difícil no caso das outras organizações, onde o aprendizado se dava muito mais a partir da própria prática. Como já foi assinalado, para ser da diretoria dos sindicatos ligados ao SORPE a pessoa já era conhecida do padre, preferencialmente um católico praticante, sério, honesto, defensor dos valores religiosos. Os outros sindicatos acolhiam os que se interessavam e se dispunham ao trabalho sindical, sem uma pré-escolha nem uma preparação anterior. Os comunistas conscientizavam a partir da ação; a Igreja, anteriormente, já fazia um trabalho de formação.

Efetivamente, as Ligas tiveram dificuldades com uma de suas lideranças, um camponês de nome Júlio Santana, do sindicato de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém. Após uma assembleia destituir o presidente, sob alegação de que sua eleição fora irregular, e se formar uma Junta, sob a liderança de Júlio Santana, este foi acusado, posteriormente, de fazer arruaças, andar bêbado no sindicato e outras coisas mais. A questão chegou a tal ponto que ele foi, publicamente, destituído das Ligas e, posteriormente, da direção do Sindicato, tendo se formado outra Junta para proceder às eleições[29].

Júlio Santana, porém, afirmava que seu rompimento com Julião ocorrera porque este queria mandar no sindicato, além de propor que ele se deslocasse para outros lugares: "*...Eu queria ficar em Serinhaém. Ele me disse: 'Júlio, não é um Serinhaém só que tem no Brasil.' E eu falei: ' E também não é um Júlio Santana só que tem no Brasil'. Aí tinha mesmo que começar a briga.*" (CALLADO, 1979:125).

Ligada a essa questão, há indícios de que também estavam em jogo os diferentes interesses das usinas Trapiche e Central Barreiros. Chegou a

29 Última Hora. 09.set.1963 e 05.out.1963.

haver tumultos e brigas entre camponeses por conta de uma possível greve, que redundou na morte de um camponês. A atuação de Júlio Santana foi, finalmente, interrompida, quando o Juiz de Direito de Serinhaém expediu contra ele mandado de prisão preventiva, enquadrando-o em vários artigos do Código Penal e na Lei de Segurança Nacional. Preso ainda em 1963, continuou na prisão por muitos anos após o Golpe de 64, embora as Ligas e os trotskistas tenham feito campanha em apoio à sua libertação, bem como a de outro camponês, além de alguns estudantes presos por conta da proposta de realização de um Congresso Camponês em Itambé[30].

As Ligas também dirigiam o Sindicato de Goiana e formaram uma Junta Governativa no sindicato do Cabo, tirando a diretoria ligada ao padre Melo. Novas eleições, contudo, não chegaram a se realizar, por conta do Golpe Militar.

Por essa época, os trotskistas estavam se aproximando de Júlio Santana, mas seu trabalho, na Mata Norte, é um pouco anterior.

O POR-T no campo

O Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T), fundado em 1953, filiado à IV Internacional e ligado à facção de J. Posadas, considerava importante a defesa do nacionalismo nos países do Terceiro Mundo. Para ele, os partidos comunistas eram organizações incapazes de dirigir a contento o processo revolucionário e a radicalização desse processo viria a partir das correntes nacionalistas de esquerda, como o brizolismo e os movimentos de sargentos e marinheiros (SILVA, s/d:81).

Em Pernambuco, esse partido procurou desenvolver um trabalho no meio rural, não só de esclarecimento dos camponeses quanto aos seus direitos, mas com uma proposta de formar milícias camponesas para ações mais radicais. Além disso, tinha uma visão diferente das outras forças políticas quanto ao processo revolucionário brasileiro, rejeitando o etapismo proposto pelo PCB e o reformismo do governo Arraes, partindo da análise de que a revolução no Brasil já seria socialista. Devido a suas posições, consideradas radicais tanto em relação ao governo estadual quanto ao populismo, seus militantes foram ficando isolados, o que aconteceu também no que diz respeito às Ligas, a quem faziam muitas críticas.

Seu trabalho principal foi no município de Itambé (na época, També), no distrito de Serrinha, onde havia uma subsede do sindicato, e a figura que

30 Última Hora. 23.nov.1963.

mais se destacou nessa região, foi a de um jovem militante gráfico de São Paulo, Paulo Roberto Pinto, conhecido pelos camponeses como Jeremias, muito querido na região e assassinado numa emboscada preparada por um dono de engenho, no início de agosto de 1963. Vários camponeses ficaram feridos e a apuração do crime, como era de se esperar, deu em nada[31].

Além da revolução socialista a partir da aliança operário-camponesa, o POR-T propunha, de imediato, a luta pela reforma agrária a partir da ocupação de terras, a formação de tribunais populares para a punição dos assassinos do povo, a greve geral e a organização de um congresso operário-camponês. Algumas dessas propostas, para serem implementadas, exigiriam uma forte organização, disposição de luta e determinadas condições especiais. Os casos conhecidos em que houve resistência na terra, em outros estados, ocorreram quando os camponeses foram expulsos por grileiros. Mesmo as ocupações de terras feitas pelas Ligas em Pernambuco (engenho Serra e engenho Coqueiro), foram dentro de circunstâncias muito específicas. No primeiro caso, por exemplo, o proprietário havia abandonado a terra, e, mesmo assim, os camponeses não permaneceram no local, deslocando-se a pedido do governador Arraes, que tentava, dessa forma, evitar um confronto entre as partes, enquanto aguardavam a desapropriação da área.

A firmeza ou a radicalidade, contudo, muitas vezes surge no meio dos próprios camponeses de maneira até espontânea, exprimindo sentimentos de revolta que não conseguem encontrar outra forma de expressão, como ocorreu no caso do assassinato de Jeremias. Um pouco depois da sua morte, resolveu-se fazer uma marcha de Serrinha até o seu túmulo, em Itambé. Conforme relata um dos seus organizadores:

> ... Na segunda-feira era prá partir a marcha às sete horas, até nove horas só apareceu uns duzentos camponeses. Eu digo: 'Não dá!...é um fracasso a marcha'. Aí os camponeses: 'Não, estudante, tá marcado, vamos embora, os companheiros vão. ...Veio o Cláudio, dirigindo essa passeata, ia andando aí no meio do canavial, só via camponeses sentado na beira da estrada, aí quando via o grupo chegar aí, eita, engrossava!...A gente entrou no sindicato, fez um comício de protesto pedindo a prisão dos assassinos de Jeremias, foi um festival! Só que no meio do caminho, esse detalhe: passava carro de latifundiário, e eles davam murro, davam tapa e eu dizia:

31 JC. 09.ago.1963.

'abre, abre, deixa passar'. O Cláudio Cavalcanti subia no barreiro, assim, fazia um discurso: 'Olhe, a nossa marcha é pacífica, não sei o que, vamos organizar. Depois vamos fazer uma greve geral por tempo indeterminado...'. Os camponeses aceitava tudo, (mas) o latifundiário passava e prendia o carro: 'Vamos virar, vamos tocar fogo' ! -'Não, a polícia vai cercar a gente, vai ser um massacre, não sei o que. Vamos mostrar a eles que temos força, não somos desordeiro, nada! Aí eu: 'Abre, abre, abre', aí ficava na frente do carro, andando de costa, o carro vinha aí, passava....O resultado vinha o latifundiário, a mulher e três crianças, tudo, balançaram o carro, empurrei camponês, tudo. Aí gritei com os camponeses, já estava rouco, cansado, difícil de controlar, muito difícil. Aí os camponeses me atenderam. Depois que esse carro passou a mulher, uma camponesa, chegou e disse: -'Sabe o que eu vou fazer? Esses estudantes são covarde, ah, são os assassinos de Jeremias aí, ninguém faz nada!' –'Companheira, eu disse, companheira! Não tá vendo que no carro ia três criança? Ela disse: -'Eu tenho cinco filho. Tão lá doente, tudinho, eu vou pedir ajuda ao dono do engenho, pedir um remédio, tudinho, ele diz: -Quem mandou você parir?!. Agora meu filho pode morrer, o dele, quando tá doente, pega um carro e vai prá o hospital. Aí eu não vou mais na marcha. Vou voltar prá casa, que eu vim prá fazer justiça. Não tem justiça, vou embora!'

Ayberê Ferreira de Sá[32]

Após essa fala, os camponeses se dividiram. Terminou havendo um acordo, em que os estudantes, para não perderem a liderança, concordaram em que, caso passasse mais algum carro, poderiam tocar fogo, fazer o que quisessem. Sorte deles que não passou, pois, segundo o próprio entrevistado, haveria, por parte dos latifundiários e mesmo da polícia, uma caçada geral. Os estudantes, tidos por agitadores, é que seriam responsabilizados como autores intelectuais. E, contraditoriamente, naquele momento, estavam apenas organizando uma manifestação de protesto em vista do acontecido.

A atitude da camponesa, por outro lado, é quase surpreendente. Dividiu a marcha, num ato de extrema coragem e ousadia. Mas o fez não apenas por estar diante de seus opressores, que passavam de carro, e está aí mais um símbolo dessa opressão, algo inacessível ao camponês, mas expressando,

32 Entrevista concedida à autora em 31/07/1999

talvez, todo um sentimento de revolta diante do contraste entre a vida dos filhos do latifundiário e a dos seus filhos, diante da arrogância e prepotência dos proprietários que humilham, quotidianamente, homens e mulheres em situações de fragilidade e dependência. Seu discurso foi feito a partir de sua condição de classe, mas também de mulher.

No começo de outubro de 1963, ao se preparar para dar início ao Congresso de Camponeses em Itambé, foram presos Ayberê Ferreira de Sá, Carlos Montarroyos e Cláudio Antônio Vasconcelos, todos do POR-T. Pouco antes, também foram presos João Zeferino da Silva (Joca) e Antônio Joaquim de Medeiros, camponês conhecido como Chapéu de Couro, quando tentavam, apoderando-se de uma metralhadora, libertar Júlio Santana. Também já se encontravam presos Abdias Soares dos Santos, que participara da Junta Governativa junto com Santana, e, desde o início do ano, o estudante Joel Câmara.

À exceção deste último, todos foram, posteriomente, para a Casa de Detenção do Recife, onde, dado o fato de serem presos políticos num Estado dirigido por um governo que se colocava no campo democrático e popular, foram tratados, a partir de então, com respeito, até porque a situação foi tornando-se muito incômoda para o governador.

Mesmo da prisão, Júlio Santana continuou, através de alguns militantes trotskistas, em contato com sua região. Camponeses vinham visitá-lo na prisão, e, quando da greve de novembro, chegaram a fazer uma grande manifestação em frente à Casa de Detenção pela libertação dos presos[33]. A partir do final de 1963, todos foram sendo gradativamente libertados, menos ele.

O PC DO B

Também atuava no campo, em Pernambuco, o PC do B.

Discordando da maneira como o PCB encaminhava seu processo de legalização, além de outras questões relacionadas à crítica ao stalinismo e às Resoluções do V Congresso do partido (embora fazendo análise semelhante da sociedade e do processo revolucionário em duas etapas), dissidentes liderados por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, em fevereiro de 1962, realizaram uma conferência onde decidiram (re)organizar o antigo Partido Comunista, fundado em 1922, mantendo o antigo nome, Partido Comunista do Brasil, e adotando a sigla PC do B.

33 Última Hora. 02.dez.1963.

Para eles, era necessário formar um governo popular, revolucionário, anti-imperialista e antimonopolista, o que seria inviável caso adotassem o caminho pacífico de revolução.

Aproximando-se da China, como referência do socialismo em termos mundiais, o PC do B procurou valorizar, cada vez mais, o trabalho político no campo, visto como o caminho da luta armada no país.

Em Pernambuco, sua inserção no meio rural era em Moreno e Jaboatão (MONTARROYOS, 1982:56), além de São Lourenço e Chã de Alegria, cujo trabalho era dirigido por Clóvis Campelo e Amaro Luís de Carvalho, conhecido como Palmeira e, mais tarde, como Capivara. Ele, que fora anteriormente do PCB e das Ligas, tendo também militado em Goiás, era, agora, do PC do B.

No caso de Jaboatão, procuravam organizar um trabalho de massas, com um sentido amplo, buscando envolver a maioria dos camponeses. Nesta atividade, entraram em atrito com o sindicato "dos padres". A grande disputa deu-se, inicialmente, em torno do reconhecimento do sindicato. A oposição, sob orientação do PC do B, propôs a anulação do registro, já anteriormente concedido, ameaçando uma greve por conta disso[34]. Em seguida, haveria eleições e o sindicato reconhecido de Jaboatão, ligado aos padres, apoiou-se em liminar concedida pelo Juiz da Comarca para realizá-las. Estas eleições não poderiam ter sido efetivadas, pois a oposição alegava que o edital de convocação não havia sido publicado de maneira adequada. O delegado regional do Trabalho, Enoch Saraiva, resolveu, então, intervir, nomeando uma Junta Governativa para preparar novas eleições daí a trinta dias[35].

O que veio a acontecer, finalmente, em novembro. A chapa vermelha era liderada por José Evangelista Nepumoceno, da oposição, e a chapa branca, liderada por Cláudio Negreiros de Araújo, da situação. Na última hora, porém, a chapa branca retirou-se da disputa, reconhecendo, antecipadamente, sua derrota[36].

Este trabalho de massas do PC do B era levado em conjunto com o PCB e as Ligas. A divisão dos partidos ocorria, de fato, em nível das direções. Segundo Belmiro do Nascimento Ferreira, enquanto o presidente do sindicato de Moreno, Joaquim Camilo de Santana, do PCB, levava um trabalho mais ligado ao então governador Miguel Arraes, ele, Belmiro, do PC do B, ficava mais no trabalho de massas, nas bases.

34 JC. 16.maio.1963.
35 JC. 27.ago.1963.
36 Última Hora. 08.nov.1963.

Apesar de haver alguns poucos patrões, na região, que procuravam o sindicato para resolver as pendências com os trabalhadores, para acertar os pagamentos e cumprir a lei, a maioria agia diferentemente e, por isso, os trabalhadores ficavam tão revoltados. Diante desta situação, a Igreja parecia mais tolerante com o que o senhor de engenho fazia, enquanto os militantes do PC do B eram mais radicais, não conciliavam.

Nessa medida, foi que a massa ficou ao lado destes e a Igreja perdeu a direção do sindicato, em Jaboatão.

O governo estadual no campo

O governo de Pernambuco também procurou atuar diretamente no campo. Ainda na gestão de Cid Sampaio foi criada a Companhia de Revenda e Colonização (CRC), logo após a desapropriação do engenho Galileia, para promover a colonização em áreas críticas. A administração do órgão, porém, foi entregue a pessoas abertamente contrárias à reforma agrária (BRAYNER, 1989:72).

Também nessa época foi criada a Secretaria Assistente, que veio a ser efetivamente utilizada no governo Arraes. Seu principal objetivo era manter um canal de entendimento entre as entidades sindicais e os patrões, buscando encaminhar soluções para os litígios decorrentes das relações de trabalho no meio rural e fazendo respeitar os dispositivos do Estatuto do Trabalhador Rural. Esta secretaria chegou a fundar várias delegacias no interior, em Moreno, Goiana, Limoeiro, São Lourenço, Barreiros, Cabo, Palmares e Caruaru, que funcionavam como sede para municípios e distritos próximos a cada uma delas (AZEVEDO, 1982:107).

Exemplo de sua atuação ocorreu no caso, anteriormente referido, das eleições no sindicato de Jaboatão, quando o secretário assistente do governo, Antônio Fausto do Nascimento, tentou que as partes chegassem a um consenso formando uma única chapa, mas não obteve sucesso.

Reunir as partes, tentar um acordo, fazia parte do seu trabalho. Geralmente, isso era feito quando houvesse conflitos entre camponeses e proprietários, e foi uma maneira que o governo encontrou de atuar no meio rural, indo direto aos engenhos, dirimindo dúvidas, marcando presença, buscando soluções, preocupado, inclusive, no sentido de garantir condições de governabilidade. É claro que nem sempre isso era possível até porque os proprietários eram, no geral, pouco sensíveis às reclamações dos trabalhadores, e boa parte do que estes conquistaram foi mediante greves. De qualquer modo,

procurava orientar o movimento camponês no sentido de suas reivindicações econômicas e trabalhistas.

O PCB tinha forte presença nesse órgão. Soares chama a atenção para o fato de como a esquerda apegava-se à perspectivas de atuação no interior do aparelho de Estado, transferindo para ele a tarefa de realizar a transformação nas forças produtivas e superar o subdesenvolvimento (SOARES, 1982:43).

A Secretaria teve papel importante na discussão sobre o Acordo do Campo, firmado entre proprietários e trabalhadores rurais no final de 1963.

O governo Arraes também procurou atuar junto aos camponeses através de outros órgãos, como o Grupo Executivo de Produção de Alimentos (GEPA), com vistas a facilitar empréstimos a juros baixos, bem como fornecer assistência técnicoagronômica e de comercialização, na área da pequena produção. Também a Companhia de Revenda e Colonização (CRC) foi criada para facilitar a venda de máquinas e utensílios agrícolas aos produtores, comprando parte da produção para que não houvesse uma queda nos preços, nem esta fosse adquirida por intermediários com o objetivo de aumentarem os preços, posteriormente (ANDRADE, 1989b :40).

Quanto à questão da Polícia Militar, o governo estadual se esforçou para que ela deixasse de ser instrumento de violência contra os camponeses, assumindo uma postura que não fosse subserviente aos interesses dos proprietários, limitando-se a garantir a integridade física dos bens e dos patrões, o que deixou estes últimos bastante insatisfeitos.

O governo chegou mesmo a apreender armas em propriedades rurais, o que nunca ninguém ousara fazer. Contudo, continuou elevado o número de assassinatos de trabalhadores rurais: além de cinco mortos na usina Estreliana (Gameleira), antes da posse de Arraes, foram assassinados outro tanto nas usinas Caxangá (Ribeirão), Santo André (Rio Formoso), engenho Oriente (També), engenho Bom Jardim (Cabo), engenho Oiteirão (Vitória), o que se explica por conta do avanço do movimento sindical no campo, da radicalização de muitos proprietários e da impunidade generalizada em relação aos poderosos. No caso do assassinato de Jeremias, ocorrido em Itambé, o governador Miguel Arraes chegou a indicar um promotor público e um oficial da PM para conduzirem o inquérito, que chegou a indiciar 21 suspeitos. Após o Golpe de 64, ambos foram exonerados e acusados de manipulação dos depoimentos, do que só foram absolvidos em 1978 (GALLINDO, 2010:144).

No caso das prisões políticas ocorridas durante o ano de 1963, em També e Serinhaém, já relatadas, a explicação do governo era a de que não poderia intervir nas decisões do Poder Judiciário. Estas prisões tornaram-se bastante incômodas para o Executivo que, por outro lado, tentou amainar a situação, concedendo um tratamento respeitoso aos presos políticos, o que não ocorrera logo nos primeiros dias.

2.2. Principais lutas e reivindicações

Quando os camponeses começaram a se organizar em sindicatos rurais, sentiam-se mais fortes para pressionar os patrões e para garantir os seus direitos, como conta Zé Eduardo, do Sindicato de Palmares:..." *Eu pegava um alto-falante e ia pros engenhos, gritava e repetia: Todo trabalhador tem direito as férias. Faça parte do sindicato e tenha assistência médica gratuita.*" Como os trabalhadores eram desconfiados, para conseguir crédito era necessária uma demonstração, o que ele fez pressionando o cabo da usina Trapiche, que só apontava o dia de quem limpasse cem braças de cana. Quando um camponês trabalhava numa área pior, não conseguia e, portanto, não recebia o dia. Certa vez, o sindicalista resolveu comprar a briga de um camponês para servir de exemplo. Juntou uns setenta trabalhadores e foram para o escritório da usina. A cada vez que o gerente perguntava o que Zé Eduardo queria, ele ia discursando sobre o trabalhador, sua situação, sua exploração, sua importância e quando o gerente resistia, a turma gritava de uma só vez: "*Ele está com má vontade*". A certa altura, diante daquela pressão, o gerente foi obrigado a atender ao pleito dos trabalhadores (MENEZES, 1983:34/35).

Este tipo de pressão, que consistia em reunir grupo expressivo de camponeses para cobrar seus direitos, porém, nem sempre dava o resultado esperado. Em janeiro de 1963, por exemplo, trabalhadores rurais foram à usina Estreliana, no município de Ribeirão, cobrar o pagamento do décimo terceiro salário e foram trucidados pelo dono da usina, que era deputado pelo PTB. Cinco camponeses foram assassinados e houve mais três feridos.[37] Numa nota publicada em seguida, a própria Federação, que não incentivava esse tipo de cobrança, pois temia a reação do patronato, demonstra a impossibilidade de os camponeses terem exercido qualquer ação violenta em relação ao proprietário.

37 JC. 08.jan.1963.

Estavam acompanhados de suas mulheres e filhos e, apesar de estarem em número expressivo, cerca de cem, o usineiro não sofrera sequer um arranhão[38].

Tanto esse quanto os outros casos de assassinatos de trabalhadores rurais, no período, ficaram impunes. Os jornais conservadores publicavam sempre os relatos dos usineiros considerando-os como "os fatos", e os outros relatos, dos trabalhadores ou mesmo do próprio governo, quando este se pronunciava a respeito, como sendo as "versões", procurando, dessa forma, desqualificá-los.

Outras formas de luta usadas desde o tempo das Ligas eram as passeatas e os comícios. Em Timbaúba, como o sindicato dos trabalhadores rurais era ligado à Igreja, um funcionário da Previdência Social, que era comunista, foi transferido para lá, a fim de desenvolver um trabalho do PCB no meio dos camponeses. Segundo ele, em dado momento, os trabalhadores rurais ligados ao seu movimento resolveram organizar uma passeata pela cidade, mas aí o padre decidiu fazer, no mesmo dia, uma procissão. Ambos ficaram disputando a banda 'Pé de Cará', que deveria abrilhantar o evento e garantir uma maior participação popular. A banda, enfim, tocou para os camponeses, pois seu diretor também era funcionário da Previdência e foi pressionado nesse sentido. Juntamente com o prefeito, que era um democrata, e um juiz, o movimento terminou com um comício, no qual um dos proprietários de terras da região foi interpelado pela multidão sobre o cumprimento da legislação trabalhista:

> Vocês assina a carteira no dia, no ato?' Ele disse – 'Não'. Eu disse: 'Bota aí, uma gravidade'. ' Vocês pagam salário em dia?' Ele disse – 'Nem todo mês.' Eu disse; 'Bota aí, outra gravidade. O décimo terceiro, doutores, os senhores vêm pagando?' Aí ele disse – 'Isso não é pergunta que se faça, se está nessa luta é por causa disso aí'. 'Ainda bem, doutor, outra gravidade' Eu disse: 'O senhor paga salubridade? Ele não sabia nem o que era isso. ... Aí, eu digo: ' Então agora eu quero saber quem é o errado, doutores. Se é o patrão, ou é o camponês trabalhador?' Aí foi um rebuo, Bernon (o usineiro) se levantou prá querer segurar, aí Geraldo, o prefeito, o juiz, aí determinou o pagamento. Quinta-feira, na frente da Prefeitura, vai ser pago o 13° mês.
>
> Amaro Fernandes[39]

38 JC. 15.jan.1963.

39 Entrevista concedida à autora em 14/04/2000.

A própria Federação chegou a propor a realização de comícios e concentrações de trabalhadores rurais pela reforma agrária. E, quando houve a disputa entre os trabalhadores pela direção do sindicato de Jaboatão, os que eram ligados à Igreja realizaram uma passeata no Recife para protestar contra o que eles consideravam uma ingerência do Delegado do Trabalho nos sindicatos rurais.[40]

Em algumas ocasiões, os camponeses decidiam realizar certas 'ações diretas' contra seus opressores imediatos. O fiscal das matas do engenho Riachão, em Vitória, foi expulso pelos camponeses, indo prestar queixa à polícia.[41] Trabalhadores do engenho Novo, em Moreno, por questões de trabalho, subjugaram o administrador e fizeram-no caminhar a pé até a sede do sindicato dos tecelões, onde foi desarmado pelo suplente do comissário de polícia e levado à cadeia pública. O Juiz da Comarca, porém, ao tomar conhecimento do caso, colocou-o em liberdade e devolveu-lhe a arma.[42]

As chamadas invasões de engenhos eram muito denunciadas pelos proprietários. Mas o que havia eram reuniões de camponeses que, em certas ocasiões, tentavam construir um galpão para sediar os seus encontros. As denúncias eram de tal forma absurdas que chegavam, por vezes, às raias do ridículo, como se segue: "*Proprietário pede à polícia que vá garantir seu engenho*", no caso o engenho Massuassu, em Jaboatão. Mas, segundo o próprio, visava a uma providência preventiva, pois não existia, no seu engenho, quaisquer perspectivas de violência por parte dos trabalhadores.[43] Efetivamente, houve a ocupação de engenhos por camponeses pertencentes às Ligas: em Vitória de Santo Antão, o engenho Coqueiro, de onde antigos camponeses haviam sido anteriormente expulsos[44] e o engenho Serra, cujo proprietário havia abandonado as terras.[45] Os sindicatos rurais, contudo, não apoiavam esse tipo de ocupações.

A grande forma de luta que os trabalhadores rurais adotavam, porém, era a greve. Em 1961, o jornal *A Hora* registrou apenas uma, no engenho Botafogo, em Igarassu, porque houve aumento da exigência da quantidade

40 JC. 03.set.1963.
41 JC. 05.jul.1963.
42 JC. 24.abr.1963.
43 JC. 22.fev.1963.
44 JC. 11.jul.1963.
45 JC. 26.jan.1964.

de cana a ser cortada, sem aumentar o salário.[46] Em 1962, também ocorreu uma greve no engenho Águas Compridas, em Vitória, por aumento salarial. Esta notícia foi registrada na Seção "Na polícia e nas ruas", como geralmente acontecia quando se tratava de assuntos ligados aos camponeses.[47]

Já em 1963, a situação foi bem diferente. A Delegacia Regional do Trabalho registrou um total de 44 greves, mas sem incluir as pequenas e médias paralisações ocorridas no campo, particularmente em engenhos, segundo afirmação do próprio delegado do trabalho, Enoch Saraiva.[48]

Boa parte desses movimentos era pelo pagamento do 13° salário, mas nem sempre. Houve greves por aumento de salários e outras vantagens para os trabalhadores. Numa greve realizada em Goiana, ficou abolido o desconto do montepio, que era feito com vistas a se constituir numa pensão, em caso de morte do trabalhador. Os usineiros das usinas Santa Teresa e Nossa Senhora das Maravilhas se comprometeram a examinar as relações de contrato com os empreiteiros, e destes com os trabalhadores, além de que as folhas de pagamento seriam revisadas por funcionários do Ministério do Trabalho e pelo representante dos trabalhadores.[49] Em outra greve, no engenho Xixaim, em Moreno, os trabalhadores obtiveram a devolução do desconto-habitação, que era uma taxa que alguns proprietários queriam cobrar pelo uso das moradias dos trabalhadores rurais, além do pagamento dos dias parados e a readmissão de sete trabalhadores.[50] Em Nazaré da Mata foi feito um acordo, através do sindicato, com o engenho Vera Cruz, mediante o qual, além do fim do desconto – habitação, ficou proibido o uso de armas pelos barraqueiros por ocasião do pagamento semanal.[51]

Nesse mesmo ano, houve greves por motivos políticos, como a que ocorreu no município de Jaboatão, pela ampliação da participação sindical dos trabalhadores rurais em disputa pela direção do sindicato ou a greve pela soltura de Júlio Santana, na região de Barreiros, já relatadas.

No início de 1964, houve ainda uma greve que, ao lado de reivindicações trabalhistas para algumas regiões (Condado, Palmares, Paudalho e São Lourenço), tinha como principal objetivo um protesto contra a demissão do

46 28.out. a 04.nov.1961.
47 JC. 03.jun.1962.
48 JC. 01.jan.1964.
49 JC. 02.mar.1963.
50 JC. 03.ago.1963.
51 Idem.

delegado do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), Gilvan Pio Hansen, pelo governo João Goulart. O motivo alegado pelo presidente da Federação, Manoel Gonçalo, era o de que os trabalhadores da lavoura canavieira também deveriam ser beneficiados pela Previdência.[52] Esta greve, porém, foi muito problemática, pois foi encaminhada no campo, entre os assalariados rurais e os operários das usinas, mas não efetivamente na cidade, onde o Conselho Sindical dos Trabalhadores – CONSINTRA adiou a sua deflagração. [53]

Entretanto a grande greve, que deixou marcado o movimento dos trabalhadores rurais de Pernambuco, realizou-se em novembro de 1963 e terminou com o Acordo do Campo, celebrado entre as partes e mediado pelo governador Miguel Arraes. Este acordo proporcionou ganhos econômicos e políticos aos trabalhadores. Em seu primeiro item, ficou estabelecido um reajuste de 80% para todos os assalariados agrícolas, a partir de 1° de dezembro; dentro de 60 dias, todos deveriam ter sua situação regularizada com a assinatura das carteiras de trabalho; as empresas fariam o desconto das contribuições sindicais, o que em muito contribuiria para o desenvolvimento do sindicalismo rural.[54]

Um grande passo foi dado ao se estabelecer que, em cada engenho, haveria um delegado sindical eleito por dois anos, criando-se, assim, oficialmente, um instrumento efetivo para fazer a ligação sindicato/base e facilitar o cumprimento da legislação. Existia, ainda, a proposta de formação de uma comissão para promover a interiorização da Previdência Social, da Assistência Médica e da Assistência Escolar. A Tabela de Tarefas, já firmada anteriormente, foi mantida, e ainda havia cláusulas relativas ao pagamento do 13°. salário, bem como dos dias parados. Ficou acordada, ainda, a não punição aos grevistas. O governo, porém, decidiu aumentar o preço do açúcar para garantir, aos proprietários rurais, melhores condições para cumprirem o acordo.

---

52 Última Hora. 26.fev.1964.

53 O CONSINTRA foi organizado em 1958, a partir de Pacto de Unidade Sindical, que congregava 35 entidades sindicais de Pernambuco.

54 Este desconto, já amplamente utilizado pelos sindicatos urbanos, sempre foi motivo de controvérsias, pois, se de um lado, facilita as atividades sindicais, permite, por outro, a manutenção de entidades pelegas, desligadas da categoria e pouco dispostas a lutar de uma maneira mais comprometida, já que não precisam dela para sua manutenção.

Além dos benefícios econômicos advindos com o reajuste, tornando possível uma melhoria efetiva nas condições de vida dos trabalhadores, que agora podiam se alimentar melhor, comprar um colchão e um radinho de pilha, os municípios da zona da Mata puderam também se beneficiar dessa mudança, com a ampliação do seu comércio.

Esta grande mobilização, que parou toda a categoria por três dias, de 18 a 20 de novembro, foi o coroamento de uma série de lutas e pequenas greves levadas durante todo o ano nos engenhos e usinas, algumas espontâneas, outras, preparadas. Fruto do trabalho organizado das diferentes forças que atuavam no campo, inclusive do governo estadual, que procurou evitar que a polícia continuasse servindo aos interesses do latifúndio, como era de costume. E um sinal importante de como os trabalhadores rurais estavam se constituindo, efetivamente, em uma classe social.

Nesse sentido, ao participar de lutas específicas nos engenhos e usinas, os camponeses tiveram que, minimamente, discutir seus problemas, buscar argumentos, posicionar-se, enfrentar resistências, construir união e solidariedade, correr riscos, criar coragem, assumir uma ação coletiva de enfrentamento aos proprietários e seus prepostos, firmando lideranças e se descobrindo enquanto categoria capaz de ser ouvida e de garantir seus interesses. Claro que isso não atingia, uniformemente, a todos, nem eliminava, de um só golpe, o medo e o sentimento de subserviência ou de dependência em relação aos proprietários. Contudo, era parte de um processo que estava se mostrando bastante positivo para a constituição dos canavieiros enquanto classe. Ao eclodir esta greve, sua experiência atingiu um patamar mais alto, pois aí a unidade foi geral, e as discussões foram sendo tratadas de maneira mais política. Se, de um lado, a mediação do governo poderia criar uma certa visão de dependência em relação ao poder constituído, de outro, poderia levar os camponeses a perceber melhor a importância de uma atuação política e a necessidade de se comprometerem com ela.

Do ponto de vista político, esta vitória foi também capitalizada pelo governo. Até hoje, na zona da Mata, todos lembram os tempos do 'Pai Arraia', quando a vida do camponês efetivamente melhorou. Mas não só. Tanto a Federação quanto o PCB saíram fortalecidos. As outras forças também foram beneficiadas, devido à vitória conseguida com a luta.

A construção de uma Federação Unificada

Esta greve, que foi organizada de maneira unificada pela Federação, pelo Sindicato de Palmares, pelas Ligas e pelos Sindicatos independentes, elevou a luta dos assalariados rurais a um outro patamar, possibilitando, inclusive, uma maior aproximação entre as diferentes forças que compunham o sindicalismo rural na época. E seu desdobramento foi a abertura de um diálogo com vistas à formação de uma Entidade que unificasse efetivamente os referidos sindicatos. Se antes houvera, inclusive, a tentativa de fundar uma outra federação, a Central Sindical Camponesa, agrupando pessoas das Ligas, do PCB e do PC do B, em Jaboatão, logo essa proposta foi sendo esvaziada por seus próprios proponentes, após protestos da Federação.[55]

Após a greve, ainda no final de novembro, um manifesto conjunto considera que:

> A unidade conquistada na luta (...) haveria de nos levar à unidade no terreno da organização. Federação e sindicatos não federados resolveram convocar, para dentro de 30 dias, reunião em que será fundada, com esse caráter unitário, a Federação dos Trabalhadores na Lavoura de Pernambuco, órgão dos assalariados agrícolas de nosso Estado... e lançaremos as bases para a organização dos trabalhadores autônomos e pequenos proprietários na Federação dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Pernambuco...[56]

Este manifesto foi assinado por Manoel Gonçalo Ferreira (Federação), José Eduardo (sindicato de Palmares), José Evangelista (sindicato de Jaboatão), Quitério Francisco Feitosa (sindicato de Barreiros), Antônio Guedes da Siva (sindicato de Igarassu e Itamaracá), José Vicente de Lima e Manoel Maximino da Silva (sindicato de Quipapá).

A nova entidade veio a se efetivar no início de janeiro de 1964, sob a denominação de Federação dos Trabalhadores na Lavoura, Pecuária e Produção Extrativa Rural do Estado de Pernambuco, ficando estabelecida, em princípio, a seguinte composição unitária: Manoel Gonçalo Ferreira, presidente; Antônio Guedes da Silva, 1° vice-presidente; Severino Geraldo, 2° vice-presidente; José Eduardo de Lima Filho, 1° secretário; Severino Correia, 2° secretário; Severino

55 Última Hora. 05.out.;10.out.e 17.out.1963.
56 UH. 30.nov.1963.

Manoel Soares, tesoureiro e Manoel Maximino da Silva, vice-tesoureiro.[57] Em 29 de janeiro, foi dada como eleita esta nova diretoria, acrescida dos membros do Conselho Fiscal: José Evangelista Nepumoceno, Carlos Alves Cardoso e Euclides Almeida do Nascimento, sendo suplentes Manoel Vicente de Lima, João José de Lemos e Pedro Luís de Melo.[58]

Pelos nomes citados, percebe-se que a nova entidade, efetivamente, era representativa da maioria das forças atuantes no Estado, inclusive setores da Igreja. Se Manoel Gonçalo representava um setor mais próximo da Ação Popular, a essa altura, já eleito vice-presidente da CONTAG, Severino Manoel Soares e Euclides Almeida do Nascimento representavam os setores mais ligados ao SORPE que, apesar de não terem integrado a diretoria da CONTAG, garantiram sua participação na nova Federação estadual, que, na prática, levou adiante apenas a greve contra a demissão do delegado do IAPI. Seu tempo de existência foi muito curto e, com o Golpe de 64, ela não pode consolidar-se, sendo, inclusive, praticamente esquecida.

A memória que se tem do acontecido ressalta, apenas, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, ligada ao SORPE. Este processo de busca da unidade no movimento sindical rural, tão importante para a classe trabalhadora, não é considerado; é omitido, esquecido, ficando nas sombras por todos esses anos.

Parte da liderança e dos militantes se firmou e passou a discutir e a entender questões mais políticas. Em Jaboatão e Moreno, por exemplo, onde militava Amaro Luiz de Carvalho (Palmeira), que visitara Cuba quando ainda era ligado ao PCB, questões como socialismo, revolução, comunismo, eram faladas pelos trabalhadores, o que também acontecia em outras regiões, como Palmares. Claro que sem um maior aprofundamento, sendo, inclusive, carregadas de preconceitos e dúvidas. Um entendimento político mais profundo não foi possível, pois o período de organização dos assalariados rurais foi muito curto. Em alguns casos, as lideranças, inclusive, foram se distanciando das massas. E, com o Golpe, todo esse processo foi truncado. A despolitização tomou conta de quase todos os sindicatos.

57 UH. 01.jan.1964.
58 A Hora. 01.fev.1964.

Capítulo III - As esquerdas no campo após 64

"Agora, o que aconteceu? É que nós todos fomos treinados para não fixar nomes, lugares etc.; eu era um animal urbano por excelência, passei a fazer reunião dentro de canavial, né, com trabalhador, em ambiente que você entrava sem saber absolutamente onde estava, com nomes frios, eu assumi isso, essa responsabilidade no final de 69, 70, e em seguida tive que fugir daqui. Não só eu fugi daqui, e o trabalho ficou em banho maria. Já a partir de 72, na tentativa de reorganização dos nossos contatos, dos nossos trabalhos, tendo em vista a eclosão do movimento da Guerrilha do Araguaia, já incorporados ao PC do B, nós redefinimos as áreas estratégicas em relação ao sul do Pará. Por essa razão nós tiramos daqui figuras chaves, um camponês chamado Adolfo (era o nome frio dele), Adolfo era um quadro importante, ele se deslocou para outra região, eu nem sei dizer qual foi e nunca mais a gente teve contato com Adolfo, que era da zona canavieira, eu não me recordo se era de Palmares ou Ribeirão. E o outro era o Jerônimo, era um negão simpaticíssimo (...). O Jerônimo, eu fui reencontrar no 7º Congresso, ele como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabuna, na Bahia, e membro do PC do B. (...) Ele foi preso também, o nome dele era Manoel Severino da Silva, chamava Biu. O fato é que tanto o trabalho do PC do B não conseguiu ser retomado como o de AP; os quadros que ficaram fomos deslocados para o interior do Nordeste."

Luciano Siqueira – dirigente da Ação Popular e, posteriormente, do PC do B. (entrevista concedida à autora em 08 de janeiro de 2002)

3.1 - O Golpe militar e seu significado para as esquerdas

O Golpe de 64 truncou um processo de mudanças no país, em que a participação dos trabalhadores, sua politização e organização vinham num crescendo.

A luta pelas reformas de base, apesar de inserida num processo de desenvolvimento capitalista, amedrontava parcela importante da classe dominante, que a percebia como prelúdio de um possível desenvolvimento socialista, já que as massas trabalhadoras participavam desse movimento e ele trazia em seu bojo algumas propostas estatizantes e nacionalistas.

As reformas econômicas, por exemplo, defendiam a suspensão do pagamento da dívida externa, o controle e a redução da remessa de lucros, a ampliação do monopólio da Petrobrás, a estatização dos serviços públicos e de algumas indústrias, como a farmacêutica, os frigoríficos, moinhos e fábricas de leite em pó (GORENDER, 1987:50), além da reforma agrária. Também se falava em reforma tributária, administrativa, universitária, urbana.

Essas reformas eram apoiadas pelos trabalhadores, por setores das camadas médias e por parte da burguesia. A grande burguesia e os setores vinculados ao capital estrangeiro, querendo evitar esse risco, apostaram num processo de modernização conservadora.

Não se pode esquecer que, particularmente no que diz respeito aos proprietários rurais, nunca antes haviam sido efetivamente questionados em termos econômicos ou políticos, nem obrigados a fazer concessões aos seus trabalhadores.

Devido a essa maior participação das classes populares e às reivindicações e propostas no sentido de um desenvolvimento mais autônomo e democrático, favorável aos trabalhadores, o modelo até então vigente passou a enfrentar contradições praticamente irreconciliáveis. Daí as constantes crises institucionais durante o governo João Goulart.

Mantendo-se e ampliando-se uma participação democrática efetiva, não seria possível garantir os interesses das classes dominantes. A saída para elas foi, portanto, impedir a continuação do caminho democrático e impor uma proposta autoritária de governo.

Em que pese as debilidades do movimento democrático, sindical e popular e o uso sistemático, por parte das classes dominantes, da invocação do "perigo comunista", da "anarquia" reinante, da instabilidade política como

forma de amedrontar os mais incautos e criar um clima que justificasse suas ações golpistas, elas perceberam que seus interesses estavam em jogo e procuraram agir em seu benefício.

O capital associado e as multinacionais, o governo dos Estados Unidos e os militares brasileiros passaram a adotar uma política de desestabilização do governo João Goulart, através do IPES/IBAD e da Escola Superior de Guerra (ESG). Esta última, inclusive, teve importante papel na formação profissional e ideológica de militares de alta patente e de tecnocratas do alto escalão da burocracia do Estado.

Alves demonstrou a influência da ESG na formulação e divulgação da Doutrina da Segurança Nacional e Desenvolvimento. Baseada na estratégia militar da Guerra Fria, esta doutrina pressupunha a existência de guerras não declaradas, como seria o caso da guerra revolucionária de "subversão interna", na qual os comunistas procuravam, segundo esta avaliação, envolver a população explorando seu descontentamento, montando campanhas de propaganda e fazendo manifestações ideológicas para conseguir novos adeptos, particularmente entre estudantes, líderes sindicais, meios de comunicação, intelectuais, artistas, religiosos etc. (ALVES, 1984:37).

Daí a necessidade de agir para manter a 'segurança interna' do país, formando uma ampla rede de informação.

O complexo ESG/IPES/IBAD recebia recursos financeiros de empresas nacionais e multinacionais, bem como desenvolvia contatos com funcionários americanos, implementando a campanha de desestabilização do governo. As empresas multinacionais, assim como os governos estrangeiros não dependiam da diplomacia para garantir seus interesses. (DREIFUSS, 1981: 100).

O primeiro presidente após 1º. de abril, Castelo Branco, compôs seu ministério com muitos colaboradores dessas organizações, das quais ele era, na prática, seu coordenador.

Ao se desencadear o Golpe sob o argumento da ameaça do perigo comunista, as ideias desenvolvidas pela direita foram sendo postas em prática e utilizadas para justificar o controle e a repressão à população. O Estado criou um aparato repressivo e de controle e uma imensa rede de informações políticas com vistas a descobrir e neutralizar os "inimigos", cujo contingente foi tornando-se cada vez maior com o passar do tempo e as medidas políticas, econômicas e sociais adotadas.

A ditadura procurou viabilizar um novo projeto de desenvolvimento econômico favorável aos setores que a organizaram e apoiaram. No que diz respeito às oligarquias agrárias, tornaram-se subordinadas às decisões da grande burguesia, mas conseguiram garantir vantagens e, politicamente, seu poder de dominação local.

As reformas foram deixadas de lado, os interesses das classes populares inteiramente excluídos. As medidas tomadas visavam sempre garantir vantagens aos investimentos privados, em particular, ao grande capital monopolista. Houve uma maior internacionalização da economia brasileira, dentro da política de desenvolvimento associado (CARVALHO, 1987:87).

Os golpistas tomaram o poder rapidamente e, praticamente, sem resistências. O movimento sindical e o PCB estavam iludidos em relação à possibilidade de se manter a legalidade a partir do esquema militar do próprio governo. Mesmo o PC do B não se preparou para resistir a um possível golpe. Se algumas lideranças da esquerda, como foi o caso de Gregório Bezerra, alertaram para a necessidade de armas para garantir o governo, estas não foram disponibilizadas, nem antes, nem, obviamente, depois do Golpe.

Gorender, em sua análise, procura explicar o fracasso da esquerda a partir de alguns pontos, destacando *"a hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefias personalistas, as insuficiências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões reboquistas e as incontinências retóricas, tudo isso em conjunto"* (GORENDER, 1987:67). Mas o mais grave foi a maneira desmoralizante como aconteceu, todos à espera do comando do presidente da república sem que se conseguisse, efetivamente, resistir.

Em Pernambuco, o governador Arraes também confiou no dispositivo militar existente, mas o comandante do IV Exército, Justino Alves Bastos, que afirmara dias antes ao então prefeito do Recife, Pelópidas Silveira, seu respeito às instituições e seu apoio ao governo federal, no dia 1º de abril subscreveu um comunicado em conjunto com o comandante do III Distrito Naval, almirante Dias Fernandes, aderindo ao golpe. Contudo, a posição dos comandantes militares, particularmente do almirante e do comandante da 2ª Zona Aérea, não estava definida anteriormente. Assim se expressa Cavalcanti em suas memórias:

> Estranhamente, a nota oficial de adesão ao golpe não trazia a assinatura do Brigadeiro Homero Souto de Oliveira, comandante da 2ª Zona Aérea, sediada no Recife. Dizia-se que, às pressas, viajara à Bahia para não colocar-se ao lado dos conspiradores. Logo depois da 'revolução' foi para a reserva, o mesmo acontecendo com o almirante Dias Fernandes, que chegou a responder a IPM (inquérito policial militar) sobre as propaladas propostas de transferência da sede do governo de Arraes para o seu QG, o que realmente houvera.[59]

O governador Miguel Arraes foi preso no palácio pelo coronel Ivan Rui de Oliveira. O Major Hangho Trench, comandante da Polícia Militar, que tentara organizar a defesa da legalidade, também foi preso nesse mesmo dia. Uma manifestação convocada por estudantes e pelo movimento sindical terminou com o assassinato de dois estudantes, Jonas de Albuquerque Barros e Ivan da Rocha Aguiar.

Os cárceres, no Recife, foram insuficientes para garantir todas as prisões, que iam desde membros do governo deposto até militares, juízes, políticos, líderes sindicais, estudantis e populares, ou mesmo simples cidadãos. No meio rural, muitos camponeses foram presos por mera perseguição, rixas pessoais. Boa parte da liderança camponesa foi presa. Gregório Bezerra ainda conseguiu se reunir com muitos camponeses e militantes do PCB em Palmares, decidindo paralisar os trabalhos nos engenhos e usinas da Mata Sul e tentar, novamente, conseguir armas com o governador Miguel Arraes, tendo aglutinado camponeses em vários pontos com essa finalidade. A essa altura, porém, o Golpe já era fato consumado. Regressou à cidade, que já estava tomada pelo exército e foi desmobilizar os camponeses, pois a resistência, de mãos vazias, resultaria tão somente no assassinato deles (BEZERRA, 1979:191). Também Belmiro do Nascimento Ferreira deslocara-se para Serinhaém, buscando organizar os camponeses, juntamente com Jurandir Ferreira da Silva. Já Osias Ferreira foi preso em Ipojuca, logo após uma reunião, concluindo, juntamente com outros dirigentes das Ligas, da impossibilidade dessa resistência em defesa da legalidade. Ele foi, a partir de então, submetido a vários tipos de tortura, a fim de 'dar o serviço', como se dizia no jargão policial. [60]

---

59 Cavalcanti (1980 a: 354).

60 Importante descrição e análise do período estão nas memória de Paulo Cavalcanti . *O caso eu conto como o caso foi***.** Recife: Guararapes. 1980a, e também em Márcio Moreira Alves. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sabiá. 1968, que trata da repressão aos cristãos engajados.

Em Vitória de Santo Antão a professora Maria Celeste Vidal, das Ligas, foi presa, depois de ir para a rádio local convocar os camponeses a se agruparem e marchar para o Recife para libertar Miguel Arraes. [61]

Amaro Fernandes fugiu de Timbaúba numa ambulância do IAPI, mas depois foi preso e barbaramente torturado, herdando sequelas físicas que o importunam até hoje. Belmiro Ferreira conseguiu fugir, vindo a ser localizado e cumprir pena anos depois. Já Gregório Bezerra, foi preso no município de Cortês, trazido para o Recife e, nas mãos do coronel Ibiapina, torturado em praça pública, tendo sido salvo da morte na medida em que os populares presentes não deram apoio à ação do coronel e a Arquidiocese local pediu clemência ao general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército (CAVALCANTI, 1980 :380).

Ainda de acordo com este autor (1982:319), os camponeses presos

> se amontoavam na Secretaria de Segurança Pública, onde eram redistribuídos pelos comissariados dos subúrbios por Álvaro da Costa Lima e Moacir Sales. Homens, mulheres e crianças vinham tocados como animais, aos tropeços, pontapés e empurrões." (...) " Mariano, camponês do engenho Piaçaluçu, em trajes menores foi forçado a desfilar, pelas ruas de sua cidadezinha, puxado por um jipe do exército. João Severino, outro camponês, 'passeou' pelo engenho Serra, do latifundiário Alarico Bezerra, amarrado pelos testículos. Mendes, camponês de Paudalho, Sinhá Maria, do engenho Tiriri, Raimundinho, do município de Abreu e Lima, Biu, de Goiana, Jerônimo, da cidade de Amaraji, Severino Biu, da cidade de Gaibu, Pedro Fazendeiro e João Alfredo, de Sapé, na Paraíba, não tiveram direito ao macabro ritual do 'desfile'. Tombaram de bala no local onde foram detidos. Seus cadáveres nunca foram encontrados, na maioria dos casos pastos para urubus carniceiros, nos baixios dos canaviais. Quase todos eram líderes camponeses em suas comunidades.[62]

Apesar de presos, muitos conseguiram livrar-se porque eram, na prisão, "preparados" pelo próprio Cavalcanti que, por ser advogado experiente, simulava perguntas e orientava respostas. *"Os camponeses se portavam muito*

61 DP. 11.abr.1964.
62 Cavalcanti, 1982:319.

bem, argutos e seguros na dissimulação de suas histórias sem fim" (Cavalcanti, 1980b:35). Alguns ficaram pouco tempo na prisão, como foi o caso de José Eduardo, de Palmares. Tanto ele como Manoel Gonçalo, presidente da FETAPE, tiveram sua prisão preventiva relaxada ainda em agosto. [63]

Já outros foram soltos e presos novamente, como foi o caso de João Virgínio da Silva e Luís Serafim dos Santos, das Ligas Camponesas. [64]

As torturas, apesar de negadas, foram generalizadas. Houve os que ficaram presos muitos anos, como foi o caso de Gregório Bezerra, banido do país quando do sequestro do embaixador norteamericano no Brasil, Charles Elbrick, em setembro de 1969. Essa ação foi levada a efeito pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário Oito de outubro (MR-8), que, em troca da vida do embaixador, exigiu a libertação de 15 presos políticos de diferentes partidos e a publicação de um manifesto à população. Entre estes figurou também o engenheiro Ricardo Zaratini, que estivera ligado ao trabalho do campo em Pernambuco e militara no Partido Comunista Revolucionário (PCR), após 1964.

Vários políticos foram cassados. As acusações eram as mais diversas, desde subversão e corrupção, até, no caso dos políticos ligados a Arraes, de colaborarem com o "dispositivo revolucionário" do seu governo. O delegado da DRT, bem como o secretário assistente, também foram para a prisão. Este último foi substituído por Marco Antônio Maciel, na época líder estudantil da direita que atuou durante toda a vida como político da ARENA, do PDS e do PFL. Marco Maciel, no entanto, não continuou no cargo por não ter ainda 25 anos em 1964. [65]

O jornal Última Hora foi fechado, bem como o semanário A Hora. Então a atuação da imprensa local foi elogiada pelo comandante do IV Exército, que fez a seguinte declaração: *"Vamos manter a imprensa livre, mas é preciso que ela colabore, como vem colaborando no Recife. A imprensa do Recife tem atuado muito bem, não sendo forçado a nenhuma restrição contra suas ações*." [66]

Aos poucos, porém, as vozes foram se levantando. Dom Helder Câmara, que se tornara arcebispo de Olinda e Recife logo após o Golpe, afirmou numa entrevista: *"Se é verdade que a cassação é sempre melhor que o fuzilamento, não deixa de ser medida violentíssima; (...) lastimo que as vítimas, só a posteriori, tenham direito à defesa."* [67]

63 JC. 22.jun.1964.
64 JC. 06.dez.1964.
65 JC. 12.abr.1964.
66 JC. 10.abr.1964.
67 JC. 21.jun.1964.

Panfletos ditos subversivos também voltaram a circular, conclamando os trabalhadores a protestar contra o aumento dos preços das passagens de ônibus, e exigindo a liberdade para Arraes, Julião, Pelópidas e Gregório. Outro volante dizia que todas as formas de luta deveriam ser usadas contra a ditadura, e ainda, *"prestemos nossa solidariedade a Chapéu de Couro que não é um bandido, como diz a imprensa da reação, mas um líder camponês em revolta"*. [68]

Notícias sobre ele, Antônio Joaquim de Medeiros, ex-líder das Ligas da região de Serinhaém, vinham sendo divulgadas, relatando que ele promovia assaltos e emboscadas contra senhores de engenho e barraqueiros, de quem era acusado de tomar dinheiro e até armas, com o apoio de outros camponeses. Visto, por uns, como bandido, e por outros, como herói, terminou sendo preso depois de várias diligências. Apesar de respeitado por muitos camponeses, devido à sua coragem e valentia (MONTARROIOS, 1982:67), suas ações serviram para justificar maior violência contra lideranças camponesas remanescentes na Mata Sul (CAVALCANTI, 1980b:29). Os próprios trotskistas, com quem tivera um relacionamento muito próximo na época de sua prisão antes do Golpe, tentaram ir ao seu encalço a fim de convencê-lo a parar com essas ações, não conseguindo fazê-lo por terem sido presos (e muito torturados) nessa mesma época, novembro de 1964.[69] Finalmente preso, respondeu por delitos comuns, como furtos e agressões, mostrando-se muito despreparado politicamente (CAVALCANTI, 1980b:31).

A essa altura, o Golpe já estava perdendo popularidade, mesmo entre parcela daqueles que o haviam apoiado.

Foram adotadas medidas econômicas prejudiciais aos trabalhadores, com vistas a aumentar os lucros dos empresários e atrair capitais multinacionais. Os salários só poderiam ser reajustados anualmente, e, mesmo assim, a partir de um cálculo que levava em conta uma taxa inflacionária sempre subestimada. Este expediente da ditadura ficou conhecido como política do arrocho salarial. A lei de greve, promulgada em junho de 1964, restringia o direito de greve a situações muito específicas, como o atraso no pagamento dos salários ou o não pagamento de salários declarados em decisões judiciais, e, ainda assim, após o cumprimento de uma série de medidas burocráticas.

Criou-se, ainda, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966, mecanismo que substituía as normas de estabilidade dos trabalhadores,

---

68 JC. 11.nov.1964.

69 Aybirê F.Sá, entrevista concedida à autora em 13/07/1999.

então vigente. Os empregadores depositariam mensalmente oito por cento do salário do trabalhador em uma conta bancária, e quando quisessem demitir o empregado não precisariam mais pagar, de uma só vez, indenizações altas. Tudo isso contribuiu para o aumento da rotatividade da mão de obra e a insegurança, cada vez maior, do trabalhador. Por outro lado, o governo incentivou mais ainda o capital, que se utilizava dos recursos do FGTS, empregando-os em projetos habitacionais e em outras atividades industriais, incentivadas pelo governo (ALVES, 1984:97).

Do ponto de vista econômico mais geral, em julho de 1964, o governo revogou a lei de remessa de lucros de 1962, bem como estabeleceu a equivalência legal entre o capital estrangeiro e o nacional, o que agradou sobremaneira aos Estados Unidos; renegociou a dívida externa com o Fundo Monetário Internacional, elaborou um plano de estabilização com vistas a conter a inflação e diminuiu as despesas estatais. A atividade econômica em geral foi prejudicada e a falta de crédito levou a um grande número de falências de pequenas e médias empresas.

Em termos políticos, continuaram os atos de exceção. Em outubro de 1965, foi decretado o Ato Institucional nº. 2, fortalecendo ainda mais o poder Executivo, que mantinha a prerrogativa de cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos. Este Ato ainda limitava atribuições do Judiciário, definindo que civis acusados de crimes contra a segurança nacional seriam julgados por tribunais militares; estabelecia eleições indiretas para a presidência da República e extinguia todos os partidos políticos existentes, entre outras medidas de exceção. Logo em seguida foram criados os dois únicos partidos permitidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), da situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Apesar dessas restrições, a insatisfação popular era grande e os democratas, sempre que viam brechas, procuravam protestar.

A Constituição de 1967 manteve alguns direitos individuais, como o *habeas corpus* e o direito de reunião, associação e expressão, embora tenha aumentado o poder do Executivo e diminuído a força dos estados, que passaram, também, a ter eleições indiretas. O caráter federativo da república significava, na prática, mero jogo de palavras.

A eleição de Costa e Silva, em 1967, trouxe promessas de liberalização que, efetivamente, não se concretizaram. A política do arrocho salarial prejudicava amplos setores da população. A tentativa de implantação dos acordos MEC-USAID para a educação era rechaçada por estudantes e professores. Os democratas pressionavam por mais liberdades.

O ano de 1968 foi marcado por protestos e conflitos, não só no Brasil, mas em várias partes do mundo. Aqui eclodiram algumas greves, sendo a de Osasco, ocorrida em julho, duramente reprimida. No movimento estudantil, no qual eram mais comuns os protestos, já em março começou a repressão, com o assassinato de Edson Luís, no Rio de Janeiro. Os setores democráticos e populares procuraram sensibilizar amplas parcelas da população, as passeatas foram se tornando mais frequentes, a União Nacional dos Estudantes (UNE), mesmo na clandestinidade, dirigia o movimento estudantil. A ditadura, porém, não pretendia abrir mão do poder. A repressão foi se ampliando com prisões e assassinatos, a ponto de muitas lideranças terem que passar para uma vida clandestina. Organizações paramilitares, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), agiam impunemente.

Nesse contexto de avanço das forças democráticas, o Congresso atuou como uma tribuna de denúncias dos abusos da repressão. A situação foi chegando a um impasse, já que, para manter o modelo econômico e político adotado, os militares não iriam abrir mão do uso da força. Em dezembro de 1968, o governo baixa o Ato Institucional nº. 5, concedendo mais poderes ao Executivo, cerceando direitos individuais elementares, consolidando o arbítrio e a ausência de liberdades. Fazer oposição ao regime tornou-se cada vez mais arriscado, uma vez que foram dados amplos poderes aos órgãos de repressão.

Diversos grupos de esquerda, que questionavam a política adotada pelo PCB à época do Golpe, foram se estruturando durante esse período. Alguns, como a Ação Popular e o PC do B, já estavam organizados naquela época. Outros, representando, inclusive, dissidências do próprio PCB, assumiram um posicionamento favorável à revolução, entendendo que isso significava não apenas uma opção pelo socialismo, mas, também, a necessidade da adoção da luta armada para a derrubada da ditadura e para a construção de uma outra sociedade no país.

É importante ressaltar o contexto internacional de então: as lutas de libertação nacional dos países da Ásia e da África, bem como a política de não alinhamento às grandes potências; a vitória da revolução cubana e a reação do povo do Vietnã às investidas norte-americanas em seu território; as lutas pelos direitos civis e os protestos contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos. Particularmente no ano de 1968, as greves e mobilizações ocorridas na Europa tiveram influência marcante em toda a esquerda brasileira.

Figuras como as de Camilo Torres, padre colombiano que entrara para a guerrilha em seu país e fora assassinado, sendo um ícone para a esquerda

cristã, Fidel Castro, Ernesto Che Guevara, Mao Tsé-tung, eram referências para toda uma geração. Afinal, apesar da instauração de um regime reacionário, a tendência cultural no Brasil caminhava no sentido da esquerda, não apenas no campo da estética, mas também no da filosofia e das ciências humanas e sociais (NETTO, 2000:230).

Boa parte desses setores, que assumiram o confronto direto com a ditadura o fizeram, inclusive, porque partiram da análise de que o crescimento econômico em estruturas periférico-nacionais promovido por um regime como o que aqui se instaurara seria inviável, o que levaria as tensões sociais a se agravarem de tal modo que criaria as condições para uma saída revolucionária. Esta visão, preconizada por autores marxistas, como Andre Gunder Frank, e não marxistas, como Celso Furtado, mostrou-se, contudo, equivocada (NETTO, 2000).

Com o refluxo do movimento de massas e o aumento da repressão, as organizações de esquerda entraram num processo gradativo de isolamento e de pulverização. Algumas delas, contudo, procuraram levar um trabalho político no campo, de acordo com sua visão a respeito da importância dos camponeses no processo revolucionário em curso.

3.2 – As forças de esquerda no meio rural

Até 1964, a principal organização de esquerda no Brasil era o PCB. Apesar da ilegalidade em que foi colocado com o advento da Guerra Fria, em 1947, tinha grande apoio de massas, quadros experientes e uma presença marcante nas principais organizações e lutas sociais do período, no campo e na cidade.

Sua análise da sociedade brasileira partia da ideia de que o Brasil era um país semifeudal, onde a revolução seria feita por etapas: a primeira, de caráter nacional e democrático, seria anti-imperialista e antifeudal; a segunda, de caráter socialista.

Como o desenvolvimento capitalista ainda estava em andamento, era tarefa dos comunistas lutarem pelas reformas e, neste processo, irem consolidando a aliança entre o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia nacional.

Segundo esta análise, o caminho para concretizar a revolução brasileira poderia ser pacífico na medida em que a ala nacionalista da burguesia fosse fortalecida em detrimento da ala entreguista, e se avançasse nas reformas de base, necessárias para garantir o desenvolvimento do país e uma efetiva democratização (GORENDER, 1987:31).

O PCB, dirigido por Prestes, foi ficando cada vez mais dependente da burguesia, sem perceber que esta, apesar de eventuais contradições, era aliada do imperialismo. E se as conquistas democráticas e as organizações populares avançaram, isso se deu sem que se conseguisse garantir a autonomia e a preparação da classe operária e camponesa para um enfrentamento maior. O movimento de massas cresceu, assim como o relacionamento dessas com as suas lideranças; mas sem uma organização político-partidária mais efetiva. Como bem expressou Gregório Bezerra (1979:189): *"...confiamos demasiado no dispositivo militar de nossos aliados e subestimamos o dispositivo de nossos inimigos. Estávamos com a cabeça cheia dos êxitos parciais. O nosso partido não estava preparado para a luta armada e, em consequência, não preparou a classe operária e as massas trabalhadoras para enfrentar o golpe"*.

O PCB foi duramente golpeado em 1964. Nos inquéritos policiais militares ocorridos neste período, atribui-se ao partido praticamente a responsabilidade pelo apoio que havia ao governo deposto; e com as prisões e perseguições aos movimentos então existentes, foi esta a organização que mais sofreu.

Os que se mantiveram nesse Partido continuaram rejeitando a luta armada, adotando uma tática de recuo e atuando dentro do MDB, no meio parlamentar. Continuaram também editando o jornal *Voz Operária* e quando, a partir de 1969, aumentou o fechamento do regime e a repressão às esquerdas, foi o partido que conseguiu se preservar melhor. Entretanto, foi duramente atingido a partir de 1974, quando a repressão já considerava praticamente extintos os agrupamentos armados, voltando-se, assim, para as outras forças políticas (ARNS, 1985:92).

No caso do movimento camponês, a repressão foi muito forte. O PCB retraiu-se e, com os rachas posteriores, ficou praticamente sem trabalho político direto no meio rural.

O Informe à Convenção Estadual do PCB em Pernambuco[70] registra que, nessa época, 1967, o partido tinha ligação com pouco mais de uma dezena de assalariados agrícolas, ainda desorganizados, o que demonstra a dificuldade imensa para retomar esse trabalho, de um lado, mas também um certo imobilismo, de outro. Essa ação terminou sendo assumida por grupos dissidentes do PCB e uma parcela de antigos militantes foi sendo contatada por pessoas ligadas ao PCR e ao PCBR que, diferentemente do PCB, propunham a luta armada como o caminho para a revolução brasileira.

Mas não se pode descartar, também, o fato de que os camponeses das Ligas e do PCB foram duramente reprimidos em 1964, principalmente pelos proprietários rurais. Eram pessoas conhecidas e, portanto, elas próprias foram se tornando mais arredias quanto a uma participação política organizada.

Foi possível detectar, contudo, alguma influência do PCB no campo durante a ditadura militar. Assim é que, na década de 70, pessoas que se diziam desse partido, realizaram um trabalho de formação com um grupo de jovens trabalhadores rurais do Agreste.

Na década de 80, militantes desse partido passaram a atuar a partir da própria FETAPE, embora sua ação não tenha tido muito sucesso do ponto de vista da ampliação dessa militância no meio rural. Na região de Surubim, Agreste Setentrional, todavia, foi organizado um trabalho político-partidário bastante significativo.

---

70 Arquivo DOPS, pasta 29.677. A figura 11 dos ANEXOS traz um esquema sobre os partidos de esquerda, p. 269.

A atuação do PCR pós-64

O PCR, dissidência do PC do B organizada em maio de 1966, reunia ativistas do meio universitário e antigos militantes das Ligas Camponesas, como Amaro Luís de Carvalho, conhecido como Palmeira ou Capivara, que pertencera ao PCB, depois ao PC do B, deixando este partido por considerá-lo imobilista no sentido do desencadeamento do processo revolucionário no Brasil. No início dos anos 60, este dirigente chegou a visitar a China e Cuba.

Na 'Carta de 12 pontos', documento considerado o marco de fundação desse partido, o Nordeste é considerado a região fundamental no processo revolucionário por ser aí que se manifestava, de modo mais agudo, a contradição entre o imperialismo e o povo brasileiro. Tanto os grandes grupos econômicos da alta burguesia como os do imperialismo norteamericano concentravam-se no sul, fazendo do Nordeste a região mais explorada do país.

Os latifundiários e usineiros, que controlavam a deficitária indústria do açúcar, descarregavam seus prejuízos na imensa massa de assalariados agrícolas nordestinos. Donde, conclui o PCR, é no Nordeste que se desenvolverá a guerra popular através da guerra de guerrilhas, método, inclusive, já usado pelo povo, em outras épocas, numa alusão à resistência pernambucana face à ocupação holandesa, no século XVII.

Ao analisar o camponês da zona da Mata considera-o diferente daquele do Agreste e do Sertão, pois, na Mata, o camponês passou de escravo a assalariado, sem se tornar proprietário ou rendeiro, adquirindo as características de proletário, existindo aí também divisão em categorias profissionais da mesma forma que ocorre com os operários da cidade. O trabalhador da cana poderia ser tirador de conta, cortador de cana, cambiteiro etc, num total de 14 diferentes funções. Outro aspecto importante para situá-lo como proletário era o fato de não possuir os instrumentos de trabalho, ser assalariado, além de que o conjunto da produção era coletivo.

No escrito de Palmeira 'O movimento camponês na zona canavieira de Pernambuco', de 1966, o processo de participação política dos camponeses da região é analisado de maneira bastante positiva, desde o passado mais remoto, com os quilombos, passando pela Guerra dos Cabanos e pela Praieira, até o mais recente, com as Ligas e sindicatos rurais, numa atuação cheia de combatividade, força e crescimento.

Para o autor, a contradição principal que havia na região era entre os camponeses e os usineiros, sendo mais importante que aquela entre os

camponeses e os fornecedores de cana uma vez que eram os usineiros o setor mais poderoso, e os fornecedores, nessa análise, uma camada decadente, embora tão exploradora quanto a primeira. Esta contradição só seria resolvida através da luta armada, o que não invalidava outros tipos de luta de caráter econômico, como o respeito às tabelas, ou greves políticas, necessárias, inclusive, para mobilizar os camponeses e levá-los a avançar em sua luta contra a ditadura e a dominação imperialista. Havia, ainda, uma contradição política entre os camponeses e as intervenções nos sindicatos, que contrapunha esta classe à ditadura, pois implicava na luta pelas liberdades sindicais, com a expulsão dos agentes dos usineiros, do Serviço Nacional de Informações (SNI), e da CIA. Mas, para isso, era necessário desenvolver o trabalho nos engenhos, a partir das necessidades mais sentidas dos assalariados rurais.

A proposta do PCR, portanto, era de atuar com vistas a tomar os sindicatos das mãos dos interventores, do padre Melo e do padre Crespo. Não há nenhuma indicação de que este partido tivesse conhecimento da disputa entre ambos, ocorrida na época, fruto de divergências com relação ao golpe e à situação dos sindicatos rurais a partir desse momento, ou de que achasse isso relevante. A retomada dos sindicatos tinha um caráter político que, desenvolvida em conjunto com as lutas econômicas, levaria à luta armada. Neste documento, não fica claro, contudo, como isso aconteceria. O que transparece é a ideia de que o Golpe, que colocara o movimento camponês nacional em descenso, seria de curta duração.

As diretrizes do partido, no que diz respeito ao campo, propunham confiscar as terras dos grandes latifundiários e distribuí-las com os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, ou formar cooperativas coletivas de produção, onde predominasse o regime assalariado.

A 'Carta de 12 Pontos' afirma, em seu item 5 :

> ...o Partido da classe operária deve elaborar sua estratégia e aplicá-la onde se reflete de modo mais agudo a contradição principal, aí desenvolver com profundidade a aliança operário-camponesa através do deslocamento para o campo dos elementos mais avançados da classe operária, dos intelectuais e estudantes com ideologia do proletariado para criar as bases de apoio rurais. O cerne da estratégia do proletariado e seu partido é o desenvolvimento da guerra popular através das bases de apoio rurais e do método da guerra de guerrilhas. A guerra de guerrilhas, através

> das formas mais primitivas e rudimentares de combate, proporciona às massas organizadas nas bases de apoio um adequado método de luta e possibilita que cada elemento de massa se converta num soldado da guerra popular. Além disso, a história de nossas lutas libertárias demonstra cabalmente que a guerra de guerrilhas foi o método de luta que o nosso povo sempre utilizou para derrotar os opressores. Dessa forma, é o próprio desenvolvimento da guerra, que é a forma superior de expressão da luta de classes, que dará origem a outras formas de apoio rurais, que fará nascer as forças armadas populares e, inclusive também, o próprio partido do proletariado. Assim, surgirão bases de apoio em todo o Nordeste, como também em todos os pontos do interior de nossa pátria onde as condições sejam favoráveis....[71]

Como se pode perceber, os comunistas revolucionários colocavam-se contrários à teoria do foco,[72] considerando, inclusive, que a guerra de guerrilhas seria desencadeada no Nordeste, ou seja, uma região com grande densidade populacional e não em regiões mais distantes, onde o fator geográfico teria um peso maior. Queriam ter alguma base de massa para fazer a luta armada que, de acordo com a experiência chinesa, teria seu apoio principal no campo e não nas cidades.

O trabalho do PCR, desenvolvido na zona da Mata canavieira, que se propunha ir da Paraíba até Alagoas, foi dirigido, inicialmente, por Palmeira, Ricardo Zaratini e Manoel Lisboa de Moura, conhecidos como os 'três galegos', e sua sede ficava em Barra de Santo Antônio, Alagoas.

Foram retomados contatos anteriores ao Golpe e essas pessoas, deslocadas para outras áreas. Os engenhos a serem trabalhados eram escolhidos a partir de alguns critérios, como o de ter boa concentração de camponeses, se possível com matas e terreno acidentado. Ao procurar trabalho, de preferência no corte da cana ou na limpa do mato, o militante do PCR não deveria reclamar nem censurar o cabo, empreiteiro ou administrador, procurando ter o mesmo

71 Arquivo DOPS, pasta 1008.

72 Esta teoria, desenvolvida nos escritos de Che Guevara e Régis Debray, partia da ideia de que as condições objetivas para a revolução na América Latina estavam amadurecidas. Para que esta ocorresse, contudo, seriam necessárias as condições subjetivas, a disposição do povo em fazê-la. O que poderia ser apressado pela ação de um foco guerrilheiro, um grupo de revolucionários que, numa área rural de difícil acesso, iniciaria o processo de luta armada.

comportamento dos demais camponeses. Conhecer bem as estradas, veredas, rios etc. Também fazia parte desse trabalho inicial realizar um levantamento do número de camponeses fichados e clandestinos, suas principais reivindicações, como se dava a exploração concretamente.

O contato com os camponeses deveria ser feito privilegiando os mais exaltados, buscando fazer com eles uma sólida amizade baseada no respeito e na solidariedade, não discutindo, inicialmente, assuntos sindicais ou políticos. Só depois isso seria feito, ouvindo sua opinião sobre os sindicatos e as Ligas, sobre figuras proeminentes como Arraes e Julião, e assuntos importantes como a Revolução Cubana etc. Líderes sindicais de antes de 64 também deveriam ser lembrados, como Júlio Santana, [José] Evangelista, José Eduardo, José Inácio, Chapéu de Couro, [Joaquim] Camilo, Belmiro [do Nascimento], de acordo com a área de influência de cada um.

Após sondar o que pretendiam para o futuro, verificando ainda seu comportamento moral e responsabilidade no trabalho, é que lhes poderia ser apresentado o programa de campo do partido e convidados a atuarem politicamente em um dos grupos existentes. Cada grupo seria formado por três camponeses e cada grupo de seis engenhos formava uma chave. [73]

O trabalho desenvolvido no meio camponês, porém, não foi muito bem sucedido. Um outro documento, 'Primeira fase revolucionária para o surgimento e consolidação do Exército Guerrilheiro', apesar de colocar que a causa principal para o surgimento e consolidação do exército guerrilheiro era a contradição entre as massas camponesas e os latifundiários, sugere que não se deve, como regra geral, utilizar camponeses nos primeiros núcleos e nas primeiras ações armadas, pois *"...É uma característica dos camponeses da zona canavieira do Nordeste serem valentes entre si e covardes em relação aos patrões. Isto por razões históricas, que têm suas raízes ao longo do período de escravidão por que passaram."* [74]

Esta afirmação, bastante contraditória com o que vinha sendo dito anteriormente, apesar de expressar, também, a realidade, visto que existem tanto camponeses combativos como acomodados ou ligados aos patrões, expressa a dura experiência vivida por esta organização na região. Nem todos os camponeses que se integraram ao PCR, conseguiram permanecer no partido. Havia dificuldades no processo de integração nas novas áreas,

73 "Três fases necessárias para a criação (das chaves) dos grupos do movimento camponês da zona canavieira" – PCR Arquivo DOPS, pasta 1008.

74 Arquivo DOPS, pasta 1549.

havia problemas financeiros, mesmo considerando o apoio dado por muitos simpatizantes do sul do país e a solidariedade de antigos militantes do PCB e de outras forças políticas em diferentes momentos.

Um balanço das atividades no campo, datado de fevereiro de 1968, afirma o seguinte:

> ...Esta [a realidade] apresentava-se radicalmente diferente da que existia no governo de Arraes. Os sindicatos, com as intervenções dos padres Melo e Crespo, e dirigidos por seus 'sacristãos', os camponeses pelegos, vendidos aos latifundiários que faziam e fazem o trabalho para a polícia. Isso tolhia qualquer iniciativa dentro dos organismos de massa do movimento camponês. Os camponeses amedrontados com o terror desencadeado pelo Golpe e executado pelos policiais, pelo exército e pelos capangas dos latifundiários, não reagiram a nada. Sem uma direção revolucionária consequente, a massa não podia reagir.
>
> ...O elemento humano que nos foi apresentado por nossos antigos companheiros que se tinham ligado a nós possuía ilusão de todos os tipos, desde a reforma agrária na zona canavieira até as 'penadas' em favor do exército. Tudo tínhamos contra nós: a massa inculta, medrosa, vacilante e facilmente envolvida pelos seus próprios inimigos. [75]

Diferentemente da análise feita por Palmeira a respeito dos camponeses antes do Golpe, a visão que este documento expressa é totalmente outra. Já foi assinalado o quanto a repressão foi dura para com as Ligas e as lideranças rurais mais expressivas. Mas, além do medo, é preciso que se leve em conta alguns traços da própria cultura camponesa, como a ligação com a terra, com a plantação, por exemplo, o que os levava a ter dificuldade de aceitar seu deslocamento para outras regiões; a paciência, em desacordo com o imediatismo das forças de esquerda. É como se, em determinadas situações, a visão de mundo dos camponeses seguisse outra lógica, diferente daquela proposta pelos partidos revolucionários.

Mas, apesar dessas dificuldades, o documento aponta alguns pontos favoráveis à luta: a situação concreta dos assalariados agrícolas, uma certa confiança nas pessoas do partido. Para formar e consolidar o exército

75 Informe à reunião do Conselho Regional do PCR, de fevereiro de 1968. Arquivo DOPS, pasta 1008. Penada quer dizer intervenção.

guerrilheiro era necessário partir não da contradição principal, entre o povo brasileiro e o imperialismo norteamericano, mas daquela que contrapõe os camponeses aos latifundiários, que é a mais sentida pela massa já que, para ela, as Forças Armadas ainda não estavam totalmente desmoralizadas.

Sendo definida uma área principal para a luta armada, com grande concentração camponesa e também elevado nível da luta de classes, além de matas e terrenos acidentados e boa organização partidária, deveriam ser implementadas ações contra usineiros e fornecedores de cana, denominado de inimigo apropriador. Era tambérm necessário que pudessem ser analisadas as repercussões destas ações entre a massa camponesa e o movimento do exército, chamado de inimigo em armas.[76]

Passando à experiência concreta, porém, os problemas com os camponeses foram sérios, com deserções, delações e roubos, segundo o mesmo documento. Palmeira reconhece que o PCR era portador de uma concepção idealista, não percebendo que a situação era outra, não mais de avanço, mas de descenso, após o Golpe militar; e que o método de trabalho, numa situação de clandestinidade, não fora adequado devido à inexperiência nesse sentido. Exemplo disso foi o deslocamento de pessoas para uma área de atuação sem exercerem uma atividade profissional, o que levou à desconfiança por parte dos vizinhos.

Comparando com o trabalho no campo, o PCR passou a considerar que, na cidade, os organismos partidários reuniam algumas facilidades não encontradas lá. Assim sendo, os quadros dirigentes do movimento camponês só apareceriam quando surgisse a luta armada e eles passassem a crer e a confiar no partido dirigente da guerra.

O PCR publicava o jornal 'A Luta', no qual fazia análises sobre a sociedade brasileira e os acontecimentos internacionais, além de relatar situações relativas ao campo.

Antes de 1968, o aparelho que centralizava a direção do PCR, em Barra de Santo Antônio, foi descoberto, mas não houve quedas, pois um de seus dirigentes foi prevenido a respeito por uma pessoa amiga. Em dezembro de 1968, porém, Ricardo Zaratini foi preso. Nessa época, ele estava questionando a política do PCR a partir das ações de outros agrupamentos ligados à guerrilha urbana. Mas o trabalho continuou com Palmeira e Miguel (Manoel Lisboa

76 Primeira fase revolucionária para o surgimento e consolidação do Exército Guerrilheiro – Arquivo DOPS, pasta 1549.

de Moura). Em novembro de 1969, porém, Palmeira foi preso, juntamente com mais dois companheiros, sendo um, universitário. A notícia publicada, como de costume, foi mirabolante:"*Desarticulada toda rede de subversão no Estado (...) com a prisão do universitário Nuremberg Borja de Brito, Fernando da Silva e Amaro Luís de Carvalho (Capivara ou Palmeira), responsáveis pelos incêndios de canaviais, acabou a subversão em Pernambuco, afirmou o Secretário de Segurança Pública.*" A notícia continua afirmando que, no Recife, foram destruídos dois aparelhos da Ação Popular Revolucionária - APR. [77]

Ora, nem a subversão acabara, nem era o PCR que incendiava canaviais, e sim o PCBR.

No ano seguinte, os três, mais Zaratini, foram acusados de organizar, com outros comunistas, um centro de instrução de guerrilhas no sítio Borboleta, em Água Preta. Na acusação, constam também os nomes de Valmir Costa, Manoel Lisboa de Moura, Manoel Aleixo da Silva, Amaro Felix Pereira e Severino Antônio Barbosa, sendo os três últimos camponeses, conhecidos como Ventania, Catolé e Bode.

Este sítio fora adquirido pelo partido para funcionar como um centro de formação teórica e política, servindo também como local para instrução militar.

Preso na Casa de Detenção do Recife, Amaro Luís de Carvalho foi assassinado pouco antes da data em que deveria ser posto em liberdade, em agosto de 1971, em circunstâncias não devidamente esclarecidas, sabendo-se, contudo, do interesse de alguns usineiros para que ele não voltasse a atuar na zona canavieira.

O trabalho político na região da cana, porém, continuou, dirigido por Manoel Aleixo .De acordo com entrevista feita com Edval Nunes Cajá, "*O Manoel era um grande animador de roda de coco, ele fazia coco, fazia embolada, de autoria dele, e nessas emboladas ele foi se politizando, ele passou a botar a luta de classe no coco, na música, e tal, e ele tinha um papel de animador nesses canaviais, nas noites de lua, impressionante..*".

Embora o relatório do Ministério da Aeronáutica diga que Manoel Aleixo da Silva 'foi morto em tiroteio', ele "*foi preso e barbaramente torturado até a morte, ocorrida no dia 29 de agosto de 1973, na cidade de Ribeirão*", conforme o Dossiê dos mortos e desaparecidos (1995:199), que também informa sobre Manoel Lisboa de Moura, preso em 17 de agosto de 1973, no Recife, e assassinado sob torturas no dia 04 de setembro do mesmo ano.

---

77 JC. 26.nov.1969.

O PCBR no campo

A fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) deu-se em abril de 1968, mas, desde 1966, diversos comunistas críticos da linha do PCB já se agrupavam em torno de uma dissidência chamada Corrente. Ao ser fundado como partido, adotou um programa que caracterizava o Brasil como um país capitalista dependente cuja burguesia, aliada aos latifundiários e associada ao capital estrangeiro, não tinha qualquer potencial revolucionário e, portanto, a revolução proposta não podia ser democrático-burguesa, e sim popular, dirigida pelo proletariado, aliado aos camponeses e às camadas médias urbanas empobrecidas.

Suas tarefas seriam a nacionalização das empresas pertencentes ou ligadas ao capital monopolista, a reforma agrária radical, com a distribuição de terras em termos individuais, mas também com a formação de fazendas coletivas, o controle estatal de setores básicos da economia nacional e a planificação da economia. Apesar de se denominar revolução popular, ela era vista como mais próxima da revolução socialista.

Embora criticando as teses pacifistas dos partidos comunistas pró-soviéticos, o PCBR também fazia a crítica ao foquismo, pois considerava que a luta armada deveria estar associada às lutas de massa. As ações armadas poderiam ser levadas nas cidades, mas seu centro principal era o campo, através da guerrilha rural (GORENDER, 1987).

Mário Alves, secretário geral do partido, viajou para Cuba, no final de 1968, onde acertou um treinamento guerrilheiro para seus militantes, o que deveria ser feito, contudo, através da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Esta organização, fundada também a partir de um posicionamento crítico em relação ao PCB, deixara de lado a preocupação com a construção de um partido, mostrando-se mais voltada para a própria ação militar. Na época, o governo de Fidel Castro privilegiava seu relacionamento com a ALN.

No Nordeste, o PCBR tinha uma base de apoio maior que qualquer outra força dissidente do PCB. Em 1968, inclusive, a União Estadual dos Estudantes de Pernambuco passou a ser dirigida por Cândido Pinto, dirigente deste partido no Estado (GORENDER, 1987:102).

Com o fechamento praticamente total do regime a partir do AI-5, as lutas de massa tornaram-se quase impraticáveis. Em 1969, o PCBR iniciou suas ações armadas dentro das mesmas concepções de outras organizações militarizadas, com vistas a levar adiante sua opção pela guerrilha rural, tarefa

estratégica que necessitava de armas e recursos, o que seria obtido através de ações urbanas com vistas ao confisco de armamentos e de dinheiro. Mas se criou um círculo vicioso de assaltos, prisões, dificuldades, mais assaltos para manter os aparelhos, novas quedas etc. E não se conseguiu efetivar a guerrilha rural.

Porém, dentro dessa proposta, e antes mesmo de se estruturar como um partido, quando ainda era denominado Corrente, o PCBR foi organizando sua atuação no campo, procurando ex-militantes do movimento de massas, alguns remanescentes das Ligas ou que tinham pertencido a sindicatos rurais. Além disso, também foram feitos contatos por uma funcionária da Cooperarte, cooperativa dirigida por senhoras da sociedade local, mas ligada ao GERAN, que era um grupo de trabalho criado por iniciativa da SUDENE :

> ... E a gente fazia um trabalho na área de pesquisa e na área de formação política dos camponeses, organizando palestras, discussões sobre a questão sindical...mas o nosso trabalho real não era esse, o meu trabalho, o meu objetivo era de repassar contatos com essas lideranças que se destacavam nesse trabalho legal que a gente fazia, era justamente o de repassar esses contatos justamente para a estrutura ilegal do partido (...); prá preservar a estrutura...Bruno e outros companheiros diziam: 'olha, o pessoal (da Cooperarte) é muito aberto, e tudo, mas não vão entender nada disso que a gente está colocando, então essas conversas que a gente tem não é prá colocar', e aí, olha, ia avançando no sentido mais revolucionário, no sentido mais de perspectiva do socialismo, e eu não avançava, assim, nas minhas discussões, então era prá compartimentar mesmo o trabalho legal do ilegal.
>
> Suzana Maranhão[78]

Com o tempo, foi se estruturando o Comitê da zona da Mata, mas o trabalho na Mata Sul se desenvolveu mais. Esse trabalho era feito a partir do Recife, viajando-se à noite de carro, dirigido por alguém que era ou colaborava com o partido, mas sem desenvolver uma militância mais engajada, para fazer reuniões com os camponeses no meio dos canaviais. Havia contatos em Ribeirão, Xexéu, Palmares, Joaquim Nabuco, Cabo, Escada e Goiana.[79]

78 Entrevista concedida à autora em 21/01/2000.
79 Bruno Maranhão. Entrevista concedida à autora em 21/01/2000.

Num primeiro momento, procurava-se esclarecer os canavieiros a respeito de seus direitos a partir do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra, que existiam, mas não eram cumpridos pelos patrões. Com a ditadura, passou a haver muito atraso no pagamento dos salários, e a legislação trabalhista ainda era algo recente. Sendo assim, a margem de atuação no campo era facilitada, pois isto constituía uma base de atuação legal. Foi feito um estudo, pelo partido, levantando-se uma série de itens reivindicativos a serem encaminhados pelos camponeses.[80]

Mas ficava difícil realizar atividades a partir dos sindicatos. Estes, na época, organizavam assembleias quase que apenas para prestação de contas e atividades burocráticas. Muitos dirigentes sindicais eram ligados aos administradores dos engenhos. [81]

Não se pode deixar de considerar, também, a atitude dos dirigentes sindicais e da própria Federação com relação à presença do que consideravam "elementos estranhos" no meio camponês. Assim é que, em março de 1968, o presidente do sindicato rural de Escada encaminhou à Secretaria de Segurança Pública um ofício com o seguinte teor:

> Tenho a grata satisfação de comunicar a V. Excia. que no dia 03 de março, dia da realização de uma Assembléia neste órgão de classe, alguém com a única intenção de prejudicar os camponeses soltaram pelas ruas da cidade, uns manifestos, os quais de autoria de gente que tem elevado conhecimento, porque um trabalhador do campo não é capaz de se expressar da maneira que estava escrito no citado manifesto, o qual tráz o título "luta do camponês". Um verdadeiro abisurdo,(sic) maltratando o govêrno, as fôrças armadas e etc., dando apoio à greve e agitando os camponêses a fazerem greve. Onde o Sindicato através de seus dirigentes ameaçam greve e procuram fazer tudo na paz, para evitar uma deflagração de greve, porque além de tudo quem sofre é o pobre trabalhador. Solicito de V.Excia tomar as providências no sentido de investigar para ver se identifica esse elemento que anda fazendo essas propaganda subversiva.[82]

80 Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida à autora em 14/07/1999.

81 Luiz Alves. Entrevista concedida à autora em 14/12/2001.

82 Arquivo DOPS, pasta 28.876. Os Anexos trazem documentos referentes a esse episódio. ANEXOS 3- p.252 e 253.

Fato semelhante ocorreu em setembro desse mesmo ano, em Ipojuca. Nesse caso, não só o presidente do sindicato, mas a própria FETAPE enviou ofício ao Secretário de Segurança Pública, comunicando que subversivos haviam distribuído panfletos na assembleia do sindicato. Para essa entidade, isso era perigoso, pois poderia atrair maior repressão e, portanto, uma participação menor ainda dos trabalhadores nos sindicatos. Da mesma forma que antes de 64, como já foi visto, consideravam que os sindicatos deveriam ser 'protegidos' de outras forças políticas, para eles equivocadas do ponto de vista político, irresponsáveis, pois colocavam em perigo o trabalho que a Federação vinha tentando fazer de fortalecer os sindicatos e inconsequentes, pois suas propostas não teriam resultado algum. Eis o teor do comunicado:

> Informou-me ainda o mencionado Presidente que domingo dia oito do corrente, realizar-se-á outra reunião afim de (sic) combinar a promoção de uma greve para reivindicação dos direitos dos trabalhadores daquela classe, havendo suposição de que o mesmo elemento ou seus semelhantes, voltarão com a mesma finalidade; esta Delegacia neste dia ficará atenta afim de que possa dar cabo do distribuidor ou distribuidores dos tais panfletos do qual remeto uma cópia à V.Sa. [83]

No próximo capítulo, será tratada a questão do sindicalismo rural após o Golpe. De qualquer modo, faz-se necessário esclarecer que houve intervenção em sua quase totalidade, sendo nomeados, no geral, pessoas pouco comprometidas com a categoria, pelegos, muitos ligados diretamente aos patrões ou à DRT. A FETAPE, contudo, tentou, com o tempo, ir realizando eleições e levar uma política de denúncia da exploração dos trabalhadores. Mas seu anticomunismo era muito forte e sua esperança no presidente Castelo Branco, constante. Mesmo depois de sua morte, continuava a vê-lo como um grande líder, amigo dos trabalhadores rurais, até porque promulgara o Estatuto da Terra.

No documento 'O aparelho de estado', escrito em julho de 1970, o PCBR coloca a necessidade de formação do Exército Popular Revolucionário a partir da combinação das lutas de massas e das ações guerrilheiras e faz uma distinção entre a guerrilha rural e a guerrilha local:

---

83 Arquivo DOPS, pasta 1589. ANEXO 4 - p.255

> ...A guerrilha rural é tomada como referência na definição das fases por ser elemento básico para a formação do exército e também a principal forma de luta e de organização da massa até o seu surgimento. As regiões onde se desenvolve a guerrilha local são as de concentração de assalariados agrícolas e camponeses. (...) Nessas regiões está localizado o elemento humano que apresenta melhores condições de combate para a guerrilha rural. Também nessa região pode se realizar ações de confisco de armas e dinheiro, com assaltos contra os latifundiários, delegacias, comissariados e quartéis de polícia. Mas a principalidade da guerrilha local na presente fase são as ações políticas como o justiçamento de capangas, ocupação de barracões, sabotagem da produção onde o principal objetivo é o fornecimento de combatentes e elementos auxiliares para o lançamento da guerrilha rural. [84]

Isto quer dizer que havia a guerrilha rural clássica, a guerrilha urbana e suburbana, desenvolvida na cidade, e a guerrilha local ou intermitente, desenvolvida no campo. Para essa atividade, organizavam-se os comandos de engenho, que deveriam fazer um trabalho de massas, legal, mas também um trabalho clandestino. Era uma estrutura semiclandestina, não era exatamente a estrutura partidária, pois faziam atividades mais amplas. [85]

O trabalho desenvolvido com os camponeses ia desde denúncias sobre a situação dos trabalhadores em diferentes engenhos e usinas, através de panfletos, muitas vezes levados aos canaviais por alguém que os entregava ou os deixava nas proximidades e outro "achava" e lia para os demais, ali mesmo, no próprio eito, até panfletagens nas próprias cidades do interior, como foi o caso de uma feita quando da posse do general Médici na presidência da República, quando foram divulgados boletins em Ribeirão, Escada e Palmares.[86]

Um outro tipo de ação executada na época era a queima dos canaviais. Andrade (s/d:116) afirma que sempre houve incêndios assim, principalmente entre novembro e março, quando o canavial está cheio de palha seca, o que facilita a expansão do fogo a partir de uma faísca saída de um trem ou da ponta de um cigarro acesa. Às vezes, era interesse do próprio senhor de engenho atear fogo à cana, pois, dessa forma, conseguia que a sua fosse colhida e moída logo, posto que dois ou três dias depois do incêndio, a quebra de peso ainda

84 Arquivo DOPS, pasta 1306.
85 Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida à autora em 14/07/1999.
86 Luiz Alves. Entrevista concedida à autora em 14/12/2001.

seria pequena. Ou seja, seu prejuízo de 10 ou 20% no peso seria menor do que se ficasse aguardando até concluir a safra e as canas ainda não estivessem moídas.

A cana poderia ainda ser incendiada pelos trabalhadores, uma vez que, havendo muito mato em torno do canavial, o corte tornava-se difícil e perigoso. Com o incêndio, o mato era destruído, facilitando o corte de cana. Podia ainda ser um sinal de revolta ante alguma injustiça.

Mas dificilmente se descobria quem iniciava os incêndios, o que, para este autor, significava que grande parte deles era fruto do acaso, ou resultado da forte solidariedade entre os trabalhadores rurais e os incendiários.

Já padre Crespo observa que o fato de acusarem sempre os trabalhadores de incendiários era um pretexto para que a polícia andasse vasculhando a zona canavieira, prendendo e amedrontando os trabalhadores.

Esta acusação era tão comum por parte dos latifundiários, antes do Golpe, que chegou a ser notícia a denúncia de um senhor de engenho a respeito de um avião que teria lançado bombas incendiárias sobre canaviais em São Lourenço da Mata, no engenho Tabocas, de sua propriedade. Esse fato, porém, foi desmentido, posteriormente, pela própria Aeronáutica, que informou tratar-se de simples boato lançado de forma organizada, visando criar um clima de intranquilidade no país. [87]

Agora, porém, a queima visava funcionar como um ato de sabotagem contra os proprietários ou como uma maneira do trabalhador ter mais facilidade no corte da cana. Ele poderia se beneficiar na medida em que, como a quantidade de cana queimada era muito grande, era essencial que seu corte fosse imediato, não podendo os proprietários, portanto, baixarem o preço, para não perderem a cana que fora queimada. O jornalzinho 'Resistência Popular' noticia:

> Em quase todas as Usinas de Pernambuco estão se queimando canaviais. Em menos de 40 dias, foram queimadas 200 mil toneladas. Foi perdido 10% do total da produção do Estado. Somente na Usina Caxangá foram queimadas mais de 20 mil toneladas....Hoje prometem Jeeps e dinheiro para quem denunciar um camponês que queima cana. Esta situação de exploração e de opressão levou os camponeses a revolta e a queima dos canaviais foi iniciada. Foi intensificada

87 JC. 16 e 17.jan.1962.

> a greve tartaruga durante o corte de cana. O movimento Luta do camponês se afirma através da queima dos canaviais, da distribuição de panfletos e de seu jornal, contribuindo para desgastar a ditadura e apressar a sua derrocada final.[88]

As notícias publicadas falam em incêndios nos canaviais nos municípios de Goiana, Ipojuca, São Lourenço e Nazaré, juntamente com panfletos subversivos. O delegado regional do IBRA, general Hélio de Albuquerque Melo, chega a afirmar:

> Enquanto no sul se realizam assaltos, no Nordeste os terroristas queimam canaviais para protestar contra o governo. [E sobre os métodos usados:] No método da corda, o incendiário faz uma corda comprida e numa das extremidades coloca vários fósforos. A corda vai queimando até chegar onde estão os fósforos que, inflamados, provocam o incêndio. No da vela, ela é acesa junto a um pé de cana que vai queimando até atingir a palha. Geralmente esses métodos são postos em prática durante a madrugada. [89]

Apesar de se formarem turmas de vigilância para fiscalizar os canaviais, era difícil encontrar os verdadeiros incendiários, pois o trabalho, além de ser feito pela madrugada, era realizado por camponeses de regiões mais distantes. Uma das atividades desenvolvidas com os camponeses pelo PCBR consistia em treinar marcha acelerada, correr no meio dos canaviais exatamente com vistas a, após uma ação, escapar com facilidade, voltando ao seu lugar de origem.

Mas não era só isso que os camponeses aprendiam. Alguns foram para uma região entre a Bahia e Sergipe fazer treinamento militar, manejo de tiro, manejo de explosivo etc. Mas, para as ações da guerrilha local, o principal treino continuava sendo a velocidade, a capacidade de fazer uma ação de justiçamento em uma localidade, por exemplo, e poder se deslocar a pé para outra tão rápido que, dificilmente, a pessoa seria descoberta.

Foi feito um curso de alfabetização com os camponeses, baseado na metodologia de Paulo Freire, ministrado por Anatália Alves, em Palmares. O trabalho de formação política também era desenvolvido partindo-se da própria situação vivida pelos camponeses, que ia sendo problematizada, na tentativa

88 Resistência Popular: dez. 1969.
89 JC. 15, 16 e 21.nov.1969.

de que eles fossem adquirindo uma consciência socialista sem que se tivesse que recorrer a uma aula teórica ou expositiva de mais-valia, por exemplo. Com base na própria superexploração enfrentada no dia a dia, era possível falar sobre o capitalismo e os camponeses alcançarem uma consciência socialista, política.

A situação de vida do trabalhador era objeto de análise: como era a assistência médica, a justiça do trabalho, o comportamento do advogado trabalhista, que era chamado "acordista", pois só procurava fazer acordos, como se colocava o sindicato etc. Procurava-se, também, fazer uma ligação entre as pessoas de destaque, os diferentes grupos econômicos e os partidos políticos, estabelecendo-se as relações entre o aspecto econômico e a dominação política. Ao discutirem dessa forma, os camponeses iam percebendo como se dava a exploração:

> Eu me lembro que eu juntei tudo o que os trabalhadores rurais disseram, fizeram várias denúncias, aí eu anotei tudo e pus num discurso único, como se fosse o discurso de uma pessoa só falando, e procurei imitar o linguajar deles. Foi um negócio interessante, e eu senti que o nível de indignação dos caras aumentou, que a gente chamava 'ódio de classe', e eu ainda chamo. Indignação mesmo. A exploração que eles tinham diluída, de repente, o cara sentiu de volta o peso-pesado na cabeça deles. É isso, o esquema é esse, é um cerco; então, como é que sai desse cerco? Aí a gente colocava a coisa de atuar na frente legal, de ter uma retaguarda, não sei que, e a gente procurava também ter uma noção física de uma fábrica e de um engenho, meios de comunicação, se o vigia era armado, se não, para poder, quando se organizasse as ações, também ter uma ideia de autodefesa.
>
> Marcelo Mário de Melo[90]

Estas ações de guerrilha local, como justiçamento de capangas ou ocupação de barracões com distribuição dos mantimentos, contudo, não conseguiram ser implementadas:

> Tinha um problema grave, que era o administrador: botava prá fora, violentava as mulheres, senhor absoluto. O

90 Entrevista concedida à autora em 14/07/1999.

> comando de Ribeirão foi o primeiro núcleo, construíram uma ação punitiva em cima do perfil de um administrador, pretendiam fazer um primeiro porque achavam que a partir do segundo (haveria repressão). Montaram um grupo armado e fomos lá tocaiar o administrador. Aí o cara disse:' - O administrador que bate é esse aí?' Isso era em Catende. Aí o companheiro disse: -'Não, não é esse não"! Ele não estava preparado, é uma violência incomensurável, o respeito, a submissão... Esse camponês ficou tremendo, aí não adiantava fazer a ação.
>
> Luiz Alves[91]

Este trabalho do PCBR contou, no início, com uma comissão formada por mulheres, Suzana, Maria e Rildete que, para não chamarem a atenção, usavam nomes de guerra masculinos, ou seja, João, Pedro e Joaquim. O último comitê zonal do campo que, inclusive, já morava no interior, era formado por Luiz Alves, Anatália de Souza Alves, sua companheira e Adeildo Ramos. Anatália desenvolveu não só o trabalho de alfabetização, já referido, como fez um curso de primeiros socorros. Também, no meio rural, saúde e educação eram, naturalmente, vistas como tarefas de mulheres.[92]

A situação, porém, foi ficando cada vez mais precária, por conta do aumento da repressão, principalmente durante o governo Médici. As quedas foram se intensificando, tornando-se difícil a própria sobrevivência pessoal. Em dezembro de 1972, tanto Luiz quanto Anatália foram presos. Ela foi encontrada morta com hematomas e queimaduras, na cela, no dia 22 de janeiro de 1973, não tendo sido esclarecida a sua morte, cuja versão oficial é de suicídio, conforme o Dossiê dos mortos e desaparecidos (1995:178).

O PCBR procurou retomar os contatos no campo a partir da decretação da Anistia, quando os presos políticos foram soltos e os exilados, voltaram.

> A primeira coisa [que fizemos] foi procurar o pessoal do campo, e não achamos mais; tinha um tal de Índio, que era daquela região ali de Ribeirão, ...tinha Roberto, tinha

91 Entrevista concedida à autora em 14/12/2001.

92 Sobre a presença e atuação de mulheres em partidos de esquerda bem como sobre as políticas de alguns partidos relativas à questão, consultar Zuleika Alambert. *Feminismo, o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel. 1986, Marcelo Ridenti. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo; UNESP. 1993 e Albertina Oliveira Costa et al. (org.). *Memória das mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980, entre outros.

> Nascimento, tinha uns que se ouviu falar muito depois, catei e não achei mais. Porque nós saímos daqui em 69 e dez anos depois é muita coisa, naquela época, e houve repressão também, e mudou, havia muita migração.
>
> Bruno Maranhão[93]

Então, os antigos militantes do PCBR começaram uma nova atuação política, organizando, em conjunto com outras forças, o Partido dos Trabalhadores, no qual aquele agrupamento se colocava como uma tendência. Em Pernambuco, seu primeiro presidente foi Bruno Maranhão, que chegou a candidatar-se à prefeitura do Recife, pelo PT, no ano de 1985.[94]

Quanto ao trabalho sindical, este foi levado a efeito em conjunto com o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), entidade que congregava os ativistas do movimento sindical ligados ao PT.

A Ação Popular no pós-64

A Ação Popular, partido fundado em 1962, que antes mesmo do Golpe se definia por um *socialismo humanista*, após 1964, procura se embasar melhor teoricamente e, diante da situação enfrentada, fez uma opção pela luta armada. Aproximou-se de Cuba, onde alguns militantes participaram de treinamento guerrilheiro. Porém, preocupada com a questão da construção de um partido e não apenas com ações militares, encontrou na China e nos ensinamentos de Mao Tsé-tung elementos para a crítica ao foquismo, optando pela preparação de uma guerra popular prolongada e, para isso, enviando militantes para fazer treinamento político-militar na China e definindo áreas estratégicas que, no futuro, estariam destinadas ao lançamento de guerrilhas.

Tornando-se uma organização marxista, perdeu parte de seus militantes devido a essa opção, o que já ocorrera antes, quando de sua adesão à luta armada. E adotou uma análise da sociedade em que a considerava como tendo restos feudais, donde a conclusão de que a revolução no Brasil teria duas etapas, a primeira, democrático-popular, e a segunda, socialista (Gorender, op.cit.:114).

---

93 Entrevista concedida à autora em 21/01/2000.

94 Nas eleições de 1982, o candidato do PT ao governo do estado foi Manoel da Conceição, antigo líder camponês ligado à Ação Popular, nos anos 60. Concorreram, ainda, o padre Melo, pelo PTB, Marcos Freire, pelo PMDB e Roberto Magalhães, pelo PDS, que foi o vitorioso.

Apesar de reduzida, a presença da AP no meio rural após 64 não se extinguiu, e, especialmente após 1966, este partido procurou implementar um trabalho mais voltado para a mobilização das massas:

> ...A ela (AP) estiveram ligadas diversas lutas camponesas da época, que apareciam, aqui, num 'arranca-capim' – resistência camponesa à substituição das áreas de lavoura por áreas de pecuária; ali, numa 'pinicada de arame' – ação de cortar arame farpado das cercas invasoras dos grileiros; acolá, num 'abate-gado' – ato de matar gado do latifundiário deliberadamente solto para comer roças camponesas; mais além, numa luta por aumento das 'diárias', por redução das 'tarefas' e das taxas de 'parceria', por melhores preços para os produtos, pela permanência na terra, em defesa dos direitos de organização, contra a repressão policial, pela liberdade de presos camponeses etc., conforme Lima e Arantes (1984:90).

A partir de 1968, o partido, visando transformar sua composição social e a própria organização, de burguesa em proletária, começou a desenvolver uma política de deslocar seus membros e integrá-los num trabalho nas fábricas e no meio rural. Era a política de 'integração na produção', que seguia o exemplo chinês da Revolução Cultural, na qual se pretendia eliminar a distância entre o trabalho manual e o intelectual. No caso da AP, é importante considerar a influência dos padres operários, que se desenvolveu na França e em outros países após a II Guerra Mundial (GORENDER, 1987:114). A integração na produção tornou-se obrigatória para todos os militantes da Ação Popular que fossem de origem pequeno burguesa, o que também levou a que muitos a deixassem.

Com a repressão intensificada nesse período, tornou-se urgente cuidar da segurança dos militantes. Este problema colocou-se para todas as organizações de esquerda. No caso, a AP aliou a política de deslocamento de seus militantes com a de integração na produção. Entre as áreas rurais envolvidas nesse processo, esteve a zona canavieira de Pernambuco, a região cacaueira, na Bahia, Pariconha e Água Branca, em Alagoas, e o vale do Pindaré, no Maranhão.

A integração era feita na condição de camponês pobre (meeiro, rendeiro, posseiro, pequeno proprietário) ou assalariado rural, dependendo da região. Se antes já houvesse pessoas conhecidas, o trabalho seria facilitado, se não,

mandavam-se geralmente duplas de homens ou casais, ou casais com algum "parente" (LIMA e ARANTES, 1984:113).

Como a integração deveria ser feita junto aos camponeses pobres, deveriam ser evitados esquemas como bodegas, barracas, compra de pequenas propriedades, que poderiam ligar os quadros aos camponeses médios, evitando-se, ainda, utilizar objetos que levassem os integrados a se distinguirem da massa, como máquinas de costura, rádio de luxo, relógio etc.

No Nordeste, foram apontadas algumas deficiências quanto à política de integração no campo: os quadros deslocados, que deveriam possuir alguma experiência política, apresentavam um nível muito baixo, e o próprio partido dificultava uma integração mais efetiva, na medida em que afastava as pessoas da produção para o cumprimento de tarefas internas, fato esse que, inclusive, colocava em risco a segurança das pessoas deslocadas. [95]

Essa questão, da falta de melhor preparo teórico e político entre os militantes, era uma debilidade antiga, que permeava todas as organizações desde o tempo mesmo em que, praticamente, só existia o Partido Comunista. No geral, a militância era formada por pessoas jovens, com pouca experiência de vida e de luta. O tempo para dedicar-se ao estudo, quando existia, era muito pequeno, já que as tarefas políticas eram muitas e o ativismo, constante.

Para o partido como um todo, a política de integração trouxe inúmeras dificuldades: problemas financeiros, pois as despesas cresciam, mas não as receitas; questões quanto à reestruturação do trabalho político nas regiões de onde saíam os

> deslocados; a pauperização vivida por muitos em seu processo de proletarização, etc. Na verdade se generalizou um método que deveria ter sido empregado em caráter parcial, de acordo com as aptidões, possibilidades e vontade das pessoas; o equívoco de se pensar que esta fosse a forma mais elevada de integração com as massas e a assimilação da ideologia e da política proletárias, conforme Lima e Arantes (1984:114)

No caso da zona da Mata de Pernambuco, a Ação Popular procurou ir refazendo as antigas ligações. Aqueles camponeses mais combativos demonstravam sua frustração pela falta de resistência diante do Golpe militar,

95 Política de Integração com as massas - Arquivo DOPS, pasta 29.661.

fato também constatado por outras forças políticas, ao retomarem o contato com antigas lideranças.

Como a situação dos trabalhadores rurais só piorava (o que será melhor desenvolvido no próximo capítulo), resolveu-se incentivar a organização de uma greve na região do Cabo, em 1968, onde outras forças de esquerda também estiveram presentes, como o PCBR.

O sindicato dos trabalhadores rurais daquele município passou a assumir a preparação da greve, apesar da FETAPE colocar-se contra, sob a alegação de que esta só serviria aos interesses dos patrões, que poderiam, a partir do movimento dos trabalhadores, pleitear um novo aumento para os preços do açúcar. Argumentava, ainda, que o movimento estava ligado aos interesses do padre Melo, vigário naquela cidade, pessoa de direita, e que fora o grande organizador das intervenções nos sindicatos rurais após o Golpe.

A greve eclodiu em outubro e teve repercussão nacional. O ministro do Trabalho da época, Jarbas Passarinho, foi até a região, visando à suspensão do movimento, que se encerrou com algumas poucas conquistas.

Analisando esta greve, o Comitê Regional da Ação Popular, reunido após o AI-5, apontou algumas falhas:

> Em quase todas as lutas (no Nordeste), mostramos uma não aplicação da linha de massas e, portanto, uma condução cupulista. Este fato teve proporções maiores na greve do Cabo, em que nos apoiamos o tempo todo mais no presidente do sindicato do que na massa.
>
> Uma não aplicação da linha de massas resultou em que várias dessas lutas foram envolvidas pelas lideranças sindicais, geralmente vacilantes e legalistas. Principalmente na greve do Cabo, em que tomamos uma atitude de expectativa, de articular as proposições com o presidente do sindicato, e sem defendê-las com firmeza diante das massas...
>
> No geral, tivemos uma atitude de envolvimento pela ditadura, esperando pelas decisões da Delegacia do Trabalho ou do Ministério do Trabalho, ou recuando diante dessas decisões, não denunciando para as massas as posições da ditadura e seu conteúdo de classe. [96]

96 Relatório da Reunião do Comando Regional Ampliado – Arquivo DOPS, pasta 29.661.

Não era fácil, contudo, organizar uma greve no campo e garantir que ela fosse efetivamente vitoriosa. Neste ano de 1968, duas greves de operários metalúrgicos ficaram famosas: a de Contagem, em Minas Gerais, e a de Osasco, em São Paulo, para onde o ministro também se deslocara a fim de negociar, garantindo algum ganho econômico aos trabalhadores com vistas a esvaziar o movimento e, em seguida, partir para a repressão.

No caso de uma greve de canavieiros, havia um outro aspecto a ser considerado, que era a constituição do patronato, formado por usineiros e fornecedores de cana profundamente repressivos, incapazes de aceitar qualquer concessão à categoria que não implicasse num financiamento, por parte do governo, para a sua agroindústria obsoleta e superexploradora da mão de obra abundante e enfraquecida. A situação dos assalariados agrícolas era, portanto, muito precária para garantir uma vitória numa greve que não fosse geral, englobando toda a zona canavieira.

Mas a repressão se tornou mais atenta. Em meados do ano seguinte, foi preso o estudante Luís Medeiros, que havia se integrado na região e tivera importante atuação durante a greve. Preso, espancado e torturado juntamente com outro companheiro, o engenheiro Elenaldo Celso Teixeira, tentou fugir pulando a janela do primeiro andar do prédio da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Com a queda, ficou definitivamente paralítico. Consta de um boletim da própria organização que tanto Otávio como Luís, como eram conhecidos desde que moravam e trabalhavam no engenho Noruega, foram presos depois de uma assembleia no sindicato, por denúncia do secretário da entidade. Passaram por diversas delegacias, onde foram barbaramente torturados, tendo mesmo dado entrada no Pronto Socorro, onde constava, nas respectivas fichas, terem sido "atropelados." [97]

A principal proposta de luta da AP para a frente camponesa, com vistas a garantir o pagamento dos atrasados, continuava sendo, contudo, a greve, a partir das unidades de produção, levando a luta para o sindicato com a massa já mobilizada. A redução da base de serviço também era considerada uma reivindicação importante para os assalariados agrícolas. Onde houvesse situação de expulsão de camponeses, proibição de plantio de cereais etc., as massas também deveriam ser mobilizadas em defesa de seus interesses, sendo que, nesses casos, a dificuldade parecia maior na medida em que consideravam que os camponeses eram muito individualistas. Nas áreas de parceria, deveria

97 119 Libertação. 01 a 15.set.1969 – Arquivo DOPS. pasta 1699 - ANEXOS 6 - p.258 e 259.

ser encetada uma luta pela diminuição do pagamento. A palavra de ordem central da AP para o campo era 'Terra para quem trabalha'. [98]

Outra debilidade importante analisada pelo partido dizia respeito ao seu trabalho de agitação e propaganda, particularmente no campo. Lamentava-se o fato de que se trabalhava muito pouco essa questão com as camadas mais amplas da população, privilegiando-se os grupos mais avançados politicamente. A agitação era feita em torno das reivindicações mais imediatas, não as relacionando com as questões mais gerais, políticas, deixando de identificar, assim, o que denominavam de 'reais inimigos do povo'.

Apesar de considerar que o uso exclusivo de panfletos, como vinha sendo feito no campo, não era a melhor forma de trabalho, não se desenvolveram outros instrumentos de agitação; havia a sugestão de que estes passassem a serem escritos à mão, pois assim poderiam ter mais aceitação por parte dos camponeses, além de que, dessa forma, supunha-se que não se chamaria tanto a atenção. "*Em síntese, a agitação e propaganda deve partir das necessidades gerais das massas (e para isso era necessário estar integrado com elas), vinculá-las a denúncias gerais da ditadura e do imperialismo, apontar o caminho e não só resolver os problemas particulares, mas os de libertar a massa da exploração.*[99]"

A Ação Popular também se preocupava em desenvolver um trabalho de formação política junto aos camponeses, levando em conta a necessidade de se partir da realidade concreta na qual eles estavam inseridos. As discussões eram encaminhadas elaborando-se perguntas feitas pelo dirigente, as quais os camponeses deveriam responder. *"O resultado era traçar as questões e os companheiros responderem um por um. Perguntava-se por que o companheiro tinha aquela posição, mostrar os pontos comuns e contraditórios entre as diversas respostas, até se chegar a uma resposta correta, e todos compreenderem a resposta correta."* [100]

No caso deste curso de formação política, havia a preocupação em se discutir o que era um sindicato de massa, qual o papel de uma diretoria, como esta deveria agir em relação às decisões tomadas e à participação do povo, esclarecendo-se os presentes a respeito das ações do governo, do papel da Justiça etc., sendo consideradas corretas as respostas que tivessem como referência, no trabalho sindical, os interesses da massa trabalhadora e não da diretoria, por exemplo. Tratar bem o povo e reconhecer os próprios erros, ir aos

98 Relatório da Reunião do Comando Regional Ampliado – Arquivo DOPS, pasta 29.661.
99 Idem.
100 Curso sobre Sindicato – Arquivo DOPS, pasta 1699.

engenhos fazer as discussões, mas tomar as decisões em grandes assembleias, eram algumas das orientações transmitidas. No final do documento, havia uma conclamação:

> Todo companheiro deve colocar o interesse do povo acima do interesse individual. Se a gente não coloca o interesse do povo primeiro, e depois o interesse da gente, a gente não fará a luta e o povo não será livre. Deixar de fazer uma reunião num engenho porque tem de ir a pé, não continuar a luta porque o dinheiro que ganha no sindicato não dá para viver, tudo isso é botar o interesse pessoal acima do interesse do povo, e vai atrasar a luta do povo. [101]

Discutindo o caráter da ditadura e sua política, o dirigente analisava a tática do governo em relação aos sindicatos, que era a de incentivar acordos, pressionar os presidentes dessas entidades, fazer promessas, ameaças, dificultar a aplicação da lei etc. No final, conclamava o povo a aproveitar as brechas que aparecessem e lutar por seus direitos, pois o importante era o próprio processo de luta, mesmo que a reivindicação não fosse alcançada Nessas circunstâncias, denunciar de que lado estava o governo, a partir dos exemplos concretos da luta. Enquanto a FETAPE, neste momento, denuncia os patrões e pede um voto de confiança no governo, como veremos mais adiante, a Ação Popular, também incentivando a luta no âmbito da legalidade, procura vincular os patrões e o governo, e, assim, mostrar claramente quem eram os que oprimiam os trabalhadores.

Para a Ação Popular, naquele momento, o centro de gravidade da luta seria no campo, sendo o campesinato a força principal da revolução, já que a definição militar era pela guerra popular. Esta também era a avaliação do PC do B, reconhecido, na época, pela China, como o partido do proletariado no Brasil. A partir de 1969, foi havendo uma certa aproximação entre esses agrupamentos políticos, processo este concluído em janeiro de 1973, com a incorporação da maioria dos militantes e da direção da Ação Popular, já denominada então de marxista-leninista, ao PC do B. Os que não aceitaram seguir esse processo, procuraram manter a AP-ML (marxista-leninista) por mais um tempo.

A presença desses partidos no campo, em Pernambuco, concentrou-se na zona da Mata. As outras regiões eram secundárias tanto do ponto de vista econômico como político. Em que pese a existência das Ligas em algumas

101 Idem.

regiões do Agreste, e mesmo a atuação do sindicalismo rural, antes de 64, na Mata Norte, a região com maior tradição de luta, maior presença anterior da esquerda e mais fortes contradições era a Mata Sul. Além do que a Mata Norte foi, desde o começo, a região onde o trabalho do SORPE tinha mais influência. Como o número de militantes disponíveis não era grande, o trabalho político da esquerda, no pós-64, concentrou-se, então, na Mata Sul, embora, inicialmente, o PCR tenha retomado contatos na Mata Norte. Todos, também, propunham organizar um trabalho político de base a partir dos engenhos, tendo a preocupação em desenvolver um trabalho de massas, partindo das necessidades dos camponeses e apoiando-se num amplo contingente deles.

Tanto o PCR como o PCBR, embora considerassem importante a luta pela aplicação das leis – Estatuto da Terra e Estatuto do Trabalhador Rural, não centraram sua atuação nos sindicatos, já que esses, segundo sua análise, estavam nas mãos de pelegos e dedos-duros. O PCBR teve sua ação mais voltada para a denúncia contra administradores, patrões, ditadura, procurando preparar os camponeses para ações mais contundentes dentro de sua concepção de guerrilha local, com vistas a organizá-los para o desencadeamento da guerrilha rural. Já a Ação Popular, nessa mesma época, tinha como preocupação maior em Pernambuco travar a luta de massas, pois não aderira ao foquismo nem se engajara na guerrilha urbana. Sendo assim, seu trabalho no campo, em que pese os embates com os proprietários e a ditadura, no Maranhão e no norte de Alagoas, ainda estava na fase de levantamento e pesquisa de regiões adequadas para a fixação de militantes, que deveriam, a partir de um trabalho político e militar, desencadear a guerra popular. E, no caso do Cabo, encontraram no presidente do sindicato uma pessoa receptiva, embora o secretário, posteriormente, tenha sido acusado de ter denunciado camponeses e militantes do partido, presos em função dessas denúncias.

Embora somente a Ação Popular se propusesse a um trabalho de integração na produção, tanto o PCR estava inserido no campo, até porque tinha lideranças que eram camponesas de origem, quanto o PCBR, sendo que, neste caso, o deslocamento deu-se, inicialmente, para municípios do interior; só posteriormente a comissão do campo foi residir num sítio, que funcionava, no entanto, muito mais como aparelho.

Todos os partidos focalizados enfrentaram problemas com esses deslocamentos, fruto, inclusive, de necessidades de segurança, já que a maioria dos militantes vinha do meio estudantil e era conhecida, pois tinha desenvolvido

muitas luta, principalmente no ano de 1968, sendo, particularmente após o AI-5, procurada e perseguida.

As dificuldades financeiras e de sobrevivência se acentuaram, em especial nas organizações que desenvolveram a guerrilha urbana. A manutenção dos aparelhos, as ações e as fugas iam se tornando cada vez mais difíceis.

Luís Alves, do PCBR, mesmo tendo apoio de pessoas que lhe passavam informações sobre o movimento da repressão (um cobrador de ônibus e um barraqueiro),[102] terminou tendo que sair do sítio, ir para Maceió, fugir novamente, retornar para Pernambuco, até ser finalmente preso, juntamente com sua companheira.

Um outro ponto em comum foi a constatação de que os camponeses, a partir de sua própria exploração e opressão, viviam uma contradição muito forte com os proprietários, muitas vezes, diretamente vivenciada em sua relação com o administrador. Contudo, para eles, não estava clara a contradição com a ditadura ou com o Exército. Um camponês entrevistado da região de Palmares, Manoel Raimundo da Silva, fala, por exemplo, do prestígio desfrutado pelo presidente do sindicato no final dos anos 60 porque : "*Jarba fez um movimento grande em Palmares, na região ali, onde trouxe o presidente, o Costa e Silva, ia até a 13 de Maio, a usina 13 de Maio tava querendo desmobilizar o povo. Então entrou um movimento, o páteo da usina ali juntou um bocado de gente por lá, e o Jarbas, aí foi quem se gloriou, que trouxe o Costa e Silva, e tal.*"

Embora os panfletos e as discussões colocassem sempre a necessidade de vincular a exploração dos camponeses pelos latifundiários e a relação desses com o regime militar, bem como os interesses dos Estados Unidos na derrubada do governo anterior e no apoio aos militares, esse entendimento não fazia parte do dia a dia dos camponeses. E a FETAPE, que agora representava apenas os sindicalistas ligados ao SORPE, desde a eclosão do Golpe, apesar de também enfrentar dificuldades com os proprietários e com a própria DRT, teve uma atitude de confiança nos militares, ou pelo menos em uma parcela deles, e de expectativa no sentido de que as intenções dos golpistas, com relação aos camponeses não vinculados aos comunistas, eram boas.

Esse posicionamento, apesar dos problemas vividos pelo movimento camponês, permaneceu por um longo tempo. O texto de um programa de rádio dirigido aos trabalhadores rurais, produzido pelo SORPE, em 1969, diz:

102 A amizade e o apoio político por parte de pessoas que desenvolviam atividades desse tipo foram fundamentais, pois faziam as vezes de informantes para os partidos clandestinos, na época.

> A gente não tá querendo lutar com patrão. A gente pode conversar com o patrão. O que a gente quer é que o sindicato defenda o associado. O que a gente quer é que sejam respeitados os direitos dos sócios. E isso todo mundo quer. Toda pessoa honesta e direita quer o bem de quem trabalha. O IV Exército também quer o bem do trabalhador. Por falar em IV Exército, tem muita gente caluniando o Exército. Tem gente usando o nome do exército para vencer eleições no sindicato. Nada disso é verdade. Os oficiais do Exército são brasileiros e querem o bem do trabalhador. O Exército quer que o trabalhador tenha mesmo o que é seu. Quando vocês ouvirem conversa sobre o Exército, venham dizer no Quartel General. Os oficiais gostarão de saber a história bem direitinho.[103]

Ora, que contradição! Como é possível defender o associado sem enfrentar de alguma forma o patrão? A questão do IV Exército também é bastante problemática, mesmo levando-se em consideração que houve momentos em que este se posicionou do lado da diretoria da FETAPE, em disputas internas à Federação, decorrentes dos embates entre padre Crespo e padre Melo. Contudo, em 1969 já havia sido decretado o AI-5 e a Igreja já vinha sendo perseguida. Esse tipo de posicionamento legitimava a ditadura, e colocava a Federação como um ponto de apoio da mesma diante das massas do campo.

Para as forças de esquerda, consideradas irresponsáveis e perigosas pela FETAPE, esta só podia ser vista como pelega e ligada ao regime.

As organizações de esquerda estão de acordo ao considerar que os camponeses, em sua maioria, deixavam muito a desejar em relação ao momento e ao papel que lhes cabia desempenhar no processo revolucionário brasileiro. No caso da Ação Popular, essa avaliação se estendia às pessoas em processo de integração na região. Quanto ao PCR, Palmeira assim se expressou:

> Na consolidação desta direção (formada por camponeses) obtivemos as maiores experiências com o movimento camponês. Nossa política com os quadros, nossa convivência mais íntima com os elementos partidários ganhou, enriqueceu-se, e nos capacitou na difícil tarefa de lidar com os camponeses e seus defeitos. A "massa pura" começou a destilar seus quadros impuros ante nossos olhos de

103 Arquivo FETAPE - Programas de rádio (agosto de 1969).

> analistas até certo ponto incrédulo com o que víamos. Nossos quadros experimentais traziam desvios de fanfarronadas, covardias, traição, mentira, falta de confiança, inimizade.
>
> Ao iniciarmos a transposição de alguns camponeses que constituíam a direção para uma área mais importante, travamos dura batalha no convencimento para transferência e uma série de medidas de segurança que deveríamos tomar a fim de resguardar nosso trabalho na área nova. Em primeiro lugar, nossos elementos não queriam se mudar alegando problemas familiares, a 'terrinha' plantada que seria abandonada, etc. Depois alguns concordaram. Constatamos, após longa discussão, que a mudança de idéias era proveniente de conveniências, motivos pessoais fúteis.[104]

Essa observação lembra aquela feita pela Ação Popular quando, no seu curso de formação, dizia que *"todo companheiro deveria colocar o interesse do povo acima do seu interesse individual"* Se isso não acontecer, dificilmente ocorrerá uma revolução. Mesmo as grandes massas, em determinados momentos, é assim que elas se posicionam.

Hobsbawm (1995:82) chama a atenção para a capacidade do novo tipo de partido comunista surgido com Lênin, que, mesmo sendo uma organização pequena, conseguia uma eficácia grande porque *"podia contar com extraordinária dedicação e auto-sacrifício de seus membros, disciplina e coesão maior que a dos militares e uma total concentração na execução de suas decisões a todo custo."*

No caso dos partidos políticos clandestinos, esta proposta teria que ser considerada um ideal a se atingir, e, em termos concretos, uma opção. Presente como princípio, mas nem sempre possível de ser levada à prática por todos.

Ao avaliar a participação dos camponeses, transparece um certo desencanto dos partidos com relação a suas atitudes, no geral. Conforme já foi citado, era outra a conjuntura e aqueles que participaram do movimento antes da ditadura, ficaram um tanto decepcionados com a atitude menos combativa dos camponeses. As dificuldades, porém, que estes enfrentaram; a repressão dos proprietários; a intensificação de sua exploração; o sentimento de frustração e injustiça que, com certeza, vivenciaram, com o desmoronamento de suas organizações e a não reação diante do Golpe, tudo isso teria que ser

104 Informe à reunião do Conselho Regional do PCR, de fevereiro de 1968 – Arquivo DOPS, pasta 1008.

considerado. Inclusive a questão cultural, já assinalada. No caso, pode-se supor certo idealismo por parte dos agrupamentos políticos; a vontade de protestar contra tantas injustiças e convencer os camponeses a retomar novo processo de luta era grande, mas foi encaminhada sem uma análise mais profunda das condições subjetivas da população.

Uma outra questão, porém, foi colocada por um dirigente do PCBR, a respeito dos camponeses. Embora ele afirme que alguns avançaram muito em sua compreensão e seu compromisso, outros apresentaram, para ele, um comportamento muito mais próximo de uma relação de amizade e dependência, do que de engajamento político, e isso por responsabilidade do próprio partido:

> A relação com os camponeses era deformada pelo paternalismo, ele não tinha um sapato, não tinha uma bota, você pegava prá ele e isso gerava não uma relação política, mas de dependência pessoal, e mais tarde, quando começou o recrudescimento da luta nós pagamos caro por isso, prá quebrar essa relação, e a esquerda sempre foi paternalista, muito camponês quando você não trazia mais nada...Nós fizemos isso, toda a esquerda, mas para você quebrar uma estrutura de dependência é complicado. Agora se você quebra essa estrutura há a constituição ideológica forte porque há a discussão.
>
> Luiz Alves[105]

O problema suscitado nesta fala faz pensar a respeito da única experiência de guerrilha rural efetivamente vivida no período, que foi a Guerrilha do Araguaia, organizada pelo PC do B e que durou de 1972 a 1974, no Norte do país. A guerrilha foi descoberta pelos órgãos de segurança, o que apressou a sua deflagração. Apesar das vitórias iniciais por parte dos guerrilheiros, ela terminou fracassando após três campanhas militares, a última das quais muito bem preparada pelo Exército.

A relação dos guerrilheiros com os moradores era de trabalho, amizade, solidariedade, mas não chegou a se concretizar uma relação política mais explícita. As condições de segurança não o permitiram, e só após a segunda campanha militar é que a guerrilha proclamou a 'União pela Liberdade e

105 Entrevista concedida à autora em 14/12/2001.

pelos Direitos do Povo', programa de 27 pontos que incorporava as principais reivindicações dos trabalhadores da região. Não existiram atividades políticas anteriores, nas quais a população pudesse ter feito seu aprendizado. Aderir, neste momento, à guerrilha, com a repressão já instalada na região, ficava muito difícil.

A guerrilha foi abafada, a censura proibia qualquer notícia a seu respeito. Praticamente todos os guerrilheiros foram mortos, mesmo quando presos com vida. O governo agiu como se ela nunca tivesse existido. E, até hoje, a Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos do Araguaia luta pela localização dos corpos dos guerrilheiros assassinados. E pelo direito à informação sobre as circunstâncias dos assassinatos e desaparecimentos políticos, como de resto isso se constitui num desafio para a sociedade brasileira como um todo.

Quanto ao trabalho organizado levado no campo nessa época pelos partidos clandestinos, em Pernambuco pouco restou. Os remanescentes do PCBR que, posteriormente, se aglutinaram no PT, não conseguiram reencontrar seus antigos conhecidos. O trabalho do PC do B foi reconstruído a partir de pouquíssimas pessoas da cidade. O PCR que atuava no campo foi reprimido, e, praticamente, se dispersou. Quanto ao PCB, o trabalho político que veio a desenvolver nos anos 80 foi em outra área que não Palmares, cujo sindicato rural era referência antes do Golpe militar. Algumas antigas lideranças camponesas sobreviveram, mas não retomaram sua atuação partidária no campo.

Nos anos 80 militantes desses partidos (ou mesmo de outros, como o MR-8), vão atuar no campo a partir da Federação. Mas aí já eram outras as circunstâncias, conforme veremos mais adiante.

Nos Anexos estão reproduzidos partes de jornais de algumas dessas organizações, encontrados nas respectivas pastas relativas a esses partidos.

Capítulo IV - Manter o sindicalismo rural vivo

"... aí, quando eu comecei, logo eu comecei a ler a Constituição, aí eu vi na Constituição que 'todos são iguais perante a lei sem distinção de raça, sexo ou religião', aí eu digo, 'ôxe, agora eu vou botar prá quebrar'... Porque eu comecei a ler, eu vi minha situação difícil, porque eu fui obrigado a decorar artigo e parágrafo difícil da Constituição Federal... É, porque os cabras me perseguiram demais. Bem, quando eu comecei fazer isto, eu comecei a denunciar os patrões, botando na Justiça, denunciar na polícia..."

Manoel Santos da Silva – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de Santo Antão depois do Golpe. Entrevista concedida à autora em 14 de fevereiro de 1996.

4.1 – O golpe, a FETAPE e o SORPE

Com o Golpe Militar, praticamente todas as conquistas e organização dos trabalhadores rurais caíram por terra. A repressão no campo foi intensa, movida, inclusive, pelos próprios proprietários, ciosos do seu poder de mando e autoridade. Mas não só por eles:

> Quando] chegou a notícia: 'Miguel Arraes foi preso', o próprio feitor, (o cabo), se achou no direito de revogar a vantagem nossa, sem o patrão mandar. O patrão, certamente, estava se informando melhor das coisas. Aí seu João disse: -'Mas essa cana é muito ruim, faça ao menos 175!' (nessa época uma diária correspondia a 150 feixes de 20 canas). –'Não, não, a diferença vocês tiram na hora, no nó!' Ele sabia que, se o governador está preso, quanto mais o trabalhador... O Bolivar sugeriu que o trabalhador só teria a diária se fizesse 180 feixes, trinta a mais. Os trabalhadores fizeram um movimento e não conseguiram. Meu pai fazia com a minha ajuda, senão, não conseguia fazer. Tiraram o sítio, diminuíram o salário.
>
> João Francisco da Silva[106]

Em Pernambuco, houve intervenção na quase totalidade dos sindicatos, inclusive nos do SORPE. Dos 66 sob seu controle, apenas quatro não sofreram intervenção: Vicência, Timbaúba, Nazaré da Mata e Limoeiro. Foi contando com dirigentes dos três primeiros que a nova diretoria da Federação se recompôs. Essas intervenções duraram, em média, dois anos, com exceção do sindicato de Palmares, que foi de aproximadamente cinco anos.

Aos golpistas, interessava manter o sindicalismo urbano e rural para aparentar a manutenção de uma certa legalidade. De qualquer modo, a CLT permitia controlá-los, como já havia sido feito em outras épocas. No caso do campo, seu funcionamento ajudaria a impedir o confronto direto entre trabalhadores e patrões (LESSA,1985:77).

O medo e a insegurança, porém, propagaram-se no campo. O coronel Ivan Rui, que assumira a Secretaria de Segurança Pública no Estado, publicou uma nota nos jornais, reproduzida pela Federação e distribuída no campo, em que reafirmava que os sindicatos rurais não seriam fechados e que a

106 Entrevista concedida à autora em 14/11/2000.

situação dos delegados sindicais era inalterável, devendo ser respeitados pelos empregadores.[107] O mesmo secretário, inclusive, assinou uma nota, no dia 5 de abril, com 12 itens, dirigida aos seus subordinados, na qual orientava, entre outras coisas, no sentido de que estes não deveriam

> tomar partido ao lado das facções políticas locais; não permitir que civis efetuem prisões; só cumprir ordens de oficiais estranhos quando conduzindo tropas para cumprimento de missões especiais ou quando designados delegados especiais; comunicar imediatamente quando estiver ocorrendo arbitrariedades pelos proprietários. Estes devem pagar os salários anteriormente estabelecidos...; não se colocar a serviço dos patrões, e sim manter-se a serviço do governo; fechar e apreender o material das Ligas Camponesas; assegurar e auxiliar o funcionamento dos sindicatos.[108]

Esta nota demonstra a intensidade das perseguições e arbitrariedades ocorridas no campo, naquela ocasião, bem como a preocupação do governo em controlar a situação, impedindo os excessos dos proprietários rurais mais truculentos.

Há pouco tempo foi publicado o seguinte relato, feito por um trabalhador rural do engenho Matapiruma (Carneiro e Cioccari 2010:49):

> Numa ocasião o vigia estava limpando o rifle e fez um comentário ouvido por Francisco, um rapaz que trabalhava na casa-grande e que era amigo de Luiz Inocêncio: "Esse rifle já... tem muita morte, hein, Chico?" E passou a contar, vangloriando-se das atrocidades cometidas: "Olha, Francisco, nós chegava, naquela época de 64, nós chegava na fechadura, atirava na fechadura (...), entrava, pegava o trabalhador e metia... Matava no canto. Teve gente que foi arrastado no rabo do cavalo... Era amarrado e saia arrastado.. . naquela época de 64". Apavorado, o rapaz que ouviu essas coisas contou-as aos companheiros. Em seguida, desapareceu.
>
> Aí a gente soube que mataram o menino. O menino desapareceu... até hoje... Quando viemos a saber, chegou a ossada dele no cemitério de Escada. O coveiro não queria enterrar. Ai ele [o vigia] disse: "Ou enterra ou vai se dar mal!" O coveiro, com medo de morrer, enterrou. Não tomaram nem conhecimento.

107 JC. 04.abr.1964.

108 Arquivo DOPS, pasta 29.679. SORPE.

Buscando um sindicalismo que atuasse como colaborador dos novos poderes constituídos, o governo procurou, no SORPE, o ponto de apoio para a reorganização dos sindicatos. Se, de um lado, o padre Crespo era visto com desconfiança por alguns setores golpistas, o padre Melo, contudo, era bem aceito entre os proprietários e entre os militares. E havia, tanto da parte desta entidade como daqueles que continuaram organizando a Federação, uma atitude de confiança em relação aos novos donos do poder e de certo alívio em relação à saída dos comunistas e das Ligas do movimento sindical rural. Suas diferenças em relação aos comunistas diziam respeito não só às estratégias de luta, mas também aos objetivos, aos princípios, à visão de mundo. No relatório da Federação, referente ao ano de 1963, feito em 1964, consta uma avaliação a respeito da fundação da CONTAG, na qual estão presentes queixas pela perda da direção desta entidade, concluindo:

> ...mas não devemos desanimar e haveremos de lutar ainda mais como pudermos dentro de uma linha democrática e cristã, por um sindicalismo autêntico, sem políticos e sem pelegos, dispostos a colaborar... para construir uma sociedade livre e democrática para nossos filhos, baseada no respeito mútuo, nos direitos e no cumprimento mútuo dos deveres...[109]

Ao fazer esta análise, a Federação afirma que um sindicalismo autêntico não comportaria o Ministério do Trabalho, visto como pelego já que ligado ao governo, mas não considera que posicionamento efetivo diante do patronato era levado por setores desse Ministério. Em Pernambuco, por exemplo, o antigo delegado regional do Trabalho, Enoch Saraiva, não era ligado aos sindicatos do SORPE, mas tinha, comumente, uma postura favorável aos trabalhadores. Quanto aos políticos, esses eram vistos como "de fora" do movimento, infiltrados, interesseiros, perigosos. Se isso é verdade no que tange à maioria dos políticos que querem usar as organizações dos trabalhadores em seu proveito, não pode ser generalizado. Contraditoriamente, após o Golpe, a Federação vai recorrer constantemente aos órgãos do governo para se respaldar ou apelar para sua intervenção em defesa dos trabalhadores, contra os proprietários. E, se havia gente de fora no movimento sindical rural, é uma certa pretensão supor que só na Igreja Católica havia pessoas bem intencionadas, preocupadas com a justiça e sem intenção de exercerem alguma forma de influência ou direção em relação ao movimento.

109 Arquivo DOPS, pasta 28.707. Sindicatos Rurais.

Quanto a uma linha democrática e cristã para o sindicalismo, na época, isto implicava na aproximação com o sindicalismo americano, o que, também, era incentivado pelos golpistas, cada vez mais ligados aos interesses daquele país. Logo após o Golpe, por exemplo, foi organizado um Seminário de Orientação Sindical, promovido pelo ICT, Instituto Cultural do Trabalho, sediado em São Paulo e ligado à linha "democrática", no qual discutiu-se sobre o sindicalismo isento de vinculações político partidárias. Logo em seguida foi realizado um outro curso, desta vez feito pelo SORPE, encontrando-se, entre os palestrantes, técnicos daquela instituição, que falaram sobre as táticas dos comunistas em seu trabalho de massas: *"a) conquista da confiança da classe; b) comparecimento contínuo ao sindicato; c) disposição de executar qualquer tarefa; d) manipulação das assembléias,"* acrescentando que *"deste modo, os vermelhos adquirem fama de dedicados membros sindicais, que se sacrificam pelos interesses do grupo."* [110] Novamente aqui a desqualificação do trabalho dos comunistas, colocados como meros aproveitadores, mal intencionados e manipuladores do povo. Para os anticomunistas, é como se o sacrifício e a dedicação da militância, o sofrimento e as privações por que passavam, não poderiam ter nenhum significado mais nobre, pois sendo identificados como oportunistas afastariam o sentimento de reconhecimento e admiração por parte dos trabalhadores rurais. Era assim que o sindicalismo rural se reorganizava em Pernambuco.

A FETAPE, mais tarde, fez convênios e recebeu financiamento do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL), para a construção de três centros sociais, em Carpina, Ribeirão e Garanhuns.[111] Este instituto fora criado pela AFL-CIO, central sindical norteamericana que tinha por objetivo combater a influência comunista e castrista no movimento sindical latinoamericano. Recebendo verbas da USAID, sua política seguia de perto a do Departamento de Estado norteamericano (PAGE, 1972: 269).

Segundo este mesmo autor, um técnico da CLUSA (Liga Cooperativa dos EUA) canalizou recursos da CIA, à qual era vinculado, para ajudar as despesas do SORPE já antes do Golpe, com o objetivo de fortalecer organizações camponesas que não pusessem em risco o *status quo*, reduzindo o potencial revolucionário que pudesse existir nesses movimentos. (PAGE, 1972:186). A CLUSA retirou seu apoio financeiro ao SORPE em 1967, aproximadamente

110 DP. 22 e 24.jul.1964.
111 JC. 06.out.1965.

na mesma época em que sua ligação com a CIA tornou-se pública. Então, a responsabilidade pela assistência às cooperativas rurais foi transferida para a USAID e o Corpo da Paz.

A atitude da Federação, portanto, logo após o golpe, foi de apoio e de conivência em relação à tomada do poder pelos militares. Embora, com o desenrolar dos acontecimentos e as dificuldades que enfrentou para defender os trabalhadores, tenha percebido o quanto estava enganada com relação ao Golpe Militar.

Afirma Paulo Crespo:

> Em Pernambuco, [os militares] também se dividiram, um grupo estava com o pensamento de Castelo Branco, que a coisa estava em desordem, mas não queriam destruir o movimento sindical, nem eram contra o trabalhador. Quem representava esse grupo era o coronel Ivan Rui de Oliveira... O outro grupo que queria mesmo massacrar e acabar com tudo era o do coronel Hélio Ibiapina... Então aproveitei essa divergência entre os dois para salvar o que era possível.[112]

Foi o padre Melo, agora mais presente no SORPE, quem se encarregou de indicar a maioria dos interventores para os sindicatos. Estes, muitas vezes, eram ligados aos patrões, sendo, em vários casos, procedentes de outras categorias ou funcionários do Ministério do Trabalho.

Este sacerdote, que chegou a se ligar ao IBAD antes do Golpe, deixou cada vez mais claro a sua posição: sempre defendera os interesses dos proprietários de terra, embora denunciando a precariedade das condições de vida dos camponeses.

Com tanta intervenção, a Federação passou a ter dificuldades em coordenar o movimento sindical rural. Até porque em fevereiro de 1965, foi baixada a portaria de nº.71, determinando que os sindicatos teriam base territorial municipal e seriam representados por apenas uma entidade, a qual englobaria todas as categorias de trabalhadores do campo: assalariados, arrendatários, pequenos proprietários, desde que estes não possuíssem empregados em suas propriedades. Foi assim que, em cinco de janeiro de 1966, a antiga Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco se transformou em FETAPE, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco.

112 Entrevista do Arquivo FUNDAJ/INDOC/CEHIBRA

Esta medida visava propiciar ao governo melhores condições de controle, pois, além de diminuir o número de sindicatos, o que facilitava mais sua vigilância, dificultava a organização dos trabalhadores rurais: de um lado, porque o sindicato, representando vários setores, teria mais dificuldade de compatibilizar e coordenar diferentes necessidades e reivindicações; de outro, porque, ao estabelecer uma base municipal, facilitava para os empresários, pois as usinas, muitas vezes, englobavam diversos municípios.

Padre Melo tentou renovar o contrato coletivo de trabalho, mas os fornecedores de cana nem participaram das reuniões. Ao se aproximar o fim do ano, os patrões alegavam não poderem pagar o 13º. salário. Diante do encaminhamento de uma proposta de greve feita pela Federação, houve um desentendimento com a Delegacia Regional do Trabalho que, então, passou a prejudicar mais ainda as atividades da FETAPE. Além de dificultar o recebimento das contribuições financeiras, a DRT passou a perseguir os sindicatos que apoiavam a direção da FETAPE mais próxima do padre Crespo e mais crítica em relação ao padre Melo. No início de 1965, a situação ficou quase insustentável, tamanha a política de desestruturação das entidades de base:

> mês de janeiro: o secretário de Escada passou para o de São Lourenço da Mata, e para ocupar o cargo vago em Escada, foi colocado o tesoureiro de Ipojuca. O secretário de Escada, após alguns dias no seu novo cargo, foi transferido para a presidência da Junta governativa do sindicato de Aliança; o tesoureiro de Vitória foi substituído por um trabalhador filiado ao mesmo sindicato." E prossegue: "anexações: fechado o sindicato de Ferreiros/Camutanga, havendo, então, divisão dos municípios, caberia Ferreiros a Timbaúba e Camutanga a També. A medida foi tão absurda que originou protestos até mesmo dos empregadores... Diante disso o sr. Delegado, que prima pela inconstância das suas atitudes, voltou atrás, restabelecendo o sindicato de Ferreiros, continuando Camutanga ligado a També. Houve, a seguir, a anexação do sindicato de Carpina e Limoeiro, ambos reconhecidos, ao de Paudalho, não reconhecido, mantendo a diretoria deste último sindicato. Esclarecemos que o sindicato anexado tinha diretoria legalmente instituída através de voto livre dos seus filiados.[113]

113 Arquivo DOPS, pasta 28.707. Sindicatos Rurais.

Se o delegado regional do Trabalho assim agia e os proprietários prejudicavam mais ainda os trabalhadores rurais, a confiança no presidente, contudo, permanecia. O então secretário da Federação assim se expressa:

> No Golpe, foi o governo que nos ajudou, porque a pressão era forte dos usineiros, delegado do Trabalho e Melo a intervir na FETAPE. Castelo Branco e seu ministro do Trabalho, Arnaldo Lopes Sussekind, escutou a FETAPE, procurou ver a realidade e viu que a FETAPE tinha razão, barrou o carnaval todo que eles tavam fazendo.
>
> O ministro, na minha presença, falou com dr. Anacleto, do Departamento Nacional do Trabalho..., passou um telex para a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco para que, no outro dia, às 9 horas, na FETAPE, uma dispensa para prender quem chegasse para intervir a FETAPE...No outro dia chegou uma turma de Melo com assembleia feita lá fora, ata fabricada para intervir a FETAPE. Quando eles chegaram lá tava uma equipe de secreta, da Polícia; é que quando eles chegaram e começou o reboliço, aí ele cantou: - 'Quem é Marco Martinho da Silva? Quem é Jarba, lá de Palmares? Quem é...'A turma toda lá, de Melo. Aí eles disse: -'Sou eu'. –'Sou eu'. – 'Sou eu'. Aí ele disse: -'Tá tudo preso!' Pegou, jogou tudo dentro do camburão, aí acabou a brincadeira deles. Mas se eu não tivesse lá no pé do Ministro...
>
> Euclides Almeida[114]

Em visita ao Recife, em novembro de 64, Castelo Branco manteve diálogo com empresários e trabalhadores rurais, de quem recebeu várias queixas quanto ao não pagamento do 13º. salário do ano anterior, bem como dos feriados, ao não recolhimento do imposto sindical, ao não cumprimento dos contratos de trabalho, às dispensas de trabalhadores e contratação de empreitadas, ao não pagamento do salário mínimo, expulsão de moradores, não assistência médica etc. Tudo ficou para ser estudado, nada sendo resolvido.

A esperança no presidente, contudo, continuou. Para isso, contribuiu a assinatura do Estatuto da Terra, lei 5.404, de 30 de novembro de 1964, orientando a política de reforma e desenvolvimento agrário, bem como a criação do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), em substituição à SUPRA, com vistas, entre outras

114 Entrevista concedida à autora em 08/07/1977.

coisas, a classificar os imóveis, realizar uma melhor distribuição da propriedade e dar-lhe uma função social, patrocinar a colonização oficial e particular, apoiar o desenvolvimento do cooperativismo, regulamentar o arrendamento rural etc.

Martins chama a atenção para o fato de que o ET foi aprovado sem maiores problemas, apesar de todo alarido que antes se fazia em torno da reforma agrária. E permitindo, agora, desapropriações de terras por interesse social sem a prévia e justa indenização em dinheiro, mas em títulos da dívida pública. Esta medida foi feita, inclusive, no sentido de responder a pressões norteamericanas com vistas a que se modificassem as estruturas fundiárias da América Latina em geral, pois se receava que as tensões sociais pudessem fazer eclodir revoluções como a cubana (MARTINS, 1981:95).

O princípio definidor desta reforma no campo foi a modernização, sendo, segundo este autor, mais exigente para com o pequeno produtor, que deveria transformar seu minifúndio em empresa, do que em relação ao latifundiário, para quem isso poderia ser resolvido com muito mais facilidade.

Sendo assim, esta reforma agrária seria mais uma proposta de colonização de novas áreas, com enormes facilidades para empresas industriais e agropecuárias e nenhum subsídio para os camponeses nas mesmas regiões. Seria realizada de maneira tópica, emergencial, quando a tensão social muito forte assim o exigisse, para desmobilizar o campesinato, e não como uma questão nacional, política e de classe (MARTINS, 1981:96).

Na prática, esta lei não foi implementada, tanto é que o presidente Costa e Silva criou, em 1968, o Grupo de Estudo da Reforma Agrária (GERA), para coordenar e promover a reforma agrária.

A FETAPE tinha a expectativa de que algo seria feito. Aos poucos, porém, seus dirigentes foram percebendo que não havia interesse político, por parte dos governantes, em implementar essa legislação, a não ser esporadicamente. O que se comprovou, por exemplo, com a chamada lei do sítio, que regulamentava o costume, existente a muito tempo, da cessão de sítios para os moradores que gozassem da confiança dos proprietários. O decreto 57.020, assinado por Castelo Branco a 11 de outubro de 1965, estabelecendo a cessão de até dois hectares de terra a trabalhadores com mais de um ano contínuo de trabalho na lavoura canavieira, só foi regulamentado no governo Costa e Silva, em 1968. A expansão dos canaviais, de um lado, e o receio de que sua aplicação pudesse se tornar o início da reforma agrária, de outro, fez com que este costume se tornasse cada vez menos comum (ANDRADE, 1994:104).

Se, de um lado, a Federação fazia uma separação entre as "boas intenções dos revolucionários" e a superexploração e violência dos proprietários, terminou por perceber que, pelo menos no Nordeste, eram estes que continuavam no poder. E que a política agrária e agrícola encetada pelos militares, propondo a modernização econômica da agricultura, dificilmente levaria em conta os interesses dos menos favorecidos. Não se apresentava um projeto de modernização que implicasse numa reestruturação fundiária. Se os proprietários da agroindústria açucareira não tinham força política e econômica para serem melhor considerados pela burguesia industrial do Sudeste e pelo capital internacional associado, eles possuíam, na região Nordeste, poder político suficiente para fazer as coisas a seu modo, mantendo os trabalhadores agrícolas superexplorados e dominados e suas entidades, enfraquecidas e descaracterizadas.

No começo, a violência atingiu principalmente os camponeses mais ligados às esquerdas[115]; depois passou a atingir sindicalistas ligados à própria Federação, por seu posicionamento mais comprometido com a defesa dos trabalhadores. Houve dirigentes presos, perseguidos, espancados, assassinados, mesmo antes do AI-5. Em 1967, em Vicência, o delegado sindical Manoel Tenório da Silva foi assassinado pelo dono do engenho Belmonte e seu corpo, jogado no rio Natuba, na Paraíba. Nesse caso, o assassino chegou a ser preso, mas libertado posteriormente. No ano seguinte, Severino Manoel Soares, que fora presidente do sindicato de Timbaúba e presidente da FETAPE logo após o Golpe, foi sequestrado e levado para a usina Cruangi, acusado de ser contra o candidato da ARENA no município. Ele levou uma surra tão forte que foi dado como morto, tendo, posteriormente, sido hospitalizado e ido trabalhar na CONTAG, sem condições de permanecer no Estado. Manoel Santos da Silva, presidente do sindicato de Vitória de Santo Antão, vivia sendo preso e solto com frequência, sem culpa formada, devido à sua insistência em cumprir as leis que favoreciam aos trabalhadores. Seis pessoas, dizendo-se policiais, invadiram o sindicato de Ferreiros e maltrataram vários presentes, chegando a espancar o tesoureiro, com a finalidade de apreenderem exemplares da encíclica 'Populorum Progressio'.[116] Neste mesmo ano, a Federação fez várias denúncias nesse sentido.

115 Nos ANEXOS constam duas listas relativas a pessoas, particularmente, lideranças da luta pela terra e pela defesa direitos dos trabalhadores rurais em Pernambuco, assassinadas ou desaparecidas durante a ditadura de 1964, P.245 A 247.

116 JC. 04.ago.1968.

A conjuntura também mudara. Se, antes, o medo era grande, até porque a repressão que se abateu em Pernambuco foi muito forte, as reações foram crescendo e, em 1968, estudantes, operários e democratas em geral se sentiam mais dispostos a reagir. O próprio avanço da Igreja era um dado a ser considerado, particularmente pelo movimento camponês, que a ela estivera tão ligado. D.Helder, logo no início deste ano, num encontro das federações dos Agricultores do Nordeste, realizado em Carpina, chegou a se posicionar: *"ficai alertas a ajudas que forem propostas em nome de sindicatos livres, pois elas são criadoras de peleguismo"*.[117] A Federação procurava ficar mais independente dessas injunções, especialmente após a eleição de José Francisco para a CONTAG, realizada em 1968. Para ele, eram os trabalhadores rurais quem deveriam dirigir, efetivamente, as suas entidades, assumindo uma posição de maior independência e autonomia em relação até mesmo ao SORPE.

Diante de tudo isso o próprio Euclides Almeida já fazia outra análise sobre a situação, chegando a afirmar que o governo preferia ver o trabalhador rural morrer de fome a mexer com as estruturas, falando sobre o descaso em relação ao Grupo Especial da Racionalização da Agroindústria Açucareira do Nordeste, o GERAN.[118]

Criado por iniciativa da SUDENE, em agosto de 1966, este grupo tinha a participação também de representantes do IAA, do Banco do Brasil, do IBRA, do INDA e mesmo da FETAPE, e deveria reestruturar a economia açucareira, mantendo o cultivo da cana, mas promovendo a modernização de seu parque industrial através de uma série de medidas que permitissem elevar sua produtividade, mas também diversificar as atividades produtivas na zona canavieira, aproveitando melhor as terras e ampliando a oferta de alimentos para que a população rural obtivesse melhorias nas áreas de alimentação, saúde, habitação e educação profissional (CARVALHO,1987:129-137). A partir de 1967, na gestão de Euler Bentes à frente da SUDENE, a questão da reforma agrária também deveria ser retomada. Tudo isso, porém, manteve-se no plano das intenções. Os usineiros não aceitavam a implementação de um programa que implicasse na liberação de parte das terras não aproveitadas. E o programa, cuja adesão era voluntária, não obteve sucesso.

117 JC. 27.jan.1968.
118 JC. 13.jun.1968.

Por fim, o presidente eleito da FETAPE desde 1966, foi impedido de candidatar-se em 1972, numa 'cassação branca' devido à sua atuação combativa, em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Tudo isso foi contribuindo para uma visão mais crítica, por parte da FETAPE, em relação ao regime militar. Se, no início, ela considerava que estavam todos no campo da democracia, a essa altura, já percebera que se implantara, de fato, uma ditadura no país. A própria Igreja Católica, particularmente em Pernambuco, também fora duramente atingida devido a suas posições de defesa dos injustiçados e dos oprimidos. A conjuntura de avanço das massas e repressão por parte dos militares, particularmente em 1968, contribuiu para este posicionamento mais crítico por parte da Federação:

> Depois que saiu Castelo Branco veio Costa e Silva, aí o Costa veio de costa esmagando todo mundo. Aí a gente nunca elogiou, nunca elogiou Costa e Silva. Nunca a gente elogiou o Garrastazu Médici. Aquele foi quem mais me perseguiu aqui. E também Ernesto Geisel, não elogiou; mandava ofício prá eles...
>
> Euclides Almeida[119]

Quanto ao SORPE, foi totalmente extinto no início dos anos 70. Afinal, fora criado para fundar e orientar sindicatos, o que agora já era feito pela própria Federação, embora tanto Crespo quanto Lúcia Sá Barreto, ex-secretária do SORPE, continuassem pessoalmente assessorando o movimento sindical rural. Esta última passou a ser funcionária da Federação durante alguns anos.

Se, de um lado, durante os anos 70, a entidade teve uma ação mais moderada e mesmo subserviente em relação aos militares e à DRT, particularmente na segunda metade da década, não deixou, contudo, de denunciar o não cumprimento das leis e as arbitrariedades do patronato, quando via alguma brecha para isso ou era devidamente pressionado por algum sindicato mais combativo.

119 Entrevista concedida à autora em 31/10/2001.

4. 2 – A resistência dos trabalhadores rurais na Mata

Com vistas a manter o que a repressão chamava de "ordem no campo", ou seja, o imobilibsmo, logo depois do Golpe o governo criou a lei 4.330 sobre as greves, cuja decretação seria ditada pelo Estado e controlada pelo Ministério do Trabalho, sendo levada a efeito por unidade de produção, no caso, engenho ou usina, comunicada com antecedência aos patrões e praticamente permitida apenas nos casos de descumprimento da lei.

Com relação aos trabalhadores, depois do Golpe Militar, os proprietários voltaram a definir o *quantum* de trabalho que deveria ser realizado para corresponder ao salário mínimo. Aumentou-se o número de canas a serem cortadas, era dada uma quantidade de tarefas impossível de ser cumprida num dia, adulteravam-se os instrumentos de medição ou de pesagem de tal modo que, dificilmente, o trabalhador conseguiria cumpri-la. Ou ele recorria à ajuda de outros membros da família ou se esforçava intensamente. Quando isso não era possível e ele demorava mais de uma jornada para cumprir a tarefa, perdia o repouso remunerado. Dessa forma, o salário ficava menor, e o trabalhador, exausto.

Muitos moradores foram expulsos dos engenhos e o desemprego, particularmente no período da entressafra, foi enorme. Alegando, como sempre o fizera, a existência de baixos preços para a cana, crise no setor e outras dificuldades, verdadeiras ou não, os proprietários procuravam se isentar de responsabilidades diante dessa situação. Algumas usinas, inclusive, diziam estar sem condições de funcionamento. Enquanto isso, os canavieiros passavam fome e sobreviviam, em muitos casos, de esmolas.

Ainda no ano de 1964, voltaram a ocorrer greves: na usina Muribeca, no Cabo,[120] devido ao não pagamento de salários. No mês de dezembro, começou a haver um movimento na usina Caxangá, em Ribeirão. Na medida em que muitos patrões não cumpriam a nova tabela, chamada Tabela da Revolução, nem pagavam o 13°, a própria Federação começou a considerar a possibilidade de greve. No início de 1965, foram realizadas várias assembleias para os sindicatos se posicionarem a respeito. Como a situação foi ficando difícil para a Federação, esta procurou ter mais cautela nos encaminhamentos. Para ela, a greve interessava aos usineiros, que aumentariam o preço do açúcar, o que era defendido pelo padre Melo. Usando este argumento, a FETAPE não apoiou nem incentivou a realização de nenhum movimento

120 DP. 23.set.1964 e JC. 15.dez.1964.

grevista no período. Este manifesto é bastante esclarecedor a respeito do posicionamento da entidade:

> COMPANHEIROS CAMPONESES DE PERNAMBUCO E DO NORDESTE
>
> A classe dos camponeses está passando um tempo muito pesado. Acima de tudo ainda preparam uma greve para arrumar dinheiro para os usineiros e nós continuamos desempregados, doentes e com fome. É preciso tomar uma posição e avisar o nosso Presidente Castelo Branco que é quem pode resolver a situação.
>
> Agora na época da safra a greve vai. Vamos fazer o feitiço cair sobre o feiticeiro.
>
> Vamos pedir ao presidente Castelo Branco que olhe para nossos filhos que estão morrendo de fome e nos dê terra para trabalhar, nos dê a Reforma Agrária.
>
> Só vai agindo forte, fazendo uma intervenção das Forças Armadas do presidente Castelo Branco nas Usinas para saber para onde vai tanto dinheiro e para ver os sofrimentos e as misérias que fazem com os pobres camponeses filhos de Deus.
>
> Nós queremos é trabalhar. Nós queremos um Brasil que tenha comida, roupa e escola para os nossos filhos.
>
> Não queremos comunismo não, pois o comunismo não quer saber de Deus e nós sem Deus não somos nada.
>
> Vamos passar uma escrita, um telegrama para o presidente Castelo Branco para que só dê dinheiro a quem merecer e que venha ver nossos sofrimentos: Tanta terra boa, tanta água, tanta gente com vontade de trabalhar e sem terra para plantar.
>
> Só vai o Presidente botando a mão em tudo isto, fazendo desapropriação das terras e distribuindo com os pobres.
>
> Assim como as Forças Armas [Armadas] salvaram o povo da anarquia dos comunistas também poderá salvar da fome os trabalhadores nordestinos.
>
> Essa é a palavra de animação da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco aos companheiros sofredores.
>
> Qualquer coisa que precisarem nos procurem em nossa sede que fica na rua do Sossego, nº. 81 – Recife, pois estamos à disposição de todos.
>
> Tudo pela REFORMA AGRÁRIA para matar a fome do Nordeste!
>
> FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PERNAMBUCO
>
> Recife, 24 de agosto de 1965.[121]

121 Arquivo DOPS, pasta 28.688. FETAPE.

Este manifesto, que expressa de maneira muito forte a situação vivida pelos camponeses, contém um apelo de extrema sinceridade, procurando sensibilizar quem o lê, bem como as autoridades, contra os desmandos e arbitrariedades dos usineiros e fornecedores de cana de Pernambuco. A busca da proteção da autoridade poderia significar um desafio, uma maneira de comprometê-la com a causa dos trabalhadores. Esta invocação do manto protetor do Estado, porém, denota um grau de ingenuidade muito grande, como se o governo não soubesse do que se passava na região, bem como a falta de uma análise de classe. Considerar que a utilização do expediente da greve serviria para arranjar mais dinheiro para os usineiros não procede, pois isto já fora feito na greve de 1963.

Claro que a ditadura não era monolítica e Castelo Branco assinara o Estatuto da Terra, daí as expectativas da Federação. Contudo, entregar em suas mãos a resolução do problema era abrir mão da necessidade de ação por parte dos camponeses, que poderia até justificar uma tomada de posição mais efetiva por parte do Estado em relação aos proprietários de terra. A FETAPE sugere uma greve na época da safra, mas efetivamente não trabalhou por ela, por temer que fosse utilizada para perseguir mais ainda sua liderança, ligada ao padre Crespo.

Identificar o período anterior como sendo da anarquia dos comunistas é não reconhecer os avanços conseguidos pelos trabalhadores rurais, fruto, de fato, das mobilizações, pressões e lutas levadas a efeito, bem como da tomada de posição do governo anterior a favor dos trabalhadores, em geral, e dos assalariados rurais, em particular.

Por fim, a grande questão para justificar seu posicionamento: "o comunismo não quer saber de Deus". A posição concreta dos comunistas em favor dos explorados, seu compromisso de classe, tudo é desconsiderado em função de um argumento religioso, usado para justificar uma posição política. Este embate ideológico era muito presente neste período e o posicionamento da Federação expressa sua vinculação a setores da Igreja mais conservadores.

O anticomunismo foi muito forte na FETAPE pelo menos até o início da década de 80. E a religiosidade dos camponeses, reforçada.

A piora nas condições de vida dos camponeses nesse período foi de tal ordem que são frequentes as afirmações de que se encontravam famintos, desesperados, exaustos, humildes, ou seja, sem condições de reagir. Por outro lado, e exatamente devido a essa situação, é possível inferir que, mesmo sem

o grau de importância que tinham suas atividades anteriores ao Golpe, as reações dos trabalhadores rurais voltariam a acontecer. Assim é que, ainda em 1964, há casos de resistência de camponeses à expulsão, tendo o problema sido resolvido com a desapropriação das terras dos engenhos Quatis, em Lajedo e Inhaman, em Paulista, por intermédio da SUPRA. [122]

Além de várias denúncias feitas pelos sindicatos, algumas relatando a reação por parte dos patrões devido ao encaminhamento de questões trabalhistas, as constantes atitudes de violência contra os trabalhadores permitem afirmar que estes continuaram a reagir, até espontaneamente, contra a exploração de que eram vítimas. São várias as denúncias de espancamentos e mesmo de assassinatos de camponeses por toda a década de 60, como são muitas as denúncias contra os preços extorsivos dos barracões e as condições deterioradas dos alimentos ali fornecidos. A DRT queixa-se, em algumas ocasiões, de não dispor de equipes e de condições materiais suficientes para fiscalizar, de maneira adequada, os engenhos. Essa queixa, na maioria das vezes, é mero jogo de cena. Sua atitude, na maior parte das questões, era clara e descaradamente favorável aos proprietários e ameaçadora aos trabalhadores.

Exemplo disso foi com relação à questão salarial. Como os fornecedores de cana negaram-se a assinar um novo acordo entre as partes, que implicava no pagamento de oito horas diárias de trabalho, foi adotado, em 1965, um outro, sob os auspícios do Delegado Regional do Trabalho, Haroldo Veloso Furtado, pelo qual se pagavam apenas seis horas, sob alegação de que o camponês precisava de duas horas por dia para trabalhar no seu sítio. Como boa parte dos trabalhadores já não tinha mais sítio, o Delegado do Trabalho que assumiu no ano de 1966, Washington Campos, determinou a volta da tabela das oito horas, que novamente não foi cumprida. Logo a seguir, o novo Delegado do Trabalho voltou à anterior de seis horas, que não permitia ao assalariado rural ganhar o salário mínimo, já baixo, no fim do mês.

Greves e ameaças de greve ocorreram, tanto na Mata Norte quanto, principalmente, na Mata Sul. Sete agricultores foram presos em Goiana acusados de fomentar greve.[123] O proprietário do engenho Ribeirão, da usina Cucaú, vinha pagando com vales e os trabalhadores resolveram cruzar os braços em dezembro de 1966.[124]

122 DP. 02.dez.1964.
123 JC. 01.out.1965.
124 Arquivo DOPS, pasta 1680.

Mais significativas, porém, foram as greves que ocorreram no município do Cabo, sob os auspícios do padre Melo e sem o endosso da FETAPE, que alegava ser o movimento de interesse dos proprietários, que poderiam se beneficiar com possíveis aumentos no preço da cana. Contudo, é mais plausível supor que, de um lado, a Federação não pretendia fortalecer o padre Melo, já suficientemente desmascarado por suas posições contrárias à própria entidade; e, de outro, a FETAPE realmente estava convencida de que qualquer ação mais ofensiva poderia implicar num endurecimento posterior contra a organização dos trabalhadores e, particularmente, contra ela própria. O argumento de que traria benefícios aos patrões não se sustenta, pois sempre fora assim, inclusive no Acordo do Campo, do governo Arraes. Naquele momento, constou, inclusive, em uma das cláusulas que haveria reajuste no preço do açúcar. E nem por isso a Federação deixou, então, de assinar o Acordo.

A primeira greve no Cabo ocorreu em dezembro de 1966, atingindo 14 engenhos, que deviam as férias de 1963 e 1964, diferenças salariais referentes a 1965, 13º. de 1964 e 1965.[125] O movimento ampliou-se para mais quatro engenhos e, com um mês de duração, o ministro do Trabalho, Nascimento e Silva, afirmou que esta greve estava fora de sua área, devendo ser assumida pelo Ministério da Indústria e Comércio.[126] Após 50 dias de greve, o presidente do sindicato do Cabo, João Luís da Silva, dizia-se decepcionado com o governo federal, que abandonara os trabalhadores à própria sorte. Dois camponeses foram presos e libertados sem nenhuma explicação, mas após três meses de greve, ela foi considerada legal.[127] Neste mesmo mês, os preços do açúcar foram majorados. [128]

Esta primeira greve foi um tanto confusa, sendo interrompida em vários momentos. Os trabalhadores retornavam ou por necessidade premente de receber dinheiro ou porque eram firmados acordos. Como estes não eram cumpridos, eles voltavam à greve. No final, o sindicato passou a requerer terras dos engenhos como forma de pagamento das dívidas.

O governador Nilo Coelho se dispôs a ajudar, concedendo empréstimos a trabalhadores do engenho Setúbal, no Cabo.[129] Em dezembro desse mesmo

125 JC. 13.dez.1966.
126 JC. 21.jan.1967.
127 JC. 31.mar.1967.
128 JC. 23.mar.1967.
129 JC. 09.jul.1967. É importante assinalar que, durante o regime militar, os governadores do Estado não tiveram uma presença efetiva junto ao movimento sindical rural. O relacionamento das entidades era com a DRT, ou o próprio Ministério do Trabalho. Quando ocorriam crimes contra sindicalistas ou mesmo trabalhadores rurais, como

ano, porém, os camponeses denunciaram que 21 engenhos, fazendas e usinas não cumpriam as leis trabalhistas, voltando a falar em nova paralisação.[130] Foi feito um acordo e, no final, apenas três engenhos decretaram greve.[131]

Em janeiro de 1968, o governo anunciou a desapropriação de cinco engenhos: Tiriri, Serraria, Massangana, Jasmim e Algodoais, para impedir o agravamento das tensões sociais.[132]

Como os engenhos e as usinas não regularizavam, efetivamente, a situação dos trabalhadores, assembleia de três engenhos decretou greve a partir de três de setembro,[133] ameaçando tornar-se geral, atingindo 40 engenhos e três usinas. O Delegado Regional do Trabalho, Romildo Leite, tentou a todo custo impedir o movimento, alegando que entre as reivindicações estavam questões que não eram da sua alçada, como proteção contra insalubridade, contribuição para o INPS, divisão de terras, que seriam assuntos a serem resolvidas por decreto presidencial ou leis no Congresso.[134] A Delegacia Nacional do Trabalho solicitou prazo de quinze dias para se posicionar a respeito, padre Melo o acolheu, mas os trabalhadores recusaram este prazo. Com isso, ele se afastou do movimento, considerando-se derrotado em sua vocação de conciliador. [135]

A greve, englobando aproximadamente três mil camponeses, foi deflagrada em 08 de outubro e, no dia 10, o Ministro Jarbas Passarinho veio negociar com o sindicato e se encontrar com os grevistas, garantindo aceitar algumas reivindicações, como o atendimento pelo INPS. Este, inicialmente, beneficiaria os trabalhadores do Cabo, sendo considerado como uma experiência piloto a ser levada, posteriormente, às outras regiões do interior. O pagamento dos débitos das usinas também deveria ser efetivado. Outras reivindicações seriam estudadas, como a execução do direito aos dois hectares, das oito horas de trabalho, das tarefas, além dos problemas da cooperativa de

---

espancamentos, assassinatos etc., a FETAPE, algumas vezes, chegou a dirigir-se aos governantes da época, que encaminhavam a questão para a Secretaria de Segurança Pública, a fim de abrir inquérito e apurar o caso. Raramente achavam-se os culpados, ou os mandantes dos crimes eram punidos, conforme assegurou Euclides Almeida, em entrevista.

130 JC. 28.dez.1967.
131 JC. 16.jan.1968.-ANEXOS 2- p.250 e 251.
132 JC. 20.jan.1968.
133 JC. 27.ago.1968.
134 JC. 17.set.1968.
135 JC. 06.ago.1968.

Tiriri, que, criada antes de 1964, fora obrigada a abandonar a produção coletiva, adaptando-se à nova situação advinda com o regime militar (DABAT, 1996).

As carteiras de trabalho seriam recolhidas para assinatura, mas acrescentou: *"A greve está sendo declarada ilegal e só depende de vocês ser evitada uma repressão, por vingança, dos patrões. Ao lado da lei, vocês contam conosco, sem lei, é rebelião, e o Governo terá que se afirmar"*.[136] Nada mais se podia esperar de um ministro que não se constrangia em justificar vingança por parte dos patrões e ainda ameaçava os trabalhadores. A greve foi encerrada.

É importante ressaltar a presença, nesse movimento, de forças políticas de esquerda: a Ação Popular tinha militantes que trabalhavam como canavieiros e um deles, Firmino, participou da comissão de negociação. O PCBR tinha forte presença na Comissão de Apoio ao movimento através de alguns estudantes, um deles residente no próprio município.

Na avaliação da Ação Popular, esta greve foi muito centrada na liderança sindical, considerada vacilante e legalista; e seus militantes tiveram uma atitude mais de expectativa, articulando-se com o presidente do sindicato e não defendendo com firmeza suas propostas diante da massa. Nessa medida, não houve denúncia das posições da ditadura e de seu conteúdo de classe. [137] Dificilmente, porém, poderia ter sido diferente na medida em que o governo já enfrentara outros movimentos grevistas em Contagem (abril de 1968) e Osasco (julho do mesmo ano), tendo agido com violenta repressão no segundo caso, quando, inclusive, algumas das conquistas obtidas anteriormente foram retiradas (ALVES, 1984:125).

Antes do final do mês, porém, dois engenhos entraram novamente em greve. Para João Luís da Silva, presidente do sindicato do Cabo, os trabalhadores apenas negaram-se a cumprir tarefas que superavam o previsto em lei; para o delegado regional do Trabalho, com isso, os proprietários poderiam contratar trabalhadores sazonais e safreiros, caso houvesse nova paralisação. [138]

Se a greve não conseguia os resultados esperados, outros sindicatos adotaram como encaminhamento abrir processos junto à Justiça do Trabalho. Que propostas, porém, eram feitas pelos patrões? Em Ipojuca, por exemplo, eles se propunham a pagar seus débitos, a partir de dezembro, na base de 50%, divididos em três parcelas. Padre Crespo, diante disso, chegou a exclamar: *"Os*

136 JC. 12.out.1968.
137 Arquivo DOPS pasta 29.661. Ação Popular.
138 JC. 29 e 30.out.1968.

que fazem tal proposta deveriam ter prisão preventiva decretada!" [139] O delegado regional do Trabalho, inclusive, advertiu que a Mata Sul tinha 154 engenhos mas apenas quatro juntas. Como dar conta do volume de trabalho?

Contudo, essa foi a maneira principal adotada pela FETAPE para conseguir algum resultado positivo para os trabalhadores rurais. Como os processos demoravam muito para serem julgados, recorria-se com frequência à conciliação, e, por ela, quem abria mão era sempre o trabalhador, na esperança de garantir um mínimo, quando não podia esperar pelo final do processo. Mesmo assim, existiram vitórias, particularmente quando o sindicato era ativo, dispunha de um bom advogado e os trabalhadores não se intimidavam ante ameaças e violências.

Algumas usinas, pressionadas, resolveram ser mais corretas. E alguns dirigentes sindicais mais dispostos e comprometidos com a categoria, aceitaram correr risco e, munidos da Constituição e da CLT, enfrentaram o desafio da defesa de sua classe.

Outros tipos de violência

Na região da Mata, muitos trabalhadores da cana, no início dos anos 60, já moravam nas cidades, vilas e povoados, nas pontas de rua. Aí eles tinham maior liberdade, pois poderiam trabalhar no dia que quisessem, frequentar a religião que quisessem, votar em quem desejassem e terem uma vida mais movimentada, organizando danças aos sábados, por exemplo, bebendo cachaça etc. (ANDRADE, s/d:119).

A maioria, contudo, ainda morava nos engenhos.

Com a conquista da legislação trabalhista para o campo e, principalmente, após o Golpe de 64, os proprietários procuraram reduzir o número de moradores visando diminuir os encargos trabalhistas, mas, também, para "*evitar que a própria morada fosse transformada em base para as reivindicações dos trabalhadores, que obstaculizasse o processo de acumulação*" (SIGAUD, 1979:51).

Ainda de acordo com esta autora, para conseguirem seu intento, sem correr o risco de ter de pagar as indenizações devidas por conta das demissões, os proprietários adotaram a tática de pressionar os trabalhadores para que estes, desanimados ou irritados, terminassem por, eles próprios, pedirem a conta e saírem dos engenhos, no dizer dos próprios trabalhadores, "de gosto e vontade".

139 JC.16.out.1968.

Havia vários tipos de pressão: pedir a casa e oferecer outra em pior situação, como nos arruados, onde não seria possível manter o roçado; deslocar o sítio para um lugar distante, dificultando seu uso por parte do trabalhador, que dispunha de pouco tempo para esse deslocamento; deixar o trabalhador onde morava, mas tomar-lhe o sítio, plantando cana até nas imediações da casa, impedindo-o, assim, de manter os animais de criação; ou não permitindo o uso dos pastos e riachos das fazendas pelos animais dos trabalhadores. Esta determinação deixava o morador numa situação muito precária, pois era com a criação que o trabalhador contava para enfrentar despesas extras, como doenças, festas, casamentos.

Em casos extremos, o proprietário mandava passar o trator sobre o sítio ou soltava os animais para acabarem com a lavoura do trabalhador. Então, o morador entrava com ações na Justiça, exigindo reintegração de posse ou indenização por benfeitorias. A Federação entrou com muitas ações nesse sentido, nem sempre conseguindo resolver o caso a contento, pois, aí também, pesavam a força política dos proprietários e o medo existente no período da ditadura.

Um outro mecanismo de pressão direta consistia em interferir nos serviços executados pelos trabalhadores. Para cada um deles, fora necessário um certo período de aprendizagem, algumas mais demoradas que outras, e que implicavam em técnicas, habilidades e treinamento. Algumas exigiam mais qualificação como o corte de cana, o trabalho com animais, o trabalho com o machado e a construção de canais (SIGAUD, 1979:63). Mas todas exigiram um treinamento e, portanto, a troca de tarefas significava sempre a diminuição de salário, já que este era pago por produção e o trabalhador necessitaria de um novo treinamento para conseguir a mesma destreza já adquirida, o que se agravava quando já não era mais jovem ou tão forte como antes. Se havia protestos, algumas vezes, estes eram resolvidos pela violência. Mas também acontecia o contrário, ou seja, o camponês querer mudar de tarefa para ganhar mais. Em Igarassu, houve o caso de um cambiteiro que quis ir para o corte de cana. O administrador não concordou e deu-lhe três tiros, matando-o no ato.[140] Nesse caso, como ele era viúvo e pai de cinco filhos, o presidente do sindicato propôs que a família fosse indenizada.

A pressão podia, ainda, ser feita com relação ao trabalho de outros membros da família. A força de trabalho familiar costumava ser mediada pelo chefe, o pai, tanto no caso das mulheres como no dos filhos solteiros. Se o proprietário interferisse passando por cima dessa mediação, estaria

140 JC. 19.jan.1967.

desconsiderando a autoridade do pai e, portanto, quebrando uma das regras da relação de morada existente até então.

Outro expediente muito usado na década de 70 foi o de entregar as terras melhores aos não fichados, também chamados de clandestinos, ou só permitir aos moradores o corte de cana crua, o que acarretava menor produtividade e, consequentemente, diminuição do salário.

Ao engenho, porém, não interessava ficar inteiramente desprovido de trabalhadores, até porque estes eram necessários em determinadas eventualidades: se havia um incêndio, era preciso combatê-lo imediatamente; se havia muita cana para ser transportada, não se podia interromper o serviço à noite. E os trabalhadores mais qualificados, como o carreiro, que conduz o arado e comanda o plantio; o cambiteiro, que leva os rebolos para serem plantados, conduz e carrega os burros; o machadeiro, que derruba a mata; o rebolador, que separa os rebolos a serem plantados como mudas, entre outros, eram os mais valorizados.

Como regra, portanto, aumentam os clandestinos, diminuem os fichados.

Ao sair do engenho, o trabalhador podia vender sua força de trabalho para qualquer um, mas também perdia os direitos trabalhistas, deixando de ser fichado e, consequentemente, desligando-se do sindicato. Seu trabalho continuava a ser por produção, trabalhando de acordo com sua "disposição", seu próprio esforço, e mobilizando familiares, no caso os filhos menores de 14 anos, podendo até aumentar sua produção na medida em que trabalhasse em áreas que oferecessem melhores condições. E o empreiteiro tirava seu "lucro" da diferença entre o que ganhava pelo trabalho combinado com o proprietário e o que pagava aos assalariados.

Se o trabalhador se sentia insatisfeito, mudava de empreiteiro. Se este o enganava e não pagava devidamente, o trabalhador não dispunha de garantias. Em alguns casos, recorria-se à violência.

Bairros inteiros de trabalhadores rurais surgiram nas cidades da zona da Mata, durante os anos 70 e 80, piorando as condições de moradia dos trabalhadores rurais. Sua vida foi inteiramente modificada, particularmente sua antiga organização familiar. Estes trabalhadores deixaram de ser assistidos pelos sindicatos. Houve momentos em que a Pastoral Rural não conseguia ter clareza sobre como trabalhar com os moradores 'da rua': se a partir das questões do trabalho ou a partir dos problemas de moradia, tamanha a carência em que se encontravam os clandestinos.

Trabalhadores entraram na Justiça, nos anos 70, também por questões salariais. Em alguns casos, faziam acordos, o que, apesar de resolver a questão mais rapidamente, trazia maiores vantagens para os proprietários. Em outros, enfrentavam os proprietários, mas nem sempre com bons resultados.

Em 1972, por exemplo, ocorreu o chamado 'massacre de Matapiruma', quando 72 trabalhadores desse engenho, reclamando férias, 13º. salário, repouso remunerado etc. foram à Justiça e ganharam a causa. Porém, não receberam e passaram a ser perseguidos pelo dono do engenho, situado no município de Escada, terminando o conflito em fuzilaria, com gente morta e vários feridos. O fato foi abafado, tendo sido noticiado apenas pelo jornal 'O Estado de São Paulo'. Foi o Boletim Arquidiocesano do Recife quem publicou a notícia[141] e foi, através da ajuda de pessoas da Igreja, particularmente da ACR, que se prestou a devida solidariedade aos envolvidos. Alguns sindicalistas atuaram na questão: o sindicato de Escada fez a denúncia e a FETAPE encaminhou a questão a Brasília.[142]

Deste caso existe este relato, em Carneiro e Cioccari (2010:46):

> (...) Na ocasião, um grupo de lavradores trabalhava no canavial quando chegaram três viaturas policiais, com oito homens armados que passaram a fuzilar os camponeses. Eram agentes do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE). Cinco trabalhadores reagiram defendendo-se com foices e facões, enquanto a maioria do grupo fugia. O conflito deixou dois mortos e vários feridos. O lavrador José Inocêncio Barreto, de 31 anos, foi morto a tiros, deixando órfãos dez filhos. Também foi morto o vigia do engenho, que atuava como capanga do usineiro.

É importante assinalar ainda que "*um relatório com [essas] informações havia sido solicitado ao DOPS pelo comando do IV Exército em 4 de setembro de 1972* (o massacre ocorreu em 5 de outubro), *paralelamente aos esforços dos trabalhadores do Engenho Matapiruma para que seus direitos fossem reconhecidos*", conforme essa mesma fonte.

Outro momento de grande tensão já ocorrera em 1968 no engenho Patrimônio, em Condado. Foram várias as denúncias feitas pela Federação, a respeito do proprietário. Um juiz federal chegou a citar o fazendeiro, que foi preso para *"responder a crimes contra a organização do trabalho, pois*

141 Nº. 224, 17.nov.1972.
142 Grito no Nordeste nº.25, jan/mar.1973.

sem qualquer indenização aos posseiros, expulsou-os de seus sítios que lhes pertenciam há dezenas de anos, além de destruir suas lavouras e benfeitorias, e não cumpriu a decisão do juiz que mandou reintegrar os posseiros em suas antigas propriedades." [143] Tendo sido preso, mais tarde, porém, foi solto.

A produção de açúcar e de álcool em Pernambuco cresceu bastante entre 1964 e 1984. Também aumentou, no período, a concentração industrial, diminuindo o número de usinas de 49 para 35 e aumentando o de destilarias, de 31 para 33, embora permanecendo nas mãos dos mesmos grupos econômicos. Este fato demonstra a força política dessa elite que, frequentemente, identifica os interesses do Estado com seus interesses de classe (ANDRADE, 1989 a:87).

Comparando a safra de 1974 com a de 1984, este mesmo autor fornece os seguintes dados: a produção do açúcar aumentou de 11.618.905 sacos de 60 kg para 16.950.224 sacos de 59 kg.; a de álcool passou de 90.077.649 litros para 340.800.900.

Este aumento se deu com a utilização de sementes de variedades mais ricas, bem como com um processo de adubação, uso de herbicidas, fungicidas etc., que elevaram a produtividade e ampliaram a área cultivada.

Os trabalhadores, porém, não foram beneficiados: de um lado, devido à dispensa de mão de obra; de outro, ao encarecimento dos gêneros alimentícios. Aumentou a população das cidades e das vilas, sem que estas tivessem infraestrutura para receber todo esse contingente. As tensões sociais se agravaram. A miséria dos trabalhadores rurais também, principalmente em áreas da Mata e Agreste, antes destinadas à pecuária extensiva e às lavouras de subsistência. Afinal, a cana recebe financiamento oficial e tem garantia de preços mínimos, enquanto o mesmo não ocorre com este tipo de lavoura (Andrade, 1989a :106).

4.3 – O movimento dos trabalhadores rurais no Agreste e no Sertão

No Agreste e no Sertão também ocorreram conflitos, com momentos de bastante tensão, como em Itaíba, na região de Garanhuns. Em 1968 o prefeito deste município, visando beneficiar os plantadores de palmas, financiados pelos bancos oficiais, determinou a construção, sob pressão policial e em terra de particulares, de uma cerca chamada de travessão, prejudicando mais de cem famílias que deveriam, dentro de trinta dias, recolher o gado, senão a prefeitura

143 JC. 01.maio; 01.jun.; 14.set.1968.

o faria compulsoriamente. O padre do local se opôs a essa medida e começou a ser perseguido, bem como seus amigos mais próximos. O próprio Juiz retirou-se da cidade por não ter condições de segurança para exercer suas funções. Os latifundiários continuaram matando o gado dos agricultores. A questão durou mais de quatro meses. Apesar de toda a mobilização e apoio do clero, o padre, que chegou a voltar ao município, no final, foi afastado pelo bispo da região.[144]A questão terminou sendo assumida pelo 71º. BI de Garanhuns e, segundo o próprio relatório da FETAPE, houve "total pacificação da área".

Outro caso importante foi o da comunidade denominada de Faveleira, em Floresta, no Sertão, por disputa de terra. Quando a Federação reassumiu uma ação que já vinha em curso desde 1972, descobriu inúmeras irregularidades. Antônio Novaes, que se dizia proprietário das terras, moveu uma ação de domínio contra os trabalhadores rurais da região, mas perdeu. Nesse mesmo dia, 12/02/76, ao sair da cidade, os advogados, funcionários e um agricultor foram emboscados por um pistoleiro que fez dois disparos contra o veículo da FETAPE, sem conseguir atingir ninguém.[145]

Mas a grande atividade levada no Agreste e no Sertão foi a fundação ou reorganização dos sindicatos, a partir, principalmente, da criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, em 1971, cujo financiamento vinha do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural, FUNRURAL. Então o Estado passou a estabelecer convênios com os sindicatos para atividades de previdência social, tomando para si parte dos custos com a reprodução da força de trabalho.

Diferentemente do sistema previdenciário urbano, os trabalhadores rurais não contribuíam diretamente para o fundo, sendo o programa financiado, em parte, por um imposto sobre a comercialização dos produtos rurais e, em parte, por tributação feita às empresas urbanas (SANTOS, 1987:84).

O FUNRURAL incentivou a formação de sindicatos, principalmente no Sertão, muitos dos quais agiam como se fossem repartições públicas. Se, de um lado, aumentou o número de sindicalizados que, de certa forma, saíram da total dependência em relação aos patrões; de outro levou muitas entidades a ficarem cada vez mais distantes do seu papel de organizadoras das lutas de sua categoria, limitando-se a ações burocráticas e assistenciais.

Mas eram também encaminhadas reivindicações em torno da questão do crédito, de uma política agrícola justa para o pequeno produtor, da

144 JC. 04.out.1968; 08.jan.1969.
145 Arquivo DOPS pasta 31.496 A e D.

comercialização, além do direito à previdência social para o trabalhador do campo em alguns sindicatos.

> Aí a gente dizia: o sindicato vai lutar pela aposentadoria do homem do campo. Vocês não querem se aposentar, não? Então precisa ter um sindicato que cuide disso... Vocês não precisam de crédito? Então precisa ter um sindicato que lute por isso, tá, tá, tá...E aí foi que a gente foi reabrindo os sindicatos. Muitos sindicatos estavam fechados. O pessoal tava com medo de agir.
>
> Biu da Luz[146]

Na época, o temor era generalizado. Era intensa a propaganda a favor do regime militar e contra qualquer tipo de oposição. Quem tinha a coragem de denunciar o regime ou mesmo falar das dificuldades econômicas e injustiças sociais, era, geralmente, chamado de subversivo, comunista e perigoso.

Apesar de o sindicalismo ter se (re)organizado, principalmente em função de um trabalho assistencialista, não quer dizer que fosse bem visto pelos grandes proprietários. Estes continuavam vendo subversão por todo lado e ameaçando tudo o que poderia parecer contrário aos seus interesses.

> Criamos o sindicato de Parnamirim, e lá um homem que era o presidente do sindicato patronal na época botou um revólver bem grande prá mim, eu tive que descer do tamborete, que eu era tão pequena que eu falava, o grupo assim, tinha umas 70 pessoas, quando eu falei que empolguei mesmo, e falei em criar o sindicato de Ouricuri, aí esse homem apareceu ali na frente, ele disse: 'Ou desce daí, menina atrevida, ou lhe mato agora!' Aí eu, e os trabalhadores: 'Desça, d. Geogina, desça, desça! Aí eu desci, eles me botaram dentro de um carro, me levaram assim... eram pequenos proprietários e o grande proprietário não queria, o patrão de Parnamirim...
>
> Geogina D.Reis e Silva[147]

A Igreja Católica progressista também era perseguida, particularmente na Arquidiocese de Olinda e Recife, devido à postura firme e comprometida

146 Entrevista concedida à autora em 10/07/1997.
147 Entrevista concedida à autora em 18/07/1997.

do seu dirigente máximo, D. Helder Câmara. Se, em outras épocas, a Igreja se comportara como instrumento de controle social, podia também se colocar como agente de transformação, o que acontecia em várias dioceses. Nesse trabalho de reorganização do movimento sindical, o apoio da Igreja Católica continuou sendo fundamental, como afirma a mesma entrevistada:

> Esse trabalho tinha relações com a Igreja. Os primeiros treinamentos que a gente recebeu não foi nem da FETAPE, foi através da Escola de Líderes Rurais do Crato, a Igreja era quem coordenava isso, depois foi que nós chegamos a descobrir que o sindicato tinha por obrigação de ser coligado também com a FETAPE, mas a igreja de Ouricuri deu todo apoio...

Um outro tipo de atividade feita pela Igreja era a publicação de folhetos, os quais explicavam e esclareciam os trabalhadores rurais a respeito de seus direitos, particularmente em questões ligadas aos pequenos produtores. 'ABC do Arrendamento', 'ABC da Parceria', são exemplos desses folhetos em versos, trazendo críticas ao fato de que as leis ficavam mortas, no papel, só adquirindo existência de fato na medida em que os trabalhadores, conhecendo-as, exigissem os seus direitos. E assumia uma postura crítica em relação ao papel dos sindicatos:

> A missão apropriada do sindicato é defender os direitos de quem trabalha. Para amparar os velhos, os doentes, os desamparados, a obrigação é do FUNRURAL. Pois ao FUNRURAL é que cabe a obrigação de aposentar os velhos e os inválidos, de dar médico, dentista, hospital, maternidade, auxílio para enterro. Tudo isso é obrigação do FUNRURAL. O sindicato não é casa da sede. O sindicato não é a diretoria. O sindicato não é FUNRURAL. O sindicato é a união dos trabalhadores rurais para defender os direitos dos parceiros, dos rendeiros, dos que trabalham alugados, dos posseiros, dos pequenos proprietários. Por isso, o sindicato deve ter pelo menos um bom advogado, para ajudar os trabalhadores a defenderem seus direitos.[148]

Andrade chama a atenção para o fato de que, ao se tirar as atividades assistenciais das mãos dos proprietários e entregá-las aos sindicatos, diminuía

148 Arquivo DOPS, pasta 31.496 A e D.

o poder de coerção e dependência dos trabalhadores, menos pressionados pelo sentimento de gratidão e de obrigação em relação aos seus patrões. Também o aumento do número dos sindicalizados, apesar de motivado basicamente pelo interesse na prestação de serviço, é um fato relevante (ANDRADE, 1994:117).

Mesmo antes de 64, os sindicatos já prestavam algum tipo de ajuda e de assistência aos associados. Eram os carros dos sindicatos que transportavam mulheres para a maternidade, crianças para o médico etc., tal a precariedade de acesso dos trabalhadores a esses serviços. O sentimento de solidariedade ia sendo construído, ao mesmo tempo que a organização dos assalariados rurais.

Porém, o fato de haver, na década de 70, muito assistencialismo nos sindicatos não significou, necessariamente, tranquilidade. Alguns presidentes de sindicatos eram pressionados a atender interesses dos poderosos da região, que enviavam pedidos para que se registrassem determinadas pessoas como agricultores a fim de receberem os benefícios da previdência. Lucas, de Brejão, se recusou e foi assassinado. O mesmo aconteceu com José Francisco, de Correntes, que vivia cobrando o cumprimento dos direitos trabalhistas na região.

Contudo, a organização do sindicato apenas em função da assistência prestada, levou a maioria destes a colocar-se como repartição pública, envolvendo seus diretores de tal forma que por falta de esclarecimento, de tempo ou de consciência de classe, a função principal de defesa dos interesses trabalhistas e de organização e luta para esse fim, foi se tornando secundária, quando não totalmente ausente em muitos sindicatos. E serviu para perpetuar, na direção, muitos sindicalistas acomodados e omissos em relação aos problemas mais importantes da categoria. Apesar de a Federação queixar-se a esse respeito e procurar fazer um trabalho de formação, objetivando não apenas capacitá-los em assuntos administrativos, mas também políticos, há de se convir que o fato de a década de 70 ter sido de intenso fechamento e repressão no plano mais geral e de a Federação ter sido dirigida de maneira muito mais acomodada e temerosa, principalmente entre 1975 e 1978, facilitou que estes sindicalistas descomprometidos se firmassem no poder.

A luta do Travessão

Nem todos, porém, assim agiam, e algumas lutas já começavam a se esboçar nessa década. No final da década de 70, no sertão Central, ocorreu uma luta muito grande contra um grupo de fazendeiros da região de Caiçarinha da Penha, município

de Serra Talhada. Os grandes proprietários criadores de gado soltavam os animais, destruindo toda a lavoura dos pequenos proprietários. O movimento foi para que se cercasse uma área de cinco mil hectares e a lavoura não fosse prejudicada.

Na região não havia madeira e as pessoas não podiam fazer cercas individuais. A reivindicação foi para que se cercasse coletivamente a área, beneficiando mais de mil famílias. A cerca deveria ser uma construção pública e, portanto, precisava da aprovação de um projeto a esse respeito, na Câmara dos Vereadores. A região deveria se tornar uma área de proteção coletiva, onde se proibisse a soltura de animais, passando a ser prioritariamente agrícola. Mesmo aprovado o projeto, era preciso conseguir financiamento.

O município alegou falta de recursos e foi necessário ir até Brasília para se conseguir o dinheiro, que acabou sendo liberado através da Secretaria de Agricultura do Estado, mas aí já na segunda metade dos anos 80.

Houve muita pressão contra os pequenos agricultores durante essa luta. O presidente do sindicato de Serra Talhada foi assassinado, em 1979. Também um outro sindicalista, que lutara muito no começo e já estava até um tanto afastado, foi morto. Esta luta, que ficou conhecida como a 'luta do Travessão', não era um problema restrito a essa área. Conflitos semelhantes atingiam outras regiões, envolvendo pequenos produtores, fazendeiros e políticos locais, pois a estes é que cabia sancionar a lei, em caso de parecer favorável à execução do travessão.

Nessa mesma época (1986), foram conquistados travessões também nos municípios de São José do Belmonte e Flores.

A construção de barragens

No Sertão, os membros dos sindicatos eram basicamente pequenos proprietários e pequenos produtores, geralmente sem terra própria, trabalhando no sistema de parceria. O número de assalariados 'puros' era pequeno. Estes sindicatos lidavam, portanto, com uma pluralidade de questões muito grande, que iam desde a luta pela terra, por uma política de preços mínimos, a problemas de grilagem, má administração de projetos de irrigação, e mesmo questões salariais.

Também aí ocorreram lutas mais gerais, como nos tempos da seca, e questões mais específicas, localizadas. No início dos anos 70, estava em construção a barragem de Brotas, no município de Afogados da Ingazeira. Muitos pequenos proprietários teriam suas terras encobertas pela água e os sindicalistas da região achavam que nada podiam fazer, porque não

era possível lutar contra o governo. Foi a partir de um curso de formação ministrado pela FETAPE que o problema veio à tona: os sindicalistas presentes mostravam-se desinteressados pelo curso, que falava de direitos, numa região onde isso não existia. Finalmente, um dos presentes, meio desconfiado, meio cético, colocou a questão. O então presidente da Federação deu os devidos esclarecimentos e formou-se uma comissão para ir falar com o governador Eraldo Gueiros. Este se comprometeu a indenizar as famílias atingidas, mas desde que estas apresentassem as escrituras dos imóveis, o que nem todas possuíam. A FETAPE enviou um advogado para a região, encarregado de localizar os documentos necessários, pois boa parte dos proprietários não possuía a documentação exigida. As famílias que conseguiram apresentar as escrituras foram indenizadas.[149]

Outra questão que prejudicou muitas famílias de trabalhadores rurais no sertão foi a construção de barragens, na década de 70, para abastecer várias cidades do interior. Como já foi assinalado, as terras dos agricultores eram invadidas, as benfeitorias, destruídas, muitos agricultores perdiam suas terras, não se pagava indenização justa nem prévia, principalmente no sertão do Pajeú.

Foi o que aconteceu na barragem de Barro Branco, em São José do Egito; na barragem do Chinelo, em Carnaíba; na barragem de Bonsucesso, em Tuparetama e na barragem de Brotas, em Afogados da Ingazeira. As denúncias, feitas no jornal 'O Vagalume', são de 1979, e se referem a fatos ocorridos anos antes, ou seja, quando a ditadura estava mais forte e a Federação, pouco ativa em relação à defesa efetiva dos direitos dos trabalhadores. Houve famílias que não receberam indenização, que receberam-na sem se considerar as benfeitorias feitas ou que perderam as terras e se encontravam endividadas com o Banco do Brasil, devido a empréstimos feitos anteriormente.

Em casos como esses, ficava clara a responsabilidade do Governo, o mesmo acontecendo na questão da construção de barragens, que começou em Pernambuco em meados da década de 70, e também na luta pela criação de frentes de trabalho, durante a seca do final desta década. Isto não quer dizer que os trabalhadores como um todo adquiram uma consciência clara dessa opressão, e se posicionem efetivamente contra os políticos ligados ao Governo, no caso, a ARENA e, posteriormente, o PDS. De qualquer modo, houve um avanço nesse sentido, principalmente do movimento sindical, que foi crescendo a partir dessas lutas.

149 Euclides Almeida, entrevista concedida à autora em 31/10/2001.

Na região do Submédio São Francisco, onde foi construída a barragem de Itaparica, houve resistência organizada.

A CHESF planejou a construção de barragens em todo o vale do São Francisco, para atender às demandas de energia elétrica das indústrias que se instalavam no Nordeste nos anos 70, época do chamado milagre econômico. As primeiras barragens construídas, de Sobradinho e Moxotó, trouxeram muitos problemas para suas populações de tal modo que, quando começou a construção da barragem de Itaparica, a população foi percebendo que precisava se organizar e ir à luta, como ocorrera em Sobradinho, para evitar tanto prejuízo. No caso das pessoas residentes nas áreas de inundação, sua transferência implicava não só a perda da terra, a troco de uma indenização geralmente irrisória, como também profundas mudanças no seu modo de vida.

A construção da barragem de Itaparica atingiu mais de trinta mil pessoas, moradoras de municípios situados na Bahia e em Pernambuco. A política de intervenção do Estado na região tinha em vista também promover um processo de modernização do setor agrícola, desconsiderando, ou mesmo inviabilizando, os interesses dos pequenos agricultores, da produção agrícola familiar.

Ao construir barragens e aumentar a produção de energia elétrica, como também ao implementar projetos de irrigação e modernização agrícolas, o Estado fornecia infraestrutura e atraía, assim, os interesses de grandes grupos econômicos para a região. Era uma política modernizadora, com vistas a garantir um maior acúmulo de capital nas mãos da burguesia. Os trabalhadores, porém, não eram levados em conta pelo Estado, quando da elaboração dessas diretrizes.

Essa política autoritária e discriminatória passou a ser questionada e esse questionamento foi parte de todo um processo de lutas que, embora timidamente, vinha ocorrendo desde meados dos anos 70, contra a política econômica do governo e por mais espaço de democracia e participação.

Por volta de 1976, quando se iniciou um trabalho com a população da região, não foi somente o sindicato local quem assumiu o movimento. Um trabalho de conscientização já vinha sendo feito em Rodelas, na Bahia, pelo pároco local. Uma freira, Josefina Lopes, que mais tarde tornou-se assessora da FETAPE, também iniciara trabalho semelhante em Petrolândia.

A Federação e os sindicatos da região, no início, tiveram um posicionamento bastante defensivo e prudente. Em 1977, por exemplo, acataram

decisão de Delegacia Regional do Trabalho, que exigia o afastamento de uma assessora do sindicato, acusada de estar subvertendo a população rural. Era a época em que a FETAPE tinha uma atuação pouco combativa, mais acomodada, temerosa em relação ao governo da ditadura. Isto foi mudando a partir de 1978, quando foi eleita, na Federação, uma nova diretoria, mais comprometida com a categoria. Também no sindicato de Petrolândia a oposição foi vitoriosa, o que significou uma mudança positiva para os trabalhadores da região.

A partir de então, o movimento sindical foi se articulando melhor e os trabalhadores, auxiliados pelos advogados da FETAPE, passaram a questionar, na Justiça, ações de emissão de posse interpostas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco, a CHESF. Na área, predominava a pequena produção, sendo que 60% das pessoas não possuía terra própria. Os trabalhadores continuaram reivindicando que a desapropriação fosse feita por interesse social e não por utilidade pública e as indenizações, pagas em terra. 'Terra por terra na margem do Lago' foi a palavra de ordem central do movimento.

A repressão levada a efeito pela CHESF contou com a participação de soldados do exército: cercas e lavouras foram destruídas, casas de lideranças, em algumas comunidades, foram derrubadas. Mas o movimento passou a adotar táticas mais ofensivas, paralisando máquinas da CHESF e encaminhando ações na Justiça.

Em 1979, já havia se organizado o polo sindical do Submédio São Francisco, reunindo os sindicatos de Petrolândia, Itacuruba, Floresta, Belém do São Francisco, Inajá, Ibimirim e Tacaratu, em Pernambuco, mais seis outros, da Bahia, bem como as delegacias de base; os treinamentos sobre sindicalismo continuaram e, ainda nesse mesmo ano, começou a ser editado um boletim com vistas a ampliar a divulgação dos conflitos ocorridos na área. Os trabalhadores reivindicavam seu reassentamento tendo por base o Estatuto da Terra. E, em agosto, realizou-se a primeira concentração dos trabalhadores atingidos pela barragem, com cerca de dois mil participantes.

No ano seguinte, esta concentração teve a participação de cinco mil pessoas.

Esta luta entrou nos anos 80, com ameaças de expulsão e de perseguição a trabalhadores; o presidente do sindicato de Petrolândia chegou a ser sequestrado e ameaçado de morte:

> Mas logo em 1981, na época da festa do padroeiro da cidade de Petrolândia, São Francisco, chegou lá um bando

> de policiais, gente do governo, polícia federal, da FUNAI, da CHESF, onde então me pegaram lá na minha roça e levaram para a cidade, e lá em termos de palavras me fizeram toda a desfeita que pode ter de palavra em cima dessa terra, e acabaram me liberando, e logo que eu saí na rua eles saíram no carro deles, disse que íam no banco fechar a conta do sindicato;quando eu saí na rua para voltar para casa eles me pegaram, me empurraram para dentro do carro deles dizendo que íam sair comigo, íam mostrar a pontaria que eles tinham das armas (...) Deixa que eles saíram e as armas todas apontadas para mim, o carro dando catabiu, a estrada ruim e eles diziam que era para ver se uma arma disparava em mim sem dar trabalho nem deles atirar, eles puxarem o gatilho... Era no Caldeirão do Bem Querer, comunidade de Petrolândia.
>
> Vicente Coelho[150]

Em 1982, foi fundado o Centro de Defesa dos Direitos Humanos do São Francisco, com vistas a assessorar o movimento sindical na região. Além de captar recursos através de financiamentos para a luta, o Centro, sendo uma entidade civil autônoma, escapava ao controle que a legislação impunha aos sindicatos.

As concentrações, denúncias, paralisações de máquinas assim como outros tipos de mobilização continuaram. Todo esse tempo, a CHESF atuou de maneira bastante morosa.

A partir de 1985, a região passou a participar do movimento de mulheres que estava se organizando na Federação; no Polo do Submédio São Francisco, onde elas trabalhavam como assalariadas, ganhavam 30% menos que os homens (ARAÚJO, 1990).

É importante frisar que as formas de luta usadas pelos trabalhadores não se apoiaram somente no aspecto legal; além de ações judiciais e ações visando sensibilizar e informar sobre os problemas enfrentados pela população, usou-se também da pressão para conseguir negociar com os órgãos públicos: máquinas utilizadas na construção da barragem foram paralisadas, foram feitos acampamentos nas áreas de lavoura sujeitas à grilagem e naquelas ocupadas pela empresa construtora, por exemplo.

150 Entrevista concedida à autora em 29/04/2002.

Esses versos expressam bem algumas das questões presentes nessa luta:

> Chegando ao pé da obra/ todo mundo começou/ jogando pedra na estrada/ e a estrada fechou/ dentro de poucos minutos/ nem um carro mais passou.
>
> E começaram a gritar/ pára, companheiro, pára/ vamos parar essa obra/ que nossa vida é mais cara/ não se ouvia outra voz/ que não fosse o pára, pára!
>
> Depois chegou a polícia/ trazendo seu batalhão/ tentando nos pressionar/ prá mudar de opinião/ mas nós seguramos firmes/ com força e opinião

A forte religiosidade do trabalhador rural do sertão também estava presente no momento da luta:

> Lá estava o bicho medo/ e o bicho jacaré/ também tinha o bicho homem/ e tinha o bicho mulher/ e tinha o bicho coragem/ que é nesse que eu boto fé.
>
> Agora esse bicho medo/ não é companheiro meu/ pois eu não carrego medo/ eu confio muito em Deus/ porque quem morre de medo/ não sabe do que morreu.

O espírito crítico se desenvolvera nos participantes, inclusive por conta dos encontros e treinamentos realizados na região desde o início do movimento. Os meios de comunicação não escaparam a essa crítica, em particular a rede Globo, muito questionada na época, em todo o Brasil, pela maneira tendenciosa, quase sempre favorável ao regime militar, com que veiculava suas reportagens:

> E chegando em Petrolândia/ parei para esperar/ o Jornal Nacional/ para poder escutar/ da estória de Itaparica/ o que é que iam contar.
>
> Quando assisti o Jornal/ saí um pouco zangado/ porque esses cabras da Globo/ ou têm medo ou são comprado/ porque assiste essas coisas/ e não diz o que foi passado.
>
> Então prá turma da Globo/ Eu vou logo avisar/ que vindo ver nossos atos/ venha prá ver e contar/ mas prá esconder a verdade/ é bem melhor não vir cá.
>
> Fulgêncio Manoel da Silva [151]

151 Presidente do Sindicato de Floresta, no Submédio São Francisco.

Apesar da CHESF ter prometido concluir os projetos em 1988, os primeiros lotes irrigados só passaram a funcionar a partir de 1993. Porém, a paralisação das obras da barragem e a conquista do reassentamento passaram a ser referência para lutas semelhantes em outras regiões. E a política energética brasileira passou, desde então, a considerar melhor os custos sociais e ambientais decorrentes desse tipo de construção.

Em outras áreas do Sertão onde se construíram barragens, como em Ouricuri (Algodões) e Serra Talhada (Serrinha), os trabalhadores logo se mobilizaram para garantir o compromisso de uma justa indenização e o reassentamento das famílias prejudicadas.[152]

A questão da seca

Outra grande luta levada pelos sindicatos do Sertão foi entre 1979 e 1984, quando uma grande seca assolou a região. Nessas ocasiões, além da perda da produção, ocorre o desemprego para os assalariados, e a falta de trabalho para os arrendatários, os parceiros, os posseiros e os pequenos proprietários. A fome é intensa e o êxodo rural se acentua.

A criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945, apesar de prever a implantação de perímetros públicos de irrigação, praticamente não mudou a situação dos trabalhadores rurais. Só os grandes proprietários foram beneficiados ao longo de todo esse tempo.

No primeiro ano da seca, algumas falhas aconteceram no momento do alistamento dos trabalhadores nas Frentes de Trabalho. Em muitos municípios, os grandes fazendeiros só alistavam quem eles queriam, colocando pessoas que não tinham necessidade do Plano de Emergência, enquanto outras, realmente necessitadas, não eram incluídas, assim como as mulheres. Qualquer reclamação era motivo para demissão, havendo, também, proprietários que demitiam, mas ficavam com os salários destinados aos trabalhadores (CONTAG, 1981:17).

Além disso, as verbas eram destinadas praticamente para trabalhos nas grandes fazendas. Muitas vezes, esses trabalhos atingiam terras arrendadas e os parceiros, os posseiros e os pequenos proprietários não podiam mais criar seus animais e trabalhar livremente, tendo que abandonar essas terras, vendendo sua criação a preços irrisórios.

Muitos trabalhadores ficavam a mercê dos comerciantes, que lhes tinham vendido fiado por preços exorbitantes.

152 Arquivo FETAPE - Relatório da 1ª. eleição da diretoria em Congresso.

Em 1980, apesar das principais responsabilidades estarem então com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), alguns problemas permaneceram, como o alistamento, os baixos salários, o atraso nos pagamentos, a influência dos grandes proprietários etc. Mas o movimento sindical já se encontrava, então, melhor articulado.

E partiu-se para a ação, fazendo concentrações, atos públicos, assembleias, reuniões, contatos, procurando envolver os trabalhadores e sensibilizar outras entidades e a sociedade em geral para que se comprometessem com a luta, no sentido de buscar-se, efetivamente, algumas soluções.

A primeira mobilização contra a seca foi em 1980, na região do Pajeú, organizada pelo sindicato de Afogados da Ingazeira para exigir da EMATER a construção de obras comunitárias:

> Quando eu cheguei no sindicato, aí chega a comissão de deputados. Inocêncio Oliveira, Roberto Freire...José Carlos Vasconcelos e mais dois parlamentares, do Ceará e Sergipe. Quando eu cheguei, aquele homão na minha frente: - 'O que é que o senhor está querendo?' Inocêncio (perguntou). –'Eu num tô querendo nada. Agora os trabalhadores tão querendo trabalho e salário.' –'Então me traga o pacote de reivindicação. Me dê, que eu vou apresentar.' –'Não senhor, quem vai apresentar as reivindicações aqui sou eu, o sindicato. Esse documento, inclusive, ele num tá oficializado ainda não, os trabalhadores não aprovaram ainda. Vamo aí prá assembleia que vai ser na praça aí...' – 'Não senhor! Porque...'. Quando chegaram lá ainda tentaram junto com o secretário da Agricultura e o prefeito, de impedirem de eu falar. Aí criou-se outro tumulto.(...)Eu lia uma reivindicação, aí pedia a aprovação. Aí o pessoal levantava o saco vazio. Chega era bonito aquele saco vazio. Tiraram foto. E assim foi. Depois eles tudinho falaram, apoiando a reivindicação.
>
> Antônio Marques[153]

No ano seguinte, 1981, foi realizada uma grande manifestação com cerca de cinco mil trabalhadores de todo o Sertão. As mulheres, reivindicando sua participação nas frentes de trabalho. O ponto culminante de toda essa mobilização foi a 'Marcha de três mil trabalhadores ao Recife', em 1982.

153 Entrevista concedida a Ricardo Duarte Gomes em 19/10/1996.

Em julho desse mesmo ano, camponeses esfomeados invadiram a cidade de Serra Talhada. A polícia, imediatamente, prendeu o presidente do sindicato, querendo saber quem estava orientando os camponeses para aquela atitude. Manoel José dos Santos respondeu que sabia e completou: "*- É a fome*". A polícia não desistiu e continuou: "- *Há envolvimento político*"? Ao que ele respondeu: "- *Há. É o envolvimento do prefeito, dos vereadores, dos deputados, que não fazem o que deveriam estar fazendo.*" Ele acabou sendo solto, pois nada havia que o incriminasse.[154]

Enquanto ficou com a EMATER, as entidades sindicais passaram a participar das diferentes fases do Plano de Emergência; todos os trabalhos deveriam ser executados em obras que beneficiassem a coletividade, como pequenas barragens, açudes, poços, estradas etc.; serviços como desmatamento, destoca, bronca, limpa, plantio, construção de cercas etc., deveriam beneficiar o próprio trabalhador rural; os salários deveriam ser pagos pontualmente, de acordo com os direitos trabalhistas; os pequenos produtores formariam equipes de trabalho com membros da própria família .

Porém, 1982 era ano de eleições e as frentes de emergência passaram a ser intermediadas pelas prefeituras. De acordo com Antônio Marques, *"aí foi um escândalo, aí foi corrupção."*

O próprio movimento sindical avaliou que só os sindicatos que enfrentaram as dificuldades e organizaram suas lutas conseguiram certas vantagens. As mulheres, inclusive, passaram a participar das frentes de trabalho, após se organizarem para isso. Foi o começo do movimento de mulheres, na Federação.

As lutas organizadas no Sertão tiveram um caráter muito amplo e contaram com a direção dos sindicatos e da FETAPE. Apesar da efetiva participação de antigos dirigentes, como no caso de Afogados da Ingazeira, os novos tiveram bastante destaque. Sob o título "CUT quer fazer o Sertão virar Marx", um jornal afirmava ser o sindicalismo rural dessa região mais aguerrido que o da zona da Mata, pois essas novas lideranças eram ligadas à CUT e ao PT. Suas principais bases eram nos municípios de Serra Talhada, Itacuruba, Petrolândia, Tabira, Triunfo, Floresta e São José do Belmonte.[155]

Uma outra frente de luta no Sertão, organizada pelo PT, ocorreu em meados da década de 80: foi a primeira ocupação de terras em Pernambuco em anos recentes, na fazenda Caldeirão, município de Pedra e contou com

154 DP. 06.mar.1988.
155 Idem.

o apoio do sindicato local. Esta fazenda encontrava-se abandonada e as 86 famílias que a ocuparam, apesar de serem postas para fora, algumas vezes, pela repressão policial, voltavam em seguida. Nem todos eram trabalhadores rurais; vários eram empregados de fazenda, trabalhavam nas terras de algum parente ou eram parceleiros, mas queriam ter sua própria terra. Este trabalho foi desenvolvido principalmente pelo CENTRU[156] e pela ala do Partido dos Trabalhadores ligada a antigos militantes do PCBR, que ainda era forte em Pernambuco. [157]

A Federação não incentivava esse tipo de atividade, embora desse acompanhamento jurídico na medida em que se fazia necessário.

A luta pela terra

Na região de Surubim (Agreste Setentrional), também ocorreram conflitos nas fazendas Parquevira, Caiana e Caiçara e, ainda na década de 70, em Tabu, devido à resistência de camponeses na terra de onde os proprietários queriam expulsá-los.

Nesta área, no início dos anos 80, desenvolveu-se um trabalho político sob a direção do PCB, embora, por conta da clandestinidade, os militantes comunistas se organizassem politicamente dentro do PMDB. Esta atividade foi crescendo e teve a participação das principais lideranças do sindicato rural de Surubim, do advogado trabalhista Evandro Cavalcanti e de um bancário que para lá fora designado.

A região, anteriormente, tivera influência do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, MR-8, que tinha militantes trabalhando em outras áreas e na própria FETAPE. Este partido, contudo, em 1982, sofreu uma divisão, quando seus dirigentes históricos resolveram abandonar suas fileiras e regressar ao PCB (NETTO, 2000:236). [158]

---

156 CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, organização não governamental, fundada em novembro de 1980, com vistas a promover um trabalho de formação política e organização de trabalhadores rurais vinculados ao PT.

157 José Alves de Siqueira, entrevista concedida à autora em 29/09/2002.

158 Havia divergências quanto ao caráter da revolução brasileira, que para alguns seria nacionalista, cabendo importante papel à burguesia nacional, e para os que saíram do partido, socialista. Outro ponto importante de discordância era o comportamento político bastante agressivo, inclusive em relação a outros agrupamentos de esquerda, que parte dos militantes e direções do MR-8 adotava. Estas questões, entre outras, levaram ao racha ocorrido em 1982.

A partir do trabalho político desenvolvido na área, os pelegos que ainda participavam da direção do sindicato perderam a eleição e tiveram que sair. E o PCB passou a crescer, organizando bases em Casinhas, Tabu, Diogo e outros sítios.

É interessante assinalar ainda que, diferentemente de outros municípios do interior, onde o PCB atuava, em Surubim o trabalho foi organizado fundamentalmente com camponeses, as células de base eram nas comunidades rurais. A mais importante era em Tabu, região onde se travara uma das primeiras lutas de resistência à expulsão da terra, antes mesmo do partido chegar lá. O problema da linguagem utilizada pelo jornal do PCB, que existia também nos documentos de outros partidos de esquerda, persistia:

> Tinha reunião assim que reunia 30, 40 pessoas, as mulheres iam com os meninos no colo, porque queriam participar, só que a gente fugia um pouco da formalidade. O PC, às vezes, era muito formal. O editorial, por exemplo, do jornal do PC, que era a linha mestra, era um editorial pesadíssimo, com termos, (que era obrigatório a gente abrir a reunião discutindo o jornal porque era a linha política da época), mas era uma linguagem acadêmica, uma linguagem rebuscada, e tal; e a gente ia também pelas coisas mais práticas, do dia a dia: como é que a gente resolve esta questão, aí ía incorporando. Às vezes as pessoas contavam a experiência própria, a gente fazia a vinculação com a teoria marxista, aí, essa coisa toda. Então, foi um pouco heterodoxo.
>
> Miguel Anacleto Jr[159]

A influência do partido era sentida nas diferentes frentes de trabalho da região: nas atividades do sindicato, nas lutas, manifestações e assembleias; na cooperativa, que produzia caju e seus derivados, doces e pasta de caju. Também se iniciou um trabalho com mulheres a partir da fundação do Centro da Mulher Surubinense, cujo maior contingente era de trabalhadoras rurais. Havia, ainda, atividades culturais e políticas, além das eleições. Evandro Cavalcanti chegou a ser eleito vereador, pelo PMDB.

Uma dificuldade observada nesse trabalho era quanto à capacidade de entendimento teórico e autonomia pessoal dos camponeses. De acordo

159 Entrevista concedida à autora em 02/10/2002.

com o mesmo entrevistado, havia uma certa dose de 'seguidismo' por parte dos mesmos: como as lideranças eram dedicadas, dignas de confiança, comprometidas com a comunidade, a tendência dos camponeses era de seguir seus líderes a ponto de, muitas vezes, não se decidirem sem antes consultá-los. De um lado, isto é positivo, na medida em que expressa o reconhecimento por um trabalho desenvolvido e a capacidade e experiência existentes entre as lideranças dos trabalhadores rurais. De outro, pode criar uma certa dependência em relação aos dirigentes.[160]

Daí a necessidade em desenvolver cursos de formação sobre marxismo, política, realidade camponesa, história do Brasil, entre outros assuntos que contribuíssem para o crescimento político das pessoas. Assim comenta nosso entrevistado:

> Um belo dia, quando o Partido legalizou-se [em 1985], eu levava no carro uma bandeira enorme, com a foice e o martelo... e ía numa comunidade, se reunia no grupo escolar, botava lá a mesa com a bandeira, e tal, e prás pessoas entrarem era uma dificuldade porque as pessoas tinham medo daquele troço, sempre aprenderam que aquilo ali era prá matar, era gente ruim, e ficava assim, a gente passava meia hora esperando até que o líder, que geralmente era do partido, dizia: - 'Olha, vamo entrando, vamo', aí o pessoal entrava, e tal...Mas era gozado que o pessoal perguntava: - 'Eu quero perguntar ao senhor o que é essa serra e esse martelo(...) O que me disseram é que o martelo é prá marretar a cabeça do operário, e a serra era prá degolar os camponeses.

Com a legalização do PCB, os militantes não conseguiram chegar a um consenso, na região, quanto à proposta de que todos assumissem publicamente sua militância, saindo do PMDB. No início de 1987, Evandro Cavalcanti foi assassinado, a mando de proprietários, inconformados com as desapropriações que estavam sendo conquistadas, em função das lutas e de sua capacidade

160 Isso, de certa forma, é comum no movimento sindical, principalmente por ocasião de Encontros e Congressos, quando os trabalhadores debatem e se posicionam em relação a uma série de questões, nem sempre suficientemente discutidas e conhecidas por parte de todos. Então, funciona o voto de confiança nas lideranças mais preparadas e reconhecidas, e os participantes levantam seus crachás de votação de acordo com o posicionamento desses líderes.

profissional e política.[161] O trabalho sindical continuou, mas as atividades políticas mais gerais foram se esvaziando.

4.4 - A retomada das greves na Mata

Quanto à zona da Mata, a situação era bastante difícil e alguns sindicatos da região vinham, desde 1978, debatendo questões a respeito da política salarial e da liberdade sindical, como preparação, inclusive, ao III Congresso da CONTAG. Os trabalhadores rurais eram explorados de todas as maneiras e, nessa época, uma das primeiras mobilizações se deu por conta da precariedade dos transportes em que viajavam os assalariados agrícolas da usina Tiúma para o engenho São José, no município de São Lourenço da Mata. Iam de caminhão, numa viagem bastante arriscada. Resolveram fazer greve, com o apoio do sindicato, paralisando o trabalho por três dias. As exigências mais urgentes foram atendidas, com os assalariados voltando a trabalhar nos engenhos onde moravam. Como era necessário concluir os serviços no engenho São José, os trabalhadores seriam deslocados em caminhões com bancos e cobertura e a empresa se comprometia a não perseguir a criação de animais pelos moradores, desde que mantidos dentro dos sítios. Outras reivindicações ficaram de ser estudadas.

Isso já era um sinal de que as coisas estavam mudando.

Com relação à questão salarial, os sindicatos pretendiam realizar o dissídio coletivo visando à aprovação de uma pauta de reivindicações e, dentro dessas discussões, em agosto, concluíram que seria mais eficaz partir para a greve.

Existiam, na época, cerca de 240 mil trabalhadores de cana na zona da Mata; foram realizadas assembleias em 24 sindicatos representando 28 municípios de um total de 39 (SIGAUD, 1980:27). Como a decisão foi de se fazer uma greve de caráter legal, eram necessárias algumas providências burocráticas, como a realização de votação em urna, durante uma assembleia, para decidir a respeito.

A greve envolveu diretamente 20 mil e, indiretamente, 100 mil trabalhadores e durou de 2 a 9 de outubro de 1979.

---

161 Evandro Cavalcanti foi assassinado em 21defevereiro de1987. Os matadores e agenciadores terminaram presos e condenados; os mandantes continuam foragidos. Entrevista - Jucilete Gomes Cavalcanti, sua viúva e companheira de lutas, posteriormente eleita vereadora em Surubim.

A conjuntura nacional teve um peso importante na eclosão do movimento. Naquele ano já havia ocorrido, até setembro, 68 greves, envolvendo mais de dois milhões de trabalhadores em todo o país; os canavieiros tinham conhecimento dessa situação, pois espontaneamente falavam a respeito (SIGAUD, 1980:13).

As pressões contra sua realização foram muitas. O delegado regional do Trabalho ameaçou de instaurar inquéritos e abrir processo na Polícia Federal: *"...tem muita gente gastando dinheiro e aliciando os camponeses para envolvê-los em movimentos anárquicos, de cunho exclusivamente subversivo...não advirto, afirmo que punirei com todo o rigor da lei, o dirigente que se envolver neste movimento"* (ANDRADE, 1994:142). Mas, como a greve era de fato legal, não teve como ninguém ser punido.

Suas principais reivindicações foram: cumprimento do Acordo do Campo, feito em 1963; reajuste de 100% dos vencimentos, com base no salário da região metropolitana do Recife; concessão, para uso e posse gratuita, de dois hectares ao redor da casa do trabalhador para lavoura e livre criação de animais; morada gratuita e com higiene; segurança; direito de eleição de delegado sindical por estabelecimento, sem que pudesse ser despedido até um ano depois do fim do seu mandato, a não ser por decisão judicial etc.

Esta opção por uma greve legal se justificava, inclusive, como tática de luta. Até então, a lei, na prática, amparava o patrão e a repressão. Agora, ela era utilizada para impedir a prisão dos trabalhadores, embora as intimidações tenham acontecido com frequência.

Foram paralisados 27 engenhos em São Lourenço da Mata e 47 em Paudalho. Existiam comandos e piquetes diários, de até 50 pessoas, que impediam a realização de qualquer trabalho nos engenhos. A usina Bulhões, por exemplo, tentou deslocar trabalhadores do município de Jaboatão, que só iriam entrar em greve na semana seguinte, para São Lourenço da Mata. O piquete não os deixou trabalhar, e, numa reunião, terminaram convencendo as autoridades que o patrão não podia fazer isso. E caso o fizesse, a greve iria explodir logo em Moreno e Jaboatão, onde havia engenhos ligados a essa usina.

Para divulgar o movimento, utilizaram-se as rádios locais. Os recursos eram poucos e algumas emissoras recusaram-se a informar a respeito. Fazia-se, então, panfletagens nos engenhos e nas pontas de rua. Havia panfletos específicos para os trabalhadores fichados e para os trabalhadores clandestinos, que não tinham carteira assinada nem eram sócios do sindicato, mas que

eram também trabalhadores e, nesse contexto, fundamentais para garantir o sucesso do movimento. Os clandestinos formavam piquetes nas pontas de rua e acabaram por se integrar ao comando geral da greve.

O apoio de outros setores também foi muito importante, inclusive na organização do fundo de greve, que juntou recursos da Igreja, do comércio local, de camponeses de outras regiões, de sindicatos etc.

Toda essa movimentação servia como pressão para os sindicatos que não se haviam mobilizado e dava mais força aos grevistas.

Com a greve, os canavieiros obtiveram algumas vitórias importantes. Parte das reivindicações dizia respeito apenas ao cumprimento da legislação trabalhista, como o adicional de insalubridade; conseguiram a volta da Tabela de Tarefas e o compromisso com relação à lei do sítio; algumas cláusulas eram a respeito da contratação dos clandestinos, do trabalho ser realizado no próprio engenho onde morava o trabalhador, havendo transporte decente em caso de necessidade de deslocamento; pagamento em envelope nominal, fora do barracão; fornecimento, pelos patrões, dos instrumentos de trabalho. Ao todo, a Convenção teve 23 artigos, destacando-se, ainda, o direito de os sindicatos criarem delegacias sindicais nos engenhos e nas usinas.

Esta greve permitiu aos trabalhadores da cana a retomada do espaço para a organização e reivindicação de seus direitos; reforçou a ideia da importância da união e do sindicato como instrumento de luta. O sindicato não apenas esclarece e orienta os trabalhadores sobre seus direitos, não só intermedia conflitos entre patrões e empregados, mas organiza a própria luta pela conquista de melhorias.

No ano seguinte, a greve já foi levada por, praticamente, todos os sindicatos. As conquistas se ampliaram, com a introdução de instrumentos de medição e pesagem padronizados, para garantir a medição correta das tarefas por produção, e, além do reajuste semestral de acordo com o Índice Geral de Preços ao Consumidor (INPC), ficou garantida uma produtividade de 4%, bem como a progressiva uniformização salarial entre as duas sub-regiões (CONTAG, 1981:33). A participação e o entusiasmo dos trabalhadores foram superiores à do ano anterior, mas os patrões agora se encontravam, também, mais intransigentes e agressivos. Segundo análise da Confederação, a postura da DRT oscilou entre omissão e favorecimento aos patrões, tendo a imprensa local assumido atitude semelhante.

O trabalho de propaganda da greve foi muito maior, feito por equipes dos sindicatos e de colaboradores, além das rádios locais. Foram formados comitês de apoio e os próprios sindicatos já haviam organizado seus fundos de greve.

Os colaboradores eram pessoas de diferentes origens: havia aqueles ligados a partidos políticos de esquerda ainda clandestinos, que se agrupavam em torno do PMDB, e, com a reorganização partidária, do PT. Havia os que eram de outras categorias do próprio movimento sindical, muitas vezes vindos de diversos estados. Havia, ainda, aqueles ligados à CONTAG, sindicalistas e assessores. Alguns participavam de ONGs. Outros eram membros da Igreja. Muitas vezes, a mesma pessoa participava de diferentes entidades. Nesse momento, porém, todos se uniam num esforço comum pela vitória da greve.

Quando o sindicato era pelego, o que ainda era comum no início da década de 80, principalmente na Mata Sul, muitas vezes eram as pessoas, por exemplo, da Pastoral Rural, que, a partir de missas, encontros, visitas, iam fazendo um trabalho de preparação da greve. Ao fazer esse trabalho, e principalmente, com a eclosão do movimento, iam observando as lideranças que emergiam da própria luta, enfrentando, muitas vezes, a acomodação e o medo da diretoria que estava à frente do sindicato. E assim conseguia-se ir formando as oposições sindicais que, aos poucos, foram tomando os sindicatos e imprimindo uma outra dinâmica a eles.[162]

Na greve de 80, os patrões já apelaram para a violência, sendo que, num primeiro momento, a própria Polícia Militar foi que desencadeou a repressão, juntamente com um gerente da usina Tiúma, atirando num comando de greve, prendendo e batendo em vários trabalhadores.

Com a reação da Federação e a formação de um comitê de solidariedade ao movimento, esta ação foi contida, mas as polícias privadas e capangas dos usineiros começaram a agir. Esta violência manteve-se ao longo da década, sob várias formas.

Apesar de algumas conquistas importantes e de se ter conseguido, inclusive, organizar greves conjuntas de toda a zona canavieira do Nordeste em algumas ocasiões, o descumprimento dos acordos foi frequente, sendo comum a existência de demissões irregulares, o não cumprimento da legislação, erros na pesagem da cana, o trabalho clandestino de menores. O patronato passou, cada vez mais, a dispensar a mão de obra permanente, aumentando o número de trabalhadores temporários, muitas vezes provenientes de outros municípios ou estados, ou seja, fora da área de jurisdição do sindicato. O avanço da mecanização também foi diminuindo a absorção da mão de obra no setor.

No geral, o discurso dos patrões era um eterno lamento, de um lado, reconhecendo as necessidades dos trabalhadores, mas, de outro, queixando-se

162 Lenivaldo Marques. Entrevista concedida à autora em 27/09/1996.

dos problemas do setor (menor produtividade e competitividade em relação ao açúcar produzido em outras regiões do país), numa constante tentativa de, a partir da mobilização dos canavieiros, usufruir de vantagens e benesses do governo federal, tentar reajustar os preços dos seus produtos e aumentar, assim, a margem de lucro, o que, de resto, sempre foi a prática da agroindústria açucareira no Estado. Inclusive, segundo eles, parte da responsabilidade por esta situação caberia aos próprios canavieiros, que não produziam mais devido à falta de interesse pelo trabalho.

Com relação ao cumprimento dos acordos, o Estado era omisso, pois não fiscalizava efetivamente nem coibia as arbitrariedades patronais. A violência contra trabalhadores rurais e sindicalistas era constante, particularmente nos períodos de greve, e os criminosos ou mandantes nunca eram punidos. Essa violência, inclusive, não era restrita à zona da Mata. Agreste e Sertão, como de resto as áreas de disputa por terras, no país como um todo, até hoje enfrentam esse tipo de problema. E não se limitava às pessoas diretamente envolvidas nos conflitos. Setores outros como membros da Igreja progressista, de partidos políticos de esquerda, advogados, entre outros, também enfrentaram diretamente essa situação.

Dependendo da conjuntura, poderia haver alguma conquista mais significativa, ou não. Em 1985, início da Nova República, não foi necessário recorrer-se à greve: acontece que o governo federal reajustara, antecipadamente, os preços da cana, açúcar e álcool e os trabalhadores conseguiram a aplicação total do INPC sobre os salários, 8% de produtividade, ficando também definido que o salário do trabalhador seria sempre 8% maior do que o salário mínimo.

Como as condições de vida da população da zona da Mata sempre foram extremamente precárias, particularmente no período da entressafra, em 1981, o governo federal criou um programa com o objetivo de melhorar essas condições, o PROCANOR, Programa Especial de Crédito às Populações Pobres da Zona Canavieira, com vistas a promover o acesso à terra, elevar a renda e o emprego, diversificar as atividades produtivas e incentivar a policultura. O governo estadual, para colocar em prática este programa, criou um outro projeto chamado VIVER, para financiamento de compra de terra (ANDRADE, 1994:226).

Acontece que o trabalhador vive na miséria, e, portanto, não pode fazer empréstimos. Além do que o desenvolvimento da agricultura favorece as grandes propriedades, dificultando em muito a viabilidade da pequena produção.

Enquanto várias medidas foram tomadas para proteger a agroindústria açucareira, e os programas emergenciais de ajuda aos trabalhadores, na entressafra, podem ser vistos desta forma, pois também se prestam ao papel de manutenção da disponibilidade de mão de obra na região, nada foi feito, em termos estruturais, para resolver a situação dos canavieiros.

No que diz respeito à Reforma Agrária, a FETAPE promovia debates, colocava no ar, em seus programas de rádio, esclarecimentos a respeito, organizava manifestações. Em julho de 1985, três mil trabalhadores rurais saíram em passeata, no Recife, para solicitar do INCRA a desapropriação de terras em conflito nos municípios de Abreu e Lima, Paulista, Igarassu, Condado, Surubim, Bom Jardim, Chã Grande, São Benedito do Sul, Amaraji, entre outros, além de apoiar o Plano Nacional de Reforma Agrária. [163]

Porém, da mesma forma que a CONTAG, a Federação confiou na boa vontade do governo Sarney, que, inicialmente, parecia inclinado a efetivá-la. Foi criado o Ministério da Reforma Agrária – MIRAD, e Marcos Freire foi ministro desta pasta. O INCRA chegou a ser dirigido por pessoas que, de uma certa maneira, tinham ligações com o movimento. Passado o primeiro momento, porém, os interesses dos proprietários, mais uma vez, prevaleceram.

A reforma agrária só ocorreu, na prática, quando os trabalhadores, a partir dos exemplos do MST, passaram a ocupar terras em todo o Estado, numa política assumida, hoje também, pela FETAPE.

Ainda na década de 80, porém, houve uma ocupação na Mata Norte, em 1986, numa área conhecida como Pitanga, cujas terras ficavam nos municípios de Abreu e Lima, Igarassu e arredores. As terras de Pitanga 1 pertenciam à família Lundgren, da Companhia de Tecidos Paulista, que fechara, aumentando o desemprego na região. Para muitas dessas pessoas, ocupar aquela terra passou a ser considerada uma alternativa justa e viável. A ocupação foi um trabalho organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), [164] com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulista.

A FETAPE, diante do ocorrido, foi levada a ajudar, no sentido da manutenção das famílias, do apoio às mobilizações, do acompanhamento jurídico. O trabalho de articulação e organização interna dos ocupantes era

163 Arquivo FETAPE - Programas de rádio.

164 A CPT foi fundada em 1975, como um organismo pastoral que buscava realizar um trabalho ecumênico de apoio às lutas camponesas e de trabalhadores rurais, prestando assessoria sobre legislação, fazendo estudos e análises sobre a situação no campo, entre outras atividades.

feito pela CPT e outras organizações não governamentais, ligadas à questão rural, como o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS Rural,[165] bem como a ACR.[166] Também aí houve confrontos com a polícia, inclusive quando o Estado já estava, novamente, sob o governo de Miguel Arraes. Os 'pitangueiros', como ficaram conhecidos, chegaram a ter que ir para outra área, enquanto aguardavam a desapropriação. Foram muitas as mobilizações e idas a Brasília, pois se argumentava que Pitanga ficava em cima de uma mina de fosfato, o que inviabilizaria qualquer tentativa de desapropriação.

A terra foi, finalmente, desapropriada, e essa luta deixou, nas entidades que a apoiaram, uma preocupação maior com a questão da terra, o que as levou a criar, mesmo que informalmente, uma articulação chamada EDUCATER, que significa Educar para a Terra, com o objetivo de apoiar ocupações que viessem a ocorrer. Foi um trabalho realizado basicamente pela CPT, CEAS Rural, ACR, CENTRU e FETAPE, além da FASE (Federação de Órgãos para uma Assistência Social e Educacional) de Garanhuns.

Procurava-se, então, dar um acompanhamento político em algumas áreas de conflito, como em Castaínho, que era uma área de quilombo, em Lagoa do Ouro, no polo de Garanhuns,[167]e em outras regiões. Era feito um trabalho de formação e de assessoria jurídica. [168]

---

165 ONG que procurava fazer um trabalho de análise, reflexão e formação política no meio dos trabalhadores. Havia o CEAS urbano e o rural.

166 ACR – sigla que significa Animação de Cristãos no Meio Rural, antiga Ação Católica Rural, organização de católicos que visava sensibilizar os cristãos a assumirem seu compromisso com o Evangelho em suas vidas concretas, engajando-se nas comunidades, movimentos e sindicatos rurais.

167 Polo sindical é o nome que a FETAPE utiliza para designar diferentes áreas do estado, que têm proximidade geográfica e atividades comuns; foram criados em 1978, para facilitar o trabalho específico em cada região. Um polo engloba vários municípios e, portanto, vários sindicatos rurais.

168 Welson Maciel de Andrade - Entrevista concedida à autora em 27/09/2002.

Capítulo V – A atuação interna da FETAPE

"Ser mulher num movimento cuja maioria dos participantes são homens não é nada fácil. **Eu já travava minhas lutas pessoais contra o machismo e, de repente, me vi novamente diante do problema. Os sindicatos de trabalhadores rurais são organizações extremamente machistas, de domínio masculino....** Eu era a única mulher na equipe de coordenação do Polo. Não era exatamente uma trabalhadora rural e, geralmente, estava no meio de muitos homens, tendo de opinar sobre tudo o que fosse discutido. Assim, eu precisava ser muito competente e estar sempre bem informada. Tinha que ler bastante, conhecer muito mais sobre a história do sindicalismo, desenvolver muito mais a minha intelectualidade e outras habilidades pessoais. Andar a cavalo, dirigir automóvel, saber nadar.... A competência me dava algum poder. Eles só me escutavam, porque eu sabia alguma coisa. Só me respeitavam, porque eu fazia por onde. Às vezes, para se chegar a um lugar onde haveria uma reunião, era preciso ir à cavalo. Os homens subiam nos animais e diziam: 'Vamos ver se Vanete vai'...

Então eu respondia: 'Tragam o cavalo!' Montava o bicho e saía danada. ...**Uma vez deram-me um cavalo enorme e eu não sabia dominar direito o bicho. Fui assim mesmo. O medo e a coragem andando lado a lado comigo."**

Vanete Almeida, assessora da FETAPE no Polo do Sertão Central, no período (Grifos nossos).

5.1 – Contradições e avanços

A ligação do sindicalismo rural de Pernambuco com a Igreja Católica sempre foi muito estreita: a presença do SORPE já foi assinalada e, considerando alguns exemplos concretos, à exceção de José Rodrigues e Nativo Almeida, todos os outros presidentes da Federação tinham estreita relação com ela: Manoel Gonçalo era ligado à Ação Popular, organização que se estruturou a partir de setores leigos participantes da Igreja; Euclides Almeida começou a ir se esclarecendo a respeito da realidade em reuniões bíblicas que frequentava nos fins de semana; Manoel José dos Santos, presidente da Federação de 1993 a 1998, e presidente da CONTAG à época da primeira apresentação deste livro, era militante da ACR (Ação Católica Rural), atual Animação de Cristãos no Meio Rural, cujo trabalho de formação se embasa no método VER-JULGAR-AGIR, levando os cristãos a, partindo da análise da realidade, traduzirem seu compromisso com o Evangelho numa atitude de vida que implica na busca de transformação da sociedade lutando por justiça e liberdade. Também Antônio Marques, presidente da Federação no início dos anos 2000, era ligado à Igreja em sua região.

A primeira diretoria da Federação, de caráter provisório, foi presidida por Manoel Gonçalo Ferreira, de Panelas, que continuou na presidência após a eleição seguinte e dirigiu a grande greve dos canavieiros de 1963, que resultou na assinatura do Acordo do Campo e na conquista da Tabela de Tarefas. Também é interessante assinalar que todos os presidentes da entidade são pequenos proprietários, o que pode ser interpretado como uma certa limitação ou dificuldade maior de participação e dedicação à entidade por parte dos assalariados agrícolas, ou entendido como ausência, entre eles, de lideranças com maior expressão.

Com o Golpe de 64, Manoel Gonçalo, que também era vice-presidente da CONTAG, bem como o secretário, Luiz Vieira de Pontes, tiveram que renunciar.[169] Segundo Manoel Gonçalo, essa renúncia se deu com o objetivo de evitar que houvesse intervenção na Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, oficialmente organizada em 1962 e ligada ao SORPE. A Federação unitária que estava sendo construída, denominada

169 O presidente da CONTAG na época, Lindolfo Silva, que já havia sido presidente da ULTAB anteriormente, bem como outros membros da diretoria e lideranças das demais federações e sindicatos rurais foram presos, torturados, exilados ou mortos. O então tesoureiro da Confederação, Nestor Veras, é considerado desaparecido político.

Federação dos Trabalhadores na Lavoura, Pecuária e Produção Extrativa Rural do Estado de Pernambuco, cujo presidente era também Manoel Gonçalo e o secretário José Eduardo, de Palmares, se desarticulou.

Coube a Severino Manoel Soares, de Timbaúba, que era tesoureiro, ocupar a presidência da FETAPE; os suplentes assumiram os cargos vagos, no caso Euclides Almeida do Nascimento, de Nazaré da Mata, assumiu a secretaria e João Jordão da Silva, de Vicência, a tesouraria. Isso ajuda a explicar a não intervenção nesses sindicatos que, juntamente com o de Limoeiro, todos na Mata Norte e ligados à Igreja, foram os únicos preservados. De acordo com Euclides Almeida, houve grande pressão do padre Melo para que, mesmo que permanecessem os mesmos diretores, houvesse intervenção em todos os sindicatos, pois, assim, todos ficariam, igualmente, sob total dependência da DRT. Foi preciso muito empenho seu junto ao Ministério do Trabalho, no Rio de Janeiro, para que tal não ocorresse.

Esta foi uma época de grandes dificuldades para a entidade. Além da questão política, isto é, do medo mais ou menos generalizado, devido às perseguições e à intervenção da DRT nos sindicatos, houve um boicote à contribuição sindical por parte dos sindicatos ligados a ela, mas contrários à sua diretoria, que enfrentou grave crise financeira. No final de 1965 a FETAPE chegou a ser despejada do prédio onde estava instalada, por falta de pagamento, passando a funcionar na sede do Círculo Operário. Com a inundação de 1966, teve que se mudar e só em 1968 passou a funcionar em sua sede própria, onde se encontra até hoje.

Em 1966, realizou-se a primeira eleição da FETAPE após o Golpe, sendo eleito presidente Euclides Almeida que, na época, era também vice-presidente da CONTAG. O secretário geral foi José Francisco da Silva, de Vicência, que começara sua militância no Movimento de Educação de Base, MEB, antes de 1964. Em 1968, encabeçou a chapa de oposição a José Rotta, primeiro interventor da CONTAG depois de 1964 e que levava um trabalho meramente administrativo na Confederação.

José Francisco, mais preocupado com os trabalhadores, saiu vitorioso e procurou recuperar as bandeiras assumidas antes de 64, buscando levar uma política de unidade na CONTAG, com autonomia em relação a partidos, igreja e Estado. Foi eleito e reeleito presidente por várias gestões (1968 – 1971 – 1974 – 1977 – 1983 – 1986), ocupando, em seguida, a vice-presidência por dois mandatos (CONTAG, 1993).

A FETAPE, sob a direção de Euclides Almeida, procurou tirar os interventores e garantir a realização de eleições em todos os sindicatos rurais. Também buscou implementar um trabalho de educação mais geral para os trabalhadores rurais, no final dos anos 60, a partir dos Centros de Treinamento fundados em Carpina, Ribeirão e Garanhuns e dos convênios firmados para esse fim. Houve sindicatos que desenvolveram cursos de alfabetização de adultos, corte e costura, medicina preventiva etc. Mas, apesar de serem atividades consideradas apolíticas, era um trabalho controlado e sob constante vigilância como, aliás, todas as atividades levadas pelos sindicatos, igreja, escolas, entidades de bairro etc., na época. Mesmo assim, aproveitavam-se todas as brechas que surgiam: se era uma discussão sobre saúde e falava-se de verminose, quando se desconfiava da presença de algum "penetra", o assunto era tratado do ponto de vista da higiene e saúde; se o clima era mais tranquilo e as pessoas eram conhecidas, era possível aprofundar a discussão sobre quem eram os "vermes" do momento: o governo, a ditadura etc. Esse era o trabalho possível levado para as bases do movimento. Nesta época, a entidade já tinha uma visão mais crítica sobre o regime militar.

Certa vez foi organizado, através de um convênio com o INCRA, um treinamento sobre sindicalismo em Garanhuns. O encerramento constou de uma sessão solene, quando deveriam falar as autoridades presentes. O presidente da Federação, ao usar da palavra, denunciou o problema da mortalidade infantil existente no município de Amaraji, dizendo que havia muitas crianças com menos de um ano de idade morrendo de fome. Inconformado, um coronel do 71º. Batalhão de Infantaria, sediado em Garanhuns, e que já havia falado, pediu novamente a palavra para desmenti-lo na frente do povo, dizendo que as crianças morriam não de fome, e sim de verminose, sendo, então, aplaudido pelo auditório. Euclides Almeida não teve como rebater o coronel dado o clima de constrangimento e ansiedade que se criou. Pode-se pensar, como disse o entrevistado, que a região era extremamente conservadora, ou mesmo favorável ao regime, dada, inclusive, a constante presença dos militares na região. Ou temerosa dessa presença. O fato é que o então presidente da Federação já não era bem visto pelos militares, muito mais prepotentes após a decretação do Ato Institucional nº. 5, de dezembro de 1968.

Apesar de ter permanecido na direção da Federação em 1969, ele não pode concorrer em 1972, já que parte dos documentos exigidos para a sua inscrição não foi liberada pela Secretaria de Segurança Pública. Segundo

o próprio Euclides, isso era uma represália à sua atitude no caso da usina Salgado, em Ipojuca. Esta, que estava falindo, foi vendida e o novo dono quis transferir os trabalhadores rurais para outro engenho, onde formariam um arruado e perderiam suas plantações. Orientados sobre seus direitos pela Federação e pelo sindicato, os assalariados não quiseram sair. O delegado regional do Trabalho, Romildo Leite, bem como o padre Melo, ficaram com o proprietário. Até mesmo um coronel do exército passou a ameaçar o presidente da Federação, que foi ao Rio de Janeiro e denunciou a situação. O litígio foi ganho pelos trabalhadores, o coronel foi transferido, mas Euclides Almeida não pode mais se candidatar, tornando-se, desde então, assessor da FETAPE.

Nesta ocasião, formaram-se duas chapas: uma encabeçada por Nativo Almeida do Nascimento, irmão de Euclides, que tentava, desta forma, manter sua influência sobre a Federação, e outra, dirigida pelo então tesoureiro, que rompera com a diretoria anterior, pois não seguia a linha mais comprometida da FETAPE e, que, segundo entrevistas, estaria envolvido em problemas de ordem administrativa.

Nativo Almeida ganhou e foi reeleito em 1975.

Enquanto isso acontecia, na CONTAG também apareciam problemas.

Apesar de não desenvolver uma ação ofensiva com relação à questão agrária, a Confederação também enfrentou dificuldades. Em 1973, por exemplo, o governo militar procurou impedir a realização de seu II Congresso Nacional, reunido em Brasília. Como não conseguiu, o então ministro do Trabalho, Júlio Barata, tentou proibir discussões sobre Reforma Agrária, ameaçando colocar policiais dentro do Congresso. O temário do evento, contudo, foi mantido, apesar das pressões. Dentre as suas resoluções, que questionavam muitos pontos da política agrícola e agrária executadas pelos militares e o modelo de colonização imposto, os participantes formularam propostas no sentido de uma política agrícola mais favorável aos pequenos produtores, a instalação de uma justiça agrária especial para resolver os conflitos pela posse da terra, a ampliação dos benefícios previdenciários bem como o reconhecimento da mulher como trabalhadora rural pelo FUNRURAL (CONTAG, 1993:18).

No período Médici, foram lançados alguns "projetos-impacto", como o Plano de Integração Nacional (PIN), que propunha a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, com o aproveitamento das áreas às suas margens para projetos de colonização; a implantação do Plano de Irrigação do Nordeste e o Programa de Distribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste, PROTERRA.

Analisando estes planos e sua efetiva consecução, Carvalho, particularmente em relação a este último, mostra como se privilegiou o aspecto da modernização da agricultura, sendo a maioria dos seus recursos destinados à aquisição de insumos, máquinas e outros equipamentos utilizados na melhoria da tecnologia empregada no campo, bem como na concessão de créditos e subsídios para projetos agropecuários e industriais, em detrimento da redistribuição de terras, que deveria ser realizada apenas em algumas áreas consideradas prioritárias. O PROTERRA, mesmo estabelecendo que o pagamento das terras seria feito em dinheiro, não surtiu efeito, pois a adesão era voluntária e os proprietários, sempre zelosos quanto aos seus interesses, não lhe emprestaram apoio (CARVALHO, 1987:167 e 198).

A segunda gestão de Nativo Almeida deixou muito a desejar. Segundo várias entrevistas, ele estava dirigindo a entidade de maneira muito pouco atuante. Foi uma gestão considerada morna e bem comportada, de acordo com as orientações da delegacia regional do Trabalho. No caso da fazenda Faveleira, em Floresta, já relatado, ao invés de apoiar as reivindicações dos posseiros, o então presidente da Federação exonerou o delegado da FETAPE da região, que, por sinal, era um dos trabalhadores prejudicados pelo grileiro, que pretendia despejar todas as 120 famílias e ficar com a fazenda. Foi preciso que se formasse uma comissão especial para ir apurar o caso, contando com a participação do antigo presidente da FETAPE, Euclides Almeida, mais dois advogados, que encaminharam e ganharam a questão.

> ... Mas veja como era difícil, até prá uma audiência que se ia no sertão, os pistoleiros vinham esperar no caminho, audiência na Justiça comum, né. As lutas naquela época era lutas que a gente ia com medo até de fazer uma reunião, porque quando estava na reunião lá nas caatinga, no sertão, a gente não conhecia bem com quem tava falando e ali tinha gente misturada prá escutar o que a gente tava dizendo. E os próprios agricultores avisava no sindicato: cuidado, aquilo é perigoso aí, a gente já falava limitado, ... era apaziguando, porque o negócio era perigoso, entendeu? Era perseguição de um lado, pela parte dos latifundiários, e também a privação política do sistema, não é, pro Exército, a Polícia Federal e o DOPS quase toda semana tava na FETAPE, não queria falar com ninguém a não ser com Nativo, quando entrava era porta fechada, e a gente não sabia de nada, era segredo. E Nativo não passava nada prá nós....e ele tinha muita confiança a

> mim, Nativo, aí ele ainda dizia: '-Agápito... (chega saía assim, como que ia chorar, daquela pressão que ele levava, desses órgãos, sobre alguma denúncia de funcionária), olhe, vamos ter que tirar Lúcia[170], que eu não aguento mais, tô ficando doido aqui...
>
> Agápito Francisco dos Santos

Por outro lado, havia setores na Federação que não concordavam com essa maneira de agir e, nas eleições de 1978, formaram-se duas chapas. Apesar das pressões e do medo que Nativo Almeida parecia enfrentar, não quis deixar a direção da entidade e candidatou-se novamente. A oposição, mais comprometida com os trabalhadores e buscando acompanhar e participar do processo de lutas democráticas que já se gestava no país, apresentou outra chapa, encabeçada por José Rodrigues da Silva, de Bom Jardim, na época, secretário geral da entidade.

> Eu não vou encabeçar chapa não: chapa de oposição, na época, era chapa subversiva, quem entrava numa chapa de oposição no movimento sindical era uma chapa subversiva e a perseguição da Delegacia Regional do Trabalho na época era quem tava nas novas lideranças sindical, ...mas me convenceram nessa reunião....É porque o pessoal tinha se afastado da Federação, quem tava lá ainda era aquele grupinho que não se importava com as coisas, era o Agreste, o Sertão, que não tinha muitas lutas específicas...
>
> José Rodrigues[171]

Não era fácil articular uma oposição. Cada sindicato tinha direito a um voto, desde que estivesse quites com a Federação. Havia, então, mais essa dificuldade: parte dos sindicatos, insatisfeita com os rumos da entidade, havia se afastado e, para votar, teria que saldar suas dívidas. As articulações, contudo, foram feitas e a presença de José Francisco, da CONTAG, foi muito importante nesse momento. Mas as ameaças continuavam, agora contra os sindicatos que se dispusessem a votar na oposição.

---

170 Refere-se a Lúcia Sá Barreto, que fora secretária do SORPE e, então, era assessora da Federação. Entrevista concedida à autora em 22/11/2000.

171 Entrevista concedida à autora em 04/08/1997.

A vitória foi apertada e, inconformado com a derrota, o antigo presidente entrou na Justiça com um pedido para que o resultado da eleição não fosse acatado. A posse dos eleitos só ocorreu em setembro e não em maio, como de costume, depois de muitas diligências junto ao Ministério do Trabalho. Com esta vitória, confirmou-se o núcleo hegemônico da Federação, responsável por suas diretrizes políticas básicas e formado por José Francisco, da CONTAG, José Rodrigues, Euclides Almeida, Romeu da Fonte, advogado da entidade, entre outros.

Durante este período, o trabalho de educação e formação da entidade era organizado, principalmente, pela CONTAG. A Federação desenvolvia sua formação mais voltada para questões administrativas, jurídicas e contábeis, o que se mostrava necessário num momento em que muitos sindicatos estavam sendo fundados e os trabalhadores rurais não conheciam estas normas. Como organizar uma pauta, dirigir uma assembleia, fazer uma ata; como fazer uma prestação de contas e encaminhar um projeto e, principalmente, como dominar as questões jurídicas para, a partir da própria legislação em vigor, buscar os espaços de luta e resistência possíveis no enfrentamento aos proprietários rurais.

Questões como realidade brasileira, questão agrária, agrícola, cooperativismo e organização sindical, eram tratadas pela CONTAG. Este tipo de trabalho de formação era um tanto limitado. A presença do Ministério do Trabalho era constante, dificultando uma discussão mais politizada sobre esses problemas. Mesmo assim, a Confederação investia muito em formação, contando com a assessoria de pessoas como Moacir Palmeira, entre outras. Como assessores, dirigentes políticos ou mesmo colaboradores, colocavam-se como intelectuais orgânicos, no sentido gramsciano do termo.

A contribuição dada por esses intelectuais para que os trabalhadores superem a visão alienada e fragmentada da realidade, baseada no senso comum e na perspectiva das classes dominantes e se apropriem de um saber crítico, articulado, capaz de se contrapor à ideologia dominante e de formular sua própria ação política, é fundamental. Como diz Gramsci (1995:3) *"Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político" (....).*

Ao longo da história do movimento dos trabalhadores rurais, as diferentes forças que buscaram atuar e influir junto a ele forneceram vários intelectuais, assim como os partidos políticos presentes nessa frente de lutas.

Mas não apenas os cursos eram importantes. A comunicação com a categoria tinha que ser melhor desenvolvida.

A comunicação e a participação da juventude no meio rural

Numa época de tamanha repressão, como a primeira metade dos anos 70, não era fácil o contato com a população no meio rural, nas comunidades, nos engenhos. Então, surgiu a ideia de falar aos trabalhadores, levar a mensagem do sindicato, dar um mínimo de orientação acerca dos seus direitos através da utilização de programas de rádio, que começaram na zona da Mata, em 1970.

Os sindicatos criaram esses programas para darem avisos, convidarem para reuniões (na época, não se podia fazer reunião nos engenhos, só nos sindicatos), esclarecerem sobre legislação.

Para conseguirem pagar um horário na rádio, as entidades se cotizavam e a recomendação das emissoras era de que, nos programas, o sindicato não poderia fazer agitação. A tática usada pelas entidades era divulgar apenas o que estava na lei, nos estatutos dos sindicatos. Com isso, as emissoras não pressionavam a respeito dos programas. E a FETAPE ia fazendo um trabalho de conscientização e de incentivo à participação do trabalhador, divulgando o Estatuto do Trabalhador Rural, o Estatuto da Terra etc.

Como não havia orientação sobre a maneira de fazer o programa, o diretor do sindicato ia para a rádio e lia o texto, dava os avisos, botava uma música. A emissora ficava com uma cópia do texto.

Quando o dirigente sindical tinha dificuldades, pedia para outra pessoa fazer a leitura, um assessor, por exemplo. Mas, no geral, eram os próprios diretores que falavam nos programas.

Os primeiros foram na rádio Planalto, de Carpina; rádio Bituri, de Belo Jardim; rádio Emissora Rural, de Petrolina; rádio Difusora, de Limoeiro; rádio Pajeú, de Afogados da Ingazeira e rádio Difusora, de Garanhuns.

Nessa época, o INCRA empregava uma verba em treinamento de trabalhadores, dirigentes, delegados sindicais. E fez, então, um convênio com a FETAPE para treinar produtores e apresentadores de programas de rádio, já que o pessoal ia para as rádios sem nenhuma preparação técnica.

Os treinamentos eram feitos no Centro de Comunicação Social do Nordeste, CECOSNE,[172] e duravam em torno de uma semana. Além das

172 Entidade criada para desenvolver estudos de comunicação, especialmente áudio visuais e que, no final da década de 70, deu origem ao curso de Comunicação Social da UFPE

pessoas que já faziam os programas, a participação era aberta para outras que quisessem ajudar. Inicialmente, eram gravados os programas e levados pelos sindicatos para uma posterior avaliação. Depois que eram trabalhadas as técnicas de rádio, a postura do locutor, o cuidado com o uso de certas palavras, de siglas, a maneira de fazer um script com criatividade, orientações sobre sonoplastia etc., fazia-se novamente uma análise: os programas eram confusos, os textos, longos e cansativos. Então, eram ouvidos alguns programas feitos por trabalhadores de outros estados para se fazer uma comparação.

Foi criado um personagem, Zé Caboclo, que representava o trabalhador comum, que tinha muitos problemas e era pouco esclarecido.

> Ele ia para o sindicato esclarecer as questões, levava o sindicato para fazer reunião na casa dele, onde se discutia e tiravam encaminhamentos: -"Ah. Zé Caboclo, como é que é, rapaz? Que você tem, tá triste hoje? Tu teve alguma notícia ruim? Que nada, rapaz! Vá ao sindicato pedir esclarecimento, isso num é problema não.' –'Ah, mas o gado do fazendeiro comeu meu pasto, comeu minha rocinha'... –'Ah, mas tem advogado.' –'Ah, mas pobre num tem vez'... –'Teeeeem, rapaz!' Aí chegava alguém esclarecendo ele. E eu vou dizer uma coisa, era muito interessante. Vou dizer a você, eu andava no sítio, o povo me chamava de Zé Caboclo.
>
> José Patriota[173]

Nesta época, a Federação e os sindicatos trabalhavam com bolsistas do Programa Especial de Bolsas de Estudo - PEBE. O governo fornecia bolsas de estudo para filhos de trabalhadores sindicalizados, através dos sindicatos, e as entidades aproveitavam, então, esses jovens para fazerem algumas atividades. No caso, alguns bolsistas começaram a fazer parte dos programas, ajudar na elaboração dos scripts etc., como foi o caso deste último entrevistado. Os programas foram se tornando mais dinâmicos: alguns tinham jeito para locutor, outros, para fazerem a produção. Foi assim que começou a produção de novelas. Como os programas duravam de meia hora a quarenta minutos, as novelas levavam de quinze a vinte minutos, sendo o restante do tempo usado para os informes da região.

Nas novelas, procurava-se criar situações com as quais os trabalhadores se identificassem:

---

173 Entrevista concedida a José Duarte Gomes em 09/11/1996.

> Zé Caboclo trabalhava numa propriedade, numa fazenda. Foi despejado, procurou os direitos dele; no sindicato, o sindicato com medo não informou os direitos dele. A polícia foi despejar ele da propriedade, ele reagiu contra o despejo mas ficou sozinho, não tinha a solidariedade dos companheiros. (Aí aparece menino chorando, a mulher também chorando). Vai para o sindicato (o sindicato, faz a maior zuada lá dentro, choro, essa coisa toda). Quer dizer, é uma história que a gente botou no papel...
>
> Biu da Luz[174]

Segundo o entrevistado, cada história rendia vários capítulos. No caso desta, começa quando ele entrou no sítio para trabalhar, por quê fazia esse tipo de trabalho, o pagamento da renda do sítio, a ganância do patrão, o despejo, autorizado por um juiz, coisas assim. Ao final de cada capítulo, havia uma espécie de lição, do tipo:

> ...Sei que aprenderam muita coisa sobre o direito de férias. Quem sabe mais, deve ensinar a quem sabe menos. O que sabe mais não deve se orgulhar pensando que sabe tudo. Há sempre alguma coisa para se aprender"...
>
> E o chamamento para o próximo capítulo:
>
> ..."Será que o Antônio vai ensinar ao seu companheiro o que ele aprendeu? Será que ele vai voltar ao sindicato outra vez? Escute o próximo capítulo, nesse mesmo horário.

Apesar das novelas serem bem aceitas e os programas terem aumentado sua audiência, a experiência não chegou a durar muito tempo. Alguns dirigentes começaram a achar que os programas faziam agitação, que questionavam, às vezes, o próprio sindicato, que os bolsistas estavam se projetando muito e depois poderiam querer tomar a direção das entidades, pois tinham facilidade de comunicação com o público. Isso foi criando dificuldades para a manutenção desse tipo de atividade.

Sendo os programas financiados pelos sindicatos, eram estes que decidiam o que fazer. Além disso, muitos bolsistas, ao terminarem seus cursos, saíam para procurar emprego, não sendo mais possível contar com muitos deles. E, então, foram ficando, novamente, só os dirigentes.

174 Entrevista concedida à autora em 10/07/1997.

Em meados dos anos 70, acabaram-se as novelas e o programa passou a ser feito na base do diálogo. Foi formada, então, uma equipe para organizá-los. Alguém da equipe escolhia um assunto, legislação trabalhista, por exemplo, e criava dez ou doze programas relacionados a esse tema; outra pessoa da equipe fazia o mesmo com outro assunto, e assim, sucessivamente.

Isso durou por toda a década e mesmo depois, quando apenas o assessor de comunicação ficou fazendo os scripts e distribuindo para os polos sindicais que tinham programa de rádio.

O PEBE possibilitou a participação de jovens filhos de agricultores em outras atividades nos sindicatos, como fazer carteirinhas de sócios, ajudar a redigir atas, além de atuar nos programas de rádio. No início dos anos 70, começou, então, um trabalho com jovens coordenado pela FETAPE, que, embora tenha sido interrompido, em meados da década, em termos estaduais, continuou em algumas regiões.

No Agreste Meridional, por exemplo, na região de Garanhuns, esses jovens se reuniam, faziam bingos, festas, organizavam grêmios literários, pic-nics e outras atividades de cultura e lazer. Mas, para organizar todo esse trabalho, havia um grupo menor, que se reunia periodicamente na casa de alguns, ou em algumas igrejas, para discutir política e entender melhor o que se passava na época:

> De partido político a gente tinha uma moça que se chamava Bete, eu desconfio até que o nome dela não era Bete; às vezes ela ficava lá em casa, ela era do PCB. Tinha Orlando, aí esse era mais explícito, agora só nós que sabíamos.
>
> Enquanto partido, o PCB era esfacelado, ninguém se assumia enquanto partido, mas tinha gente espalhada pelo mundo ... As ideias eram todas ideias de Marx, a gente estudava os livros de Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, não sei o que. Eu sei que a gente conversava e isso em conversas de entrelinhas, que eles haviam participado do Partido e que tinha tido todas aquelas perseguições, inclusive Bete era do Rio de Janeiro.
>
> Ela ia quando a gente tinha estudos prá fazer, e o sindicato financiava nossas passagens, a gente ia prá Lagoa do Ouro, prá Calçados, prá Garanhuns, como um trabalho com jovens..... Isso era segredo, que eu tô falando hoje.
>
> Lúcia Maria L. Silva[175]

175 Entrevista concedida à autora em 05/04/2002.

Estes jovens discutiam também problemas ligados à agricultura, a questão da substituição do gado pelo capim, do café, pelo capim, o que dava mais lucro para os proprietários, mas gerava muito desemprego entre os trabalhadores. Também tratavam da necessidade da reforma agrária. Segundo esta mesma entrevistada, esses assuntos eram debatidos em reuniões nos sítios; discutia-se sobre comunidade e a discriminação das pessoas, as injustiças, a exploração do capital e a acumulação de riquezas. Mas não se falava em partidos políticos. E continua:

> Em Calçados, tinha um sítio chamado sítio Melancia, que o pessoal se organizou e fez o salão comunitário, aí nós íamos era muito prá lá falar dessas histórias mais política. Em Angelim a gente ia prá um sítio chamado sítio Riachão, meu padrinho tinha casa lá, a gente ia fazer pic-nic, meu padrinho estava lá, ele não sabia de nada, nós ia tudinho prá debaixo da mangueira, aí chegava lá o pessoal, nós fazia reunião e depois ia pro açude tomar banho, chupar cana e comer jaca, e depois ia-se embora. Em Lagoa do Ouro era a mesma coisa.

Apesar de não haver lutas no Agreste, discutia-se sobre a importância do trabalho coletivo. Organizava-se, então, mutirões, para construir salões comunitários, fazia-se roças coletivas, feira de produtos coletivos. Em Angelim, foi feito um projeto em que se adotava uma junta de bois que atendia 30 famílias. Também se procurou, nesse período, aplicar a lei no sentido de disciplinar o arrendamento da terra, para que o proprietário não retomasse a terra arrendada sem que a colheita houvesse sido feita pelo trabalhador que a arrendara.

Mudanças na Federação

A partir de 1978, com a eleição de José Rodrigues, uma perspectiva mais autônoma em relação ao regime e mais comprometida com os interesses dos trabalhadores rurais foi sendo construída. A diretoria passou a ser formada por cinco membros, e foram criados os polos sindicais, com o objetivo de tornar mais ágil o acompanhamento em relação às questões específicas de cada área. Ao todo, formaram-se dez polos, cada um com seu município-sede: dois na zona da Mata, Mata Norte (Carpina), Mata Sul (Ribeirão); três no Agreste, o Setentrional (Surubim), o Central (Caruaru) e o Meridional (Garanhuns),

e cinco no Sertão: do Araripe (Ouricuri), Central (Serra Talhada), do Pajeú (Afogados da Ingazeira), do Médio São Francisco (Petrolina) e do Submédio São Francisco (Petrolândia)[176].

Se, no início dos anos 70, a ditadura militar viveu seu auge, conseguindo um bom desempenho econômico no setor industrial, conhecido como o milagre brasileiro, e inserindo uma parcela da classe média nos benefícios então criados, a maioria da população continuou sem ter acesso às vantagens resultantes desse crescimento. A concentração de renda aumentou. Para os governantes, era necessário "fazer crescer o bolo", antes de reparti-lo. Parte da população, contudo, acomodou-se ao regime, porque conseguiu alguma melhoria nos anos do já referido milagre, ou porque, com o aumento da repressão, a partir do AI- 5, o medo se generalizou.

No governo Médici, ocorreu o desmonte das oposições armadas ao regime; a lei de Segurança Nacional, buscando controlar o "inimigo interno", procurava cercear qualquer ação do movimento democrático, sindical e popular. Na segunda metade da década, porém, esta situação começou a mudar. Apesar da manutenção do aparato repressivo, que se volta, principalmente, contra o PCB e o PC do B, já existe certo questionamento, dentro do próprio regime, aos "excessos" da repressão. O governo Geisel, embora se utilize de instrumentos de exceção,[177] tem que levar em conta o resultado das eleições de 1974, quando o MDB obteve importante vitória. E compromete-se, então, com um processo de abertura, desde que "lenta, gradual e segura". O novo governo dos Estados Unidos, após o desastre da Guerra do Vietnã, desmoralizado, colocava-se então como defensor dos direitos humanos. As ditaduras latinoamericanas foram se tornando inconvenientes. O modelo econômico começa a mostrar suas limitações, e a oposição consegue, aos poucos, ir se reorganizando.

A política de arrocho salarial do governo foi sendo contestada, a questão da anistia 'ampla, geral e irrestrita' foi sendo colocada. A Igreja Católica, durante toda a década, denunciou as violações aos direitos humanos, assim como entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, e a Associação Brasileira de Imprensa, ABI. O MDB, num primeiro momento, aglutinou as

176 Os ANEXOS trazem um mapa com a localização dos polos e a listagem dos municípios ligados a cada Polo Sindical, nas p..266, 267 e 268.

177 Este governo criou a lei Falcão, que limitava a propaganda eleitoral, promoveu cassassões e chegou a fechar o Congresso, quando sanciona o "Pacote de Abril", tornando permanentes as eleições indiretas para governadores e criando os senadores "biônicos", entre outras medidas.

forças políticas de oposição. O movimento de mulheres foi tomando corpo, os movimentos de bairro se multiplicando.

A partir de 1978, com o Movimento Contra a Carestia, as greves contra o arrocho, as eleições, a retomada do movimento sindical e do movimento estudantil, que já vinha ocupando as ruas um pouco antes, a conjuntura foi sendo outra.

Com relação aos trabalhadores rurais, essa mudança também era sentida/construída, e algumas poucas mobilizações já vinham sendo feitas.

Em 1979, realizou-se o III Congresso da CONTAG, em Brasília, reunindo mais de 1200 delegados. Esse encontro colocou claramente as tarefas assistenciais levadas pelos sindicatos para segundo plano, criticando os sindicatos inoperantes e dando ênfase às ações coletivas, com vistas à conquista de melhorias para os trabalhadores. Propôs encaminhamentos concretos com relação à política agrícola, incentivando mobilizações para os pequenos produtores, e ocupações e resistência na terra para os posseiros. Tomou posição de luta com relação aos assalariados agrícolas, e a greve dos canavieiros de Pernambuco está muito ligada aos debates e resoluções desse Congresso. A Reforma Agrária foi enfatizada como aspiração fundamental para os trabalhadores rurais.

Em termos de organização dos trabalhadores, defendeu a liberdade e autonomia sindicais, com o desatrelamento das entidades em relação ao Ministério do Trabalho, a extinção da contribuição sindical, apontando para a necessidade de se formar uma Central de Trabalhadores (CONTAG, 1993:20).

Do ponto de vista da política mais geral, deixou de ver o Estado como mediador, passando a criticá-lo, engajando-se nos movimentos pela redemocratização do país, reivindicando eleições diretas, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, a anistia ampla, geral e irrestrita.

Nesse mesmo ano, ocorreu, ainda, a volta de muitos exilados ao país, bem como o início das discussões sobre reorganização partidária.

Em Pernambuco, a FETAPE organizou e dirigiu, em conjunto com a CONTAG, a primeira grande greve de trabalhadores rurais desde 1968, e que foi importante na rearticulação do movimento camponês no plano nacional.

No início dos anos 80, a preocupação com a formação dos sindicalistas se intensificou.

Além dos cursos da CONTAG, que, às vezes, demoravam quinze dias ou um mês, a FETAPE convidava outras pessoas para prestarem assessoria

em algumas ocasiões: técnicos, intelectuais ou mesmo pessoas do movimento, além da própria equipe do Departamento de Educação e Formação. Houve época em que se formou um grupo chamado EDUCATER, já mencionado.

Também nos polos, a partir de 1985, o trabalho de educação pode ser melhor estruturado por conta de recursos conseguidos através do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor - PAPP, o qual permitiu que cada polo fosse equipado com material de infraestrutura, como vídeo, gravador, carro, e recursos humanos, podendo-se contratar um assessor técnico, que podia ser um agrônomo ou técnico agrícola, um educador, um assessor jurídico e um motorista. Se isso possibilitou que muitas pessoas capacitadas técnica e politicamente pudessem contribuir com o trabalho no meio rural, nem sempre, porém, se conseguiu levar a atividade a contento, em vista das divergências políticas entre os próprios assessores. Com o fim dos recursos, o setor de educação teve de ser repensado. E a própria entidade enfrentou sérias dificuldades financeiras.

Ao longo desse período, diferentes forças políticas passaram a trabalhar e/ou atuar na FETAPE, assim como em alguns sindicatos: o PCB, o PC do B, o MR-8 e mesmo o PT tinham militantes trabalhando na Federação, como assessores ou funcionários. Particularmente durante as greves, havia um reforço, aos Comitês de Apoio, feito por militantes do movimento sindical e de vários partidos políticos, assim como da Igreja. O DOPS acompanhava toda essa movimentação feita por "*pessoas de ideologia suspeita*" ou *"elementos estranhos*", conforme assinalam seus documentos. Em 1981, por exemplo, o Ministério do Trabalho encaminhou à Secretaria de Segurança Pública documento difundido pelo IV Exército sobre infiltração subversiva nos sindicatos rurais, fornecendo o nome completo de cada pessoa e a região a que estava ligada, acrescentando se pertencia, ou não, ao esquema da FETAPE.

Esse acompanhamento do DOPS era feito não só na região da Mata. No Sertão, por ocasião das mobilizações relacionadas com a seca, os nomes do bispo e de outras pessoas, com suas respectivas profissões, constam de um relatório, que chama ainda a atenção para a importância dos programas de rádio dirigidos aos agricultores e veiculados pela rádio Pajeú. [178]

José Rodrigues foi reeleito em 1981, 1984, 1987 e 1990. Esta década se caracterizou por grandes embates, particularmente na zona da Mata, e muita violência no campo. As pressões contra lideranças e dirigentes eram constantes, com ameaças, espancamentos e assassinatos de trabalhadores,

178 Arquivo DOPS, pasta 31.496 A e D.

delegados sindicais e diretores de sindicatos. A impunidade dos criminosos e mandantes era generalizada. Ousados e acobertados, um dos proprietários chegou a ponto de encaminhar um processo contra o presidente da Federação, tendo este sido condenado por calúnia na Justiça, comprometida com os patrões.

> Até 84, 85, 86, até 89 por aí a Federação vivia quase como se fosse parte da polícia, de tanto chegar reclamação de violência. ... A gente fez dossiê aqui e encaminhava. E quando essa coisa incomodou aí começou as ameaças contra a gente. Ameaça de todo tipo. Você pode pensar todo tipo de ameaça que fazia aqui, não era fácil. Era a mim e a Romeu (da Fonte, advogado da Federação)....Chegava a questão das cartas anônimas, telefonemas, carros parados aí na frente da Federação, na frente da minha casa...Olha, mandamos prá fora as denúncias, pro exterior, que nós tínhamos uma rede de comunicação no exterior. Solidariedade, e essa rede de solidariedade distribuía com vários países e essa coisa vinha bater aqui no governo, na Secretaria de Segurança Pública. ...Aí numa ocasião o governador mandou chamar a gente, Roberto Magalhães, na época. Quando nós cheguemos lá tava toda a equipe dele...Ele disse que não aguentava mais receber tantos telegramas do exterior. E essa coisa não podia acontecer, e queria saber que providência tomar. –'Governador, é o seguinte: o setor já tá sabendo, que é da zona da Mata. O usineiro e o fornecedor de cana...Agora as ameaças são anônimas. Agora, é o setor canavieiro. Chame o responsável pelo setor que ele sabe chegar no outro aí...
>
> José Rodrigues[179]

A violência se exacerbava durante as greves. Em 1984, a FETAPE fez um dossiê, no qual relata muitos casos, apontando, inclusive, os autores:

> ...Engenho Petribu I, município de Carpina: No dia 5 de fevereiro, espancamento do trabalhador Alcides e no dia 11 de fevereiro, agressão a cacete e a tiros do delegado sindical Francisco Inácio da Silva pelos novos 'vigias' do engenho.".. "Engenho Carnaúbas, município de Paudalho: Em 10 de janeiro de 1984, o trabalhador rural Antônio Rodrigues dos Santos, de 72 anos de idade e mais de 40 anos como morador

179 Entrevista concedida à autora em 04/08/1997.

> do engenho, depois de se recusar a deixar o sítio e moradia, foi assassinado a tiro por um dos vigias do engenho. Primeira versão da Secretaria de Segurança Pública veiculada em uma das rádios locais: crime passional. Versão final do inquérito policial: disparo acidental de arma de fogo.
>
> Vale registrar que a vítima era sogro do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço da Mata e tio do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho.....Vale registrar que o sr. Geraldo Guerra [arrendatário do engenho], na década de 70, foi processado e levado a júri popular, por ter assassinado um trabalhador rural a sangue-frio. [180]

Mas não só na Mata ocorriam os assassinatos. No Sertão e no Agreste, o mesmo acontecia. Em 1983, Josias Paulino de Almeida, delegado sindical de Ibimirim, foi assassinado a mando de um fazendeiro, por seu envolvimento na luta de cem famílias de posseiros ameaçadas de expulsão. Também o presidente do sindicato de Passira foi assassinado, em 1984. O governo não tomava providências para diminuir os conflitos de terra provocados pelos grileiros, ocorrendo, também, conflitos entre posseiros e índios, na região de Petrolândia.[181]

Nos anexos consta uma lista de militantes sindicais assassinados durante a ditadura, num levantamento inicial realizado pela Contag no início dos anos 90. Porém muitos outros camponeses foram assassinados, aparentemente em brigas ou rixas pessoais, artifício usado com frequência para encobrir litígios ou perseguições àqueles que reivindicavam direitos. As milícias privadas agiam impunemente, principalmente visando atemorizar os trabalhadores com reclamações na Justiça ou aqueles ligados aos sindicatos.

A ditadura ainda não havia sido totalmente derrubada, mas já se vivia outra conjuntura política. No entanto, o que se nota, é a continuidade dos crimes contra trabalhadores rurais e a total impunidade a esse respeito. A Federação se empenha na denúncia, os resultados são pouco satisfatórios.

Do ponto de vista da organização sindical, a grande questão que se colocava no início dos anos 80 era a da construção de uma Central Sindical. A CONTAG, bem como a FETAPE, participaram do processo inicial de discussões a esse respeito. Existiam, porém, algumas divergências quanto à

180 Arquivo FETAPE - Açúcar com gosto de sangue. - ANEXO 8, P.263
181 Arquivo FETAPE – 1ª. Eleição da Diretoria em Congresso.

maneira de conceber essa Central, e a conveniência de sua fundação em determinada conjuntura, isto é, no ano de 1982, quando haveria eleições. Apesar de a fundação ter sido adiada, continuaram existindo problemas. Para os sindicalistas ligados ao PT e às pastorais da Igreja Católica, (e é importante lembrar que este partido aglutinava um conjunto de tendências diferenciadas em seu bojo), as oposições sindicais deveriam ter participação efetiva no processo; outros, ligados ao PMDB, PCB, PC do B, MR-8, eram contra a inclusão das oposições, favorecendo a estrutura sindical oficial. [182]

A CONTAG ficou com a segunda posição e, como não se chegou a um consenso, surgiram duas centrais sindicais, a CUT, fundada em 1983, e a CONCLAT, criada em novembro do mesmo ano. O sindicalismo rural, porém, continuou propondo que houvesse uma única central, mas isso se tornou impossível.

Mais tarde, a CONCLAT deu origem à Central Geral dos Trabalhadores (CGT), e José Francisco, então presidente da Confederação, foi eleito vice-presidente dessa Central.

A Confederação, porém, já não participou do 2º Congresso da CGT, assumindo, a partir daí, uma política de não alinhamento com nenhuma Central. Sua entrada na CUT veio a acontecer já na década de 90. Nesse processo, a FETAPE acompanhou a posição da CONTAG, embora alguns sindicatos e sindicalistas tenham se aproximado da CUT desde a sua fundação.

Esse foi o caso de alguns militantes do sertão do Estado, como Manoel José dos Santos que, mais tarde, veio a ser presidente da FETAPE e também presidente da CONTAG. O Congresso de fundação da CUT contou com representantes não só de Serra Talhada, mas também de Petrolândia, São José do Belmonte e Triunfo. Mas a atuação desse grupo foi de entrar na própria estrutura oficial e mudar sua política por dentro, combatendo a ideia de uma estrutura paralela. Sendo assim, procuraram, a partir das críticas que eles mesmos faziam, transformar a Federação numa entidade mais ampla, mais politizada. De acordo com sua opinião,

---

182 A análise da sociedade brasileira feita por esses partidos tinha pontos em comum: a ideia de que se vivia uma fase em que, para derrubar a ditadura, era necessário se aliar à burguesia, garantindo o avanço democrático e não a construção imediata do socialismo; a ida ao Colégio Eleitoral, diante do fracasso da proposta de eleições diretas; a visão de que o PT enfraquecia a oposição, que deveria se manter unida, atuando através do PMDB, entre outras. Essas análises coincidiam com a visão da própria FETAPE.

> ...Quem estava na direção tinha ações, tinha serviço prestado, não podia deixar de ser reconhecido, mas precisava ampliar.... Então era juntando uma proposta mais avançada com os outros que estavam pensando ainda com uma certa limitação, para formar um grande grupo de trabalho, e foi assim que a gente veio para a FETAPE dentro de uma chapa de composição.
>
> Manoel José dos Santos[183]

Não só militantes vindos da ACR, como ele, tinham críticas ao trabalho da Federação. Outros, como os da Pastoral Rural da região de Palmares, consideravam importante um trabalho de renovação do sindicalismo, mais identificado com a contestação à organização sindical burocrática ligada ao Estado, e mais vinculado a um trabalho de base. Havia críticas quanto à concepção de sindicato e quanto ao papel das lideranças, que ficavam no poder por várias gestões e concentravam muito as decisões, principalmente os presidentes. E permanecia a questão do assistencialismo, do sindicato que fazia atendimento médico e ficava só nisso. A Pastoral Rural fomentava, então, a organização da oposição a partir de um trabalho de base, de uma prática de base.[184]

Esta preocupação também estava presente em algumas organizações não governamentais que desenvolviam trabalho no campo, em especial na Mata Sul, como o CEAS Rural, o CENTRU e a CPT.

Do ponto de vista da formação, enquanto a FETAPE privilegiava, em seu trabalho, os dirigentes sindicais, essas entidades tinham mais aproximação e procuravam conscientizar os trabalhadores da base. Embora cada uma delas tivesse seu trabalho específico, e atuasse em municípios diferentes, todas se uniam na época das eleições sindicais, fortalecendo as oposições e procurando, nessas ocasiões, tirar os sindicatos das mãos dos pelegos. A Federação, oficialmente, se colocava muito mais como mediadora dos conflitos entre as chapas do que como apoio à oposição.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) tinha uma atuação em diferentes regiões do Estado, fornecendo, inclusive, apoio jurídico ao movimento. O Centro de Estudos e Ação Social (CEAS Rural) era mais preocupado com a questão da formação dos trabalhadores. As Pastorais estavam voltadas,

183 Entrevista concedida à autora em 24/04/1997.
184 Lenivaldo Marques. Entrevista concedida à autora em 27/09/1996.

principalmente, para atividades em suas respectivas dioceses. A Ação Católica Rural (ACR), cujo trabalho vinha desde meados dos anos 60, também expressava um compromisso cristão. Já o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), apesar de ter diversos militantes de origem cristã, era vinculado ao PT, e, portanto, tinha uma preocupação política mais definida. Muitas vezes, as mesmas pessoas estavam ligadas a algumas dessas organizações ou participavam de eventos específicos, promovidos pelas diferentes entidades.[185]

O CENTRU tinha mais influência na região de Palmares e de Água Preta. Já o CEAS Rural atuava, basicamente, em Ribeirão, onde organizava cursos de fim de semana sobre sindicalismo, realidade econômica, política nacional etc. Esses cursos chegavam a durar meses, de modo que os trabalhadores rurais fossem se tornando mais capazes e conscientes, em termos de uma posição crítica ao sistema capitalista e comprometida com a transformação da sociedade vigente.[186] Não havia, contudo, um maior aprofundamento quanto à questão do socialismo. As pessoas eram esclarecidas sobre a importância de se posicionarem, politicamente, no campo popular. As possíveis opções partidárias, porém, ficavam em aberto.

Um outro grupo que surgiu a partir do trabalho da Igreja, foi o Movimento de Evangelização Rural (MER). Entre outras coisas, ele se diferenciava da ACR com relação à sua visão de política: enquanto a ACR, em suas capacitações, sugeria que o trabalhador deveria fazer uma análise e votar nos candidatos mais comprometidos, o MER considerava que, como não era possível conscientizar a maioria dos trabalhadores, estes terminavam sendo ludibriados e utilizados pelos políticos; sendo assim, sua proposta era de defesa do voto nulo. As questões político-partidárias deveriam ser deixadas de lado e o trabalhador atuar muito mais em suas questões específicas, sindicais. Com a substituição de D. Helder por D. José Cardoso, em 1985, ficou mais difícil ainda atuar a partir da Igreja. O MER, contudo, já havia se separado da sua estrutura e se ligava cada vez mais aos movimentos sociais, dirigindo alguns sindicatos, principalmente na Mata Norte (Igarassu, Goiana, Amaraji, Itambé). Em meados dos anos 80, mudou de nome, denominando-se, então, Corrente de Trabalhadores Independentes e, posteriormente, a partir de um trabalho com desempregados e excluídos, passou a se chamar MCL,

185 Ver boletim do CENTRU nos ANEXOS - p.262.
186 Welson Maciel de Andrade. Entrevista concedida à autora em 27/09/2002.

Movimento de Comissões de Luta, marcando presença não só na Federação e em sindicatos rurais, mas também fora deles, preservando sua não vinculação político-partidária. [187]

No que diz respeito às eleições nos sindicatos, muitos diretores pelegos e/ou acomodados e/ou que se beneficiavam da posição que ocupavam há muitos anos, alguns desde o início da ditadura, não queriam perder os privilégios que os cargos lhes proporcionavam já que, para eles, ser diretor de sindicato não implicava num compromisso real com a categoria. Temendo perder prestígio e benesses, fizeram muita resistência, principalmente na zona da Mata, às mudanças na organização das eleições. Não queriam aceitar a formação de comissões específicas para dirigir o processo eleitoral, indicadas em assembleias. Mantinham sob rígido controle as listas de votantes e só podiam votar os associados inscritos nos livros de registros: como eles não entregavam as carteirinhas de sócios para todos, manipulavam, dessa forma, as eleições.

Desde 1985, a FETAPE procurava orientar os sindicatos no sentido de formar comissões para organizar o processo eleitoral. Em 1986, o Ministério do Trabalho baixou uma portaria nesse sentido e a Federação fez um estatuto padrão com vistas a orientar os sindicatos a esse respeito.

Esta, em meados dos anos 80, criou, para os programas de rádio, o personagem Zé Pitada, que representava os diretores acomodados e autoritários:

> - Por falar em luta organizada, lembrei-me do diretor Zé Pitada. Você não sabe da nova..Acontece que os trabalhadores exigiram do Zé Pitada o compromisso firme de defender a luta pela Reforma Agrária. Exigiram sua presença nos engenhos, sítios e comunidades. Exigiram reunião com os trabalhadores nos locais de trabalho. Mas a vida de Zé Pitada é jogar dominó. Dentro do sindicato, tomar pinga e dar grito nos trabalhadores. Com o aperto dado pelos trabalhadores, Zé Pitada não aguentou a parada, pediu uma licença e danou-se do sindicato, dizendo que ia tratar do coração.. (Gargalhadas)
>
> - É isso aí, companheiro. Trabalhador unido jamais será vencido. [188]

187 Gorete Aquino. Entrevista concedida à autora em 17/09/1997.
188 Arquivo FETAPE – Programas de rádio.

Alguns sindicatos foram passando para as mãos da oposição, como o de Água Preta, embora o resultado, neste caso, tenha sido complicado, pois o presidente eleito tornou-se, em seguida, uma decepção para os trabalhadores. Já o sindicato de Palmares, que fora a grande referência do Partido Comunista antes de 64, só conseguiu expulsar os pelegos em 1989.

Problema bastante discutido nos meios sindicais da época era o de como agir durante o período eleitoral, já que, em 1982, os governadores não mais seriam nomeados e a população voltaria, depois de tantos anos, a escolher, novamente, seus governantes.

De um lado, havia os que achavam que os trabalhadores deveriam se posicionar a favor de algumas candidaturas comprometidas com a classe e que este posicionamento deveria ser assumido pelos sindicatos. De outro, estavam os que defendiam que os trabalhadores, enquanto cidadãos, deveriam se posicionar, mas não os sindicatos, pois, sendo entidades representativas do conjunto de suas respectivas categorias, teriam filiados de diferentes tendências partidárias e, por conseguinte, não poderiam se comprometer com nenhuma delas.

A FETAPE ficou com essa segunda posição, não apresentando candidatos próprios, embora tenha procurado desenvolver um trabalho de educação política em seus cursos de formação. Também se posicionou a respeito das eleições, responsabilizando o regime militar pela grave situação econômica, social e política vivida e chamando a atenção para a importância desse momento político no processo de democratização do país. Lançou um documento em que apresentava as principais reivindicações da categoria, vinculando parte significativa delas à necessidade de *"profundas mudanças na estrutura do poder político a nível nacional"*, como a questão da reforma agrária, da política salarial, da previdência social e do próprio sindicalismo.[189]

Miguel Arraes foi candidato a deputado federal pelo PMDB e teve o apoio de pessoas importantes da Federação, como o advogado Romeu da Fonte. Alguns fizeram campanha para Cristina Tavares, em dobradinha com Luciano Siqueira, sendo, este último, dirigente do PC do B, partido que ainda vivia na clandestinidade.

No que diz respeito aos diversos municípios, alguns sindicalistas se candidataram, ligados a diferentes partidos. Em Afogados da Ingazeira, por exemplo, José Patriota, que era assessor do Polo Sindical do Pajeú, foi eleito vereador pelo PMDB, assim como o advogado trabalhista Evandro Cavalcanti,

189 Arquivo FETAPE – O movimento dos trabalhadores rurais de Pernambuco e as eleições de 1982.

em Surubim. Sônia Wright, do MR-8, foi eleita vereadora em Carpina, também pelo PMDB. Já em Petrolândia, o presidente do sindicato, Vicente da Costa Coelho, concorreu a prefeito pelo PT.

Para governador, a grande disputa ficou entre Roberto Magalhães, do PDS, que conseguiu se eleger, e Marcos Freire, do PMDB. Mas também concorreram ao governo o padre Melo, que fora dirigente do SORPE, pelo PTB, e Manoel da Conceição, antigo líder de trabalhadores rurais do Maranhão, pelo PT. [190]

Na época, as lideranças de trabalhadores rurais que se vincularam ao PT eram minoria.

Nas eleições de 1986, a FETAPE resolveu seguir um caminho diferente.[191] Para governador, indicou Miguel Arraes, que contava com grande apoio dos trabalhadores rurais, particularmente na área da cana, para quem o antigo governador, deposto pelo Golpe de 64, continuava a ser referência, visto como aquele que lhes havia concedido os direitos, com o Acordo do Campo, de 1963.

Para deputado federal, indicou Euclides Almeida, antigo dirigente da Federação, que se tornara assessor e para deputado estadual, o economista da FETAPE, Reginaldo Muniz, que tinha ligações com o PC do B e assessorava a Entidade, particularmente por ocasião das campanhas salariais dos canavieiros, tendo papel destacado na mesa de negociações, enfrentando os usineiros. Apesar dos candidatos serem representativos e capacitados, eles não conseguiram se eleger. Segundo o próprio Euclides Nascimento, a campanha foi um tanto sectária. Não se pode deixar de considerar, porém, que a categoria, como um todo, não parecia preocupada em garantir representantes próprios no Poder Legislativo. Manoel José dos Santos, na época, presidente do Sindicato de Serra Talhada e presidente do diretório do PT em seu município, analisando essas dificuldades, dizia que o trabalhador rural *"tem na cabeça que o sindicato é para tratar de problemas de barragem, travessão, terras,* [mas pensa que, para ser político] *o sujeito tem que ser doutor,"* queixando-se, ainda, de que, em sua região, os moradores despejavam votos em Inocêncio de Oliveira, do PFL.[192]

Miguel Arraes foi eleito governador e convidou para a secretaria do Trabalho e Ação Social o advogado da FETAPE Romeu da Fonte, o

---

190 Roberto Magalhães obteve 914.194 votos; Marcos Freire, 816.089; Padre Melo, 7. 872 e Manoel da Conceição, 4.027 votos. - JC 09.dez.2001.

191 Em 1984, a CONTAG apoiou a candidatura Tancredo Neves nas eleições indiretas para presidente, argumentando ser a única maneira de evitar uma possível vitória de Paulo Maluf no Colégio Eleitoral.

192 DP 06.mar.1988.

que expressava sua preocupação em relação aos trabalhadores rurais e o reconhecimento de sua importância política. Com isso, porém, a Federação foi se vinculando ao governo e ao seu partido, já que muitos sindicalistas e assessores passaram, posteriormente, a se filiar ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Grande parte dos trabalhadores rurais foi se tornando "arraesista", isto é, o *Pai Arraia*, como era conhecido no meio dos camponeses, foi se tornando, cada vez mais, sua referência política.

Os militantes do PT e da CUT continuavam sendo minoria no sindicalismo rural do Estado.

Porém o avanço democrático que acontecia, em termos mais gerais, também ia sendo construído na própria Federação.

Passo importante nesse processo foi dado em 1987, com a primeira eleição da diretoria realizada em Congresso. Agora, votavam não apenas um representante de cada sindicato, mas todos os delegados participantes do Congresso. Como a legislação ainda não dava conta dessa decisão foi necessário, posteriormente, fazer uma eleição "oficial", nos moldes tradicionais. Dessa forma, a FETAPE ia rompendo as amarras da estrutura sindical imposta pelo Ministério do Trabalho.

Para essa eleição de 1987, já havia sido definido um aumento na quantidade de diretores, agora em número de sete, para melhorar o desempenho e poder encaminhar as tarefas.

As eleições de 1990 trouxeram importantes mudanças na Federação: o leque de forças políticas presentes na diretoria se ampliou, com a entrada de pessoas ligadas à CUT e ao PT. Do ponto de vista político-partidário, até então, a influência maior no sindicalismo rural fora do Partido Comunista, antes de 1964, e, mais recentemente, do PSB, em especial do ex-governador Miguel Arraes.

Outro aspecto importante foi a reforma dos estatutos, com a criação de comissões com vistas a dinamizar a atuação da Entidade, formando-se, inclusive, a Comissão Estadual de Mulheres.

Em 1993, a presidência foi assumida por Manoel José dos Santos, de Serra Talhada. E como o responsável pela secretaria de Organização e Formação se afastou, o cargo foi ocupado pela suplente Maria José de Carvalho, Mariquinha de Caruaru, sendo ela a primeira mulher a participar da diretoria executiva da Federação.

A FETAPE filiou-se à CUT em 1996.

5.2 – Contradições e limites

Ao longo desse percurso, a Federação viveu momentos diferentes e se posicionou de diferentes maneiras: ora conivente, ora crítica, em relação ao Golpe Militar, temerosa quanto ao que considerava radicalismo, moderada em muitas ações, manteve-se, contudo, comprometida com a classe que se propunha representar.

Porém, para entender melhor sua ação política, é necessário ressaltar o papel e o caráter dos sindicatos na sociedade capitalista, que é o de unificar a classe trabalhadora em sua luta na defesa dos salários e de melhores condições de trabalho (ANTUNES, 1985:41). Os conflitos entre capital e trabalho, contudo, são tratados no âmbito da manutenção do sistema, e não de sua superação.

A cada embate, a cada greve, o nível de consciência e de organização dos trabalhadores tende a se fortalecer. Mas isso não se dá de maneira automática. E o fato de que o trabalhador perceba que é explorado e se revolte contra essa situação não significa que tenha consciência do tipo de exploração que ocorre no capitalismo e que, em vista disso, se posicione politicamente contra o sistema.

Marx considerava os sindicatos como uma escola para os operários, onde estes poderiam desenvolver o espírito de solidariedade de classe e fazer seu aprendizado político. Mas, além de lutar contra o capital no plano econômico, era necessária também uma ação revolucionária com vistas à construção de uma sociedade socialista. Para ele, os sindicatos *"são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de, ao mesmo tempo, se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária"* (MARX, 1978 b:99).

No caso dos trabalhadores rurais que estavam, nas décadas de 50 e 60, organizando-se e constituindo-se enquanto classe, em seus embates contra os proprietários, esta proposta de superação do capitalismo e construção do socialismo aparecia nas formulações dos comunistas, dos trotskistas e do pessoal das Ligas, com um maior entendimento em nível de suas direções. Para os trabalhadores em geral, as informações sobre o socialismo, o comunismo ou a situação dos assalariados agrícolas de Cuba, por exemplo, já presentes em suas discussões, não permitiam, contudo, um aprofundamento maior, particularmente nas regiões onde os sindicatos estavam nas mãos da Igreja.

Devido à dureza de suas vidas e a superexploração que lhes era imposta, a preocupação que mais afligia os trabalhadores era a da sobrevivência, e a contradição mais imediata que vivenciavam era com os usineiros, com os senhores de engenho e seus prepostos. Sendo assim, o trabalho feito pelas lideranças era muito mais no sentido de convencê-los da importância de se organizarem em entidades, de se unirem para a conquista de um mínimo de direitos e cidadania, de conhecerem o teor das leis para poderem se afirmar diante dos outros e dos patrões. Era muito difícil se desenvolver um trabalho de caráter mais político, e, principalmente, partidário, entre os camponeses. A ideologia dominante era muito forte e, nesse sentido, havia muito medo e preconceito com relação às esquerdas e às ideias de revolução.

A formação das lideranças da FETAPE, diferentemente, deu-se a partir das posições da Igreja e dos princípios da encíclica *Rerum Novarum,* escrita pelo Papa Leão XIII, em 1891, e que, apesar de fazer críticas ao capitalismo por não levar devidamente em conta a questão social, não se propunha superá-lo, mas enquadrá-lo dentro dos princípios cristãos de justiça e equidade, o que seria possível não a partir da luta, mas da colaboração de classes, do incentivo a uma educação cristã, a um convencimento dos proprietários com respeito aos direitos dos trabalhadores. Não há, nessa perspectiva, um questionamento à propriedade privada dos meios de produção nem à apropriação do lucro pelo capital. O que a Igreja propunha, então, era "humanizar" o capitalismo, dando-lhe uma feição mais fraterna.

Crítica muito maior era feita ao comunismo por ser ateu, o que era visto como uma heresia pelo sindicalismo cristão. Havia, ainda, a questão das formas de luta: para a esquerda como um todo, embora com diferenciações, de acordo com a análise de conjuntura e a necessidade, era lícito usarem-se formas de pressão mais fortes contra o latifúndio e o patronato. Já o sindicalismo cristão era muito mais receoso em relação a esse tipo de ação, temendo despertar a ira dos proprietários.

A ação da FETAPE, ao se pautar por esses princípios, ou seja, o anticomunismo, a não violência, a busca da colaboração de classes e, no caso do Brasil, o apartidarismo, se enquadrou numa linha sindical que poderia ser tolerada pela direita, e até mesmo incentivada, para fazer frente aos avanços das Ligas e do PCB. Isto não quer dizer que fosse aceita pelos proprietários rurais mais reacionários, contrários a qualquer mudança política e social no campo.

É importante ressaltar ainda que, no Brasil, um sindicalismo mais autônomo e combativo sempre foi perseguido. A partir da chamada Revolução

de 30 e, principalmente, do Golpe do Estado Novo, procurou-se enquadrá-lo pela repressão ou pela cooptação ao Estado, de tal forma que, com a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, voltada para a organização dos sindicatos urbanos, a estrutura sindical brasileira passou a favorecer a formação de uma burocracia sindical, mais preocupada em controlar as reivindicações dos trabalhadores do que em representá-los efetivamente, colaborando com o Estado em suas políticas assistenciais e agindo, muitas vezes, como correias de transmissão dos interesses dos partidos no poder.

Esta estrutura sindical, porém, não ficava alheia à conjuntura política mais geral. Influenciava e era influenciada por esta. Tanto é que, numa situação de mais abertura, no imediato pós-guerra, os trabalhadores procuraram organizar-se também por fora do permitido pela legislação, criando a CGTB, Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, em 1946. A partir da Guerra Fria e do fechamento do governo Dutra, que decretou a ilegalidade do PCB e voltou a intervir nos sindicatos, o atrelamento destes ficou mais direto e a tutela do Estado, mais rígida.

Enquanto durou o período populista, o movimento sindical conseguiu diversas conquistas econômicas, chegando mesmo a organizar greves políticas.

E, apesar da grande burguesia associada ao capital estrangeiro, bem como os partidos mais direitistas falarem da iminência da formação de uma 'república sindicalista', o movimento sindical urbano caminhava, cada vez mais, no sentido do reformismo, e de uma visão política voltada para a valorização do processo eleitoral, de acordo com as análises feitas pelo PCB sobre o caráter da revolução brasileira.

No caso do movimento dos trabalhadores rurais, se, no início, a organização dos camponeses deu-se de forma autônoma com as Ligas, a partir da formação dos sindicatos rurais a organização dos trabalhadores passou a se vincular ao Estado.

Em 02/03/63, foi sancionada a lei nº. 4.214, conhecida como Estatuto do Trabalhador Rural, que normatizava as relações trabalhistas no campo seguindo o mesmo modelo da CLT. Se o ETR significou um avanço, na medida em que reconhecia uma série de direitos aos assalariados rurais, implicava, por outro lado, nas mesmas limitações e amarras do sindicalismo urbano: os sindicatos oficiais poderiam se estruturar em federações, e estas, em confederações, mas todas devidamente reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, ao qual caberia regulamentar as eleições, referendá-las, ou não, e empossar os eleitos, autorizados anteriormente a concorrer pelo próprio Ministério. Este órgão,

também, deveria fiscalizar e controlar as contas das diretorias, aprovar os seus programas e, caso considerasse a existência de alguma situação fora do permitido, intervir no sindicato (COLLETI, 1998).

Apenas um sindicato era reconhecido em cada base territorial o que, se, de um lado, fortalece a classe trabalhadora devido à forçosa união de todos os trabalhadores daquela categoria, de outro, pode acomodar esse mesmo sindicato, pois, pelo princípio da unicidade, ele tem o monopólio da representação sindical naquela região.

Por fim, há o problema da sustentação da entidade. Se ela fosse autônoma, teria que garantir seus próprios recursos a partir dos seus filiados, tendo que se sustentar com base no reconhecimento, pela categoria, de sua representatividade. Sendo mantida com recursos do imposto sindical concedido através do Ministério do Trabalho, mais uma vez sua independência ficava comprometida e sua vinculação efetiva com os trabalhadores podia ser secundarizada. O sindicato, nesta perspectiva, é considerado órgão auxiliar do poder público e não o efetivo representante dos interesses de sua classe frente ao capital.

Além disso, cada federação representa o conjunto dos trabalhadores daquela categoria, não sendo permitida uma organização unificada de diferentes categorias. A vinculação só é permitida em termos verticais e não horizontais.

Toda essa legislação é aplicada com maior ou menor rigidez de acordo com a conjuntura mais geral e o poder de pressão dos próprios trabalhadores.

No caso específico dos trabalhadores rurais, no momento em que o ETR foi aprovado, havia uma situação de mais abertura e participação, em que pese a reação contrária dos proprietários. Naquelas circunstâncias, constituiu-se num importante instrumento de organização e luta dos trabalhadores, já que as Ligas não tinham, juridicamente, possibilidade de encaminhar as reivindicações dos assalariados agrícolas.

Após o Golpe, contudo, a legislação trabalhista foi utilizada para desestruturar o que existia em termos de organização, impossibilitando, pela intervenção, qualquer atuação mais independente e politizada a partir dos sindicatos, sendo reforçado seu caráter assistencial e de colaboração com o Estado autoritário.

O que se ressalta em relação aos sindicatos, vale também para toda a estrutura sindical, no caso, federações e confederações.

Porém, apesar dos limites impostos por este modelo de legislação, em que os direitos dos trabalhadores são reconhecidos, mas a exigência de sua aplicação se dá por meio de instrumentos jurídicos, Lessa (1985:124) chama a atenção para o fato de que a aplicação da CLT no campo não era um encaminhamento meramente burocrático, pois 'botar questão' contra o proprietário tinha um significado político: era um desafio, um ato de coragem, de rebeldia.

Também ao assumir, na década de 70, o atendimento médico e previdenciário, o sindicato, como já foi visto, aglutina trabalhadores que, com isso, vão tendo a oportunidade de tornarem-se um pouco menos dependentes dos patrões. Mas, no fundamental, ocorrem sérios problemas, pois o sindicato pode ser absorvido por essas tarefas, além de passar, para muitos trabalhadores, a ideia de ser esta sua principal função. Os sindicatos vão ficando cada vez mais acomodados e os dirigentes, privilegiados em seu *status* e distanciados da maior parte da categoria.

Dessa forma, havia limitações institucionais e políticas: o ETR e a ditadura.

É necessário ressaltar, porém, outro aspecto bastante relevante para se compreender alguns limites da atuação sindical da Federação, no período enfocado: sua própria concepção de sindicato, que valorizava o legalismo e uma certa moderação nas ações empreendidas.

A atuação da FETAPE e dos sindicatos rurais organizados pelo SORPE, antes de 64, pautava-se pelos princípios reformistas já citados. O inconveniente de sua vinculação com o Ministério do Trabalho devia-se ao fato de que este, normalmente, era ligado ao PTB, cuja política não favorecia a hegemonia dos sindicatos vinculados à Igreja. A Federação também tinha uma posição bastante crítica com relação à DRT, por motivos semelhantes. Quando, após o Golpe, a DRT se ligou ao padre Melo, a FETAPE procurou apoio diretamente no Ministério do Trabalho, acreditando que o Movimento de 64 iria obrigar os maus patrões a se enquadrarem nas normas da legislação trabalhista e respeitar as entidades sindicais consideradas apolíticas e moderadas.

A FETAPE buscou, desde o começo, respaldo em setores militares menos repressivos e mais tolerantes quanto a uma atuação sindical no campo, preocupados em manter algum compromisso com uma proposta democrática e fazer algumas reformas na estrutura agrária obsoleta do Nordeste. Neste sentido, seu apoio e esperança foram frustrados, a cada ano, e a cada nova mudança dos militares no poder.

Dessa forma, embora houvesse sindicalistas que levassem a sério seu papel de representantes dos trabalhadores rurais e, a partir de seu compromisso com o Evangelho, tivessem uma atuação bastante dedicada e comprometida, sua opção continuava sendo não a mobilização e o embate dos trabalhadores contra os proprietários, mas a mediação do Estado, referência e árbitro nos momentos de conflito.

A preocupação com a educação e formação, presente desde o início no sindicalismo cristão, é outro elemento que merece ser considerado. O trabalho educativo é fundamental para preparar melhor as lideranças, capacitá-las a dirigir as entidades, a conhecer a legislação e poder assistir devidamente aos trabalhadores em suas dúvidas quanto aos direitos que lhes são assegurados por lei. A conscientização dos trabalhadores, particularmente das lideranças, a partir da troca de experiências e informações é positiva, e foi, muitas vezes, através dela que se pôde reunir, debater, analisar e questionar a própria situação que se vivia então, quando a censura e a repressão eram tão fortes.

Esta atividade, contudo, também pode trazer resultados diversos do esperado. O fato de a liderança ter mais acesso a informações e, talvez, uma visão mais clara sobre o momento político, também podia reforçar o medo e o imobilismo. Por outro lado, o sindicalista, sentindo-se melhor preparado, podia ir centralizando muito as atividades e decisões. Na época, era comum a ideia de que o sindicato era o presidente, e muitos dirigentes, sentindo-se prestigiados, usando outra linguagem e experimentando outro tipo de convivência, iam distanciando-se das bases e dos problemas mais prementes enfrentados pela categoria.

Um outro aspecto a ser considerado era a visão da FETAPE de que, já que não era possível muita ação, devia-se, pelo menos, resguardar a organização. Esta posição, também presente na CONTAG, reforçava a todo momento a preocupação em manter a unidade a todo custo. Até porque, logo após o Golpe, a Federação sofreu muitos ataques e boicote por parte de um grupo de sindicatos ligados ao padre Melo e à Delegacia Regional do Trabalho, que chegou, inclusive, a não pagar as contribuições, na tentativa de inviabilizar a entidade. Superada esta questão, a busca da unidade vai estar sempre presente, só sendo rompida em momentos muito especiais, quando o imobilismo e o peleguismo poderiam tomar conta da Federação, ou seja, quando Euclides Almeida foi impedido de candidatar-se, em 1972, e quando Nativo Almeida quis continuar à frente da entidade, em 1978.

A unidade, aspecto muito importante no movimento sindical, é construída em cima de lutas, de ideias e de princípios. Porém, sendo uma entidade federativa, isto é, buscando ser representativa do conjunto do sindicalismo rural e procurando respeitar a liberdade e autonomia dos sindicatos a ela filiados, nem sempre a Federação era acompanhada pelas entidades da base em suas sugestões e deliberações. O processo de democratização dessas entidades, por exemplo, foi muito lento e as oposições, em muitos sindicatos rurais, queixavam-se do pouco empenho por parte da Federação em confrontar-se com esses sindicatos, por conta da necessidade de manter a unidade.

Tanto em nível dos sindicatos quanto da Federação, o continuísmo, ou seja, a manutenção das mesmas lideranças, havendo apenas trocas de cargos, foi constante. Não é fácil formarem-se e firmarem-se novas lideranças. Isso exige tempo, experiência e aprendizado. A pouca renovação, contudo, tendia a acentuar o distanciamento das bases bem como o conservadorismo e a centralização das ações (RICCI, 1994:6). Afinal, práticas centralizadoras e autoritárias estão presentes em diversas instituições brasileiras, como a família, a escola, os partidos políticos e a Igreja Católica. Tornar os sindicatos democráticos constituia-se numa luta constante e num grande desafio.

Resta, ainda, considerar a questão da luta pela terra e seu entendimento por parte da FETAPE. Se, antes do Golpe Militar, a questão da reforma agrária estava muito mais presente nas Ligas, já que os sindicatos tratavam, especificamente, dos problemas dos assalariados, com o Golpe e a reformulação da organização do sindicalismo rural, que agora englobava também os pequenos proprietários e parceiros, o raio de ação dos sindicatos e da Federação não só se ampliou como também se complexificou. O desemprego na área canavieira aumentou, mas a terra foi se concentrando cada vez mais. A manutenção da pequena propriedade tornou-se sempre mais difícil. A reforma agrária, portanto, passou a ser mais necessária e urgente.

Do ponto de vista do discurso, a FETAPE defendia, principalmente a partir do final dos anos 60, esta reforma com base no Estatuto da Terra, assinado por Castelo Branco ainda no ano de 1964, nas áreas em que houvesse tensão social. Para os assalariados, sua reivindicação consistia, basicamente, em propor a aplicação da lei dos dois hectares, embora explicitando que isto não era reforma agrária. Numa visão bastante restrita, e com ações de esclarecimento e apoio, porém, sempre nos marcos da legalidade.

Onde os trabalhadores, por iniciativa própria, ocuparam a terra, a Federação assessorou juridicamente os ocupantes. Ela mesma, porém, durante o período em foco, nunca promoveu esse tipo de atividade, nem incentivou os trabalhadores rurais a fazê-lo. Até porque considerava que os assalariados agrícolas preferiam se manter como tais.

Ocupações significativas organizadas pela FETAPE só vieram a ocorrer na segunda metade dos anos 90, quando o desemprego na zona canavieira tornou-se muito grande e algumas lideranças, especialmente o secretário de Política Agrária, João Santos, assumiu de forma mais compromissada essa questão.

5.3 – As mulheres no sindicalismo rural

No mundo rural, tanto a exploração de classe quanto a opressão de gênero, assim como a discriminação racial, foram muito marcantes ao longo da nossa história. Basta lembrar que a legislação trabalhista só atingiu os trabalhadores rurais no início dos anos sessenta, o que se deu a partir de muitas lutas e determinação, encontrando feroz resistência por parte do patronato, que insistia em manter sua exploração, poder e privilégios inalterados.

No caso das relações de gênero, estas foram formadas na sociedade escravista e patriarcal que aqui se organizou desde os tempos coloniais, a qual atribuía papéis definidos, diferentes e hierarquizados para homens e mulheres. Nesse sentido, a atuação exercida pela Igreja Católica foi muito importante, ao fixar o ideal de mulher enquanto mãe, dedicada, pura e assexuada, numa instituição dirigida por homens e fechada à sua influência. Mesmo considerando que existem transgressões e que, em situações concretas, algumas vezes, a mulher pode exercer outro papel que não o da subalternidade, a regra e a expectativa sempre foram no sentido contrário, e uma atitude mais autônoma e questionadora dos valores instituídos, vista como perigosa, pecaminosa, contrária à vontade divina e, seguramente, discriminada ou reprimida. No caso da mulher escrava, mesmo que fosse desrespeitada pelo dono, ou não pudesse constituir família dentro dos padrões, a representação de mulher acima descrita permanecia.

Dada a sua vinculação à maternidade e ao lar, o ideal de trabalho das mulheres no campo é que o exerçam na casa e no roçado. No caso de trabalharem na produção, isto se constituiria enquanto mão de obra familiar,

auxiliar do marido e sob sua supervisão, de preferência, de forma eventual e não constante.

Seguindo essa lógica, no campo, os homens é que deveriam ser assalariados. No caso da agricultura canavieira, semear cana e semear adubo eram consideradas tarefas femininas, mas deveriam ser realizadas com a autorização do chefe da família, o que também acontecia no trabalho da limpa e mesmo no corte da cana. A expectativa seria de que isto ocorresse em momentos de crise que, superada, implicaria na volta das mulheres aos serviços domésticos (SIGAUD, 1979:64).

Nos anos 70, mulheres não podiam cambitar, encher carro, trabalhar com o machado, abrir valeta, cavar sulco, carrear, entre outras coisas. Ao exercerem tarefas não estritamente femininas, como o corte da cana, costumavam fazê-lo ao lado do homem da família, marido, pai, filho.

Um dos fatores que contribuiu para intensificar o assalariamento da mão de obra feminina na Mata Sul foi a redução das áreas de roçado e o corte dos sítios, ocorridos em larga escala após 1964. Mesmo assim, permaneceu o ideal de que à mulher caberia o trabalho da casa. Dessa forma, era mais comum que as assalariadas, em caráter permanente, fossem mulheres viúvas, separadas (sem filhos homens) ou sem pais ou irmãos que as sustentassem, se solteiras. (SIGAUD, 1979).

No caso dos trabalhadores que deixaram o engenho para morar na rua, geralmente trabalhando como clandestinos, dificilmente sua mulher ou filha voltavam a trabalhar na cana. Mas, se o faziam, por absoluta precisão, o trabalho era intermediado pelos homens.

Na produção agrícola familiar tradicional, mais comum no Agreste e no Sertão, a mulher também era destinada às atividades reprodutivas. Seu trabalho na produção era considerado como "ajuda", não sendo remunerado e não tendo ela, geralmente, nenhum poder de decisão quanto à aplicação do dinheiro conseguido. Se o que ela produz é consumido pela família, não é levado em consideração. Se destinado ao mercado, é transacionado pelo marido, não tendo ela, geralmente, qualquer tipo de participação. E nesse sentido, faz parte daquele trabalho invisível, que tanto contribui para o não reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora e a sua desvalorização enquanto pessoa.

Embora nessas regiões, quando os homens migravam para a Mata, a fim de trabalharem no corte da cana, ou quando das secas, no Sertão, deixavam a região em busca de trabalho, geralmente no Sudeste, eram elas que respondiam pela produção e chefiavam as famílias.

Nas áreas de agricultura irrigada, que muito se desenvolveram durante o regime militar, a entrada de mulheres no mercado de trabalho raramente significou uma valorização maior, pois continuaram na dependência formal e social em relação aos homens. Os estereótipos culturais, elaborados ao longo do tempo e de suas vidas, permaneceram (OLIVEIRA, 1998).

Também é relevante o fato de as mulheres trabalharem, muitas vezes, sem carteira assinada, sob alegação de que trabalham em tempo parcial, sem horário fixo, por tarefas. Ora, se assim o fazem, geralmente é pela necessidade de conciliarem seu trabalho produtivo com as obrigações de donas de casa. Se as mulheres da cidade dispõem, muito precariamente, de equipamentos de apoio para trabalharem fora, como creches, escolas etc., as da roça desconhecem quase que totalmente esse tipo de ajuda, contando apenas com algum parente ou mesmo com as filhas mais velhas, para isso.

O trabalho sazonal na agricultura é a base para a reprodução das discriminações de gênero. Lavinas e Cappelin (1991:5) mostram que a empreita, o trabalho por produção e a diária dão margem a que se aceite o pagamento de salários diferenciados, sob alegação de que homens e mulheres não exercem as mesmas funções na agricultura.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) utilizava-se do fato de os critérios de seleção de irrigantes serem escritos no masculino para só contratar homens.

O entendimento da contribuição da mulher na construção do patrimônio familiar, muitas vezes, não é percebido claramente por ela. Nos censos, geralmente ela se declarava como dona de casa e não como trabalhadora rural, o que a privava, inclusive, do direito a aposentadoria, conquistado em 1988. Trabalhando na pequena produção, sua referência costuma ser a família, e não seu interesse específico, enquanto indivíduo. A terra é vista como direito da família. Sendo assim, ela normalmente não pleiteia direitos enquanto mulher, o que reforça a supervalorização do trabalho masculino bem como da chefia da família e da produção pelos homens.

Ao longo do período estudado, apesar do trabalho da mulher no meio rural não ser reconhecido, ser desvalorizado, encarado como humilhação e atribuído à extrema necessidade; ter sido, geralmente, mediado pelos homens e significar, na prática, um peso maior para a mulher, que, no dia a dia, passava a enfrentar uma tripla jornada de trabalho (casa, roça e produção), pode também contribuir para o seu crescimento enquanto pessoa e sua maior inserção no

espaço público, onde pode vivenciar outras relações, lidar com outra realidade, viver outras experiências, capacitar-se melhor, situar-se como integrante de uma classe social, adquirir maior autonomia, construir sua própria identidade, como ilustra esta fala, citada por Oliveira (1998:118):

> ...antes desse trabalho, eu me sentia uma desvalida. Para tudo eu dependia do marido. Prá comprar uma agulha, um pão, uma roupa prá mim, prum filho, tudo dependia da boa vontade dele. Se ele quisesse dar, bem, se não, eu tinha que ficar calada, porque o dinheiro era dele. Hoje me sinto gente, me sinto muito importante, porque não dependo de homem prá nada. Ganho aqui mais do que ele, porque sou mesmo que um raio prá trabalhar. Faço mais de mil raleios por dia. No final do mês tiro brincando dois salários e ele só ganha o triste salário mínimo. Este trabalho é minha vida, minha libertação. Foi a coisa mais importante que me aconteceu. Até o marido hoje me trata na palma da mão.

Neste caso, vale salientar a importância da independência econômica, fator básico para uma maior autonomia das mulheres.

O sindicalismo rural que se estruturou a partir dos anos sessenta também apresentou esse tipo de contradição. Ou seja, apesar de fazer um discurso que falava em direitos, via a classe como um todo, não percebendo ou valorizando as especificidades do trabalho feminino, nem se posicionando em relação às discriminações vividas pelas mulheres.

A exploração dos proprietários de terra era enorme, e os embates, constantes. O sindicalismo rural em construção não estava atento para essas questões até porque a visão de mundo dos trabalhadores (e trabalhadoras) rurais era bastante conservadora. A Igreja via a mulher como referenciada ao lar e à família. Os comunistas, apesar de incentivarem sua participação fora de casa, criando mesmo entidades de mulheres desde os anos 50, como a Federação de Mulheres do Brasil, consideravam esse trabalho muito difícil de ser concretizado, além de ser visto como secundário em relação à centralidade da luta de classes e a outras tarefas que a militância partidária exigia.

Mesmo assim, o movimento sindical, já nesse período, procurou ampliar a participação deste segmento, criando departamentos femininos nos sindicatos urbanos.

No meio rural, contudo, os sindicatos ainda estavam se estruturando. Nesse contexto, e sendo os sindicatos considerados espaços masculinos, as mulheres dificilmente se sindicalizavam. Até porque havia o entendimento de que, na medida em que o marido ou pai era sindicalizado, ela, sendo sua dependente, não precisaria fazê-lo.

Aquelas inclusive que fossem sindicalizadas, geralmente as solteiras, separadas ou viúvas, teriam algumas dificuldades a mais. Além de o sindicato não ser visto como local adequado à participação de mulheres, por ser um espaço público ocupado por homens, usando uma linguagem à qual elas não estavam afeitas, para exercer cargos, era necessário ser alfabetizado e, nessa época, o índice de alfabetização de mulheres, especialmente no meio rural, era extremamente baixo.

De qualquer modo, houve aquelas que participaram do movimento sindical rural, na qualidade de esposas, desde praticamente o seu início. Osana Carlos de Santana, mulher de Joaquim Camilo de Santana, não tinha filhos pequenos e acompanhava o marido em suas atividades sindicais e políticas, tendo sido, inclusive, presa, depois do Golpe Militar. Já Gilka Ferreira, mulher de Belmiro do Nascimento Ferreira, não participava politicamente, mas ajudava a fazer as fichas de filiação dos camponeses, nos engenhos da região de Moreno e Jaboatão. Outro caso relevante ocorreu em Timbaúba, em 1968, quando o presidente do sindicato, Severino Manoel Soares, foi barbaramente espancado e, em vista disso, hospitalizado para tratamento. Enquanto a situação se resolvia, foi sua esposa, Maria, quem cuidou do sindicato.

A FETAPE, porém, não tinha nenhuma preocupação especial no sentido de trazer as mulheres para o mundo sindical. Até porque a influência da Igreja foi marcante na sua constituição, e esta instituição incentivava a participação da mulher muito mais nas suas próprias paróquias, ajudando na infraestrutura e nas atividades de base, numa posição sempre subalterna, quando muito, de consulta.

É preciso também considerar que, com a implantação da ditadura e o esvaziamento dos sindicatos, ficava mais difícil ainda atrair mulheres.

Mesmo assim, houve aquelas que participaram, como demonstram as tabelas 2 e 3.

TABELA 2 - CARGOS OCUPADOS POR MULHERES EM SINDICATOS RURAIS - PE

	Diretoria Executiva				Suplente da Diretoria			
Anos	**M**	**A**	**S**	**T**	**M**	**A**	**S**	**T**
50								
61 a 64	01			01				
65 a 69		01	01	02	01	03		04
70 a 79	01	14	03	18	0	09	03	12
80 a 88	02	27	06	35	06	26	13	45
total	04	42	10	56	07	38	16	61

Obs. Há uma suplente que assumiu cargo na diretoria.

	Conselho Fiscal				Suplente do Conselho Fiscal			
Anos	**M**	**A**	**S**	**T**	**M**	**A**	**S**	**T**
50	01			01				
61 a 64	01			01				
65 a 69						08		08
70 a 79	02	08	03	13	01	21	02	24
80 a 88	15	24	05	44	06	20	17	43
total	19	32	08	59	07	49	19	75

Fonte: Delegacia Regional do Trabalho – PE, fichas dos sindicatos. A elaboração é de nossa autoria.

M – Mata **S** - Sertão **A** – Agreste **T** - Total

TABELA 3 – SINDICATOS RURAIS - PERNAMBUCO
Mulheres participantes de diretorias executivas - 1960 – 1988

SINDICATO	REGIÃO	DIRETORIA	ANO	FUNÇÃO	OBSERVAÇÕES
Amaraji	Mata	Ma. Ferreira de Arruda Neves	1988	Secretária de Organização Sindical	
Angelim	Agreste	Guiomar Maria Lira Angelina Maria da Conceição	1980 1986 1986	Secretária Secretária Suplente	Presidente por 90 dias Virou Secretária
Abreu e Lima	Mata	Severina Ma. de Santana	1985	Secretária	Assumiu a presidência interinamente
Bom Conselho	Agreste	Rosalva Antonia Falcão	1976	Secretária	
Brejão	Agreste	Marinete Bezerra da Silva Ilda Ferreira de Araújo	1977 1983	Secretária Tesoureira	
Bodocó	Sertão	Maria Alves de Oliveira	1978 1979	Secretária Secretária	Diretoria provisória
Caetés	Agreste	Maria do Socorro da Silva	1984	Secretária	
Caruaru	Agreste	Luzinete de Lima	1967	2ª Suplente virou Secretária	O presidente se afastou, o 1º suplente faleceu e ela assumiu; em 1970 se afastou
Capoeira	Agreste	Ma. Conceição de Barros	1970	Secretária	Diretoria Provisória
Camocim de São Félix	Agreste	Judite Ma. da Silva Ma. das Graças Silva	1980 1986	1ª Suplente Tesoureira 1ª Suplente Tesoureira	Opresidente licenciou-se e ela assumiu a tesouraria; em 1982 renunciou. O presidente licenciou-se em 1988 e ela assumiu a tesouraria
Calçados	Agreste	Irene Lucas de Oliveira	1976	Secretária	
Itapetim	Sertão	Ma. Ferreira Lima de Souza – (D. Lia)	1984 1987	Presidente Tesoureira	Afastou-se em 1988
Ipubi	Sertão	Corina Pereira de Souza	1983 1986	Tesoureira Tesoureira	
Jupi	Agreste	Antônia Fernandes de Almeida Francisca Ma. da Silva Gilda Augusta do Nascimento	1974 1977 1980	Secretária Secretária Secretária	Assumiu a presidência interinamente (3 meses), pelo afastamento do presidente
Lagoa de Ouro	Agreste	Ma. Vieira Alves Antônia Macedo de Carvalho Ivete Alves de Melo	1971 1974 1980 1983	Secretária Secretária Secretária Secretária	Renunciou em 1973 Renunciou em 1986

Continuação da TABELA 3

Lajedo	Agreste	Marinalva Izabel Neves	1974	Tesoureira	Virou secretária com a morte do presidente
Lagoa dos Gatos	Agreste	Graciliana Marinho de Moura	1988	Tesoureira	
Machados	Agreste	Ma. das Dores Tavares	1984	Secretária	
Orobó	Agreste	Josefa Gomes da Silva Teresinha Ma. de Farias	1983 1986	Tesoureira Tesoureira	
Paranatama	Agreste	Ma. de Fátima Silva	1983	Secretária	
Petrolina	Sertão	Francisca de Souza Andrade	1969 1981	Secretária Secretária	
Palmeirina	Agreste	Ma. de Lourdes Teles de Souza	1980	Conselho Fiscal– Secretária	De Conselho Fiscal para tesoureira e depois para secretária
Petrolândia	Sertão	Ma. Dantas de Lima	1970	Tesoureira	Diretoria Provisória – 1 ano
Passira	Agreste	Ma. José Sibaldina da Silva	1986	Tesoureira	
Sanharó	Agreste	Alice Alves Cintra	1985	Tesoureira	Em 1987 virou secretária
Sairé	Agreste	Ma. do Carmo Freire	1979	Secretária	
Surubim	Agreste	Ida Ma. da Silva Pereira	1988	Tesoureira	
Serinhaém	Mata	Ma. Severina do Carmo Ma. Virtuosa da Silva	1964 1977	Secretária Secretária	
São José do Egito	Sertão	Dorina Socorro de Lima	1987	Tesoureira	
Santa Cruz do Capibaribe	Agreste	Ma. Cândida de Araújo	1983	Tesoureira	Em 1984 virou secretária
Salgadinho	Agreste	Amélia Barbosa do Nascimento Francisca Gomes de Santana	1971 1973 1976	Secretária Tesoureira Tesoureira Tesoureira	
Tacaimbó	Agreste	Clara Santos de Paula	1986	Tesoureira	Em 1987, com a renúncia do presidente, virou secretária
Taquaritinga do Norte	Agreste	Ma. da Conceição Xaviel	1981 1983 1986	Tesoureira Tesoureira Tesoureira	
Vertentes	Agreste	Ma. Leonice de Morais Pereira Ma. de Lourdes Barbosa	1980 1983 1986	Secretária Secretária Tesoureira	Renunciou em 1985

Fonte : Delegacia Regional do Trabalho – PE, fichas dos sindicatos. A elaboração é de nossa autoria.

Pela primeira tabela, podemos perceber como foi pequena a presença de mulheres nas diretorias sindicais. Antes de 1964, somente três ocuparam cargos, sendo Barreiros o primeiro sindicato fundado e também o primeiro a contar com a presença feminina, no Conselho Fiscal. Maria Leão de Araújo chegou a ocupar esta função por dois mandatos, em 1959 e em 1963.

Ainda na década de 60, três outras mulheres chegaram a participar de diretorias executivas na função de secretárias: uma em 1964, em Serinhaém, antes do Golpe, uma em Petrolina e outra em Caruaru, esta última eleita como suplente.

Foram também eleitas quatro suplentes de diretoria e oito suplentes do Conselho Fiscal, estas últimas todas no Agreste.

A quase ausência da mulher fica mais evidente quando constatamos o número de sindicatos fundados até 1969: 07 no Sertão, 35 no Agreste e 39 na Mata. Conforme a tabela 3, o número de mulheres nas diretorias executivas aumentou nas décadas de 70 e 80: 18, na primeira e 35, na segunda, sendo que a maior concentração ocorre no Agreste. Isto também é perceptível no que diz respeito aos outros cargos. Destes, a maior incidência é como suplente do Conselho Fiscal, com um total de 75 cargos, vindo depois suplente de diretoria, com 60, embora como membros do Conselho Fiscal participassem num total de 59 cargos, e na diretoria executiva, com 56.

Por região, a presença de mulheres em cargos executivos foi a seguinte: quatro, na Mata, seis, no Sertão, e 35 no Agreste.

Neste caso, alguns aspectos devem ser considerados: enquanto, no Agreste, a existência da pequena propriedade facilita a participação das pessoas, que podem equacionar melhor o uso do seu tempo, entre os assalariados da cana, isso se torna mais difícil, ainda mais para as mulheres. De outro lado, sendo, na década de 70, o sindicalismo rural de caráter mais assistencial, isso propicia uma maior abertura para a participação feminina, já que condiz mais com a visão tradicional a seu respeito. O analfabetismo na zona da Mata é maior. E a influência da religião católica, menor. E nos anos 70, com o aumento da participação de leigos na Igreja Católica, particularmente através das Comunidades Eclesiais de Base, houve um maior incentivo à atuação de mulheres mesmo fora da Igreja, nas comunidades, nas entidades e nos sindicatos. O que aparece de maneira bastante clara no caso do Agreste, onde muitas eram ligadas, originalmente, a um trabalho de Igreja.

Havia as que atuavam apenas prestando um serviço, fazendo o que o diretor mandava. Algumas, porém, conseguiam ter um bom desempenho, comunicar-se bem, e foram superando essa limitação: *"Guiomar, Angelina, Ivete, Rosalva, não era só 'bote na secretaria para escrever', porque ela lê, escreve e fala*", lembra uma entrevistada.[193]

De qualquer modo, sua atuação ficou restrita à região, não conseguindo sensibilizar a Federação no sentido de filiar mais mulheres ou levá-las para o trabalho sindical.

Nessa época, a FETAPE fazia convênios com alguns órgãos, como o INCRA, para promover cursos para trabalhadores rurais. Como eram atividades mais ligadas a questões de saúde, como medicina preventiva, primeiros socorros, alimentação saudável, pré-natal e parto, a maioria dos participantes eram mulheres. Não se discutia, porém, de forma sistemática e mais política, a submissão da mulher.

No trabalho de formação mais geral levado pela entidade, contudo, colocava-se a preocupação em garantir a igualdade entre os sexos. Diz um livreto de 1975:

> Tem muita gente que pensa que o homem é mais importante que a mulher. Tem muito homem que pensa que a mulher é inferior, que está abaixo do homem. Tem muita gente que pensa que a mulher ficou só para os serviços da casa, cozinhar, lavar, cuidar dos meninos. Tirando disso, tem gente que pensa que a mulher não é capaz de fazer outras coisas. Aí é que está o engano (...) A mulher que se prepara tem tanta competência como o homem.(...)
>
> Muita gente diz assim: NO HOMEM NADA PEGA, NA MULHER TUDO PEGA. Isso é um preconceito. O que suja e rebaixa a mulher, também suja e rebaixa o homem. Muitas crianças nascem com defeitos, cegas e aleijadas por causa de doenças que os pais e avós pegaram na vida do mundo. Muitos lares são desfeitos, muitas famílias se acabam por causa desse preconceito de que no homem nada pega. (...)
>
> É ignorância pensar que a mulher é inferior. A mulher é para ser companheira do homem. Homens e mulheres são pessoas humanas com o mesmo valor, a mesma grandeza e a mesma dignidade.[194]

193 Lúcia Maria L. Silva. Entrevista concedida à autora em 05/04/2002.
194 Arquivo FETAPE - Os seres da natureza

Com o desenvolvimento econômico ocorrido durante a ditadura, a piora das condições de vida da população mais pobre e o cerceamento da participação política em geral, a presença da mulher foi se colocando de forma mais visível. Afinal, sua entrada no mercado de trabalho ampliou-se quer porque se abriram novos postos de trabalho quer pela crescente necessidade de aumentar a renda da família, comprometida com a política do arrocho salarial.

Situação que também repercutiu nos bairros, facilitando o surgimento de movimentos de mulheres como os clubes de mães, da década de 70, que, além de reivindicarem melhorias, principalmente creches, questionavam os preços dos gêneros de primeira necessidade, o que muito contribuiu para o avanço político dessas mulheres bem como para a retomada das lutas em geral.

Algo parecido também ocorrera no final do Estado Novo, quando as mulheres se organizaram, inclusive, na luta pela Anistia.

Até aí as questões que estão sendo colocadas para as mulheres, seguem, de certa forma, um padrão, no sentido do que sejam lutas dentro da visão de seu papel tradicional de dona de casa, esposa e mãe. Ao questionarem os preços e, por decorrência, a política econômica levada pelo regime militar; ao buscarem o paradeiro de familiares e questionarem essa mesma ditadura, organizando o movimento da Anistia, elas são, de certa forma, toleradas, pois sua ação encontra-se dentro dos parâmetros esperados.

A essa altura, porém, algo mudara. Com a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho em geral; com o avanço dos métodos contraceptivos, que possibilitou um maior controle sobre o número de filhos e um outro olhar sobre a sexualidade; com as lutas levadas na Europa no final dos anos sessenta, que questionavam não só a sociedade estabelecida, mas valores e comportamento da própria esquerda; com a atenção voltada não só à exploração de classe, mas a outras formas de opressão, estavam dadas as condições para uma outra visão sobre o que se costumava denominar como 'questão da mulher'.

O movimento sindical e o movimento de mulheres que se desenvolvem no final da ditadura militar apresentarão, em vista disso, algumas diferenças acentuadas em relação àquele do final da ditadura Vargas. Não apenas o momento é outro, outro também é o contexto político mais geral.

O feminismo, mesmo vinculado à esquerda, foi chamando a atenção para o fato de que as pessoas estão imersas não só em relações de classe, mas em outros tipos de opressão, havendo um reforço mútuo entre a estrutura de classe do capitalismo e a estrutura sexual hierárquica do patriarcado, anterior,

inclusive, ao surgimento daquele. E foi colocando algumas questões, como a necessidade de não haver uma hierarquização das lutas, pois as reivindicações das mulheres costumavam serem colocadas como secundárias e seus problemas, adiados, para serem resolvidos quando da conquista do socialismo. Também a importância da politização do espaço privado foi ressaltada, buscando-se a transformação dos problemas vividos pelas mulheres, individualmente, em problemas coletivos e públicos. Isto nem sempre significava unanimidade. Pois, se havia consenso no que diz respeito à necessidade de equipamentos domésticos coletivos, tais como creche, havia polêmica, no plano da vivência concreta, quando implicava numa mudança de atitude do casal relativa aos afazeres domésticos, por exemplo.

O feminismo trouxe novos temas para discussão: o direito de ter ou não ter filhos, o aborto, a violência contra a mulher, em especial a violência doméstica, a sexualidade, o prazer etc. (DEBATE SINDICAL, maio/89:6).

Alguns setores da esquerda posicionaram-se contra esse tipo de discussão, pois, segundo eles, poderia dividir o movimento e enfraquecer a luta de classes. Na prática, passou a existir um movimento de mulheres, com um caráter mais reivindicativo, nos bairros, e um movimento feminista, mais atento às novas questões colocadas, mas que discutiam e encaminhavam, em alguns momentos, questões que dissessem respeito ou fossem consensuais a ambos.

Várias atividades, comemorações do dia Oito de Março, Dia Internacional da Mulher, e congressos foram encaminhadas, bem como lutas relativas a questões específicas de discriminação ou campanhas pelos direitos das mulheres.

No movimento sindical essas diferentes concepções foram procurando ter expressão. Se, no geral, sempre houve resistência em se discutir essas questões, a pauta colocada pelas feministas era muito mais difícil de ser aceita. De qualquer modo, as próprias sindicalistas foram se posicionando e sua participação veio num crescendo, desde então.

A referência inicial desse processo foi o Congresso das Metalúrgicas de São Bernardo, São Paulo, em 1978, que marcou não apenas um princípio de estratégia sindical para as mulheres, mas também levou a que, elas próprias, tomassem a palavra e se colocassem (SOUZA-LOBO, 1991:67).

Ao se avançar, teoricamente, com as discussões a partir de uma perspectiva de relações de gênero, tal qual formulada por Joan Scott (1991), e ao vivenciar-se a experiência concreta destas relações no próprio movimento sindical, as dificuldades foram grandes mas os avanços, significativos. Há casos

em que a perseverança, firmeza e unidade de algumas mulheres, mesmo quando participavam de correntes políticas diferentes e se posicionavam diferentemente em outras questões, foram fundamentais para garantir esse resultado.

A FETAPE não tinha, então, nenhuma preocupação especial com a participação das mulheres nos sindicatos até o início dos anos 80. O entendimento generalizado era de que a responsabilidade da mulher era na família, com os filhos, com o lar. Para os sindicatos, parecia natural que elas fossem colocadas como dependentes dos maridos, sua ausência não era sentida nem questionada no movimento. Algumas se associavam por iniciativa própria, muito mais quando solteiras, viúvas ou separadas. Ilda, que é do Agreste e veio a ser, nos anos 90, coordenadora nacional da comissão de mulheres trabalhadoras rurais da CONTAG, fala sobre sua experiência concreta de sindicalização:

> ...Eu tenho 23 anos de associada no sindicato, né. Eu me associei porque eu queria assim...o sindicato era assistencialista, né. Aí minha visão era de que eu precisava de um médico, de um dentista...Depois de uns treze a catorze anos foi que eu fui me descobrindo, comecei a participar numa mudança que houve. Porque nesse tempo a diretoria lá era uma diretoria que não se preocupava com a conscientização dos trabalhadores. Hoje, né, a que está atual hoje é outra coisa, e quando mudou essa diretoria foi que eu comecei a participar das assembleias, e fui descobrindo que era importante participar, né...
>
> Margarida Pereira da Silva (Ilda)[195]

Em muitos casos, participar de sindicato nos anos 70 ainda era visto como um risco moral para as mulheres, mesmo quando na condição de funcionária. Conforme Geogina Reis Silva em entrevista concedida à autora a 08/07/1997:

> "Aí eu sou diferente de toda a minha família. Aí foram denunciar que tinham medo de eu me perder, eu me prostituir, andando com esse monte de homem assim. Aí meu pai me chamou, e o padre Jesus, aí ele disse assim 'Olhe, o importante é sua confiança, você. Cada uma é dona de si.' Aí meu pai veio, disse que também me conhecia, que eu era..."

195 Entrevista concedida a Paulo Reis em 07/03/1996.

Nesse caso, a intervenção do padre foi positiva. Mas esse tipo de discriminação é um outro elemento que explica a pequena presença da mulher. Ficam "faladas" e, no âmbito familiar, sofrem pressões muito fortes até porque a questão envolve o aspecto emocional, afetivo, a honra, o nome da família.

Um primeiro indício de preocupação com a participação de mulheres no movimento sindical rural data de 1981. A Federação, tendo em vista a realização do 1º. Congresso da Mulher Pernambucana e de um movimento de mulheres em alguns sindicatos, resolveu discutir e posicionar-se a respeito.

Partindo da constatação de que, além de sofrer a violência de classe, a mulher era tratada como pessoa inferior, enfrentando todo tipo de preconceito, a Federação chama a atenção para a necessidade de que ela, além de atuar nas lutas comuns com os homens, deveria participar do seu sindicato para conseguir atingir seus objetivos específicos, entendendo que estes eram os direitos garantidos na lei: a mulher não deve trabalhar em locais insalubres, nem no horário noturno, só podendo trabalhar 48 horas semanais, com direito a descanso antes e depois do parto, além do direito à creche, nas empresas com mais de 30 mulheres com mais de 16 anos, bem como a dois períodos de descanso para amamentação do filho. Também se fazia menção à luta pelo direito a salário igual para trabalho igual.

Quanto à questão de formar Departamentos Femininos nos sindicatos, a FETAPE deixava essa decisão a critério de cada um, sugerindo, contudo, que um trabalho específico com mulheres poderia ser feito através dos Departamentos de Educação, levando em consideração algumas questões gerais e outras específicas.

No primeiro caso, entende-se que deve ser feito um trabalho de sindicalização com as mulheres, incentivando-as a participar na luta sindical geral, mas levando um trabalho subordinado e integrado à diretoria do seu sindicato. Sua participação deveria ser respeitada e valorizada, mas cumprindo essa determinação anterior, isto é, as mulheres não deveriam fazer um trabalho a partir de uma visão autônoma em relação às diretorias. Ao longo do tempo, essa questão sempre esteve presente: como conciliar o movimento e as decisões próprias, específicas das mulheres, com os interesses e as decisões do movimento sindical rural, nem sempre coincidentes. Aliás, é importante frisar que essas questões sobre as mulheres eram vistas como decorrência lógica e irremediável de uma diferença biológica, natural, entre os sexos, embora sejam fruto das relações de gênero, entre os homens e mulheres, construídas histórica

e culturalmente, relações assimétricas e hierárquicas, que foram estabelecendo como deveriam ser e se comportar homens e mulheres, nos diferentes espaços e situações vividos na sociedade (SCOTT, 1991).

Os valores, ideias e mitos a esse respeito são muito fortes no meio rural, dificultando ainda mais o entendimento de que essas relações podem ser transformadas, que essa transformação deve ser assumida por homens e mulheres e que beneficia a ambos.

Na Mata, com as greves dos canavieiros, desde 1979, mulheres vinham participando nas assembleias e nos piquetes. Seus salários eram muito mais baixos e a proteção que a legislação lhes assegurava, não era cumprida. Isto dava margem a que se discutisse a 'questão da mulher' nas reuniões e chegou-se a esboçar um início de atividades neste sentido.

Contudo, um trabalho mais efetivo com mulheres só veio a acontecer a partir de 1982, na região do Sertão Central, por conta da grande seca que a assolava, e da impossibilidade de as mulheres serem aceitas nas frentes de trabalho.

> Participo do Movimento desde o seu começo, em 1982. Netinha foi prá ruinha lá de Caiçarinha, mandou que eu convidasse outras mulheres, e aí não deu tempo eu convidar muitas. Mas tinha mais ou menos oito mulheres. Nesse tempo a gente não estava bem aproximada, nem sabendo o que ia fazer, o que ia conversar. Tava um tempo de muita necessidade, de seca. Só o que soubemos dizer para a companheira Netinha foi pedir trabalho. A gente pedia emergência a ela, um trabalho para sobreviver. Eu convidei, elas se reuniram nervosa, imaginando o que era. [196]

A primeira reunião foi no distrito de Caiçarinha da Penha, município de Serra Talhada. As mulheres da região não participavam das reuniões de base, das assembleias dos sindicatos, dos encontros ou movimentações do Polo. Mesmo quando havia reunião em suas casas, elas ficavam pelos corredores. A questão da seca, porém, atingia a todos, homens e mulheres: o que o homem ganhava nas frentes de trabalho não dava para sustentar a família, e as mulheres estavam querendo trabalhar para ajudarem na despesa da casa, afora as muitas mulheres sem marido, muitas 'viúvas da seca', pois os companheiros haviam partido em busca de trabalho noutra região e elas, ficado com os filhos sem perspectiva alguma.

196 MMTR, 1994.

A pressão funcionou e os sindicatos encaminharam a luta pelo alistamento das mulheres nas frentes de emergência, o que foi conseguido em 1983. Elas, porém, quiseram formar frentes separadas dos homens, para que seu trabalho não ficasse invisível, numa clara demonstração, já, de entendimento da necessidade de se autoafirmarem enquanto trabalhadoras.

> ...porque todo mundo dizia que uma mulher não carregava uma carroça de terra, e elas quiseram mostrar que podiam fazer uma construção. Foi exigência delas....Foi ótimo porque a gente visitava as frentes e logo a gente identificava as lideranças, as mulheres que eram mais fortes, as que enfrentavam o exército, o DNOCS; então, quando terminou as frentes de trabalho, o movimento estava formado com as lideranças e continuou...com outra referência.
>
> Vanete Almeida[197]

No início desse trabalho dos sindicatos, as reuniões contavam com a participação de homens e isto, algumas vezes, inibia a fala das mulheres. Também era difícil discutir alguns temas propostos, como saúde da mulher, com a presença deles. Foi necessário levá-los a entender a necessidade de reuniões separadas, o que nem sempre era fácil. De qualquer forma, o movimento foi se afirmando, as discussões foram avançando e produziu-se o primeiro material educativo, o Álbum Seriado I, que é um pequeno relato sobre a história da dominação da mulher, mostrando, ao mesmo tempo, sua importância na construção da sociedade. Outros álbuns seriados foram feitos, com a história de luta das mulheres, a história do Brasil e a história do sindicalismo brasileiro.

Em 1984, foi eleita a primeira mulher presidente de sindicato, em Itapetim, no Sertão, Maria Ferreira Lima de Souza, conhecida como dona Lia. Nesta mesma década, outras três chegaram a exercer interinamente a presidência, em Angelim, Abreu e Lima e Jupi. Apesar de não ser comum, foi dessa forma que, algumas vezes, as mulheres ocuparam cargos na executiva, inclusive, na própria Federação, como aconteceu com Maria José de Carvalho, Mariquinha, nos anos 90. A participação em diretorias, na zona da Mata, contudo, continuou pequena.

Em dezembro desse mesmo ano, realizou-se o 1° Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Sertão Central, que contou com a participação de 33 mulheres de sete municípios, procurando fazer um levantamento dos problemas vividos

197 Entrevista concedida à autora em 13/08/2001.

por elas enquanto mulheres, buscando formas de enfrentá-los, procurando estruturar um movimento e uma participação mais coletivos.

" *Proposta para aumentar a participação de nós, mulheres trabalhadoras rurais no nosso movimento sindical*" foi a tese encaminhada pelas mulheres do Sertão Central ao IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG e realizado em maio de 1985, em Brasília. Esta tese foi resultado das discussões levadas nessa região e propunha incentivar encontros específicos de mulheres trabalhadoras rurais, promover treinamento de lideranças femininas, levantar e encaminhar as reivindicações específicas das mulheres, incentivá-las a serem delegadas de base e assumirem cargos de direção.

Algumas considerações da proposta com vistas a esclarecer aspectos levados em consideração na análise feita assim foram indicados:

> - a participação das mulheres no Mov. Sindical de Trabalhadores Rurais ainda não é suficiente. A participação das mulheres ainda é pouca diante das grandes necessidades das lutas do movimento sindical;
> - há um grande potencial de participação sindical das mulheres do campo, elas vivem diretamente todas as consequências das péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais;
> - as mulheres têm importante papel, direto e indireto, na produção. As mulheres garantem as condições para o homem trabalhar, E muitas mulheres assumem a chefia da família sozinhas, e aí sofrem bem mais do que os homens;
> -existe a absurda e injusta situação da mulher do campo fazer o mesmo trabalho do homem, quando assalariada, e receber metade do salário do homem;
> - as mulheres vivem uma situação específica de discriminação como mulher, Muitas vezes são inseguras, sentem-se inferior aos homens. São mães, e sua saúde para gerar e amamentar os filhos, merece cuidados especiais. Têm uma responsabilidade mais direta com os filhos, basta juntarmos 30 mulheres do campo casadas e, se somarmos seus filhos, serão 240 filhos!
> - as transformações sociais necessárias ao país necessitam da participação das mulheres. **A verdadeira democracia para o povo necessita da participação organizada de todos os trabalhadores – homens e mulheres!**
> Por isto propomos:
> - que, de forma organizada e planejada, com programação específica dirigida às mulheres, os Sindicatos assumam

> aumentar a participação das mulheres no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais; [198]

Ao analisar essas considerações é possível constatar como as próprias trabalhadoras rurais, partindo de sua própria condição, chamam a atenção para as injustiças e discriminações que enfrentam, propõem encaminhamentos e colocam-se politicamente, ao falar da construção da democracia no país.

As discussões do Congresso no Estado já haviam se encerrado e foi necessário grande esforço do Polo para garantir seu encaminhamento direto ao IV Congresso, imprimindo milhares de cópias e distribuindo-as aos delegados.

A tese foi defendida por D. Lia e aprovada por unanimidade.

Este congresso aprovou algumas teses relativas especificamente às mulheres trabalhadoras rurais, sobre questões trabalhistas, questões agrárias, sindicalismo: que a mulher rural integrada no regime de economia familiar fosse reconhecida como trabalhadora rural, eliminando-se a discriminação de considerá-la como doméstica ou dependente; e que os sindicatos deviam encaminhar e coordenar programação específica dirigida às mulheres, entre outras. Conclamou, ainda, o movimento a denunciar publicamente o projeto governamental de planejamento familiar, entendido como controle da natalidade, bem como a garantir a participação da mulher trabalhadora rural em todas as fases da Assembleia Nacional Constituinte.[199]

Em novembro de 1985, realizou-se o 2º. Encontro de Trabalhadoras Rurais da região, em Serra Talhada, com a participação de oito municípios: São José do Belmonte, Flores, Mirandiba, Triunfo, Serra Talhada, Salgueiro, Betânia e Serrita, além de representações dos polos sindicais do Pajeú, Araripe e Submédio São Francisco. No ano seguinte, houve a primeira comemoração do Oito de Março no Sertão Central. Em dezembro de 1986, deu-se o terceiro encontro, e em novembro de 1987, o quarto, o que demonstra o nível de crescimento do trabalho das mulheres.[200]

Na zona da Mata, este trabalho foi mais lento. De um lado, havia uma dificuldade maior pelo fato de serem assalariadas e, portanto, disporem de menos tempo para se reunir. Seus horários não tinham a flexibilidade de uma pequena proprietária, por exemplo. De outro, nessa região, o grau de

198 Arquivo Submédio São Francisco. Grifos nossos.
199 Arquivo Submédio São Francisco.
200 Nos Anexos consta um material produzido para um desses Encontros.Figura 9, p.264.

exploração que atinge a todos era tão intenso, que as mulheres eram mais receptivas a tratarem dos direitos em geral do que de questões específicas que lhes dissessem respeito. Apesar de que é sobre seus ombros que pesa a dupla, muitas vezes, tripla jornada de trabalho (cana, roça e casa). Até 1978, seu salário correspondia à metade do que era pago aos homens. Foi com a greve de 1979 que se conquistou o mesmo salário e benefícios para a mulher.

Nas assembleias e reuniões, sua participação era pequena. O movimento de mulheres caminhou mais por conta do apoio de algumas funcionárias de sindicatos e algumas poucas delegadas sindicais. Nem sempre as diretorias dos sindicatos mostravam-se comprometidas com os interesses dos trabalhadores. Quando isso acontecia, era o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS rural, que levava um trabalho específico junto às canavieiras. Em alguns municípios, inclusive, as mulheres passaram a reforçar o trabalho das oposições, com vistas a tirar os sindicatos das mãos de pelegos (FAURE: 1990:55).

Mesmo com essas dificuldades, a partir de 1985, formaram-se grupos de mulheres em vários municípios: Moreno, Amaraji, Escada, Vitória de Santo Antão, Jaboatão, Barreiros, Rio Formoso, Palmares, Água Preta, Vicência, Igarassu, Nazaré, São Lourenço e Paudalho.

Em março de 1986, realizou-se em Carpina o 1º. Encontro Regional de Canavieiras, que contou com a presença de 45 trabalhadoras de 21 sindicatos.

A partir daí, as propostas dos grupos foram integradas ao movimento sindical, tendo grande impulso a campanha de sindicalização. Em 1987, a região realizou o seu 2º. Encontro, com a participação de mais de cem mulheres.

O Agreste foi a última região a organizar um trabalho específico, até porque as mulheres já tinham uma participação maior, estando presentes em algumas diretorias, embora sem muita clareza quanto ao seu papel e contribuição específica. Os primeiros grupos surgiram em Bom Jardim, Orobó e Surubim, em 1984, região onde o PCB desenvolvia um trabalho político, já mencionado. As primeiras discussões também giraram em torno da discriminação salarial, pois as mulheres, quando assalariadas, recebiam a metade do salário pago aos homens e não eram reconhecidas como trabalhadoras. Em muitos lugares, nem mesmo podiam se sindicalizar.

Esta área realizou seu 1º. Encontro em novembro de 1987, em Garanhuns, embora, no ano anterior, já tivesse ocorrido um outro reunindo os sindicatos de Bezerros, Gravatá e Camocim de São Félix.

Não foi sem dificuldades, porém, que essa participação foi se dando. Em nível dos sindicatos, e isso era uma constante também no sindicalismo urbano,

havia a ideia de que a organização de um movimento de mulheres poderia dividir e enfraquecer a luta geral. Nem sempre parecia adequado conceder-lhes um espaço próprio para se reunirem e discutirem suas questões específicas. E, onde os sindicatos estavam nas mãos de pelegos, qualquer movimentação lhes parecia perigosa. Além do que a questão de gênero, muitas vezes, não era sequer percebida por muitas lideranças sindicais devido à ignorância ou machismo, o que as levava a se colocarem contra o debate dessas ideias. Afora isso, a falta de recursos financeiros também dificultava o trabalho.

Havia, ainda, os problemas chamados de pessoais, e que atingiam mais de perto as mulheres: pouca disponibilidade de tempo, dupla (ou tripla) jornada de trabalho, distância entre as localidades, pressão familiar, particularmente a resistência dos maridos, que viam com desconfiança toda essa movimentação. Afinal, "lugar de mulher é dentro de casa", ou "isso é pretexto para arrumar homem" fazem parte do senso comum e da formação cultural de homens e mulheres trabalhadoras. De quebra, o medo das próprias mulheres em enfrentarem questões novas, situações difíceis, cobranças e desafios a que não estavam afeitas, na tentativa de vencerem a vergonha, a timidez, a falta de confiança e de conhecimento. Muitas vezes, as mulheres se achavam tão desvalorizadas que nem chegavam a considerar trabalho as atividades que faziam em casa. Ao serem indagadas a respeito, disseram que isto não era trabalho porque se tratava de "*uma obrigação sagrada*", porque "*não se ganha*", porque "*não tem fim*", porque "*é um trabalho escravo*". [201]

Dezembro de 1987 foi um marco em todo esse processo, quando se realizou, em Olinda, o 1°. Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com a presença de cerca de 200 trabalhadoras.

A esta altura, o movimento já estava se abrindo para relacionamentos maiores, com articulações na região Nordeste e participação em encontros e debates nacionais.

Tendo como proposta fazer um trabalho com mulheres rurais e urbanas, começaram a serem fundados, em diferentes municípios do interior, Centros de Mulheres. Em Vitória de Santo Antão, o Centro de Mulheres saiu do próprio sindicato, que apoiou o trabalho, colaborando, inclusive, financeiramente. Nem sempre, porém, tem sido fácil discutir e enfrentar as questões que aparecem, como indica esse relato trazido por Faure (1990:59):

201 Arquivo FETAPE - Relatório do 1° Encontro (Sertão Central).

> ...Tem um núcleo (do Centro, num engenho). Quando a gente vai lá, discute com o pessoal do sindicato, porque elas são muito tímidas para conversar de seus problemas na frente dos homens.
>
> Os problemas, são a questão do salário. Muitas ainda têm uma gleba que planta. Tem as cantadas dos caras, dos administradores, dos fiscais. Às mais novinhas, eles dão uma tarefa mais leve, para depois ir nas canas com elas. Tem a violência. Acontece muito isso, a questão do espancamento, na zona da Mata.
>
> A gente conversou isso junto com a diretoria do sindicato porque, veja este caso: tem o homem e a mulher, os dois são do sindicato e ele bate nela! Tem um que estuprou uma menina de doze anos de idade e só pegou três anos e o pessoal do sindicato achou que pegou muito!
>
> Também tem muitos casos de assassinato.
>
> O sindicato, quando é questão de pensão alimentícia, espancamento, eles ficam doidinhos. É que o homem não entende. –'Como é que eu vou dar dinheiro à mulher se ela não vai morar comigo?' Às vezes chega, tá espumando! Com uma faca deste tamanho! Duas polegadas, seis. Aí o pessoal chama. –'Vem cá, a gente vai conversar.'
>
> Maria do Socorro Santos

Nesta fala, colocam-se algumas questões específicas que fogem à esfera do estritamente sindical, ou seja, da luta por salários, reivindicações trabalhistas, contradições de classe etc., mas que interferem na medida em que dizem respeito às relações no seio da própria classe trabalhadora. São contradições presentes nas relações de gênero, que colocam a necessidade urgente de um grau de compreensão maior por parte das diretorias sindicais e de postura radical no sentido de um compromisso com uma transformação mais profunda da sociedade.

Muitas conquistas, porém, vêm sendo feitas.

Nos anos 80, foi efetivada a determinação de igualdade salarial. As mulheres conseguiram trabalhar nas frentes de emergência e, a partir da promulgação da Constituição, em 1988, garantir sua aposentadoria, o que não foi fácil, pois nem sempre era possível comprovar sua participação como trabalhadora na produção agrícola, mas que possibilitou uma ampla campanha para as mulheres tirarem seus documentos e se esclarecerem a respeito dos seus direitos.

Também participaram ativamente das lutas das barragens, particularmente em Serrinha e Petrolândia, da luta pela construção do Travessão, no Sertão Central, e das lutas pela posse da terra em Caldeirão (Pedra), Paquevira (Bom Jardim) e Tabu (Surubim).

Além desta atuação em atividades sindicais, campanhas salariais, piquetes, ocupações, acampamentos, aumentou também a sua presença como sindicalistas e em cargos de diretoria, bem como sua participação em campanhas mais gerais, políticas.

No que diz respeito mais de perto às questões específicas, tornaram-se minimamente preparadas para discutir assuntos de particular interesse para elas: saúde, corpo, sexualidade, preconceitos, direitos, e tantas outras questões. Trocaram experiências e conhecimentos sobre hortas comunitárias, remédios caseiros, comidas alternativas. Aprenderam a dar mais valor a si mesmas, a terem mais autoestima, mais coragem para falar e denunciar os seus problemas, assumindo seu papel no espaço público, antes, tão distante das mulheres.

> Eu aprendi tanta coisa importante, eu aprendi até a viver. Eu aprendi a fazer reunião que eu tinha vergonha, eu aprendi a andar que eu tinha medo, e aprendi a conquistar as trabalhadoras, né, não sabia nem prá gente e agora a gente sabe conversar com as trabalhadoras, com governador, com deputado, até com presidente, se for preciso conversar a gente conversa.[202]
>
> E outra continua:
>
> No trabalho da roça o que mudou é que quando a gente vai trabalhar com as companheiras a gente comenta muito do movimento, no trabalho, a gente canta, conta piada, faz brincadeiras, e tudo isso já vem do movimento. Quando a gente começa a falar de um encontro a gente não para mais e fica divertido o trabalho, parece que fica mais leve.[203]

Sua organização foi sendo melhor estruturada a partir dos grupos de base, nos sítios, comunidades e engenhos, grupos municipais, equipes nos polos e, coordenando o conjunto do trabalho, uma equipe estadual, que se tornou estatutária em 1990.

Este trabalho não foi fácil, nem significou um avanço linear e uniforme. Uma das coisas que mais entristeceu d.Lia foi ouvir, de uma associada, que

202 Relatório dos Encontros – Arquivo FETAPE
203 MMTR, 1994: 36.

não votaria em mulher para presidir o sindicato. São muitos os exemplos de resistência a encaminhamentos voltados à questão de gênero, mas que não se explicitam claramente. São vistos como secundários e deixados para depois.

A inserção de mulheres no movimento sindical rural foi de grande proveito, para as mulheres e para o movimento. Levar os homens, e, principalmente, as mulheres, a perceberem e se posicionarem no que diz respeito às relações de gênero representou um passo importante para o sindicalismo rural. Integrar as mulheres nas lutas de sua classe significou um maior fortalecimento dessa classe em seu enfrentamento com o capital.

É importante ressaltar que esse processo não ocorreu de maneira espontânea, da mesma forma que a crescente participação das mulheres, em geral, não resultou, mecanicamente, de sua maior inserção no mercado de trabalho. Claro que isso dá mais visibilidade à mulher, ressalta seu peso econômico, possibilita-lhe mais contato com o mundo fora do espaço doméstico, o que cria condições favoráveis à uma maior atuação na sociedade. É necessário considerar, porém, a ação consciente e organizada levada adiante por algumas mulheres, que tomaram para si esta tarefa.

No caso em questão, foram algumas assessoras, funcionárias e voluntárias que implementaram um trabalho com mulheres no meio rural, partindo de suas necessidades mais concretas, contando com muito pouco apoio oficial dos sindicatos e mesmo da própria Federação. Havia resistência, desconfiança, zombaria, descrédito. Esse trabalho, contudo, foi se impondo. De um lado, porque representava uma questão colocada pela própria sociedade como um todo. De outro, porque respondia a uma necessidade do próprio movimento, o reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras rurais e sua integração aos sindicatos. E sua mobilização constante garantiu essa conquista.

Pernambuco teve um papel fundamental no movimento dos trabalhadores rurais no Brasil, desde o seu começo, com as Ligas e sindicatos rurais, e uma atuação de peso na CONTAG, depois de 1964. Da mesma forma, o trabalho desenvolvido com as mulheres teve repercussão nacional, tendo atuação pioneira quando da elaboração das teses para o IV Congresso da Confederação, em 1985, e indicando a primeira sindicalista a presidir a Comissão Nacional de Mulheres, posteriormente.

Uma maior participação de mulheres nos sindicatos rurais, como associada ou diretora, não traz, por si só, grandes diferenças: ao assumir algum cargo ela tem, geralmente, que se comportar da mesma forma que o homem, isto é, faz-se necessário ter uma disponibilidade de tempo constante, independente

das maiores responsabilidades familiares que porventura ela tenha; uma capacidade política e de trabalho maiores, para ser reconhecida e respeitada pelos companheiros; e, muitas vezes, uma certa firmeza para se impor. Cobra-se dela um comportamento que não se exige do homem, particularmente no plano moral. Recrimina-se o fato de ela extravasar sentimentos, como o choro, por exemplo, embora ninguém se incomode se um diretor falar grosso ou demonstrar uma certa agressividade, pois isso é visto como natural.

Alguns diretores aceitam a presença da mulher como ajudante ou subalterna, mas sentem-se incomodados se ela se torna mais capacitada e passa a agir com mais autonomia. Passam a vê-la como concorrente, e começam a discriminá-la e a boicotar suas atividades.

Apesar disso, as relações entre homens e mulheres, no sindicalismo rural, foram se modificando, mesmo que lentamente. Há diretores que atendem as reivindicações das comissões de mulheres com certa presteza, temendo serem chamados de machistas. Alguns ainda se sentem incomodados, outros passaram a apoiá-las.

De qualquer modo, para o movimento como um todo, a organização das mulheres representou um avanço. Novos temas passaram a ser discutidos, como família, sexualidade, educação diferenciada, saúde e direitos reprodutivos.

Atualmente, é obrigatória a participação de 30% de mulheres nas diretorias sindicais. Em 2001, a presença de mulheres nas diretorias de sindicatos rurais, em cargos efetivos, em Pernambuco, foi de 33%, mantendo-se uma maior presença no Agreste, onde chegou a 41%, no Sertão, com 30%, e na Mata, com apenas 10%.

Quanto à sindicalização, pesquisa realizada por amostragem, pela própria FETAPE, incluindo as três regiões de Pernambuco constatou que o número de trabalhadoras rurais sindicalizadas já é muito próximo do de trabalhadores: 53 % são homens, 47%, mulheres. O mais interessante, contudo, foi constatar que, dos sindicalizados, estão quites com os sindicatos 48% dos homens e 52% das mulheres. [204] O que nos leva a pensar no fato de que elas tendem a se mostrar mais responsáveis no que diz respeito à manutenção do sindicato. Apesar de não serem muito afeitas aos discursos deram mostras, neste caso, de serem mais comprometidas no sentido de viabilizar concretamente sua organização.

---

204 Arquivo FETAPE – Levantamento sobre a participação Mulher e Homem na Direção Sindical.

Considerações finais

O principal objetivo desse trabalho era precisar por que e de que maneira o sindicalismo rural, que se organizou em Pernambuco antes do Golpe de 64, coordenado pela FETAPE, sob direção da Igreja Católica e orientação do SORPE, permaneceu, ao longo do período ditatorial e mesmo depois dele, como força dominante no meio rural.

As organizações de esquerda que atuaram no campo, antes de abril de 1964, apesar de terem uma presença significativa em algumas regiões, e de contar com o respaldo dos camponeses, foram duramente atingidas pelo Golpe Militar, não conseguindo retomar esse trabalho. Os partidos que se organizam no meio rural a partir de então, também elaboram projetos diferentes daquele da Federação. Porém, como a repressão foi grande e algumas de suas propostas não conseguiram apoio suficiente para serem implantadas, suas possibilidades de ação foram ficando cada vez mais restritas. Seus projetos para a classe trabalhadora rural foram abortados pela perseguição política e ação repressiva da ditadura

Com isso, o espaço ficou inteiramente disponível para o trabalho da Federação. O que, por si só, não explica o reconhecimento obtido por essa entidade, enquanto representante de uma categoria tão significativa.

Ao revisitar o campo, procurei mostrar fundamentalmente, a mudança que se opera na FETAPE. Esta entidade, que fora gestada para se contrapor à esquerda de então, integrando-se num projeto conservador, anticomunista e moderado, assumiu, a partir de um posicionamento cristão e considerando a dura realidade vivida pelos trabalhadores do campo, um compromisso específico com sua categoria a qual pressionava, com suas lutas e questionamentos, sindicatos e autoridades com vistas ao cumprimento de seus direitos básicos.

Em que pese seu posicionamento diante do Golpe de 1964 e suas expectativas com relação ao mesmo, sua visão a respeito dos governos militares foi se alterando na medida em que perceberam que os projetos da ditadura não contemplavam os interesses dos trabalhadores rurais, mas tão somente os das classes dominantes, particularmente os dos proprietários rurais, no caso específico de Pernambuco.

Embora, na década de 70, a Federação tenha se posicionado, em muitos momentos, de maneira subserviente ao regime militar, temerosa e acomodada diante da situação que os trabalhadores rurais enfrentavam, houve setores discordantes que conseguiram assumir a direção da entidade no final desta década.

Com o processo de democratização dos anos 80, há uma mudança significativa neste quadro. Apesar de algumas atitudes restritivas, presentes no núcleo dirigente da Federação, parcela importante da esquerda atua, agora, a partir da própria entidade.

Algumas concepções, presentes no projeto inicial da FETAPE, permanecem, como a moderação e o legalismo, o que se constata, por exemplo, em sua atitude diante das ocupações de terra no período estudado. Uma certa religiosidade, em alguns momentos, transparece: as músicas, que estão sempre presentes nos encontros, reforça este aspecto da cultura camponesa.

Outras, porém, mudaram significativamente: a liderança da Federação passa a atuar em partidos políticos. E há comunistas que trabalham e convivem na própria entidade, numa relação que, embora tensa, em alguns momentos, pode ser considerada de respeito profissional e de conveniência mútua. Evidentemente, como assessores, colocando-se dentro de certos limites.[205] Ao núcleo dirigente da Federação, interessa o trabalho, a competência e a dedicação desses assessores. A estes, interessa estarem ligados ao movimento sindical rural, participando de suas lutas, próximos às suas lideranças, buscando influenciá-las de alguma forma. Têm, em comum, a análise da política mais geral, com um posicionamento bastante parecido sobre a CUT, a reforma partidária, o governo Sarney, entre outras. Embora, evidentemente, suas visões de mundo, suas propostas de transformação da sociedade, suas opções ideológicas, coloquem-nos em campos diferentes.

De qualquer modo, o sindicalismo rural construído a partir da FETAPE e integrado na política da CONTAG, representa um projeto da classe trabalhadora. Não um projeto revolucionário, onde os conflitos entre o capital e o trabalho fossem colocados com vistas à sua superação, pela construção de uma sociedade socialista, mas no âmbito da manutenção do sistema. Limitando-se, como falava Marx (1978:99), a uma luta contra os efeitos do capitalismo. E, portanto, a uma luta que, numa situação de crise, como a que vive a produção

205 Segundo Morse Lyra, Gregório Bezerra chegou a ser impedido de falar, numa manifestação importante, por dirigentes da Federação, em 1983. Entrevista concedida à autora em 28/01/2002.

canavieira, tende a prejudicar, majoritariamente, os assalariados rurais. E a viver-se, cotidianamente, "correndo atrás do prejuízo", com os trabalhadores questionando, basicamente, como garantir a sua sobrevivência.

Ao longo desse período, os trabalhadores rurais forjaram-se enquanto classe diante de diversas situações. Do ponto de vista coletivo, nas lutas e greves, enfrentando os proprietários e, em alguns momentos, o próprio Estado; na retomada dos seus sindicatos, quando, muitas vezes, foi necessário organizar-se enquanto oposição para tirá-los das mãos dos pelegos; nos cursos de formação, organizados também por ONGs com posturas críticas em relação ao trabalho da Federação; na resistência e solidariedade diante da violência do patronato; nos seus posicionamentos políticos, nas discussões sobre a reforma agrária, nos embates sobre a questão de gênero, nas disputas eleitorais, na construção da democracia interna, na participação do processo político mais geral.

Nestes, e noutros momentos, formou-se sua consciência sindical e política.

A atuação dos partidos clandestinos no campo, em Pernambuco, durante o período estudado, constituiu-se num fato relevante. Sufocados em um lugar, apareciam em outro; silenciados, em certo momento, retomaram a voz, posteriormente. Mesmo considerando os limites de sua ação e os equívocos de algumas de suas propostas, é importante que se registre e torne pública sua presença, trazendo novos elementos que ampliem a visão que se tem a respeito da história dos trabalhadores rurais.

Quanto à questão das relações de gênero no sindicalismo rural, esta tese pretendeu, ao recuperar parte dessa história, tirar as mulheres da invisibilidade a que, comumente, costumam ser confinadas bem como ressaltar a importância da ação política das mulheres que, enfrentando condições adversas tanto no cotidiano da vida no campo quanto na sua atuação em entidades de classe, procuraram questionar a situação em que se encontravam e lutar por mudanças, constituindo-se, dessa forma, em sujeitos de sua própria história.

Bibliografia

ABRA**. Reforma Agrária/ Sindicalismo Rural**. Campinas. nº. 1, jan/abr, 1994.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **A participação da mulher trabalhadora nos anos 50**: buscando espaços, construindo identidades. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

_____ . **Comunicação sindical em Pernambuco**: da cultura popular aos media. Relatório ao CNPQ. Recife. Centro de Artes e Comunicação, UFPE, 1996.

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo, o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

ALMEIDA, Vanete. **Ser mulher num mundo de homens**: Vanete Almeida entrevistada por Cornélia Paririus. Serra Talhada: SACTES/DED, 1995.

ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do povo**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964 – 1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier. **O Estado e a agroindústria canavieira do Nordeste Oriental**: modernização e proletarização. Tese de Doutorado em Geografia apresentada à Universidade de São Paulo, 1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, s/d.

_____ . **História das usinas de açúcar em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1989 a.

_____ . **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1989 b.

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **Ação Sindical no campo a partir da década de 70**: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco. Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARAÚJO, Espedito Rufino. **O trator e o burro sem rabo**: consequência da modernização agrícola sobre a mão de obra na região canavieira de Pernambuco, Brasil. Dissertação de Mestrado apresentada ao Institut Universitaire D'Études du Developpement. Genebra, 1990.

ARAÚJO, Maria Lia de. **Na margem do lago** - um estudo sobre sindicalismo rural. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1990.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ARNS, Paulo Evaristo (pref.). **Brasil, nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
AZEVEDO, Fernando A. **. As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BASTOS, Élide. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BECKER, Jean-Jacques. O handcap do a posteriori in FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína(coord.) **. Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BEZERRA, Gregório. **Memórias 1946-1969**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BOITO JR., Armando (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Partido Comunista em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ/ Massangana, 1989.

BULPORT, Andrée Kartchevsky. Trabalho feminino, trabalho das mulheres: forças em jogo na abordagem dos especialistas In KARTCHEVSKI et al.**O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

CALLADO, Antônio. **Tempos de Arraes** : a revolução sem violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 .

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Ana e CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo** – Brasil 1962-1985- Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. **O Nordeste e o regime autoritário**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi.** Recife: Guararapes, 1980 a .

_____ . **O caso eu conto como o caso foi**. 2º volume. Recife: Guararapes, 1980 b.

_____ . **Nos tempos de Prestes**. 3º volume. Recife: Guararapes, 1982.

_____ . **A luta clandestina**. 4º volume. Recife: Guararapes, 1985.

CERQUEIRA, Maria dos Milagres Leite. **A ação sindical dos trabalhadores rurais de Pernambuco.** Recife: CONDEPE, 1986.

COELHO, Eurelino. A dialética na oficina do historiador: ideias arriscadas sobre algumas questões de método. In **História Luta de Classes** no.9, junho de 2010, p.7 a 16.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista In FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Marx e Engels na História**. São Paulo: Xamã, 1996.

COLETTI, Claudinei. **A estrutura do sindicalismo no campo**. Campinas: ed. UNICAMP, 1998 .

CONTAG . **As lutas camponesas no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

_____ . **30 anos de luta**. Brasília: Contag, 1993.

COSTA, Albertina Oliveira e BRUSCHINI, Christina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Albertina O. et al (org.). **Memória das mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CUNHA, Auri Donato da Costa. **Relações de gênero na agricultura familiar**: a produção frutícola do projeto irrigado de São Gonçalo: PB. Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade de Brasília. Brasília, 1998.

CUT. **Camuflagem e Transparência**. As mulheres no sindicalismo. São Paulo: CNQMT/CUT, 1991.

_____ . **Debate Sindical**. São Paulo: DESEP/CUT. ano III. no. 10, maio/89, pp. 5 a 11.

DABAT, Christine Rufino. Os primórdios da Cooperativa Agrícola de Tiriri In **Clio** . Revista de Pesquisa Histórica no. 16. Recife: UFPE, 1996, p. 41 a 65.

_____, **Moradores de Engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Recife: CEPE, 1995.

Dossiê Marxismo e Feminismo in **Crítica Marxista** nº. 11. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 65 a 108.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidades e interpretações In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois. Bauru/SP: Edusc, 2004.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

EISEMBERG, Peter. **Modernização sem mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

FAURE, Denise et al. . **Porque trabalhar com mulheres**. Recife: OXFAM, 1990.

FERRAZ, Maria do Socorro. Conflitos políticos em Pernambuco: questões metodológicas in **Clio.** Revista de Pesquisa Histórica nº. 10. Recife: UFPE, 1988. p.111 a 122.

FERREIRA, Marieta M. e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREDERICO, Celso. 40 anos depois In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois. Bauru/SP: Edusc, 2004.

GALLINDO, José Felipe Rangel. Trotskismo no campo: o Jeremias das caminhadas In **Cadernos de História**: oficina de história/ Departamento de História da UFPE ano 6, no. 6 (2009). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GOUVEIA, Oserias Ireno de. **Os (des)caminhos da utopia**. Tese de Doutorado em História apresentada à UFPE. Recife, 2001.

GRAMSCI, Antonio**. A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ . **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HOBSBAWM, Eric**. Mundos do Trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ . **Era dos extremos**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco***:* 1955 - 1968. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1990.

JULIÃO, Francisco. **Cartilha do Trabalhador do Campo**. Recife, s/d.

_____ . A Liga e o Sindicato In **Cambão, a cara oculta do Brasil**. Mimeo, s/d.

KONDER, Leandro**. A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LAVINAS, Lena. O trabalho feminino na área rural in **Cadernos da CUT.** Mulher Trabalhadora. São Paulo: CUT, 1988.

LAVINAS, Lena e CAPELLIN, Paola. **Gênero e classe**: mulheres trabalhadoras rurais, participação e luta sindical. São Paulo: CUT/DNTR, 1991.

LESSA, Sônia Sampaio Navarro. **O movimento sindical rural em Pernambuco**: 1958-1968. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à UFPE. Recife, 1985.

LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular**: da JUC ao PC do B. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

LINS, Jomário da Fonseca. **As Ligas Camponesas e a organização do espaço canavieiro em Pernambuco**: 1955-1964. Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada à UFPE. Recife, 1987.

LOSOVSKY. **Marx e os sindicatos**. São Paulo: ed. Anita Garibaldi, 1989.

LUCA, Tania Regina de, História dos, nos e por meio dos periódicos In PINSKY, Carla Bassanezi.(org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. O dezoito brumário de Luís Bonaparte In **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____ . As lutas de classe na França de 1848 a 1850 In FERNANDES, Florestan (org.). **Marx/Engels . História**. São Paulo: Ática, 1989.

----------. Salário, preço e lucro In **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____ . **Trabalho assalariado e capital**. Publicações Escorião: Porto/ Rio de Janeiro, 1975.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENEZES, Paulo**. Sindicalismo e repressão**. Recife: Nordestal, 1983.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo.** Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo Editorial, 1999.

MMTR. **Uma História de mulheres**. Serra Talhada: Polo Sindical do Sertão Central, 1994.

MOMESSO, Luiz. **Comunicação sindical**: limites, contradições, perspectivas. Recife: ed. Universitária da UFPE, 1997.

MONTARROYOS, Carlos. **O tempo de Arraes e o contratempo de março**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982.

MORAES, Clodomir. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: IATERMUND, 1997.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de montagem**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETTO, José Paulo. Em busca da contemporaneidade perdida in MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**. Catolicismo, classes sociais e conflito no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de**. Elegia para uma Re(li)gião**. SUDENE. Nordeste. Planejamento e conflito de classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA JR, Franklin. **Paixão e revolução.** Capítulos sobre a história da AP. Tese de Doutorado em História apresentada à UFPE, Recife, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Marisy S.R. **Dois anos em um**: a realidade do cotidiano feminino. Condição de vida e de trabalho das mulheres rurais que atuam na produção de uva para exportação. Salvador: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1998.

PAGE, Joseph. **A revolução que nunca houve**. O Nordeste do Brasil 1955-1964. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PALMEIRA (Amaro Luís de Carvalho). **O movimento camponês na zona canavieira de Pernambuco**. Barra de Santo Antônio: ed. A Luta, 1966.

PANDOLFI, Maria Lia. O sindicalismo e a luta camponesa em Itaparica in

Movimentos Sociais: para além da dicotomia rural-urbano. João Pessoa: UFPB/ Recife: Centro Josué de Castro, 1985.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESSOA, Dirceu (org.**). Política fundiária no Nordeste**: caminhos e descaminhos. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RICCI, Rudá. Terra de ninguém: o sistema confederativo rural em crise In **Reforma Agrária** nº. 94. Campinas: jan/abr. 1994. nº. 1 vol.24, p. 5 a 26.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

RODRIGUES, Araccy Martins. Lugar e imagem da mulher na indústria in COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Christina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992.

RUFINO, Izaura e ALBUQUERQUE, Lígia. Posição da mulher no processo de reforma agrária In PESSOA, Dirceu (org.). **Política Fundiária no Nordeste**: caminhos e descaminhos . Recife: FUNDAJ/Massangana, 1990.

SÁ, Silvânia Gomes da. **A cidade, o rio...e a represa**. A intervenção do Estado no submédio São Francisco: o caso de Petrolândia – 1940-1995. Dissertação de Mestrado em História apresentada à UFPE. Recife, 2000.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

_____ . Rearticulando gênero e classe social In COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Christina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SALÉM, Helena (coord**.). A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça***:* a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SARMENTO, Antônio Natanael Martins. **Urnas e baionetas***:* os comunistas na história política de Pernambuco – 1930/1935. Tese de Doutorado em História apresentada à UFPE, Recife, 1998.

SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil para análise histórica**. Recife: mimeo, 1991.

SIGAUD, Lígia. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

_____ **. Greve nos engenhos**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

SILVA, Antônio Ozaí. **História das tendências no Brasil**: origem, cisões, propostas. São Paulo: Dag, s/d.

SILVA, José Alfredo Cândido. **Limites do sindicalismo rural frente à luta pela terra**. O caso do engenho Panorama em Timbaúba. Dissertação de Mestrado apresentada à UFRPE, Recife, 1997.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Recuperar a memória, fazer história in **Debates Regionais** : Fazer história (Des)construção e (In)certeza nº. 3. João Pessoa: UFPB/NDIHR,1996, p. 11 a 19.

SKIDMORE. Thomas. **Brasil, de Getúlo a Castelo**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

_____ . **Brasil, de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: ed. Critica, 1979.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar:** 40 anos depois. Bauru/SP: Edusc, 2004.

THOMPSON, E. P. . **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A Guerra Fria in REIS FILHO, Daniel, FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (org.). **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1980.

Jornais e periódicos consultados

. *A Hora* – agosto de 1961 a março de 1964.
. *Última Hora* – julho de 1963 a abril de 1964.
. *Jornal do Commercio* – janeiro de 1961 a dezembro de 1970.
. *Diario de Pernambuco* – 1964.
. *Grito no Nordeste* – 1967 a 1980 (ACR).
Os quatro primeiros foram consultados no Arquivo Público Jordão Emerenciano (Recife). O último, na sede da ACR, na mesma cidade.

Arquivos

1. FETAPE – relatórios, documentos, análises, resoluções de Congressos e Encontros, publicações gerais, programas de rádio, etc. referentes à atuação da Entidade, inclusive publicações da CONTAG. Encontra-se na sede da Federação.
2. Polo Sindical do Submédio São Francisco (arquivo doado ao NUDOC/ UFPE), contendo material semelhante ao da Federação, e também específico da região.
3. Delegacia Regional do Trabalho – pastas relativas a todos os sindicatos rurais do estado até o ano de 1988, com dados sobre as respectivas diretorias. A DRT fica no Recife.
4. Acervo do DOPS – Arquivo Público Jordão Emerenciano (Recife): a) documentos relativos aos sindicatos rurais (108 pastas); à FETAPE (04 pastas); ao SORPE (01 pasta); à CONTAG (01 pasta); b) documentos relativos a diferentes partidos políticos (10 pastas).

Entrevistas

. ***Agápito Francisco dos Santos*** (22.nov.2000) - presidente do STR de São Lourenço da Mata por várias gestões e diretor da FETAPE de 1975 a 1978.
. ***Amaro Fernandes da Silva*** (Amaro Sapateiro) (14.abr.2000) – militante do PCB, desenvolveu trabalho com camponeses em Timbaúba, antes de 1964; foi preso logo após o Golpe. Atualmente, participa da Associação Pernambucana de Anistiados Políticos (APAP).
. ***Antônio Marques*** (19.out.1996) – presidente do STR de Afogados da Ingazeira e diretor da FETAPE por várias gestões, sendo seu presidente de 1999 a 2002 (entrevistado por Ricardo Duarte Gomes).
. ***Aybirê Ferreira de Sá*** (31.jul.1999) - militante do POR-T na década de 60, tendo sido preso antes e depois do Golpe. Atualmente, participa da APAP.
. ***Belmiro do Nascimento Ferreira*** (04.out.2001) - STR. de Moreno e militante do PC do B, antes de 1964. Saiu do estado após o Golpe, mas foi reconhecido posteriormente e veio a cumprir pena. Atualmente, é membro da APAP.
. ***Bruno Maranhão*** (21.jan.2000) – dirigente do PCBR nos anos 60, foi exilado nos anos 70 e o primeiro brasileiro a voltar, com a Anistia. Foi fundador do PT, tendo sido seu primeiro presidente em Pernambuco. É um dos coordenadores do Instituto de Estudos Políticos Mário Alves – SP.
. ***Daiza Amador*** (30.jan.2002) – assessora da FETAPE e militante do PCB na década de 80, faz assessoria no setor de formação sindical.
. ***Edval Nunes Cajá*** (28.jan.2002) – dirigente do PCR, foi preso político no final da década de 70.
. ***Ennes Paulo Crespo*** – dirigente do SORPE, sendo, posteriormente, secretário da CNBB – Nordeste II e professor universitário (10.jul.1985 - entrevista do Arquivo FUNDAJ / INDOC / CEHIBRA).
. ***Euclides Almeida do Nascimento*** (08.jul.1997 e 31.out.2001) – STR de Nazaré da Mata, diretor da FETAPE a partir de 1964, sendo seu presidente de 1966 a 1972, quando a DRT impediu sua candidatura; tornou-se, então, assessor da Federação.
. ***D. Francisco Austragésilo de Mesquita*** (23.mar.1996) – bispo diocesano de Afogados da Ingazeira ao longo de todo o período enfocado (entrevistrado por Rodrigo Cortez).

. ***Geogina D. dos Reis Silva*** (18.jul.1997) – funcionária do STR de Outicuri na década de 70 e, posteriormente, da FETAPE.
. ***Gorete Aquino*** (17.set.1997) – assessora do pólo de Surubim na década de 80, e, posteriormente, da FETAPE.
. ***João Farias de Paula*** (11.jan.2002) – funcionário do STR de Carpina no início dos anos 80, e ex-militante PC do B. Atualmente presta assessoria a sindicatos rurais.
. ***João Francisco da Silva*** (14.nov.2000) - trabalhador rural nos anos 60, tornou-se, posteriormente, dirigente da ACR.
. ***José Alves de Siqueira*** (29.set.2002) – dirigente sindical metalúrgico e militante do PT – PE, participou do grupo deste partido que organizava trabalho no campo, nos anos 80.
. ***José Francisco da Silva*** (29.abr.2002) – diretor da FETAPE de 1966 a 1968, quando passa a ser presidente da CONTAG, desse ano até 1989, sendo, atualmente, prefeito de Orobó (entrevista feita em conjunto com Marcelo Rosa).
. ***José Patriota*** (09.nov.1996) – assessor da FETAPE – Pólo Sindical do Sertão do Pajeú, na década de 70 (entrevistado por Ricardo Duarte Gomes).
. ***José Rodrigues da Silva*** (04.ago.1997) – STR de Bom Jardim e presidente da FETAPE, de 1978 a 1993, continuando como diretor dessa entidade.
. ***Josefa Martins*** (29.abr.2002) – assessora de FETAPE e da CONTAG nas décadas de 70 e 80, atualmente atua na prefeitura de Orobó (entrevista feita em conjunto com Marcelo Rosa).
. ***Joseph Servat*** (02.abr.1997) - padre, dirigente e fundador da ACR.
. ***Jucilete Maria Gomes Cavalcanti*** *(Leta)* (10.out.2002) – militante do PCB e PMDB de Surubim nos anos 80, é viúva do advogado sindical Evandro Cavalcanti, assassinado por pistoleiros a mando dos proprietários; foi funcionária da FETAPE até recentemente.
. ***Lenivaldo Marques*** (27.set.1996) – militante da Pastoral Rural de Palmares nos anos 80, trabalha atualmente na equipe educacional do Projeto Catende.
. ***Lúcia Maria de Lira e Silva*** (05.abr.2002) – funcionária do STR de Angelim (Agreste) nos anos 70, tornando-se, posteriormente, funcionária da Federação.
. ***Luciano Siqueira*** (08.jan.2002) – dirigente da AP no final dos anos 60, e, em seguida, do PC do B, foi preso político na década de 70. Atualmente é vice-prefeito do Recife.

. ***Lúcio Monteiro*** (29.jan.2002) – coordenador da comissão de apoio à greve do Cabo, em 1968, sendo, então, simpatizante do PCBR. Posteriormente, ligou-se ao PC do B.
. ***Luiz Alves*** (14.dez.2001) – dirigente do Comitê Zonal do Campo do PCBR na década de 70, quando foi preso. Posteriormente, veio a participar do PT, no qual continua atuando, no Rio Grande do Norte.
. ***Manoel Gonçalo*** (29.abr.2002) – STR de Panelas e primeiro presidente da FETAPE, antes do Golpe militar. Continua sendo pequeno produtor.
. ***Manoel José dos Santos*** (24.abr.1997) – STR de Serra Talhada e presidente da FETAPE de 1993 a 1998, quando assumiu a presidência da CONTAG. Ligado ao PT.
. ***Manoel Raimundo da Silva*** (17.maio.2000) - militante sindical da região de Palmares nos anos 60; a partir da década de 80, dirigente do CENTRU e militante do PT.
. ***Manoel Santos da Silva*** (14.fev.1996) – presidente do STR de Vitória de Santo Antão depois do Golpe, sendo diretor por várias gestões. Na década de 80, militou no PCB (entrevista feita em conjunto com Fabíola Alves e Janaína Lima). Já falecido.
. ***Marcelo Mário de Melo*** (14.jul.1999) – dirigente do PCBR no final dos anos 60, foi preso político nos anos 70, tendo se integrado ao PT. Faz assessoria parlamentar.
. ***Margarida Pereira da Silva*** *(Ilda*) (07.mar.1996) - dirigente sindical do STR de Surubim e, posteriormente, da Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG, no final dos anos 90 (entrevistada por Paula Reis).
. ***Maria José da Silva*** (17.mar.1996) – dirigente do STR de Caruaru – primeira mulher a participar da diretoria executiva da FETAPE, em 1995, onde continua (entrevistada por Creusa. Santos).
. ***Miguel Anacleto Jr.*** (02.out.2002) – Ligado, inicialmente, ao MR 8, tornou-se dirigente do PCB nos anos 80 e atuou com trabalhadores rurais, na região de Surubim, em meados dessa década. É dirigente do Sindicato dos Bancários.
. ***Morse Lyra*** (28.jan.2002) – simpatizante do PCB na década de 80, foi estagiário de Direito na FETAPE, no início dessa década. Atualmente exerce a função de procurador do Trabalho.
. ***Nativo Almeida*** (29.abr.2002) – STR de Nazaré da Mata e presidente da FETAPE, de 1972 a 1978, sendo, posteriormente, advogado sindical.

. ***Osias da Costa Ferreira*** (19.set.2000) – militante do PCB e dirigente das Ligas Camponesas antes do Golpe de 1964; atualmente participa da APAP.
. ***Ricardo Zaratini*** (23.jul.1999) – dirigente do PCR, logo após sua fundação, na segunda metade dos anos 60, ligou-se a ALN e foi banido, quando do sequestro do embaixador norteamericano, em 1969, tendo passado por diversos países, no exílio. Retornou ao Brasil ainda na década de 70, quando foi novamente preso. É assessor parlamentar em Brasília e, presentemente, filiado ao PT.
. ***Severino da Luz*** *(Biu)* (10.jul.1997 e 19.set.1997) - assessor da FETAPE desde o final dos anos 60.
. ***Suzana Maranhão*** (21.jan.2000) – militante do PCBR no final dos anos 60, viveu no exílio na década seguinte, voltando com a anistia. É fundadora do PT, sendo uma das coordenadoras do Instituto de Estudos Políticos Mário Alves – SP.
. ***Vanete Almeida*** (13.ago.2001) – assessora da FETAPE nas décadas de 70 e 80, e dirigente do MMTR. Ligada ao PT.
. ***Vicente Coelho*** (29.abr.2002) – presidente STR de Petrolândia, no final dos anos 70, integrando-se ao PT.
. ***Welson Maciel de Andrade*** (27. set.2002) – membro da equipe do CEAS – Rural no início da década de 80 e, posteriormente, advogado da FETAPE.

Dentre as entrevistas citadas, uma foi consultada no Arquivo da FUNDAJ; outras cinco foram feitas por bolsistas do projeto 'Comunicação Sindical: da cultura popular aos media', constando seus nomes ao lado dos entrevistados. As outras 38 entrevistas não assinaladas foram realizadas pela autora deste livro, algumas contando com a participação de Luiz Momesso.

Os dados relativos aos entrevistados referem-se, basicamente, ao período estudado neste trabalho, e ao ano de conclusão da tese, 2003. Atualmente, vários já faleceram.

ANEXOS

Governadores do Estado de Pernambuco no período enfocado

- Cid Sampaio (31/03/1959 a 31/01/1963) - UDN
- Miguel Arraes de Alencar (31/01/1963 a 02/04/1964) - PST
- Paulo Guerra, vice de Arraes (02/04/1964 a 31/01/1967) – PSD
- Nilo Coelho (31/01/1967 a 15/03/1971) - ARENA
- Eraldo Gueiros (15/03/1971 a 15/03/1975) - ARENA
- Moura Cavalcanti (15/03/1975 a 15/03/1979) - ARENA
- Marco Maciel (15/03/1979 a 15/05/1982) – ARENA
- José Muniz Ramos, presidente da Assembleia Legislativa (15/05/1982 a 15/03/1983) – PDS
- Roberto Magalhães (15/03/1983 a 14/05/1986) - PDS
- Gustavo Krause, vice de Magalhães (15/05/1986 a 15/03/1987) - PFL
- Miguel Arraes de Alencar (15/03/1987 a 01/04/1990) – PMDB

Presidentes da República no mesmo período

- João Goulart (07/09/1961 a 31/03/1964)
- Ranieri Mazzilli (01/04/1964 a 15/04/1964)
- Castelo Branco (15/04/1964 a 15/03/1967)
- Costa e Silva (15/03/1967 a 28/08/1969)
- Junta Militar (28/08/1969 a 30/10/1969)
- Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/03/1974)
- Ernesto Geisel (15/03/1974 a 15/03/1979)
- João B. Figueiredo (15/03/1979 a 15/03/1985)
- José Sarney (15/03/1985 a 15/03/1990)

Bravos companheiros

Este é o título dado a uma relação de lideranças assassinadas ao longo da ditadura e mesmo depois, feita pela Contag (1993). Desta listagem, seguem os nomes dos casos relatados à época em Pernambuco. Atualmente esta lista foi acrescida de outros nomes, embora ainda seja considerada incompleta.

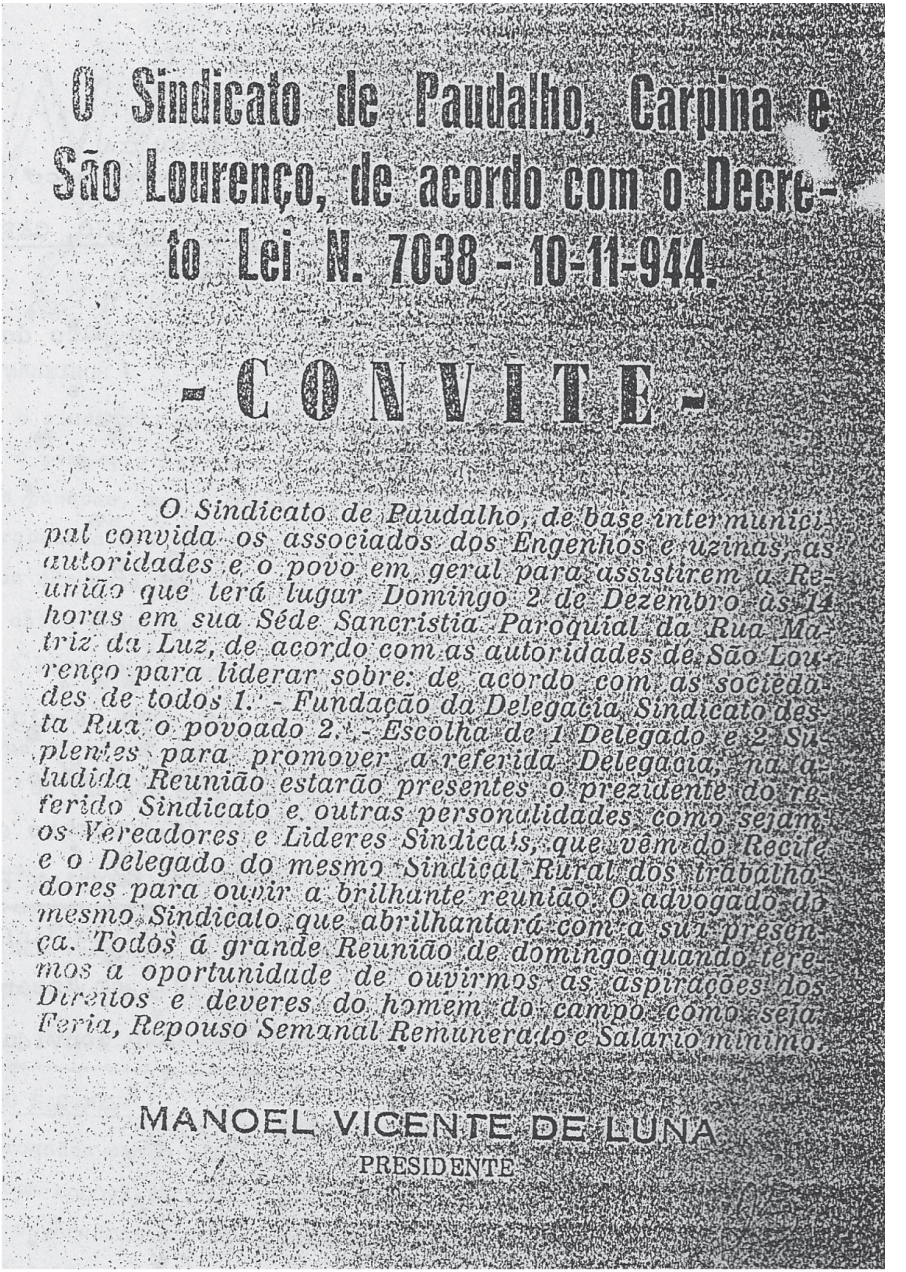
1964 – Albertino José de Oliveira – ex-presidente das Ligas Camponesas – Vitória de Santo Antão.
1966 – Mário Batista Silva – secretário do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura Canavieira de Maraial.
1967 – Domingos Inácio da Silva – delegado sindical do engenho Vasconcelos, Buenos Aires e Nazaré da Mata.
1970 – Amaro Luís de Carvalho (Palmeira) – dirigente sindical do STR de Barreiros.
Mariano Joaquim da Silva – líder das Ligas Camponesas (ex-secretário do STR de Timbaúba).
1972 – José Francisco Pereira – líder camponês de Surubim.
Joaquim Inácio da Silva – presidente do STR de Machados.
1973 - Djalma Raposa, advogado e ex-procurador em Recife.
Manoel Aleixo da Silva – líder camponês de Ribeirão.
1976 – Lucas Francisco da Silva – presidente do STR de Brejão.
1977 – Júlio Santana, líder na região de Barreiros, morreu em consequência de torturas na prisão.
1978 – Mauro Antônio da Silva – líder camponês em Buenos Aires.
Marivaldo da Silva – líder camponês em Buenos Aires.
1979 – Raimundo Felix da Silva – presidente do STR de Serra Talhada.
Jaime Barbosa dos Santos – líder dos trabalhadores em Santa Maria da Boa Vista.
1980 – José Francisco dos Santos – presidente de STR de Correntes.
1981 – José Bezerra – delegado sindical do STR de Bonito.
1983 – Josias Paulino de Almeida – delegado sindical do STR de Ibimirim.
1984 – Deocláudio Pereira da Silva – presidente do STR de Passira.
João Pedro Francisco Nogueira – líder sindical em Água Preta.

José Noel Teixeira – delegado sindical em Barreiros.
1985 – Pedro Gomes Gonçalves da Silva – delegado sindical de Maraial.
Evanduir Pereira da Silva – presidente do STR de Aliança.
1987 – Evandro Cavalcante – advogado da FETAPE, morto em Surubim.
Antônio José da Silva – delegado sindical do STR de Moreno
1989- José Mariano Dias – presidente do STR de Ribeirão.
1990 – José Hélio da Silva – assessor sindical do STR de Palmares
1993 – Amâncio Francisco Dias – presidente do STR de Belém de Maria.

Outros nomes, indicados em Carneiro e Cioccari, 2010, a partir de outras fontes (MST).

Manoel Felix – desaparecido durante o regime militar.
Severino Correia da Silva – presidente do STR de Condado.
Joaquim Celso Leão, líder sindical de Engenho Novo, Goiana.
Miguel Farias, presidente do STR de Surubim.
Manoel Camarão, líder sindical de Timbaúba, esses quatro assassinados durante o regime militar.
1965 – Manoel Gonçalves da Silva, assassinado por questões de terra em Gravatá.
1966 – José Sabino dos Santos – morto pelo proprietário do sítio onde trabalhava, S.Bento do Una.
Antônio Soares de Morais, morto em função de uma disputa de terras, Custódia.
José Raimundo Felix – assassinado pelo fazendeiro, em Jupi.
Valdomiro Manoel de Lima – assassinado pelo fazendeiro, em São Caetano.
José Roque da Silva – morto pelo arrendatário e seu filho, no engenho Batinga.
1967 - Manoel Tenório da Silva – sequestrado pelo cunhado do dono do engenho Belmonte, apareceu morto, em Vicência.
1968 – José Benedito da Silva – assassinado a mando do proprietário do engenho, em Palmares.
1969 – Severino Silvestre Pereira - assassinado pelo proprietário do engenho, em Gameleira.
1971 - Amaro Felix Pereira – desaparecido em 1971 ou 1972.
1972 – José Correia de Araújo – morto a mando do fazendeiro, em Passira.
José Inocêncio Barreto – assassinado a mando do proprietário, em Matapiruma, Escada.

1983 – Ananias Oliveira da Silva – morto pelo administrador do engenho, em Barreiros.
Amaro Vicente da Silva – assassinado pelo administrador do engenho, em Palmares.
Antônio Joventino dos Santos – assassinado pelo cabo por reivindicar direitos, em Serinhaém.
Antônio Rodrigues dos Santos – morto pelo vigia, por se recusar a deixar o engenho, em Paudalho.
1984 – Arlindo de Lira Gomes – assassinado por liderar greves, em São Lourenço da Mata.
Gilvan José da Silva – morto no engenho onde trabalhava após ingressar com ação na Justiça.
1985 – Sebastião Gomes da Silva e seu filho José Bartolomeu – mortos pelo administrador do engenho, em Ribeirão.



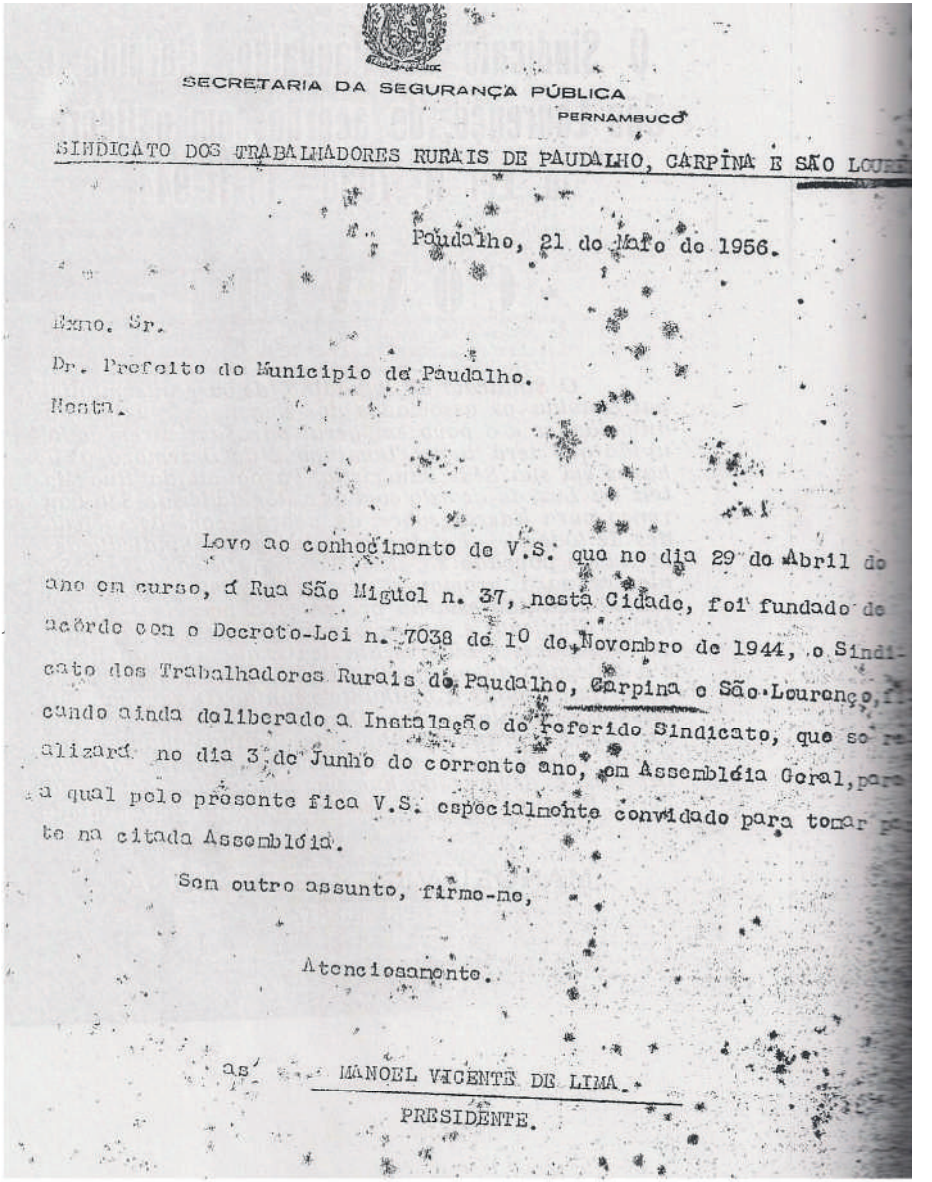
O Sindicato de Paudalho, Carpina e São Lourenço, de acordo com o Decreto Lei N. 7038 - 10-11-944.

- C O N V I T E -

O Sindicato de Paudalho, de base intermunicipal convida os associados dos Engenhos e uzinas, as autoridades e o povo em geral para assistirem a Reunião que terá lugar Domingo 2 de Dezembro às 14 horas em sua Séde Sancristia Paroquial da Rua Matriz da Luz, de acordo com as autoridades de São Lourenço para liderar sobre: de acordo com as sociedades de todos 1.º - Fundação da Delegacia Sindicato desta Rua o povoado 2.º - Escolha de 1 Delegado e 2 Suplentes para promover a referida Delegacia, na aludida Reunião estarão presentes o prezidente do referido Sindicato e outras personalidades como sejam os Vereadores e Lideres Sindicais, que vêm do Recife e o Delegado do mesmo Sindical Rural dos trabalhadores para ouvir a brilhante reunião. O advogado do mesmo Sindicato que abrilhantará com a sua presença. Todos á grande Reunião de domingo quando teremos a oportunidade de ouvirmos as aspirações dos Direitos e deveres do homem do campo como seja. Feria, Repouso Semanal Remunerado e Salário minimo.

MANOEL VICENTE DE LUNA
PRESIDENTE

Anexo 1 - Arquivo Dops



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PERNAMBUCO

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PAUDALHO, CARPINA E SÃO LOURE

Paudalho, 21 de Maio de 1956.

Exmo. Sr.

Dr. Prefeito do Municipio de Paudalho.

Nesta.

Levo ao conhecimento de V.S. que no dia 29 de Abril do ano em curso, á Rua São Miguel n. 37, nesta Cidade, foi fundado de acôrdo com o Decreto-Lei n. 7038 de 10 de Novembro de 1944, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho, Carpina e São Lourenço, ficando ainda deliberado a Instalação do referido Sindicato, que se realizará no dia 3 de Junho do corrente ano, em Assembléia Geral, para a qual pelo presente fica V.S. especialmente convidado para tomar parte na citada Assembléia.

Sem outro assunto, firmo-me,

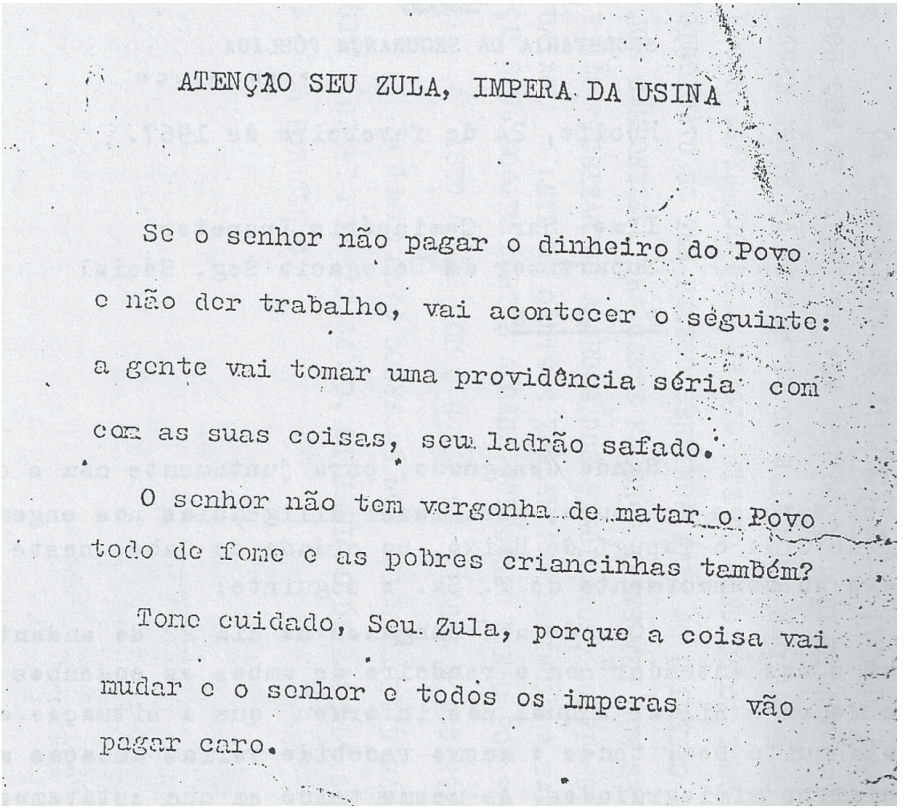
Atenciosamente.

as) MANOEL VICENTE DE LIMA

PRESIDENTE.

Anexo 1 - Arquivo Dops

Estes panfletos foram encontrados nos Arquivos do DOPS. Posteriormente, este Departamento encaminhou ofício para impedir o funcionamento do mesmo sindicato. Maiores explicações na p. 51



ATENÇAO SEU ZULA, IMPERA DA USINA

Se o senhor não pagar o dinheiro do Povo e não der trabalho, vai acontecer o seguinte: a gente vai tomar uma providência séria com com as suas coisas, seu ladrão safado.

O senhor não tem vergonha de matar o Povo todo de fome e as pobres criancinhas também?

Tome cuidado, Seu Zula, porque a coisa vai mudar e o senhor e todos os imperas vão pagar caro.

Anexo 2 -Arquivo Dops

Desde o golpe de 64 houve uma queda muito grande nos salários dos trabalhadores rurais. Estes organizaram algumas pequenas greves para cobrança de atrasados e do 13º salário, que deixou de ser pago por boa parte dos proprietários rurais. Maiores explicações na p. 137.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
PERNAMBUCO

Recife, 24 de fevereiro de 1967.

Ilmo. Snr. Comissário Inspetor
Suparviser da Delegacia Seg. Social
P A R T E

Sendo designado, para juntamente com o colega Manoel Marques de Souza, para fazer diligências nos engenhos Tapují de Cima e Tapugí de Baixo, na cidade do Cabo, neste Estado, / levo ao conhecimento de V. Sa. o seguinte:

Quando alí chbgamos no dia 22 do andante, procuramos nos entender com o rendeiro de ambos os engenhos João José de Moura e Silva, o qual nos informou que a situação alí não estava muito boa, tendo o mesmo recebido várias ameaças através de boletins mimiografados. Ao mesmo tempo em que estávamos nos entendo com o rendeiro chegou um portador informando que o engenho Tapugí de Cima havia parado o serviço de corte de cana, sendo o autor da paralização o trabalhador Amaro Gomes Ferraz.

Par o engenho nos dirigimos imediatamente tendo alí comprovado a paralização inclusive interrogando e detendo o trabalhador Amaro Gomes que nos informou que a ordem tinha partido do presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais do Cabo, snr. João Luiz da Silva. Em seguida demos voz de prisão a Amaro Gomes, momento em que outro trabalhador se dizendo valente e amigo do preso tentou liberta-lo ou criar confusão a fim de que o mesmo fugisse êsse trabalhador de nome ARNALDO JOSÉ DE ANDREZA, tambem foi preso e desarmado pois portava uma faca "peixeira" de dez polegadas, e / conduzido a esta Especializada. Quanto ao serviço conseguimos a que todos voltassem ao serviço no dia seguinte num total de dezesseis homens. Com respeito ao engenho Tapugí de Baixo a situação estava completamente normal. Vários outros engenhos estão em greve naquela área, estando os ruricolas trabalhando em outras plagas.

Sem mais,

respeitosamente

Anexo 2 - Arquivo Dops

Boletim do PCBR.

LUTA DO CAMPONÊS

A nossa LUTA é a nossa LIBERDADE !

CAMPONESES DE ESCADA : TUDO PELA GREVE !

[illegible] passando fome por causa dos usineiros e fornecedores, que [illegible] a gente do todo jeito. Não pagam nosso salário e ainda roubam [illegible] na balança e no barracão. Aqui em Escada, os usineiros e fornecedores, [illegible] pagam o salário completo, nem 13º salário, nem férias, desde 1964. A [illegible] União Indústria deve 388 milhões de cruzeiros aos camponeses; [illegible] deve 177 milhões; Barão de Suassuna deve 102 milhões e Aripibú deve [illegible] milhões.

[illegible] usineiros recebem ajuda do Govêrno, e a gente não recebe ajuda de [illegible]. Por isso é preciso que a gente lute por nossos Direitos. Se a gente trabalha junto e sofre junto, deve também lutar junto, para melhorar [illegible] situação. A união faz a força.

Hoje é o dia 3 de março e vai ter Assembléia Geral no Sindicato. Não [illegible] homem, nem mulher, nem menino. Todos devem estar lá, prá [illegible] pela greve. <u>Devemos fazer greve prá conseguir</u> :

1º) PAGAMENTO DOS MESES ATRASADOS
2º) PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO
3º) PAGAMENTO DAS FERIAS
4º) AUMENTO DO SALÁRIO
5º) AUMENTO DO PREÇO POR TAREFA
6º) TRABALHAR SÓ 8 HORAS POR DIA
7º) DIMINUIÇÃO DA TAREFA
8º) ABONO DE FAMILIA
9º) TERRA PRA BOTAR ROÇADO
10º CARTEIRA ASSINADA
11º CUMPRIR A LEI TRABALHISTA

COMPANHEIROS : A gente sabe muito bem que os usineiros e fornecedores [illegible] vão pagar nossos direitos na marra. Só pagam com mêdo da greve. A greve é um direito nosso. É um direito que faz mêdo aos patrões. O camponês que for contra a greve, é um traidor, chaleira e covarde.

Se o Presidente do Sindicato fôr pela greve, nós deve dar todo apoio a êle. Mas se êle fôr contra é porque tá vendido aos ricos. E Presidente vendido deve ser botado prá baixo e se eleger outro pro lugar dêle. [illegible] presidente que seja um cabra macho e honesto.

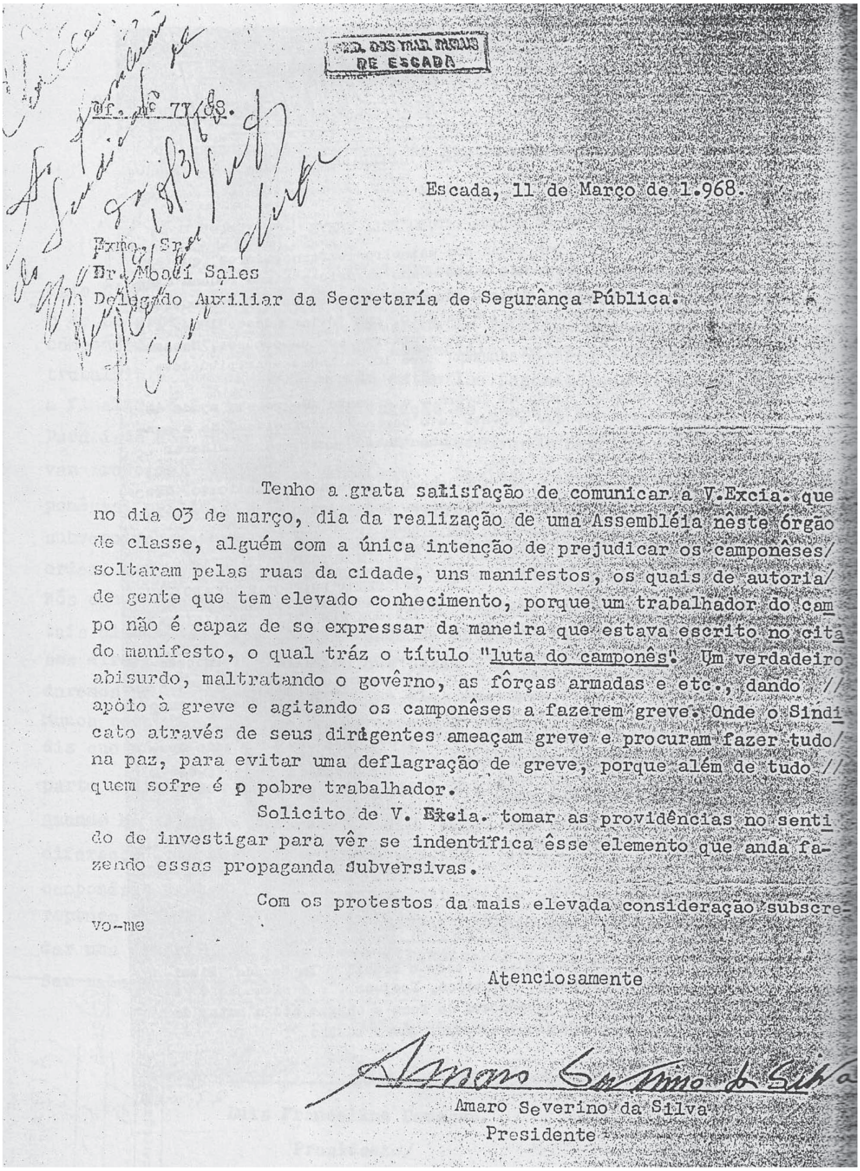
[illegible] : TUDO PELA GREVE GERAL,
TUDO PELA NOSSA UNIÃO.

———— ::: ::: ::: ————

VIVA A REVOLUÇÃO POPULAR

A [illegible] dos camponeses é igual em todo o Brasil. Em Escada, Ribeirão, [illegible], Moreno e Vitória, Barreiros, Ipojuca, ... a situação é a [illegible]. Os usineiros matam os camponeses de fome e chegam até a matar de [illegible] [illegible] têm acontecido por essas bandas.

Anexo 3 - Arquivo Dops



SIND. DOS TRAB. RURAIS
DE ESCADA

Of. nº 77/68.

Escada, 11 de Março de 1.968.

Exmo. Sr.
Dr. Moací Sales
Delegado Auxiliar da Secretaría de Segurança Pública.

Tenho a grata satisfação de comunicar a V.Excia. que no dia 03 de março, dia da realização de uma Assembléia nêste órgão de classe, alguém com a única intenção de prejudicar os camponêses/ soltaram pelas ruas da cidade, uns manifestos, os quais de autoria/ de gente que tem elevado conhecimento, porque um trabalhador do campo não é capaz de se expressar da maneira que estava escrito no cita do manifesto, o qual tráz o título "luta do camponês". Um verdadeiro abisurdo, maltratando o govêrno, as fôrças armadas e etc., dando // apòio à greve e agitando os camponêses a fazerem greve. Onde o Sindicato através de seus dirigentes ameaçam greve e procuram fazer tudo/ na paz, para evitar uma deflagração de greve, porque além de tudo // quem sofre é o pobre trabalhador.

Solicito de V. Excia. tomar as providências no sentido de investigar para vêr se indentifica êsse elemento que anda fazendo essas propaganda subversivas.

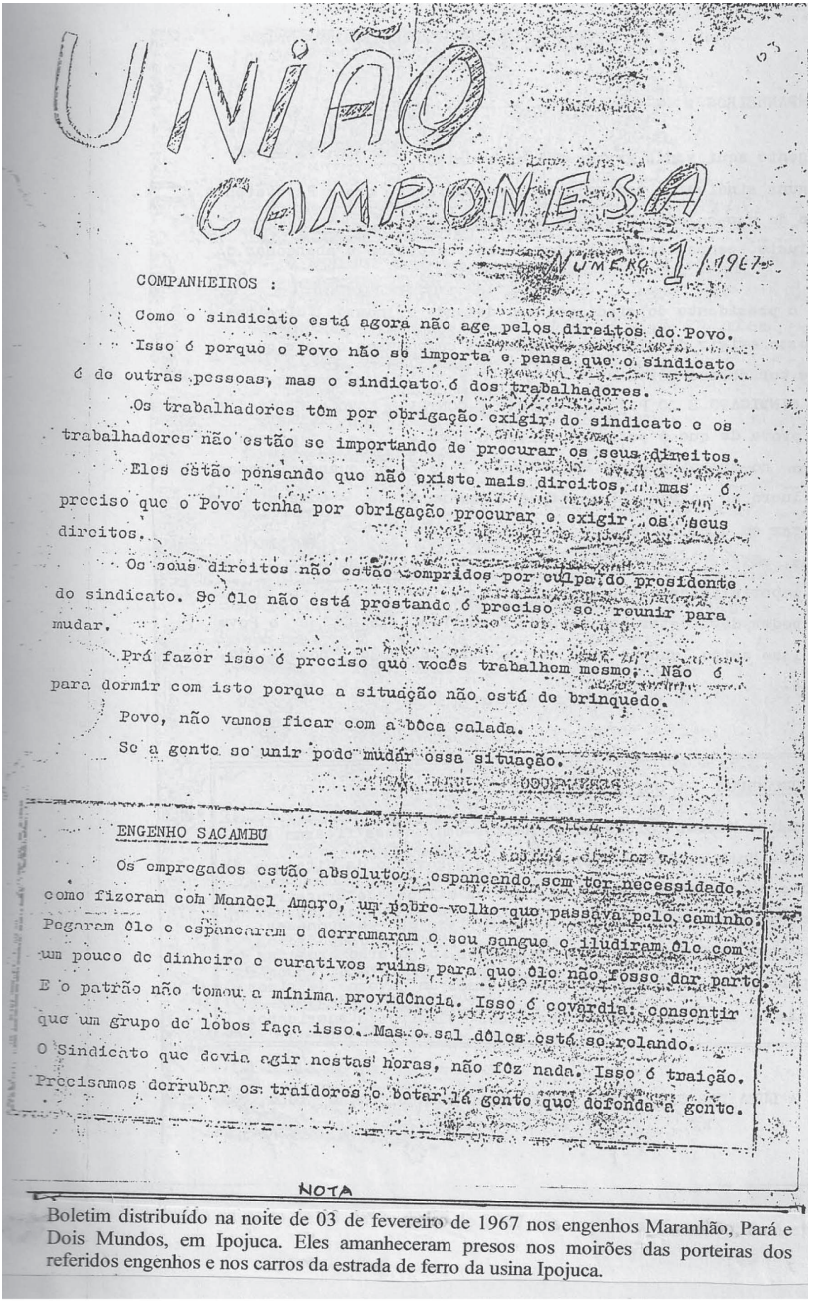
Com os protestos da mais elevada consideração subscrevo-me

Atenciosamente

Amaro Severino da Silva
Presidente

Anexo 3 - Arquivo Dops

Conforme se constata, o jornal Luta do Camponês foi enviado ao DOPS pelo presidente do sindicato. Maiores informações na p. 101.



UNIÃO CAMPONESA

NÚMERO 1 / 1967

COMPANHEIROS :

Como o sindicato está agora não age pelos direitos do Povo. Isso é porque o Povo não se importa e pensa que o sindicato é de outras pessoas, mas o sindicato é dos trabalhadores.

Os trabalhadores têm por obrigação exigir do sindicato e os trabalhadores não estão se importando de procurar os seus direitos.

Eles estão pensando que não existe mais direitos, mas é preciso que o Povo tenha por obrigação procurar e exigir os seus direitos.

Os seus direitos não estão cumpridos por culpado Presidente do sindicato. Se ele não está prestando é preciso se reunir para mudar.

Prá fazer isso é preciso que vocês trabalhem mesmo. Não é para dormir com isto porque a situação não está de brinquedo.

Povo, não vamos ficar com a bôca calada.

Se a gente se unir pode mudar essa situação.

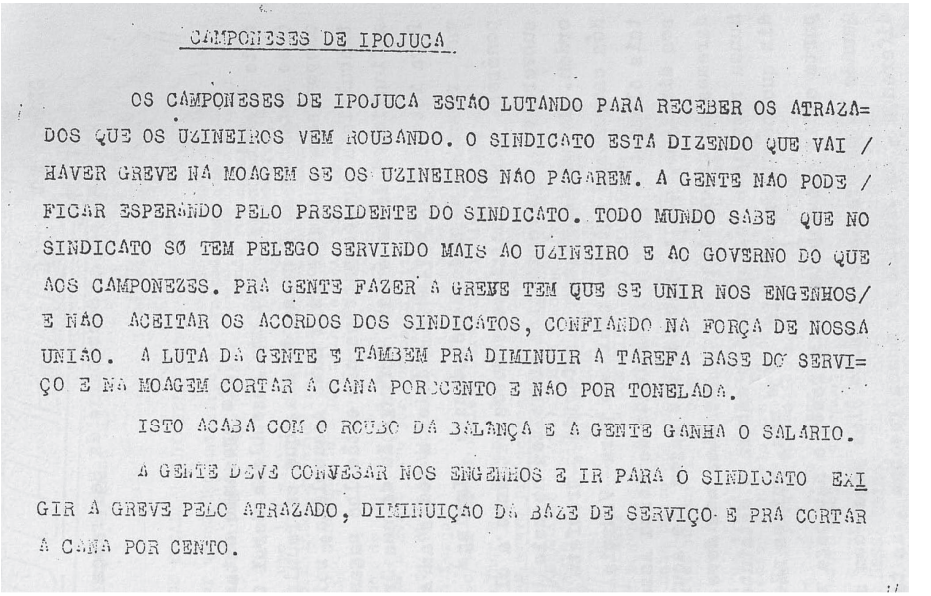
ENGENHO SACAMBU

Os empregados estão absolutos, espancando sem ter necessidade, como fizeram com Manoel Amaro, um pobre velho que passava pelo caminho. Pegaram êle e espancaram e derramaram o seu sangue e iludiram êle com um pouco de dinheiro e curativos ruins para que êle não fosse dar parte. E o patrão não tomou a mínima providência. Isso é covardia, consentir que um grupo de lobos faça isso. Mas o sal dêles está se rolando. O Sindicato que devia agir nestas horas, não fêz nada. Isso é traição. Precisamos derrubar os traidores e botar lá gente que defenda a gente.

NOTA

Boletim distribuído na noite de 03 de fevereiro de 1967 nos engenhos Maranhão, Pará e Dois Mundos, em Ipojuca. Eles amanheceram presos nos moirões das porteiras dos referidos engenhos e nos carros da estrada de ferro da usina Ipojuca.

Anexo 4 - Arquivo Dops



CAMPONESES DE IPOJUCA

OS CAMPONESES DE IPOJUCA ESTÃO LUTANDO PARA RECEBER OS ATRAZA= DOS QUE OS UZINEIROS VEM ROUBANDO. O SINDICATO ESTA DIZENDO QUE VAI / HAVER GREVE NA MOAGEM SE OS UZINEIROS NÃO PAGAREM. A GENTE NÃO PODE / FICAR ESPERANDO PELO PRESIDENTE DO SINDICATO. TODO MUNDO SABE QUE NO SINDICATO SÓ TEM PELEGO SERVINDO MAIS AO UZINEIRO E AO GOVERNO DO QUE AOS CAMPONEZES. PRA GENTE FAZER A GREVE TEM QUE SE UNIR NOS ENGENHOS/ E NÃO ACEITAR OS ACORDOS DOS SINDICATOS, CONFIANDO NA FORÇA DE NOSSA UNIÃO. A LUTA DA GENTE E TAMBEM PRA DIMINUIR A TAREFA BASE DO SERVI= ÇO E NA MOAGEM CORTAR A CANA POR CENTO E NÃO POR TONELADA.

ISTO ACABA COM O ROUBO DA BALANÇA E A GENTE GANHA O SALARIO.

A GENTE DEVE CONVESAR NOS ENGENHOS E IR PARA O SINDICATO EXI GIR A GREVE PELO ATRAZADO, DIMINUIÇAO DA BAZE DE SERVIÇO E PRA CORTAR A CANA POR CENTO.

Anexo 4 - Arquivo Dops

Este boletim foi encaminhado ao DOPS pela direção do Sindicato, que solicitou a presença de alguém do DOPS no domingo seguinte para "dar cabo do distribuidor dos tais panfletos". Vide p. 102.

Boletim da Ação Popular

UNIR

JORNAL DE LUTA DOS CAMPONESES

OS CAMPONESES DEVEM SE UNIR POR MELHORIA E AMPLIAÇÃO DA CONTRA

Anexo 5 - Arquivo Dops

Jornal da Ação Popular, no caso, há desenhos para tornar o boletim mais chamativo. Sobre a atuação desta organização, ver p. 108

"DIMINUIÇÃO DA CONTA"

ENQUANTO OS CAMPONÊSES LUTAM E CONSEGUEM UM AUMENTO DE SALÁRIO, OS UZINEIROS AUMENTAM A CONTA PARA DIMINUIR AINDA MAIS O SALÁRIO. É MESMO QUE BOTAR ÁGUA NUM CANUDO.

OS CAMPONÊSES JÁ DESCOBRIRAM ÊSTE ROUBO E AGORA VÃO LUTAR PELA DIMINUIÇÃO DA CONTA. OS CAMPONÊSES DEVEM SE UNIR NOS ENGENHOS LUTAR E EXIGIR A DIMINUIÇÃO DAS CONTAS PARA PODER FAZER O SALÁRIO E TER TEMPO PARA PLANTAR.

"="="="="="="="="="="

"NO MARANHÃO OS CAMPONÊSES SE UNIRAM E FORAM A LUTA"

NO MARANHÃO OS CAMPONÊSES SE UNIRAM PA DERRUBAR A CERCA DE UM GRILEIRO, QUE VEM / PROCURANDO MATAR DE FOME NOSSOS IRMÃOS CAMPONÊSES.

ESSE GRILEIRO QUER MATAR TODOS OS CAMPONÊSES DE FOME PASSANDO EM SUAS ROÇAS CERCA DE ARAME. OS CAMPONÊSES SE UNIRAM PARA DERRUBAR A CERCA, E A POLICIA DO GOVÊRNO QUE / ESTAR AO LADO DOS QUE QUEREM MATAR OS CAMPONÊSES DE FOME, ATUARAM CONTRAM NOSSOS IRMÃOS CAMPONÊSES FERINDO E PRENDENDO O SEU PRESIDENTE DO SINDICATO.

QUANDO OS CAMPONÊSES VIRAM SEU COMPANHEIRO FERIDO E PRESO, VOLTARAM FISERAM UMA REUNIÃO COM TODOS OS CAMPONÊSES, SE ARMARAM E INVADIRAM UMA CIDADE PRENDENDO O DELEGADO E O PREFEITO E MANDARAM DIZER AO GOVERNADOR / QUE SE NÃO SOLTASSEM O CAMPONÊS QUE FOI PRESO, ÊLES MATAVAM O PREFEITO E O DELEGADO.

O GOVERNADOR ESTAVA EM VIAGEM PARA O JAPÃO, QUANSOUBE VEIO AS CARREIRAS E SOLTOU O NOSSO IRMÃO / CAMPONÊS.

ISTO MOSTRA QUE QUANDO OS CAMPONÊSES SE UNEM, UM COM OS OUTROS, COM UM SÓ PENSAMENTO, NÃO TEM GOVÊRNO QUE PROIBA AS SUAS REIVINDICAÇÕES.

"="="="="="="="="="="

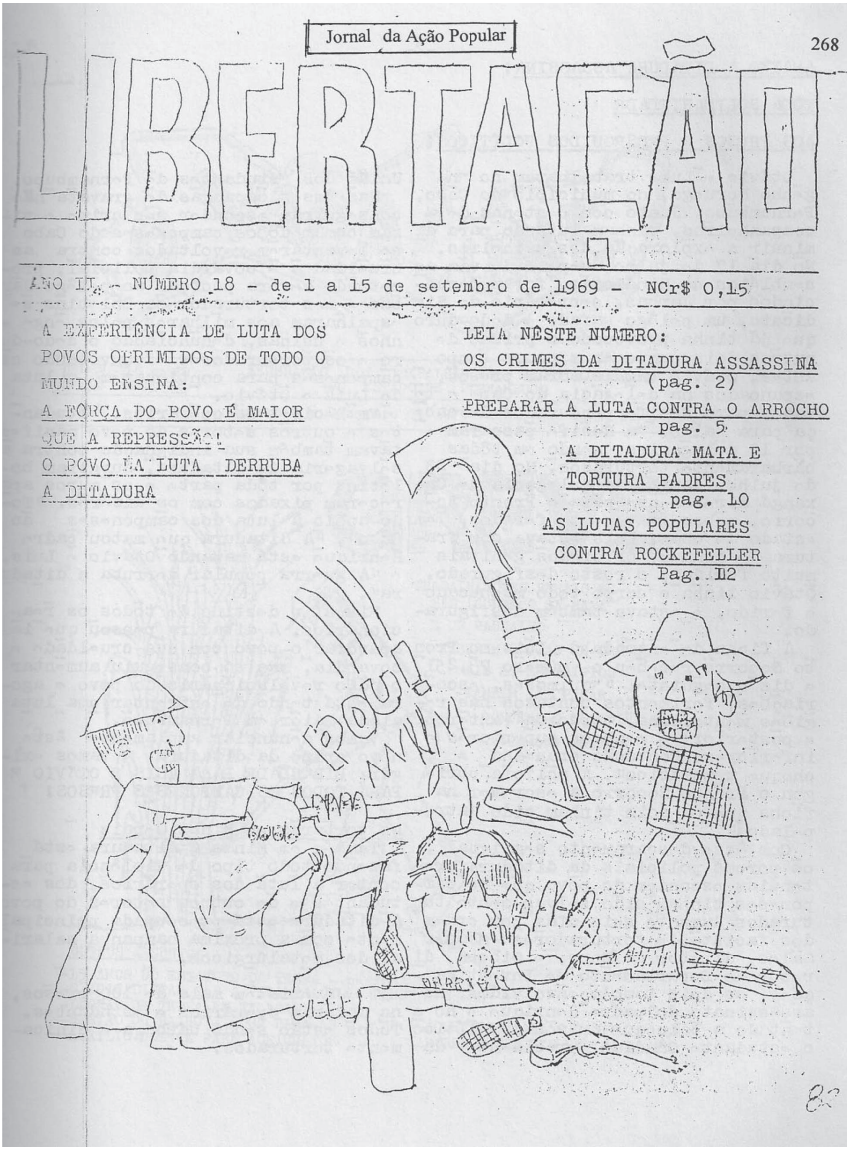
EM NOSSOS ENGENHOS HÁ FOME, MISÉRIA E INJUSTIÇAS.

COMO COMBATER?

COM A UNIÃO E A LUTA DE TODOS OS IRMÃOS CAMPONÊSES.

FOI ASSIM QUE FIZERAM OS IRMÃOS CAMPONESES DO MARANHÃO FALANDO UNS COM OS OUTROS, SE UNINDO E LUTANDO CONTRA A EXPLORAÇÃO DOS GRANDES DONOS DE TERRAS. E ASSIM QUE DEVEMOS FAZER AQUI, FALANDO UNS COM OS OUTROS, PARA LUTAR CONTRA A OPRESSÃO DOS USINEIROS E PELA DIMINUIÇÃO DA TAREFA.

Anexo 5 - Arquivo Dops



Anexo 6 - Arquivo Dops

O material produzido pela AP procurava trazer ilustrações. Neste caso, podemos perceber a aliança operário-camponesa (o martelo e a foice) dominando o poder militar.

ABAIXO A DITADURA ASSASSINA!

TÔDA SOLIDARIEDADE

AOS PRESOS E PERSEGUIDOS POLÍTICOS!

Otávio e Luis trabalhavam no engenho Noruega, no município do Cabo, Pernambuco. Junto com centenas de companheiros, vinham lutando para diminuir a exploração dos usineiros. No dia 17 de julho, depois de uma assembléia no Sindicato, foram denunciados por Jarbas, secretário do Sindicato, um pelêgo safado e dedo-duro que já tinha provocado a prisão de outros dois camponeses pouco tempo antes. Otávio e Luis foram presos, espancados na delegacia do Cabo e levados para Recife pendurados de cabeça para baixo. Em Recife passaram por 10 delegacias, sendo em tôdas barbaramente torturados. No dia 23 de julho, saíram da delegacia de Caxangá diretamente para o Pronto Socorro, ambos gravemente feridos, em estado de coma. Luis estava com fratura do crânio, os órgãos genitais muito feridos, o rosto desfigurado. Otávio tinha o corpo todo machucado e ferido, e estava também desfigurado.

A ficha de entrada de Luis no Pronto Socorro recebeu o número 73.251 e diz o seguinte: "equimoses, escoriações, ferimentos contusos nas regiões mentoniana, torácica (anterior e posterior) e membros superiores e inferiores. Contusão craneana e choque traumático". A polícia obrigou o Pronto Socorro a escrever na ficha que os dois tinham sido "atropelados".

Com êsse descaramento sem igual, os porcos policiais da ditadura pretendiam esconder do povo que os camponeses tinham sido selvagemente torturados durante seis dias por ordem dos facistas e torturadores Moacir Sales, diretor da Dops, e Gibson, diretor do Departamento de Investigações, os dois também envolvidos no assassinato do padre Henrique e no atentado a bala que deixou paralítico o estudante Cândido, presidente da União dos Estudantes de Pernambuco.

Mas êsses capangas de gravata não conseguiram esconder seu crime e viram com medo os camponeses do Cabo se levantarem revoltados contra as crueldades e covardia policial, prometendo severa punição ao pelêgo Jarbas e aos torturadores. Boletins se espalharam aos milhares pelos engenhos e usinas, denunciando o dedo-duro e os torturadores e convocando os camponeses para continuarem a luta de Luis e Otávio.

Em Recife, os operários, estudantes e outros setores do povo manifestavam também sua indignação contra a selvageria da ditadura. Surgiram boletins por tôda parte e os muros apareceram pixados com os dizeres: "Todo apôio à luta dos camponeses do Cabo", "A ditadura que matou padre Henrique está matando Otávio e Luis." e "A guerra popular derruba a ditadura".

Eis aí o destino de tôdos os reacionários. A ditadura pensou que ia apavorar o povo com sua crueldade e covardia, mas só conseguiu aumentar o ódio revolucionário do povo e agora está tendo de enfrentar uma luta ainda maior em Pernambuco.

Vamos denunciar amplamente êste novo crime da ditadura. E vamos exigir: LIBERDADE PARA LUIS E OTÁVIO E PARA TODOS OS CAMPONESES PRESOS!

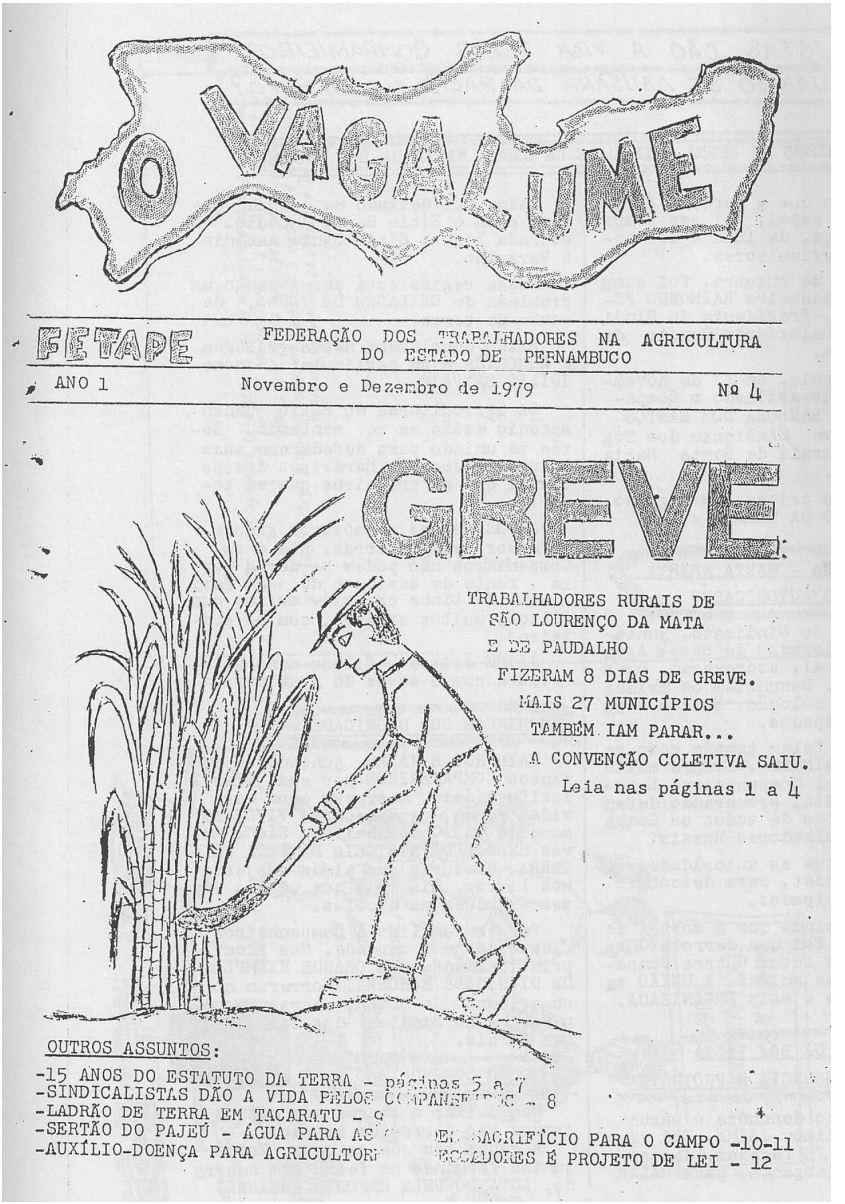
As torturas em Minas Gerais

Também em Minas a ditadura está fazendo todo tipo de violência para conter a luta dos operários, dos estudantes e de outros setores do povo. A ditadura está preocupada principalmente com a próxima campanha salarial dos metalúrgicos.

Já existem mais de 100 presos, na maioria operários e estudantes. Todos estão sendo bárbara e cinicamente torturados.

Anexo 6 - Arquivo Dops

Relato da prisão de dois militantes da AP. Maiores esclarecimentos na p 112.



Anexo 7 - Arquivo Fetape

Greve de 1979 - Jornal da FETAPE, com desenho na capa para se tornar mais interessante, com enfoque no verso, denúncia do assassinato de dirigentes sindicais.

SINDICALISTAS DÃO A VIDA PELOS COMPANHEIROS. ATÉ QUANDO SE ABUSARÁ DA PACIÊNCIA DO POVO?

OS CRIMES DE SERRA TALHADA E DE SANTA MARIA DA BOA VISTA

Todo tempo que a Reforma Agrária ficar no papel, vai ser tempo de insegurança, de luta e de morte para os agricultores.

No dia 17 de outubro, foi assassinado o Companheiro RAIMUNDO FÉLIX DA SILVA, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada.

Um mês depois, em 17 de novembro, tombou assassinado o Companheiro JAIME BARBOSA DOS SANTOS. Ele era do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Boa Vista.

Todos dois crimes têm ligação com a QUESTÃO DA TERRA.

SERRA TALHADA - CARTA ABERTA AO POVO E ÀS AUTORIDADES

Diretores do Sindicato, juntamente com Delegados de Base e Agentes de Pastoral, escreveram uma CARTA ABERTA. Denunciam os crimes que ficam se solução. Exigem a punição dos culpados.

Na Carta, falam também como se comportava RAIMUNDO. Sempre muito corajoso, fiel Companheiro. Lutava sem covardia, procurando defender os direitos de todos os Companheiros Trabalhadores Rurais.

Reclamam que as autoridades tomem providências, para descobrir e punir os culpados.

Declaram ainda que a morte de RAIMUNDO não foi uma derrota. Eles continuarão a luta. Outros Companheiros vão se animar. A UNIÃO será mais forte e mais ORGANIZADA.

SANTA MARIA DA BOA VISTA SINDICATO DENUNCIA E PROTESTA

O Sindicato denuncia o bárbaro crime que vitimou JAIME. Foi vingança. Foram 23 facadas, dessas 10 foram na garganta, para CALAR JAIME.

Jaime foi deixado na estrada que leva para o Sítio Santo Antônio. A estrada liga o Sítio Santo Antônio a Vermelho.

Nessa região está acontecendo um problema de GRILAGEM DE TERRA, de roubo de terra.

Estão envolvidos nessa grilagem a AGROCICA e um particular de nome IDÍLIO SAMPAIO.

Os agricultores do Sítio Santo Antônio estão se movimentando. Estão se unindo para defederem suas terras. Todos são herdeiros dessas terras que os grileiros querem tomar.

JAIME sempre se mostrou grande defensor dessas terras. Ele e os Companheiros não podem perder a terra - fonte de sustento de suas famílias. Já tinha existido muitos conflitos, muitos atritos, com os grileiros.

JAIME deixou 4 filhos menores e a Viúva com 8 meses de gravidez.

MORRERAM COM DIGNIDADE

RAIMUNDO E JAIME, juntamente com tantos COMPANHEIROS por esse Brasil latifundiário, morreram para esta vida. Porém, permanecerão VIVOS na memória dos Companheiros. São os novos HERÓIS DA HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA. História que ainda não está nos livros. História que um dia vai ser estudada nas escolas.

Para as famílias e Companheiros fica a dor e a saudade. Mas fica, principalmente, UM GRANDE EXEMPLO DE DIGNIDADE E HONRA. Morreram no cumprimento do DEVER, engrandecendo o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

NOSSO COMPROMISSO

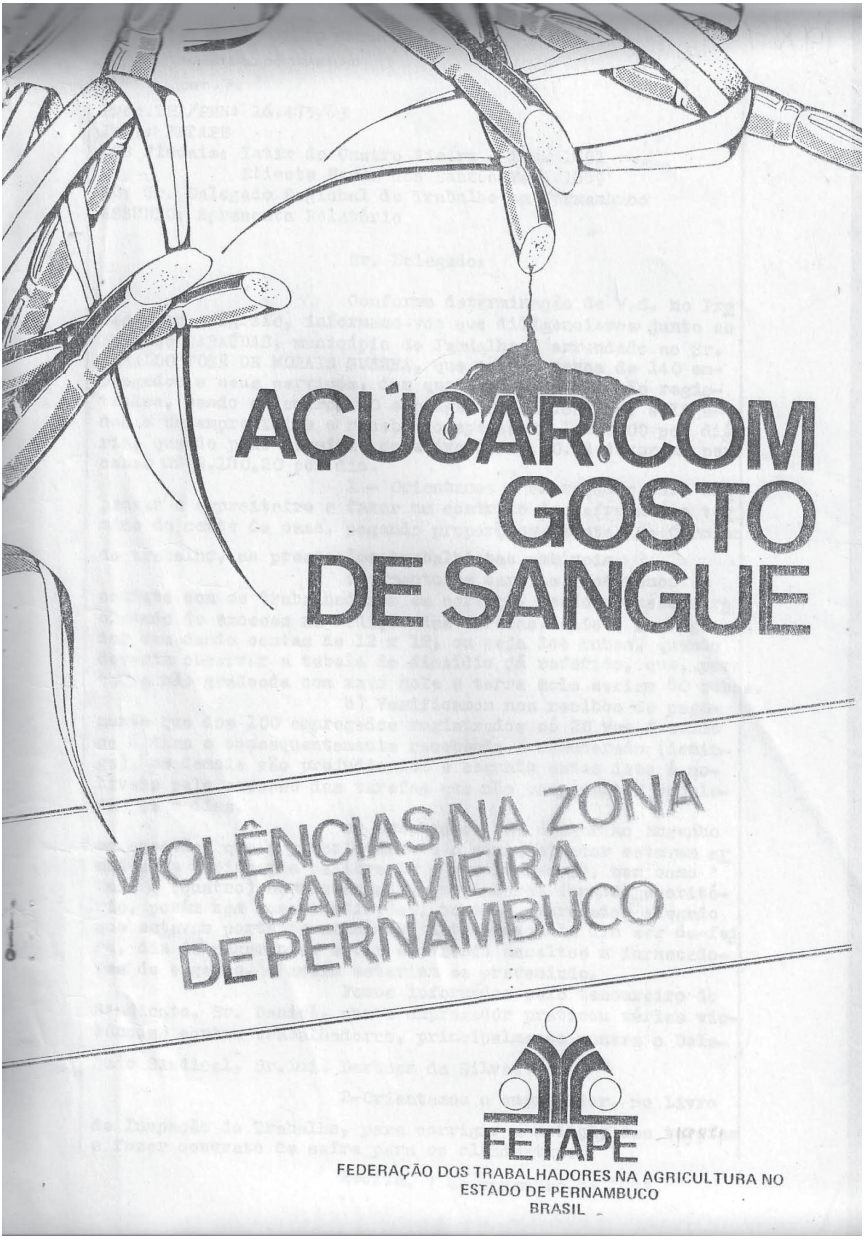
Não deixar o sangue dos nossos irmãos ser derramado em vão.

A gente tem que se unir. Todos juntos formando um feixe bem amarrado, LUTANDO PELA REFORMA AGRÁRIA.

Anexo 7 - Arquivo Fetape

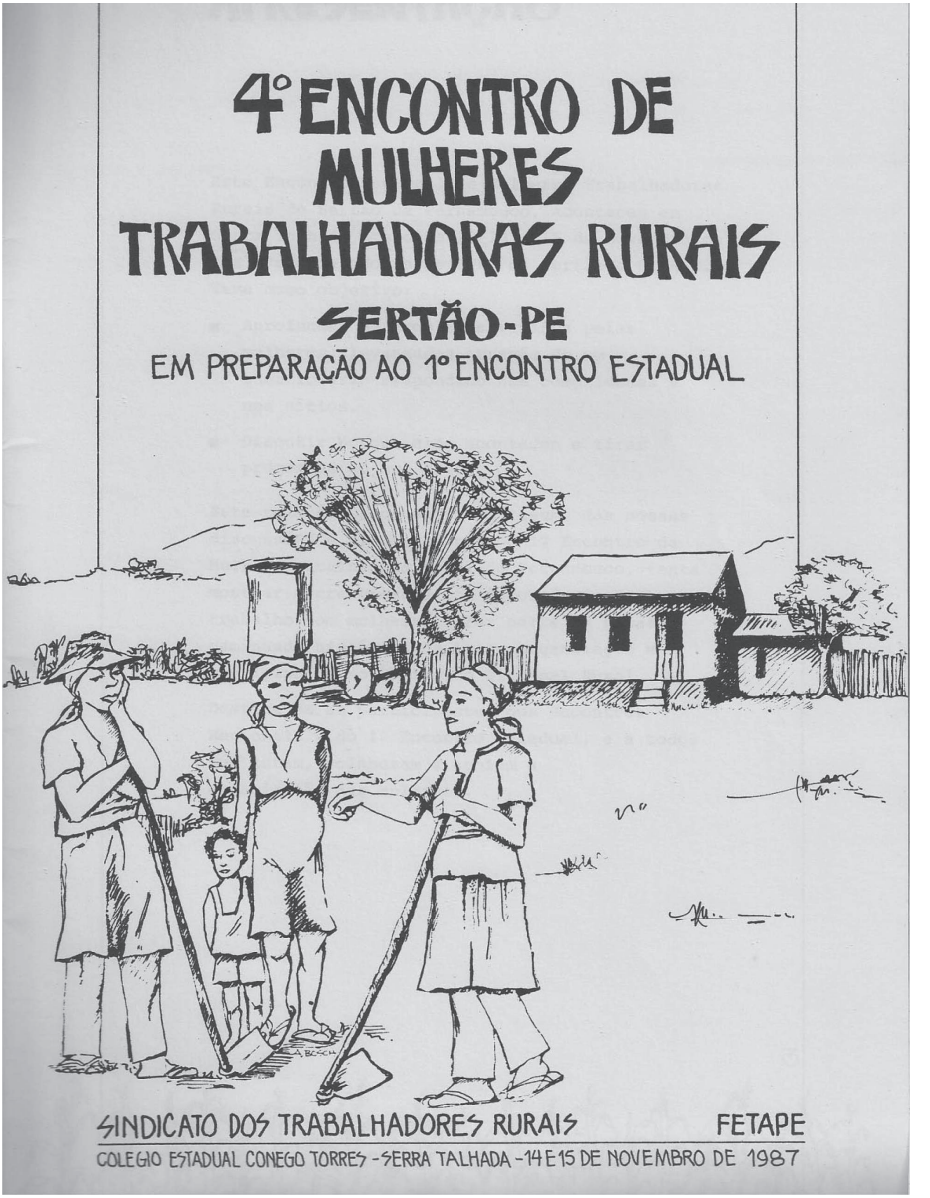
Anexo 8 - Arquivo Fetape

Boletim do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, ligado ao PT. Maiores esclarecimentos na p. 189.



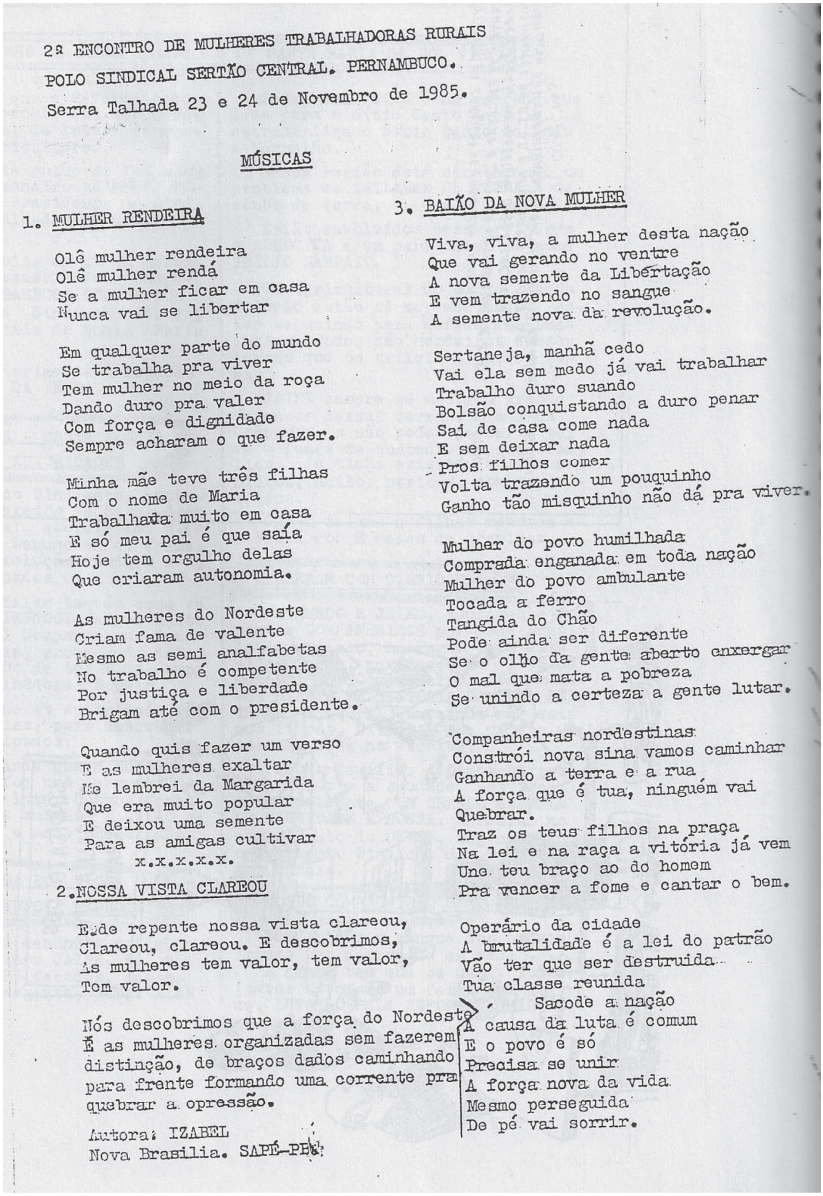
Anexo 8 - Arquivo Fetape

Capa de relatório-denúncia da Fetape sobre perseguições e assassinatos de trabalhadores rurais feito em 1983. Informações na p. 185



Anexo 9 - Arquivo Fetape

Sobre esses encontros, verificar a p. 217



2º ENCONTRO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS
POLO SINDICAL SERTÃO CENTRAL. PERNAMBUCO.
Serra Talhada 23 e 24 de Novembro de 1985.

MÚSICAS

1. MULHER RENDEIRA

Olê mulher rendeira
Olê mulher rendá
Se a mulher ficar em casa
Nunca vai se libertar

Em qualquer parte do mundo
Se trabalha pra viver
Tem mulher no meio da roça
Dando duro pra valer
Com força e dignidade
Sempre acharam o que fazer.

Minha mãe teve três filhas
Com o nome de Maria
Trabalhada muito em casa
E só meu pai é que saía
Hoje tem orgulho delas
Que criaram autonomia.

As mulheres do Nordeste
Criam fama de valente
Mesmo as semi analfabetas
No trabalho é competente
Por justiça e liberdade
Brigam até com o presidente.

Quando quis fazer um verso
E as mulheres exaltar
Me lembrei da Margarida
Que era muito popular
E deixou uma semente
Para as amigas cultivar
x.x.x.x.x.x.

2. NOSSA VISTA CLAREOU

E de repente nossa vista clareou,
Clareou, clareou. E descobrimos,
As mulheres tem valor, tem valor,
Tem valor.

Nós descobrimos que a força do Nordeste
É as mulheres organizadas sem fazerem
distinção, de braços dados caminhando
para frente formando uma corrente pra
quebrar a opressão.

Autora: IZABEL
Nova Brasilia. SAPÉ-PB.

3. BAIÃO DA NOVA MULHER

Viva, viva, a mulher desta nação
Que vai gerando no ventre
A nova semente da Libertação
E vem trazendo no sangue
A semente nova da revolução.

Sertaneja, manhã cedo
Vai ela sem medo já vai trabalhar
Trabalho duro suando
Bolsão conquistando a duro penar
Sai de casa come nada
E sem deixar nada
Pros filhos comer
Volta trazendo um pouquinho
Ganho tão misquinho não dá pra viver.

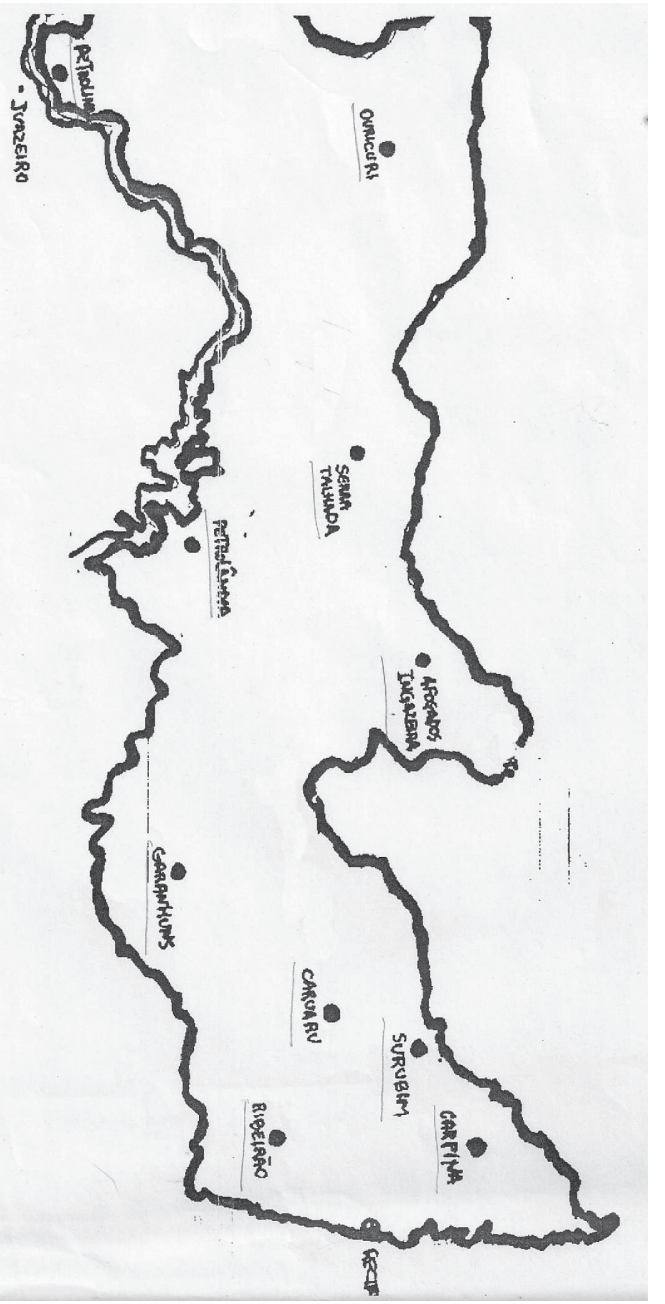
Mulher do povo humilhada
Comprada enganada em toda nação
Mulher do povo ambulante
Tocada a ferro
Tangida do Chão
Pode ainda ser diferente
Se o olho da gente aberto enxergar
O mal que mata a pobreza
Se unindo a certeza a gente lutar.

Companheiras nordestinas
Constrói nova sina vamos caminhar
Ganhando a terra e a rua
A força que é tua, ninguém vai
Quebrar.
Traz os teus filhos na praça
Na lei e na raça a vitória já vem
Une teu braço ao do homem
Pra vencer a fome e cantar o bem.

Operário da cidade
A brutalidade é a lei do patrão
Vão ter que ser destruida
Tua classe reunida
Sacode a nação
A causa da luta é comum
E o povo é só
Precisa se unir
A força nova da vida
Mesmo perseguida
De pé vai sorrir.

Anexo 9 - Arquivo Fetape

Nos encontros, as mulheres cantavam bastante. Aproveitava-se a melodia e criavam-se outras letras, como no caso de Mulher Rendeira.



Anexo 10 - Mapa com os dez polos sindicais, criados em 1978. Ver p. 181.

LISTAGEM DOS PÓLOS E SINDICATOS:

Pólo da Zona da Mata Norte:
1. Amaraji
2. Camutanga
3. Canhotinho
4. Carpina
5. Chã de Alegria
6. Condado
7. Ferreiros
8. Glória do Goitá
9. Goiana
10. Igarassu
11. Itambé
12. Itaquitinga
13. Macaparana
14. Nazaré da Mata
15. Paudalho
16. São Lourenço da Mata
17. São Vicente Férrer
18. Timbaúba
19. Vicência

Pólo da Zona da Mata Sul:
1. Água Preta
2. Aliança
3. Barra de Guabiraba
4. Barreiros
5. Belém de Maria
6. Cabo
7. Catende
8. Chã Grande
9. Cortez
10. Bonito
11. Escada
12. Gameleira
13. Ipojuca
14. Jaboatão dos Guararapes
15. Jaqueira
16. Joaquim Nabuco
17. Maraial
18. Moreno
19. Palmares
20. Pombos
21. Ponte dos Carvalhos
22. Quipapá
23. Ribeirão
24. Rio Formoso
25. São Benedito do Sul
26. São José da Coroa Grande
27. Sirinhaém
28. Tamandaré
29. Vitória de Santo Antão

Pólo do Agreste Setentrional:
1. Bom Jardim
2. Cumaru
3. Feira Nova
4. Frei Miguelinho
5. Itapetim
6. João Alfredo
7. Limoeiro
8. Machados
9. Orobó
10. Passira
11. Salgadinho
12. Santa Maria do Cambucá
13. Surubim
14. Vertentes

Pólo do Agreste Central:
1. Agrestina
2. Altinho
3. Belo Jardim
4. Bezerros
5. Bonito
6. Brejo da Madre de Deus
7. Camocim de São Félix
8. Caruaru
9. Cupira
10. Gravatá
11. Jataúba
12. Lagoa dos Gatos
13. Riacho das Almas
14. Santa Cruz do Capibaribe
15. Sairé
16. São Bento do Una
17. São Caetano
18. São Joaquim do Monte
19. Tacaimbó
20. Taquaritinta do Norte
21. Toritama

Pólo do Agreste Meridional:
1. Águas Belas
2. Alagoinha

Anexo 10 - Arquivo Fetape

3. Angelim
4. Arcoverde
5. Belo Jardim
6. Bom Conselho
7. Brejão
8. Buíque
9. Cachoeirinha
10. Caetés
11. Calçados
12. Capoeiras
13. Canhotinho
14. Correntes
15. Custódia
16. Garanhuns
17. Iati
18. Ibirajuba
19. Itaíba
20. Jupi
21. Jurema
22. Lagoa do Ouro
23. Lajedo
24. Palmeirina
25. Panelas
26. Paranatama
27. Pedra
28. Poção
29. Saloá
30. São João
31. Terezinha
32. Terra Nova
33. Tupanatinga
34. Venturosa

Pólo do Pajeú:
1. Afogados da Ingazeira
2. Brejinho
3. Carnaíba
4. Iguaraci
5. Ingazeira
6. Itapetim
7. Quixaba
8. Santa Terezinha
9. São José do Egito
10. Sertânia
11. Solidão
12. Tabira
13. Tuparetama

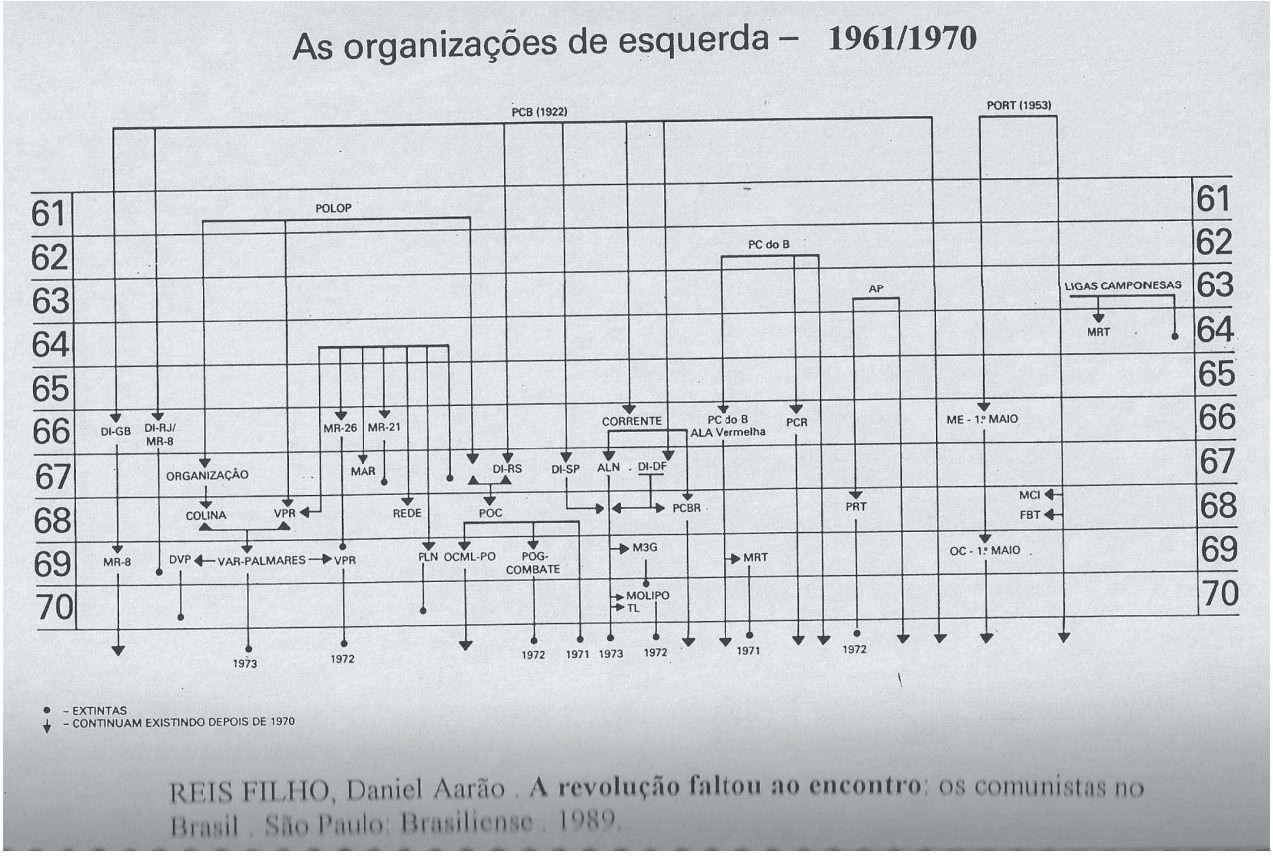
Pólo de Petrolina:
1. Afrânio
2. Cabrobó
3. Dormentes
4. Lagoa Grande
5. Orocó
6. Petrolina
7. Santa Maria da Boa Vista

Pólo do Sertão do Moxotó:
1. Belém de São Francisco
2. Floresta
3. Ibimirim
4. Inajá
5. Petrolândia
6. Tacaratu

Pólo do Sertão Central:
1. Betânia
2. Calumbi
3. Capoeira
4. Cedro
5. Flores
6. Mirandiba
7. Pesqueira
8. Salgueiro
9. Sanharó
10. São José do Belmonte
11. Serra Talhada
12. Serrita
13. Triunfo
14. Verdejante

Pólo do Araripe:
1. Araripina
2. Bodocó
3. Exu
4. Granito
5. Ipubi
6. Moreilândia
7. Ouricuri
8. Parnamirim
9. Salgueiro
10. Santa Cruz Malta
11. Trindade

Anexo 10 - Arquivo Fetape



REIS FILHO, Daniel Aarão . **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil . São Paulo: Brasiliense . 1989.

Anexo 11 - Sobre as forças de esquerda no meio rural de Pernambuco no pós-64, verificar p.90 e seguintes.

Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO: 15,5 X 22cm
TIPOLOGIA: Minon Pro

Editora Universitária UFPE

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 - Várzea
Recife / PE CEP: 50.740-530 Fax: (0xx81) 2126.8395
Fones:(0xx81) 2126.8397 2126.8930
www.ufpe.br/editora - livraria@edufpe.com.br - editora@ufpe.br

O livro de Maria do Socorro de Abreu e Lima traz contribuições significativas para a elucidação da história das lutas e organizações no campo, proporcionando elementos para a compreensão do quadro que se coloca na atualidade, superando lacunas e corrigindo abordagens que davam margem a distorções, como a quase ausência das esquerdas neste processo.

Com muito critério, persistência e método rigoroso, combinando estudo documental com memória oral, perseguindo cada fio da meada, reescreveu este período da história dos movimentos sociais no campo tornando presentes não só as grandes, mas também as pequenas lutas, levadas com tanta dificuldade principalmente após a tomada do poder pelos militares em 1964; resgatando a presença dos partidos de esquerda, constantemente ausentes em estudos sobre o campo nesse período; apresentando os diferentes projetos em disputa no meio dos trabalhadores rurais; evidenciando, com exposição quase didática, o processo através do qual começa a emergir a presença das mulheres num espaço antes tido como rigorosamente masculino.

Luiz Momesso